



POR UM JORNALISMO (DE CÓDIGO) LIVRE



Este livro é impresso em papel 100% amigo das florestas, proveniente de florestas sustentáveis e com um processo de produção de TCF (Total Chlorine Free), para colaborar numa gestão das florestas que seja respeitosa com o meio ambiente, e sustentável economicamente.

Coleção SOÑOS TEIMOSOS I

- © Víctor Sampedro
- © do prólogo: José Miguel Sardo
- © da edição: Abooksolutions, s.l.
- © da tradução ao português (RAG): Vítor Meirinho
- © da revisão: Vítor Meirinho

Conceito editorial e design: Niko Alvarellos
Diagramação: José Luis Loureiro e Niko Alvarellos
Coordenação editorial: Uxío Novoneyra Rei

Edita: Abooksolutions, s.l. Abooks® www.abooks.es

Impresso na Galiza por Alvarellos, S.L. Aprint®,
para Abooksolutions, s.l. Abooks®
Interior sobre papel Coral Book white de 90 gr. em interior
Capa sobre cartolina gráfica Carta íntegra de 285 gr

Desenho por meio de Indesign, Illustrator, Photoshop, e as tipografias PT Sans e Serif de Alexandra Korolkova, Olga Umpeleva e Vladimir Yefimov em 2011 para o projeto «Public Types of Russian Federation» de Paratype e Langdom de Steven Bonner para XLN Telecom em 2013

Primeira edição: setembro, 2015

ISBN livro impresso: 978-84-15045-47-2?

ISBN epub: 978-84-15045-48-9?

Depósito legal: PO- 697-2014



Licença creative Commons de atribuição não comercial

Aos meus pais, Juan e Teresa

“Lucidez, desobediência, ironia e obstinação”, em 1939 o escritor francês Albert Camus resumia os quatro “mandamentos” do jornalista, num manifesto contra a censura, nas colunas do jornal *Soir Républicain*, em Argel. *“É difícil hoje em dia evocar a liberdade de imprensa sem ser etiquetado de extravagante, acusado de ser Mata-Hari, ou que alguém tente convencer-nos que somos o sobrinho de Estaline”*, afirmava o então chefe de redação do quotidiano, num editorial proibido pela censura e resgatado dos arquivos em 2012 pelo jornal *Le Monde*¹.

A ironia. As palavras de Camus e a respectiva censura parecem ressoar, mais de setenta anos depois, no eco das revelações de Julian Assange, Bradley Manning e Edward Snowden. O soldado Manning, cuja “extravagante” mudança de sexo está, no entanto, longe da analogia com Mata-Hari, foi condenado a 35 anos de prisão por traição e espionagem, após ter contribuído para a exposição de alguns dos episódios mais obscuros, no Iraque e no Afeganistão, da era da luta contra o terrorismo iniciada após os atentados de 11 de setembro de 2001. O antigo informático da CIA e da NSA Edward Snowden, ao revelar as consequências da mesma luta contra o terrorismo sobre a privacidade e as liberdades de milhões de internautas, foi obrigado a procurar refúgio em Moscovo, onde recentemente um antigo agente do KGB sugeriu mesmo a possibilidade de que o programador teria trabalhado como agente duplo para a Rússia. Julian Assange, o fundador do sítio Wikileaks, que divulgou as informações de Manning e Snowden, assim como outros documentos secretos norte-americanos

1 http://www.lemonde.fr/afrique/article/2012/03/18/le-manifeste-censure-de-camus_1669778_3212.html

(Dossiês da Síria ou das políticas de detenção nos EUA), longe de ser “sobrinho de Estaline”, continua hoje “recluso” sob a proteção da embaixada equatoriana em Londres com o apoio de países como a Venezuela ou Cuba, quando é visado por um mandado de captura europeu por alegados abusos sexuais na Suécia. Os factos revelados pelos “denunciantes” (whistleblowers) acabaram por ser diluídos em polémicas distantes da verdadeira dimensão das suas fugas de informação. Tanto a América como a Rússia parecem querer reduzir as revelações a mais um escândalo de espionagem dos tempos da guerra fria. Uma equipa de cerca de 200 funcionários do Pentágono teria sido mesmo mobilizada para lidar em permanência com as revelações e as pressões contra o Wikileaks, enquanto em Moscovo, Snowden e Assange eram convidados a colaborar com algumas empresas e media nacionais, como se a única contribuição dos programadores informáticos se resumisse a um novo capítulo da luta ideológica contra o “imperialismo” norte-americano.

Nesta visão deformada tanto por apoiantes como por detractores, fenómenos como a plataforma cooperativa de hackers “Anonymous”, criada para proteger o sítio Wikileaks de eventuais ataques, ou a moeda digital inventada para assegurar o financiamento do sítio da internet face ao boicote de vários bancos, o “Bitcoin”, foram igualmente distanciando-se do seu contexto original para terminarem relegadas a esse território da chamada “Internet obscura” –Darknet– onde o activismo se confunde com o banditismo e a denúncia com a teoria da conspiração. Em paralelo, os movimentos sociais desenvolvidos sobre as novas plataformas digitais de debate e partilha de informações a partir de 2010, inspirados pelas denúncias e métodos do Wikileaks, parecem sofrer o mesmo assédio e desgaste. O regresso ao poder dos partidos islamitas e das figuras próximas dos regimes derrubados na Tunísia e no Egito após o entusiasmo em torno das revoluções árabes “seculares”, a ineficácia da revolta na Síria em conseguir derrubar Bashar Al-Assad, os protestos no Bahrain abafados pelo regime apesar da mobilização nas redes sociais ou a forma propagandística como a revolta dos separatistas no leste da Ucrânia foi transformada numa nova luta simbólica contra o fascismo e os “nazis” de Kiev, são alguns dos exemplos que explicam este aparente descrédito da revolta digital como nova ferramenta de cidadania e contra-poder. Os movimentos sociais de “indignados”, do 15M espanhol do início da década, passando pelo movimento italiano de Beppe Grillo, à recente revolta dos guarda-chuvas em Hong Kong contra o controlo de Pequim, mostraram também que a “revolução” pode ser mediatizada, nos velhos e novos media, sem conseguir fazer com que o sistema político se vergue à lógica das multidões digitais. O movimento “ocupa Wall Street”, no seu combate contra as desigualdades sociais concentradas no slogan dos 99%, não conseguiu evitar juntar mais uma décima ao

seu estandarte. Anos depois dos primeiros protestos frente à bolsa em Nova Iorque, e apesar da filantropia “redentora” de milionários como Warren Buffet ou Bill Gates, as desigualdades acentuaram-se ainda mais nos EUA quando, segundo alguns estudos, as maiores fortunas do país representam agora apenas 0,01% da população.

A obstinação. É neste contexto de aparente desilusão que o livro de Víctor Sampetro se torna de leitura essencial, para recordar que o processo iniciado com as revelações do sítio Wikileaks está longe de estar caduco e que a revolução – “cavalo de Troia” ou “bug” do sistema – pode ainda estar em curso. O professor catedrático de Opinião Pública e Comunicação Política analisa a forma como o chamado “hacktivism” criou um novo paradigma de “contra-poder”, na rede e em rede, que contribuiu quer para a crise do sistema político e económico, quer para a crise dos meios de comunicação social. *“Os ha-ktivistas questionaram a raiz do sistema político e informativo do século XX. E mostraram a perversão dos ideais pelos quais deveríamos trabalhar. Propõem-nos que participemos numa esfera pública de acordo com a nossa capacidade para atuar como sujeitos comunicativos e políticos de pleno direito”*. Para o autor, a “troika” Manning, Assange e Snowden, representa as três fases simbólicas da lenta degradação de um sistema onde os jornalistas se contentaram em ser meros intérpretes do poder político e económico junto do público, quando as possibilidades oferecidas pelos novos meios digitais parecem dar uma nova oportunidade às massas “adormecidas” do século passado de voltarem a influir na História, pelo seu próprio punho. A revelação dos documentos do Pentágono, dos telegramas diplomáticos das embaixadas norte-americanas, do sistema de espionagem da NSA em colaboração com os gigantes da Internet, ou mais recentemente, dos titulares de contas em paraísos fiscais (Offshoreleaks) e da forma como o Luxemburgo permitiu reduções fiscais a grandes empresas ao mesmo tempo que afirmava combater a fuga ao fisco (Luxleaks), expôs a forma como o segredo de Estado podia servir apenas para camuflar as contradições do poder, distante do interesse público. Recentemente Assange afirmava numa entrevista: *“Fundamentalmente acredito que a Internet pode pôr fim à assimetria de informação imposta pelos poderosos ao resto do mundo. Este é o sentido do nosso combate. Inverter a transparência: não cabe ao Estado saber tudo sobre os cidadãos, mas aos cidadãos saber tudo sobre o Estado”*².

Sampetro retrata esta cidadania reencontrada ou recuperada, entre a falência da moral das instituições e as ferramentas tecnológicas que permitem denunciar erros, cruzar dados e verificar as informações de comunicados, sondagens e mesmo artigos

2 <http://obsession.nouvelobs.com/people/20141112.OBS4705/julian-assange-nous-ne-sommes-qu-au-tout-debut-d-une-nouvelle-ere-democratique.html>

de imprensa. Um processo no qual as fugas de informação desmentem as declarações oficiais e onde a citação deu lugar à verificação e ao “fact-checking” (verificação de factos). Neste retrato, os “hackers” que piratearam as verdades oficiais –com a mesma intensidade dos ataques informáticos DDOS que frequentemente bloqueiam sítios Internet de governos, empresas e instituições– são apontados como os navios quebra-gelo que “abriram fissuras numa imprensa congelada, incapaz de exercer o contra-poder”. As máscaras de Guy Fawkes da população anónima pretendem desmascarar os poderosos, enquanto Assange parece carregar a “máscara de ferro” com que se condenavam, em tempos remotos, os mais perigosos opositores do Estado.

A Desobediência. Mas a crítica do autor à forma como os meios de comunicação social tradicionais foram apanhados desprevenidos no turbilhão de revelações que descredibilizou o sistema político, económico e financeiro, parece ignorar a revolução paralela que se operou nos últimos anos em grande parte das redações mundiais, na sombra da chamada crise dos media. É verdade que a combustão lenta do papel de jornal e a transição para o digital, como acontecera antes com o aparecimento da rádio ou da televisão, limitou-se, numa primeira fase, a uma simples transposição das velhas fórmulas para as novas plataformas. O combate de vários meios de comunicação contra o serviço informativo do Google, para lá da questão legítima dos direitos de autor, parecia antes de mais querer evitar uma evidência a cada nova pesquisa no motor de busca: o pluralismo dos media terminava sempre desmentido na longa lista de artigos com títulos semelhantes, a maior parte das vezes com os mesmos telexes de agências de informação. Os comentários dos leitores, único espaço de interatividade, chegavam mesmo a ser suprimidos, na Internet, na ausência de moderadores para filtrar os conteúdos mais ofensivos ou simplesmente conduzir os debates. Mesmo as redes sociais como o Twitter, surgida em 2006, perguntava aos seus utilizadores “O que estás a fazer?” antes de modificar, anos depois, a interrogação para “o que está a acontecer?”. Ao fenómeno mais visível dos “cidadãos-jornalistas” que aparentemente pulverizava o criticado “monopólio” dos jornalistas sobre a informação, sucedia outro fenómeno, dentro das redações, o dos jornalistas que reencontravam ou reatavam a ligação com a comunidade, através das novas plataformas tecnológicas. Uma mudança igualmente geracional, como a que se operava nas ruas contra as medidas de austeridade, contra ditaduras ou contra os esquecidos das promessas da sociedade de consumo. A nova geração de cidadãos e jornalistas que chegava às redações, do início do século ao virar da primeira década, encontrava-se face ao mesmo dilema que os jovens que se manifestavam nas ruas, vítimas de um sistema em transformação, sem conseguirem renovar a “agenda informativa”, impôr os seus pontos de vista, nem alargar as fontes para melhor retratar um mundo de

protagonistas até então anônimos. Esta divisão ilustrada pela separação entre os jornalistas “tradicionais” e “nativos digitais”, foi celebrizada pelas duas redações do jornal Washington Post, irreconciliáveis até 2009, de cada lado do rio Potomac. O processo de “integração” das redações e gerações distintas de jornalistas representa o início dessa revolução dentro das redações, antes mesmo das primeiras revelações protagonizadas pela equipa e a comunidade formada em torno de Assange.

Mas, como sublinha José Luís Sampedro, o sítio Wikileaks, cujo Wiki remete para um dos primeiros projetos de enciclopédia participativa do século – a Wikipedia, criada em 2001 – representa um dos primeiros exemplos de jornalismo comunitário à escala global. Se a comunidade de Assange reunia já “hackers”, “denunciantes” e jornalistas de todo o mundo, desde a sua génese, o modelo acabaria por influenciar quer os seus primeiros parceiros mediáticos – The Guardian, New York Times, El País, etc – quer os chamados “pure players”, os novos meios de informação digitais surgidos na viragem da década. O “crowdsourcing”, uma nova forma de apelo a testemunhas e fontes a participarem numa investigação jornalística – como o projeto lançado pelo jornal The Guardian já em 2009 para analisar as revelações sobre as despesas dos deputados britânicos³ – consolidou-se com as revelações do Wikileaks como ferramenta de inclusão do público no processo de construção de uma notícia. O “crowdfunding”, apelo a doações de internautas para custear reportagens ou novos sítios internet de informação, utilizado pelo Wikileaks para garantir a sua sobrevivência e independência, impôs-se igualmente como um modelo de financiamento de novos canais de informação menos dependentes da publicidade – mais próximos da missão de serviço público do que do simples “público-alvo”. Um dos exemplos deste novo panorama mediático, que melhor integrou a fusão entre jornalismo tradicional (seguindo os mandamentos de Camus) e jornalismo digital é o sítio internet francês Mediapart⁴. Criado em 2007 pelo antigo diretor do jornal Le Monde, Edwy Plenel, sem publicidade e financiado pelos leitores, o “sítio” francês parece dar resposta à questão levantada por Sampedro: “a crise dos media não corresponde a um problema de procura – nunca se consumiu nem se comentou tanta informação – mas de oferta”. O site, que festejou recentemente os 100.000 assinantes é uma plataforma de colaboração entre leitores, denunciante, programadores informáticos, jornalistas e especialistas e um reconhecido exemplo desse regresso do jornalismo de investigação que denuncia fraudes, destapa escândalos, em nome do interesse público. Os milhares de documentos secretos revelados em catadupa

3 <http://www.theguardian.com/gnm-press-office/crowdsourcing-mps-expenses>

4 <http://www.mediapart.fr/>

pelo Wikileaks, de 2010 a 2012, cada um com o seu lote de informações prontas a ser contrastadas com as verdades oficiais, aumentaram a desconfiança e a curiosidade de público e jornalistas, na sombra de Assange. Uma mudança de paradigma e de método de colaboração ilustrada por sítios internet como o norte-americano ProPublica, primeiro meio de comunicação online a vencer o premio Pulitzer em 2011, graças às suas reportagens de investigação. Depois de Assange, o “leaks” de “Wikileaks”, como antes o “gate” do escândalo “Watergate”, tornou-se um novo sufixo para assinalar a supervisão do poder e a defesa dos valores democráticos através da contra-informação, o contra-poder. É assim que assistimos, depois das filtrações do Wikileaks, às revelações de milhares de documentos do “Offshoreleaks” ou do “Luxleaks” a partir de 2013, protagonizado pelo Consórcio Internacional de Jornalistas, que reúne atualmente jornalistas de investigação de mais de 60 países. À frente deste “G60” que reivindica a herança do primeiro sítio de fugas de informação criado por Assange encontra-se o jornalista Gerard Ryle, curiosamente também de origem australiana como o fundador do Wikileaks. A cada nova revelação, o Consórcio reúne-se durante vários dias para analisar os dados recolhidos e ensinar os seus membros a trabalhar com as novas ferramentas digitais que garantem não só a proteção informática das suas informações, mas também a forma de organizar e pesquisar os milhares de ficheiros disponíveis, bem como cruzar informações e as competências de cada um dos seus membros. O Wikileaks como forma de vigiar as derivas dos poderes, com a autoridade, os métodos e a representatividade de um conselho permanente de supervisão ao nível global. A globalização da cidadania em defesa dos direitos humanos universais. Uma nova dinâmica ilustrada igualmente, em Espanha pelos diversos projetos lançados pela Fundação Civio, como o sítio internet “Quién Manda”⁵, que reúne jornalistas, programadores e cidadãos anónimos para cartografar as relações entre empresários e políticos no país.

As novas ferramentas tecnológicas que permitem pesquisar dados (o chamado “data mining”) encontrar fontes por geolocalização, organizar e analisar milhares de documentos, assim com o movimento de “Open Data” - que levou governos e instituições a disponibilizarem, ainda que de forma tímida, documentos que permitam avaliar a sua atuação - acabaram por surgir na senda desta revolução Wikileaks. O sítio de Assange, mais do que ter iniciado um processo parece confirmar a diversidade de um novo ecossistema informativo. Em paralelo às agências de informação tradicionais, que habitualmente monopolizavam a “agenda informativa” sendo o canal privilegiado da comunicação unilateral entre o poder e o público, surgiram

5 <http://quienmanda.es/>

novas agências como a Storyful, baseada em Dublin e que graças a complexos algoritmos mas também a colaborações com jornalistas-cidadãos, ativistas, jornalistas, engenheiros informáticos e especialistas no terreno, permitiram identificar, verificar e recuperar imagens, vídeos e informações sobre novos temas até então ignorados pelas agências tradicionais. Curiosamente, a Storyful foi adquirida recentemente pelo grupo News Corp de Rupert Murdoch, pouco depois do escândalo das escutas organizadas pelo jornal “News of The World”. Uma espécie de redenção que não deixa no entanto de levantar algumas dúvidas sobre a transição para esta forma de estar “à escuta” dos cidadãos, por palavras chave, “hashtags” e “trends” (tendências). Desde há uns meses que um novo sítio internet norte-americano - Vocativ⁶ - criado por um antigo responsável de segurança informática e recorrendo aos mesmos métodos das agências de espionagem, propõe-se detetar as informações escondidas na “Internet profunda” (deep web), através de complexos algoritmos, antes mesmo que estas atinjam o nível de “trending topic”. Convém também referir, a generalização do “fact-checking” como género jornalístico cooperativo, nas pisadas das revelações contidas nos milhares de telegramas diplomáticos expostos pelo Wikileaks. A cimeira do G20 na Austrália, em Novembro de 2014, foi palco da primeira “maratona mundial de verificação de informações” ou “Factcheckaton”. Entre as nove organizações de todo o mundo reunidas para verificar as declarações dos líderes mundiais, várias pertencem a meios tradicionais, como o blog “Preto no Branco”⁷ da brasileira Globo ou o “Washington Post Fact Checker”⁸ do reconhecido jornal norte-americano, mas também novos atores como o “FactcheckEU”⁹ que se dedica a passar ao crivo as afirmações dos líderes europeus.

A Lucidez. Mais do que uma simples crítica às derivas do jornalismo no seu papel de contra-poder, o livro de José Luís Sampedro parece convidar a profissão a retomar os mandamentos de “*Lucidez, desobediência, ironia e obstinação*”, enunciados por Camus para desafiar a censura no início da segunda guerra mundial. Mais de setenta anos depois, Julian Assange pôs em prática os mesmos princípios ao desafiar o segredo militar que ocultava as contradições da guerra contra o terrorismo. Camus remata a sua reflexão sobre a missão de um jornalista face à propaganda, afirmando, “formar estes corações e estes espíritos, despertá-los sobretudo, é a tarefa ao mesmo tempo modesta e ambiciosa que incumbe ao homem independente. É necessário defendê-la sem olhar para mais adiante. A história poderá reconhecer ou não estes

6 <http://www.vocativ.com/>

7 <http://oglobo.globo.com/blogs/preto-no-branco/>

8 <http://www.washingtonpost.com/blogs/fact-checker/>

9 <https://factcheckeu.org/>

esforços. Mas o importante é que terão sido feitos”. A história poderá reter ou não o papel do Wikileaks como das “revoluções árabes” ou dos movimentos de indignados, neste despertar coletivo que sobressaltou o jornalismo. Mas a imagem de um Julian Assange “emparedado” numa embaixada em Londres, vítima dos seus esforços para defender a transparência, mostra que os seus objetivos foram concretizados. A “prisão” de Assange é a derradeira revelação do Wikileaks, do temor do poder face à indignação do “homem independente”.

José Miguel Sardo
Jornalista

INTRODUÇÃO E ESTRUTURA DO LIVRO	// 018
AS PERSONAGENS	// 026

I.

SOBRE HERÓIS, TUMBAS E O ARVOREDO PERDIDO	// 031
HACKERS E CIDADÃOS DIGITAIS	// 032
HACKERS E JORNALISTAS EM GUERRA	// 041
TECNOLOGIAS QUE DESTROEM SEGREDOS OFICIAIS E COMPILAM OS NOSSOS	// 046
O DESAFIO: VER A FLORESTA	// 053
O ARVOREDO PERDIDO	// 054
MENOS HERÓIS, MENOS ZOMBIES E MAIS FLORESTA	// 063

II.

É A GUERRA. CONTRA TERRORISTAS, DELINQUENTES, ESPIÕES... CONTRA VOCÊ	// 071
CIBERTERRORISTAS	// 073
CIBERDELINQUENTES	// 083

A PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	// 086
GOVERNOS, EMPRESAS E BARÕES DA IMPRENSA QUE NOS ESPIAM	// 089
NEGÓCIO E NEUTRALIDADE DIGITAL	// 093
ESPIÕES APÓS O DEGELO	// 100

III.

A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ UMA REPOSIÇÃO	// 111
A CONTRACULTURA QUE DERAM POR ENTERRADA E RENASCE NA MISTURA	// 112
UM CRIPTOPUNK ILUSTRADO NO CÍRCULO DE VIENA	// 116
HACKEAR O MERCADO DE DINHEIRO E DE VOTOS DE SEATTLE AO EQUADOR, A PASSAR POR CHIAPAS	// 126
DO ANTIBELICISMO À DEFESA DA INTERNET	// 133
CONTRADIÇÕES ESTRATÉGICAS E LIMITAÇÕES TEÓRICAS	// 148

IV.

UM BUQUE QUEBRA-GELO E O QUARTO PODER EM REDE	// 165
O NOVO ECOSISTEMA INFORMATIVO. DE TUBARÕES, PLÂNCTON E O QUARTO PODER	// 166
CRISE? VOCÊS NÃO SABEM BEM	// 173
CURSO RÁPIDO DE JORNALISMO	// 179
OS TRÊS PODERES RASGADOS DE CIMA A BAIXO	// 186
O QUARTO PODER EM REDE AJUSTA CONTAS COM A IMPRENSA	// 190
JORNALISMO DE DADOS E CIDADÃO. COMO O PUNK: PASSÍVEL DE SER FEITO POR QUALQUER PESSOA	// 190
PECADOS PRIVADOS E O NÉGOCIO DOS SEGREDOS	// 192
DOMESTICANDO FILTRAÇÕES SELVAGENS	// 200
PERGUNTAS E HIPÓTESES	// 203
MEIOS DIGITAIS E GLOBAIS	// 205
MEIOS ESTATAIS E SOCIAIS	// 206
NEGÓCIOS SECRETOS E O ICEBERGUE DA CENSURA	// 208
HACKERS E JORNALISTAS: JUNTOS NAS REDAÇÕES?	// 216

O JORNALISMO QUE VEM E QUE VOLTA ÀS SUAS ORIGENS	// 223
BEM COMUM, CÓDIGO ABERTO, LIVRE E COLABORATIVO	// 224
ROMPENDO A CAMINHAR	// 231
O NOVO, NOVO JORNALISMO EM ESPANHOL	// 232
DOIS CASOS NA ESTEIRA DO WIKILEAKS: EVASÃO FISCAL E CIBERTURBAS	// 236
JORNALISTAS BASTARDOS E FILANTROPOS DIGITAIS	// 238
CODA	// 244
QUEM ESCREVE. PLAGIA E AGRADECE	// 249
BOLAS EXTRA: REAÇÕES À PRIMEIRA EDIÇÃO DESTE LIVRO	// 253

INTRODUÇÃO E ESTRUTURA DO LIVRO

E, no entanto, apareceu o WikiLeaks em 2010. Libertou 250.000 documentos das guerras no Afeganistão e no Iraque. A seguir, viria publicar-se quase o duplo de cabogramas da diplomacia norte-americana. Assim, entrávamos no tempo da grandes revelações por iniciativa da gente comum, as quais eram tecnicamente impossíveis antes, e cujo alcance era difícil de compreender. Os anônimos entregavam os arquivos à principal mídia do mundo em troca de nada. Ainda pior, os jornalistas cobravam as notícias e os delatores pagavam um alto preço: acosso, prisão e exílio.

A Imprensa conseguiu que pensássemos que tudo aquilo não tinha nada a ver com nós. Não nos apercebemos de que os hackers estavam a convocar-nos para formarmos juntos o Quarto Poder em Rede. Chamavam-nos para que mobilizássemos corpos, algoritmos e computadores que controlassem quem governa, legisla e julga. Queriam mostrar a nossa capacidade para fazê-lo, e demonstrar que era possível. Mas, quando finalmente nos descobriram que estávamos a ser espiados, em toda a parte, o sonho duma democracia digital tornou-se um pesadelo.

Este ensaio, embora não pareça, é uma viva defesa do jornalismo. Não do jornalismo existente, mas daquele que está por vir. As críticas cá vertidas partem duma chamada à ação, que ocupa o primeiro capítulo. Esta chamada aplica-se a quem escreve e a quem nos lê. Para esclarecer a minha posição de partida, insistirei em que não me dou bem nem com os computadores nem com os *hackers* (piratas informáticos). Quando criança, nem mesmo jogava Pac-Man. Os meus amigos sempre gostaram muito mais de ler livros e de combinar para debaterem acerca deles. A primeira vez que criei uma conta no Facebook fiquei desconcertado: as minhas

«amizades» utilizavam-no para combinarem depois e fazerem coisas juntos. Se calhar, a minha «sociofobia»[1] nada tem a ver com a internet. As minhas dificuldades para relacionar-me e envolver-me socialmente manifestam-se em que não faço parte de nenhum grupo do Whatsapp. Para mim, a internet é um espaço de trabalho mais do que um lugar de socialização. Não sou um nativo, mas um trabalhador digital.

Acho que a maioria dos *hacktivistas* (hackers que participam de manifestações e de protestos) são demasiado *freaks* e *nerds*; e eles também acham o mesmo de mim. Com exceções, certamente. Porém, confessarei que os admiro, muito. Como também admiro outros muitos jornalistas que critico desde sempre. Ou como admiro bastantes colegas da universidade, sejam alunos ou professores. Fustigo-os, tentando assumir a minha parte de responsabilidade, até onde a consciência e o pudor me permitem.

Temos de reconhecer que o WikiLeaks revelou onde é que estávamos. Mostrou-nos sepultados alguns metros baixo terra. Sem dúvida, mesmo que não fosse no mesmo nível, o nível dos piratas que acabaram por nos retratar em mãos dos vigilantes. De continuarmos desse modo, os profissionais e professores de jornalismo seríamos uns cadáveres. Ou mesmo pior, zombies que arrastariam o seu passado numa cena apocalíptica. De 2008 até 2012, desapareceram quase 200 meios de comunicação e perderam-se 8.000 empregos: 27.443 jornalistas ficaram sem o seu trabalho. Depois de severos *Expedientes de Regulación de Empleo* (E.R.E.)[*] para todos os setores jornalísticos[2], os graduados em Comunicação tinham ainda menos futuro laboral do que com aqueles com diploma em Línguas Clássicas.

De alguma maneira, era assim. Os jornalistas usavam uma linguagem, um código para se relacionarem com a sociedade, que ficara caduco. Incompreensível para perceber o mundo e irrelevante para quem quisesse mudá-lo. Celebravam a miséria, oficiavam o rito democrático de costas viradas para a cidadania, como os curas faziam antes do Concílio Vaticano II. O Wikileaks, porém, demonstrou que a média devia ser mudada para podermos retomar o seu propósito. O jornalismo não dava conta da realidade. Contrariamente, criava uma ficção paralela. Defendia os atores sociais mais fortes e abandonava os mais fracos. Estes últimos não figuravam, nem sequer, como vítimas. As suas mortes eram efeitos «colaterais» de «operações humanitárias». Revelações posteriores provariam que se estava a travar uma guerra contra as nossas liberdades civis. A internet tinha deixado de ser uma ferramenta

* Figura legal usada em Espanha para proceder a despedimentos coletivos (*nota do tradutor*).

1. Referência ao livro *Sociofobia*, de César Rendueles. Madrid, Capitán Swing. 2013. Um livro maravilhoso com o qual discrepo. Tanto que, mesmo sem me aperceber, tenho debatido bastante com o seu autor nos últimos meses, enquanto ele terminava de redigi-lo.

2. <http://www.rtve.es/contenidos/documentos/OBSERVATORIOCRISIS026abril.doc>

de emancipação para se tornar uma plataforma de controlo. Graças à vigilância maciça, os interesses estatais e corporativos estavam de mãos dadas; e, de passagem, amparavam falsamente a democracia, abafando-a.

Os hacktivistas questionaram de raiz o sistema político e informativo do século XX, e mostraram a perversão dos ideais pelos quais deveríamos trabalhar. Propõem que participemos numa esfera pública acorde com a nossa capacidade para atuarmos como sujeitos comunicativos e políticos de pleno direito. A crise da média não responde a um problema de demanda —nunca antes houve tanta informação, nem foi comentada como é hoje—, mas de oferta. Não estamos interessados em pagar para ler notícias, pois essas notícias não valem o que custam. Aliás, não servem os nossos interesses, não nos representam. Precisamos de representantes que não imponham, mas que nos ajudem, primeiramente, a reconhecer e exprimir os nossos interesses individuais. Depois, a conciliá-los. E, finalmente, a formulá-los em chave coletiva. Essa é a tarefa do jornalismo voltado para o bem comum, que defendemos no primeiro capítulo. Por isso nunca se precisou de tantos jornalistas como hoje, pois são muitas as comunidades que os necessitam para terem presença na esfera pública.

É melhor dar como morto o modelo de negócio o mais rapidamente possível, pois não consegue morrer. A indústria dos média só quer captar a nossa atenção — incrementar a quota de audiência— para vendê-la aos publicitários. Os anunciantes entraram na internet porque este meio identifica e chega melhor aos perfis dos consumidores. Entre 2007 e 2012, as receitas de publicidade desceram, para todos os meios, entre um 42% e um 60% na *imprensa*[3]. Isto demonstra que os jornalistas já abandonaram os fins que eles diziam servir: agem apenas como mediadores publicitários. Informar o público tornara-se qualquer coisa secundária, e o principal objetivo era mantê-lo parado frente ao televisor. Quando conseguimos encontrar notícias gratuitas e contrastá-las na Rede, o negócio terminou: aproximadamente 20% menos de leitores de imprensa em Espanha em seis anos, e 62% de internautas que somente leem as notícias mediante a internet (50% na Europa)[4].

A média colocara os seus interesses acima do serviço público. Em troca duma cobertura favorável, os centros de poder proporcionavam-lhes ajudas legais e publicidade institucional. E aliás queriam que ficássemos em silêncio, ancorados na função de espectadores que só deixam os ecrãs ou acodem ao quiosque para consumirem

3. Resumen Estudio Inversões InfoAdex 2012. <http://www.infoadex.es>

4. *La sociedad de la Información en España*. Fundación Telefónica. <http://www.informeeespana.es/docs/eE2011.pdf>

5. Estas duas frases misturam o início da conversa entre Jean-Luc Godard e George Daney em *Histoire(s) du cinéma*.

estilos de vida e slogans eleitorais. Duas vias para exercermos uma cidadania de baixa intensidade: o consumo de marcas e o voto nas siglas.

Para manter a nossa atenção, o jornalismo convencional apresenta notícias coloridas de espetáculo e interesses espúrios, em boa medida inconfessáveis. Dessa maneira usam um código fechado, linguagens e procedimentos que deixam o cidadão fora. Assim, em lugar de alimentarem o debate público, manipulam-no até nos afogarem. A saturação de mensagens e a impossibilidade de compará-las impede-nos filtrar aquilo que é relevante. De facto, o enorme fluxo de informações sem cruzar funciona ao estilo da maior das censuras. O curto ciclo de atenção eleitoral e dos mercados impede perceber os problemas de fundo. Além disso, estamos a esquecer que não poderemos resolver isto por votarmos periodicamente ou por irmos aos saldos. Também não resolveremos clicando compulsivamente e assinando campanhas digitais.

Nadamos numa hipotética opulência de opções políticas e informativas. Na verdade, afundamos na tentativa de processá-las. São demasiadas e, no fundo, bastante parecidas. Os tópicos a alcançarem máxima difusão costumam coincidir com o mais adulterado e trivial. A podridão sensacionalista — o escândalo de *News of the World* e do grupo Murdoch — coincidiu com o desafio do WikiLeaks. Fica claro que precisamos de alguém que obvie a banalidade e que denuncie o engano. Necessitamos profissionais com identidade própria, códigos morais e técnicos e que se distingam dos propagandistas políticos e corporativos. Queremos redatores de notícias a trabalharem com dados indiscutíveis e a exporem debates com argumentos lógicos, abertos à sociedade. Exigimos profissionais que saibam alimentar e, ao mesmo tempo, nutrir-se do debate social sustido nas redes digitais e pessoalmente. Trabalhadores que, em resumo, estejam dotados das novas ferramentas e destrezas e saibam pô-las ao serviço dos nossos interesses, que são também os interesses deles, como profissionais e como cidadãos.

Não existem ativistas precedentes que tenham influido tanto na agenda informativa com um alcance tão global, nem que chegaram a dotar-se dum projeto de transformação tão completo do sistema comunicativo (e político). WikiLeaks, Manning e Snowden convocam-nos para que construamos qualquer coisa nova, aqui e agora, tanto no nível local quanto no nível global. Oferecem-nos um protótipo do Quarto Poder em Rede, cheio de acertos e erros, como não podia deixar de ser. À frente do poder dos governos, dos parlamentos e dos tribunais, forja-se o contrapoder da Sociedade Civil Transnacional. Dificultosamente e com limitações (das quais devemos aprender muito), desejamos construir uma esfera pública em que os cidadãos sejam o início do qual parta tudo, e o fim que dá sentido. Pois eles, com os seus dispositivos

digitais, divulgam informação, processam-na e debatem-na com uma autonomia ainda não reconhecida. Os cidadãos mobilizam-se, e com os seus protestos aplicam sanções políticas inesperadas, de velocidade e alcance imprevisíveis. Os hacktivismos é para a Imprensa o que as cibermultidões para a política; ou o que o 15-M espanhol é para o regime político-informativo da Transição.

O Quarto Poder em Rede age como contrapoder: controla os outros três. A sua expressão informativa, de maior transcendência até agora, é o WikiLeaks e a sua manifestação política, isto é, as revoltas ou (re)voluções na rede surgidas em todo o mundo. Não se passou um ano após as divulgações acerca do Iraque, quando a primavera árabe teve início em 2011. Assim é que começava um ciclo de protesto global, com o 15-M espanhol a desempenhar um papel decisivo, por servir de referência e de ponte. Anos mais tarde, as cibermultidões continuam a convocar-se nas praças do Egito, da Turquia, do Brasil... proclamando-se representantes do 99% da população. Essa mesma percentagem mostra as suas fraquezas: 99% da população não pode ser representada sem cair no populismo, pois a política consiste em repartir custos e benefícios. Por outro lado, o 1% também faz parte desse 99%. Mas, além das críticas (das quais, certamente, não estão isentos outros atores), as populações exigem que aqueles que governam, promulgam e aplicam as leis aceitem a transparência e a participação. Estes são dois objetivos potenciados pelas tecnologias digitais, ou que pelo menos se tornam mais factíveis do que antes.

Como aconteceu sempre durante as mudanças culturais profundas, o sistema de representação está em crise. Os jornalistas convencionais não nos representam porque, antes de representantes, pedimos que sejam os nossos delegados. As assembleias (possíveis, graças à internet, dentro e fora dos ecrãs) demandam delegados que transmitam os consensos ou acordos maioritários sem os alterar. Agora podemos comunicar-nos correntemente com os jornalistas, e, por mesmo, em vez de renunciarmos a eles, deveríamos reconhecê-los e torná-los imprescindíveis. Eles são necessários para aqueles com menos recursos para serem ouvidos, são necessários para aqueles que não têm força para se imporem.

O WikiLeaks, como protótipo que é, tem evoluído. A organização passou de se apresentar como «a CIA do povo», espíões sem estado, para configura-se como uma organização mediática com produções próprias (desde vídeos até documentários). Contrariamente aos outros *nerds* da internet, Assange admite que precisamos sair dos ecrãs (ou, por melhor dizer, precisamos utilizá-los) e intervir no mercado da informação e até nas eleições. Estas são as duas tarefas empreendidas pelos revolucionários: criarem novos meios de comunicação e novas maneiras de fazer política. O hacker tornou-se um modelo para o repórter investigativo. Por sua vez, o hackti-

vista tornou-se o exemplo do militante ou do político. Antes de esta linguagem tão tentadora ficar banalizada, vale a pena assinalar a mudança radical que estes atores promovem. Uma mudança que vai às raízes e tem objetivos muito ambiciosos. Não é fácil de perceber à primeira, e ainda menos de prever os seus resultados. Afeta-nos a todos, embora de forma diferente. Daí a estrutura circular do livro.

Cada capítulo pode ser lido de forma independente. Repito argumentos e repasso factos para chegar evidências, aos poucos, para o leigo. Com estas evidências construiremos algumas teses a respeito de temáticas que, mesmo eu, desconhecia até há pouco tempo. A internet entrou nas nossas vidas e ninguém sabe como é que isso aconteceu. A sua penetração foi tão subtil quanto ágil e intensa. Navegamos a milhares de bytes por segundo, mas ignoramos para onde vamos, e desconhecemos os navios que nos transportam. Estamos a pagar passagens muito caras, sem sabermos a quem, nem o destino final. Este livro procura servir como *diário de bordo* — tradução do termo *blog*— duma viagem em que cada um pode escolher a sua tripulação e o porto onde ancorar.

O primeiro capítulo, como já foi referido, define a comunicação como bem comum e convida a gerá-lo entre todos. Explica a verdadeira função das revelações e o problema intrínseco que implica a gestão do segredo dos dados digitais. Por outro lado, também esclarece a ética e o projeto político aderido pelos hacktivistas. O segundo capítulo refuta o arsenal de mentiras, e desmota a a campanha de assédio contra o WikiLeaks. A partir disto, repassamos alguns dos debates centrais acerca da internet. A acusação contra os hackers de serem terroristas revela o grau de militarização imposta na rede. A acusação de serem delinquentes é refutada se atendermos a privatização e a mercantilização do espaço público digital. Finalmente, a acusação de serem espíões inimigos é muito pouco consistente ante a fusão da espionagem estatal e corporativa revelada por Snowden.

O terceiro capítulo do livro realiza uma leitura da trajetória do WikiLeaks e do seu líder, ligando-os às ideologias da Modernidade, à esquerda e aos movimentos sociais. Mas esta interpretação nem sempre é a única nem a mais acertada. De facto, os hackers também são contratados por corporações, governos e exércitos de todo o tipo. Desse modo, baseio-me nas conversações dos hackers com os seus colegas de andanças, com empresários do Google, colaboradores do Departamento de Estado dos EUA e académicos. Misturo aquelas conversas, referenciando as transcrições completas. Procuo deixar claro que os hackers quebra-gelos interpelam, independentemente da nossa ideologia. E, em última instância, ponho em prática o jornalismo que defendo: de código aberto (que desvela todas as suas fontes) e livre (que mistura outras vozes e demanda ser reutilizado). Este capítulo recolhe tam-

bém as mudanças nas políticas da internet causadas por Snowden; mudanças que publicámos de forma colaborativa no nosso blogue no diário *Público*, sob o mesmo título que o presente livro.

O quarto capítulo concreta a função do jornalismo de código livre como parte do Quarto Poder na Rede. Apresenta-se o WikiLeaks como um navio quebra-gelo, que abriu fendas numa Imprensa congelada, incapaz de agir como contrapoder. A crónica da viagem é, forçosamente, incompleta. Enquanto estou a escrever, as notícias ou repercussões da sua atividade assaltam-me continuamente. Aliás, a proposta hacker seria inabordável se tiver de ser tratada em toda a sua amplitude. O quinto capítulo reúne conclusões que não podem ser tais: fala sobre o jornalismo pós-industrial que está a emergir, e assinala que não é outro senão o jornalismo convencional, porém levado a sério em tanto que contribuição para o bem comum. Por outro lado, informo de algumas iniciativas que estão a hackear, a abrir o código do sistema político-informativo que sofremos atualmente. Também anoto as oportunidades permitidas pela recente aliança entre filantropos da indústria digital e jornalistas corajosos. O Quarto Poder em Rede é uma realidade para aqueles que investem grandes quantias nele, e mesmo para aqueles que o combatem e colocam em risco as nossas liberdades. O intuito destas páginas é mostrá-lo a quem mais proveito poderia tirar dele em caso de contribuir a torná-lo realidade.

O navio quebra-gelo do WikiLeaks abriu-nos caminho para terras ignotas. Poderíamos criar nelas assentamentos baseados na autodeterminação pessoal e coletiva segundo o estilo dos bucaneiros, que contavam com portos e ilhas para refúgio. O WikiLeaks chamou à defesa da internet como território comunal. Deveríamos ser capazes de (auto)geri-lo para manter a sua autonomia. Está nas nossas mãos legislarmos e utilizarmos a Rede para garantirmos a sua (sempre relativa) independência a respeito do poder político e económico. Se a Rede não estiver censurada, monetizada ou espiada, poderemos controlá-lo. Somente assim conseguiremos tomar aquilo que é nosso, porque teremos colaborado na sua geração. Recuperarmos o nosso, arrebatado pelos (des)governantes, e manter estes afastados.

Os piratas corsários ficam excluídos. Séculos atrás, eles atuavam pagos pela primeira multinacional (a Companhia das Índias) e pelos monarcas eleitos por desígnio divino. Na atualidade, são pagos pelas corporações e pela NSA. A nossa luta, a luta da sociedade civil em rede, não termina com a garantia dum salário, ou ao aceitarmos as dádivas da corte. Também não acaba por convertermo-nos em empreendedores digitais, transformados em marcas pessoais e precarizados por toda a vida.

A história que estamos a contar, devemos admiti-lo, também poderia ser lida como um enorme fracasso. Mas este figura-se tão grandioso que vale a pena nar-

rá-lo. Porque a felicidade não tem história[5]. A luta vence quando continua e se mantém viva. Nada do que conseguirmos será suficiente, pois nunca disporemos de suficiente liberdade nem democracia. Deveríamos ganhar ânimos pelo prazer que experimentamos quando os nossos sonhos se tornam no pesadelo daqueles que se consideravam, a si próprios, intocáveis.

Talvez o melhor já passou. Os hacktivistas perseguiram demasiados objetivos ao mesmo tempo. Eles sofrem assédio e têm muitas frentes abertas... Aliás, incorreram em erros e contradições. Mas o rasto poderia levar a uma relação cujo valor, por sido tão desejada, não soubemos reconhecer quando a tivemos na frente. Pudemos fazer mais pelos hackers. Mas ficámos fascinados por eles e não soubemos corresponder. Contudo, sem eles jamais teríamos conhecido a paixão que, depois, se tornaria num compromisso sólido com a democracia. Encomendo-me, então, à santa Clarice Lispector e lembro a sua jaculatória: «Será preciso coragem para fazer o que vou fazer: dizer. E me arriscar à enorme surpresa que sentirei com a pobreza da coisa dita».

Julian Assange. Dirige WikiLeaks desde o seu aparecimento público em 2006. Recebeu o prémio *Índice de Censura* de *The Economist* (2008); o galardão Nova Mídia, concedido por Anistia Internacional (2009); a Medalha de Ouro da Fundação Australiana pela Paz, de Sidney; o Prémio Walkley e o Martha Gellhorn de jornalismo (2011). Participou na elaboração da grupo de correio eletrónico dos criptopunks, que desenvolveram a tecnologia de anonimato e a encriptação que permitiu que o WikiLeaks se tornasse uma plataforma de informação não censurável, e graças à qual os seus informantes não podem ser rastreados. Entre os desenvolvimentos informáticos de Julian Assange acham-se em destaque o sistema de encriptação *Rubberhose* e o código original do WikiLeaks. Escreveu, com a ajuda de Sulette Dreyfus, o livro intitulado *Underground*, uma história do movimento hacker internacional. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) manifestou a sua preocupação pela «ciberguerra» organizada contra o WikiLeaks, numa declaração conjunta com a Organização dos Estados Americanos. E reclamou que os estados e as empresas digitais enfrentadas ao WikiLeaks respeitassem os princípios legais. Na sequência da perseguição judicial por abusos sexuais, montada pelos EUA, Julian

* As melhores fontes de informação e atualização destes perfis são:

- http://en.wikipedia.org/wiki/Julian_Assange

- <http://www.bradleymanning.org/>

- http://en.wikipedia.org/wiki/Edward_Snowden

- <http://edward-snowden.net/>

Assange teve de refugiar-se no verão do ano 2012 na embaixada equatoriana em Londres, onde continua a morar enquanto se escrevem estas linhas.

Chelsea Elisabeth Manning (antes, Bradley Edward). Infante da Marinha dos EUA que em maio de 2010, com 22 anos de idade, foi prendida no Iraque, e passou onze meses totalmente isolada. Este tratamento foi qualificado de tortura pelas principais organizações de Direitos Humanos (Anistia Internacional, Human Rights Watch) e pelo Relator Especial da ONU sobre a Tortura, que o considerou «cruel, desumano e degradante».

A soldado Manning confessou a um hacker do FBI ter revelado documentos acerca do Iraque, do Afeganistão e das embaixadas norteamericanas. Também declarou ter sentido a necessidade de expor as violações dos direitos humanos ignoradas pelo público. Foi no final do seu processo, e para conseguir a diminuição da sua condenação, que aceitou uma declaração de arrependimento por ter divulgado documentos confidenciais. A quantidade de documentos confidenciais revelados por Manning é a maior que se se conhece até ao presente.

Manning foi julgada por um tribunal militar no verão de 2013, mas no juízo não se tratou o assunto fundamental dos crimes de guerra. Aliás, rejeitou-se a ideia de que Manning, de acordo com o direito internacional, tivesse a obriga legal e moral de denunciar esses crimes. Posteriormente, alguns tribunais internacionais sentenciaram que vários destes factos eram crimes contra a humanidade. Durante o juízo, todos os documentos desclassificados que detalhavam erros letais, delitos ou torturas das tropas aliadas foram excluídos. Não houve transcrições oficiais, e, portanto, o juízo passou de ser um processo público a outro de caráter inquisitorial. Os instrutores eram os únicos que conheciam o processo aberto a Manning e as provas reunidas. Deste modo, não se reconheceu a igualdade entre as partes nem os direitos próprios dum juízo justo.

A soldado Manning foi condenada a 35 anos de prisão. O fiscal solicitara o quádruplo, por duas dúzias de delitos, que incluíam a espionagem. A acusação de «ajuda ao inimigo», que comportaria prisão perpétua, não prosperou. Quando Manning recebeu a sua sentença, tinha já três candidaturas ao Prémio Nobel da Paz. Solicitou que, durante a sua estada no cárcere, lhe fosse aplicado um tratamento hormonal para mudar de sexo. Quando Manning tenha cumprido um terço da sua pena poderá sair, depois de oito ou nove anos encerrada, e tornar-se uma mulher livre.

Edward Joseph Snowden. Nascido em 1983. Em junho de 2013 revelou que a Agência de Segurança Nacional dos EUA —NSA, nas suas siglas inglesas— acedia aos

registos telefónicos e da internet de milhões de cidadãos dos EUA e de todo o mundo. *The Guardian* e *The Washington Post*, *The New York Times* e *Der Spiegel* divulgaram os programas de espionagem maciça do governo estadunidense. O programa de vigilância conhecido como PRISM permitia à NSA e ao FBI acederem sem limites aos servidores de nove gigantes da internet como a Microsoft, Google, Apple, PalTalk, AOL, YouTube, Skype, Yahoo e Facebook. O programa obtinha informação pessoal dos usuários, monitorizava correios eletrónicos e, em geral, o tráfego da internet. Outro programa rastejava e registava os dados de telefonemas, com ajuda de redes de satélites, inclusive de redes comerciais. Snowden confessou ser a fonte destas revelações enquanto se ocultava em Hong Kong. O isolamento forçado de Manning convencera-o da impossibilidade de encabeçar uma campanha civil no seu país. Quando compareceu publicamente, foi com o apoio do WikiLeaks e da comunidade hacker mundial.

Os EUA começaram a perseguição de Snowden acusando-o de espionagem, furto e uso ilegal de bens governamentais. Justificaram-se na luta antiterrorista e pediram a extradição desde Hong Kong. Snowden partiu para a Rússia e iniciou contactos com o governo equatoriano, o qual, vítima de pressões e de intercetção das suas comunicações internas, não lhe pôde oferecer asilo. Snowden chegou a solicitar acolhimento a mais de 20 democracias, que recusaram recebê-lo. A maioria delas colaboravam com a espionagem das agências norte-americanas ou consentiam-na. O conflito dos EUA com Evo Morales por causa deste assunto dá conta dos envoltimentos diplomáticos e do nível de pressão estadunidense. O avião do presidente boliviano, procedente da Rússia, foi retido no aeroporto de Viena, sob suspeita de transportar Snowden. Além disso, recusou-se o pedido de aterrar em solo francês, italiano ou espanhol. Três países latino-americanos do ALBA — *Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América*, tratado económico à margem dos EUA— também ofereceram asilo ao ex-agente da NSA. O Mercosul solidarizou-se com a Nicarágua, a Venezuela e a Bolívia, e reivindicaram o direito ao asilo político. Isto também foi exigido pelos parlamentares da UE, da Alemanha e do Brasil; tal pedido não teve efeitos práticos até ao momento presente.

O presidente russo, Vladimir Putin, reteve Snowden no aeroporto moscovita, enquanto lhe impunha a condição de não desenvolver atividades hostis contra os seus «sócios estadunidenses». Finalmente, no 16 de julho de 2013, Snowden aceitou e solicitou asilo à Rússia. A suas revelações confirmam que a captura indiscriminada

2. <http://www.spiegel.de/international/world/spiegel-exclusive-nsa-spies-on-international-bank-transactions-a-922276.html>

de dados digitais, de quaisquer usuários, desde quaisquer lugares e desde quaisquer dispositivos ou programas, constitui uma prática normalizada. Aliás, também confirmam que a interseção destes dados com as transações de cartões de crédito é uma realidade[2]. O governo de Obama justificou-se na Guerra Global contra o Terror. O programa Echelon está assente nos procedimentos da NSA, e com ele os EUA e o Reino Unido podem ter em comum as suas estruturas de espionagem, compartilhadas com o resto do conjunto de países conhecidos como The Five Eyes (os cinco olhos): o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Snowden foi candidato ao Prémio Nobel da Paz em 2014.

I. SOBRE HEROIS. TUMBAS E O ARVOREDO PERDIDO

Apelamos para a constituição do Quarto Poder em Rede. A viabilidade do jornalismo como profissão e negócio estão em jogo; mas na realidade falamos do futuro da democracia. A esfera pública, onde decidimos os nossos representantes e as nossas metas coletivas, é agora digital e pode fomentar novas formas de democracia. Ou de totalitarismo. A nossa esperança reside na recuperação da comunicação como um bem comum; isto é, resultado da colaboração entre os jornalistas e as comunidades às quais servem. Deveriam fazê-lo de duas maneiras. Primeiro, gerando conjuntamente, com os indivíduos e os grupos mais dinâmicos, um contrapoder. Trata-se de afirmar o controlo e a supremacia da sociedade civil sobre os seus representantes. Segundo, ajudando-nos a compor narrações sociais que nos reconheçam como atores políticos e comunicativos de pleno direito. Mostrando-nos capazes de debater e decidir o nosso destino.

Para punir a corrupção e o engano não bastam a tecnologia nem os modelos de negócio digital. Estas são as duas obsessões que dominam o debate. Mas de nada servem os novos formatos e meios de comunicação se não nos permitem decidir, em pé de igualdade com os poderosos, quem somos e para onde queremos ir. O jornalista deveria reconhecer, duma vez por todas, que agora partilha o seu protagonismo e a sua visibilidade com cidadãos que podem produzir notícias. A capacidade destes para difundirem dados converte-os em aliados imprescindíveis. Quanto aos empresários, para o seu próprio bem, é melhor que entendam quanto antes que para fazerem negócio já não basta vender a nossa atenção (as quotas de audiência) aos publicitários. Esse negócio já não lhes pertence: também é nosso. Podemos intervir no produto, no seu processamento e difusão, e gerar uma atenção pública, por exemplo nas redes sociais.

Em vez de maximizarem benefícios económicos (salários e cotações bolsistas), os donos da comunicação deveriam entender as notícias, a informação, como um bem comum. Sobreviverão se assegurarem rendimentos suficientes para o sustento dos meios independentes. Conseguir-lo-ão se rentabilizarem aquilo que não tem um retorno económico imediato, mas que lhes confere credibilidade, a qual é a base da sua atividade. Para isso, terão que aliar-se com os sectores cidadãos mais capazes e corajosos, tal como fez o jornalismo em tempos de mudanças sociais drásticas. Não são precisos heróis nem líderes carismáticos, mas sim indivíduos comprometidos, com competências técnicas e sólidos valores éticos. Cidadãos que são capazes de exercer a sanção política e tomar a palavra. Preparados para narrar a sua própria história em tempo real. E, não menos importante, dispostos a pagar por isso, porque o código livre não é gratuito, há que trabalhá-lo e custeá-lo. Sobejam os tumbas onde entoar ladainhas, onde recriar a nostalgia por um passado que (afortunadamente) não vai voltar.

Estamos em crise e, portanto, em trânsito. Não é fácil ver para onde. O 1% da população torna-se cada vez mais opaca e não cessa na sua ânsia de privatizar o que deveria ser património comum de todos. Devemos ampliar a definição de cidadania digital, para incorporarmos aqueles que se preocupam com a criação dum espaço de debate aberto, e deixarmos fora a mentira e a incompetência. Os hackers fornecem novas ferramentas e recursos comunicativos de código livre. Estes são modificáveis e estão disponíveis quase sem restrições. Importa porém ainda mais a ética do que as capacidades tecnológicas. Porque com as ferramentas digitais podemos destruir os segredos de estado, mas também a nossa privacidade.

Abundam as propostas fechadas sobre como deve ser a esfera pública digital. Será democrática se permitir que surja a surpresa, o inesperado. Contrariamente à encenação do poder e dos desarranjos que caracterizam as ditaduras dos Mercados ou o Estado. Podemos reinventar o jornalismo, aplicando o ensaio e o erro, com valores firmes e com a altura para não perdermos de vista o horizonte. Invocando metáforas que aproximem esses valores à realidade. O sol e a floresta comunal contribuem com duas imagens que se complementam. Recordam a importância da luz como fonte de transparência e higiene democráticas. Evocam o Quarto Poder em Rede como uma floresta de informação mancomunada que temos de semear e preservar.

HACKERS E CIDADÃOS DIGITAIS

Um marine de 22 anos, naquela altura chamado Bradley Manning, expôs em 2010 as mentiras que sustentam a Nova Desordem Mundial. Denunciou primeiro os massacres do Pentágono, e depois as embaixadas dos EUA, que impõem um neocolo-

nialismo contrário à legalidade internacional. Mostrou a cara oculta do poder. «A luz do sol é o melhor desinfetante». Trata-se duma receita médica ancestral, com a qual os nossos velhos se automedicam ainda que tenhamos furado a camada do ozono. E também é uma frase emblemática da liberdade de expressão[1]. Com Manning à



«Velho a tomar o sol» (ou «Democracia, todos os dias ao sol») © Mariano Fortuny.

1. Louis D. Brandeis, juiz do Tribunal Supremo dos EUA, destacou-se pela sua defesa da liberdade de expressão: http://es.wikipedia.org/wiki/Louis_Brandeis. As suas palavras originais foram: «Sunlight is said to be the best of disinfectants; electric light the most efficient policeman» (1933). Isto é, «diz-se que a luz do sol é o melhor desinfetante; a luz elétrica, a polícia mais eficaz».

frente, os hackers puseram a maior potência mundial sob os focos. E lançaram uma semente na terra erma do jornalismo corporativo. *Na semente já está a árvore*, dizia Gandhi. E este é um espécime descomunal, desconhecido até ao presente.

Isto terá de ser reconhecido por quem acredite que, em determinadas ocasiões, participar no debate público não é uma opção mas sim algo obrigatório. Um dever que não podemos impor aos outros. E que por isso tem, antes do mais, uma natureza ética. Nas «sociedades da informação ou do conhecimento» há muitos trabalhadores a gerar bases de dados. E que dispõem da tecnologia para tornar pública essa informação, para que a cidadania a processe e julgue por si mesma. Muito poucos têm consciência do poder que isto lhes confere. Ainda que ninguém se sinta informado a respeito do que se passa, nem mesmo nos âmbitos mais próximos.

Quando se fala da cidadania digital, esta fica reduzida ao voto ou ao pagamento de impostos desde o lar. A ficção da «república da minha casa» limita o uso da tecnologia às funções passivas que têm permitido a consolidação de centros de poder cujos erros e crimes ficam impunes. Não pensamos em fazer uso dos computadores para liberar informação, sancionar os centros do poder e assim tornarmo-nos mais conscientes e livres. Porque este é o primeiro passo num debate realmente público e fiel à realidade. As nossas decisões coletivas dependem da informação que partilhámos e contrastámos. O primeiro obstáculo para entender o alcance do Wikileaks é não sabermos-nos legitimados para gerar informação por nós mesmos.

Dedicámos a primeira entrada no blogue ProPolis[2] ao protagonista principal desta história, «um dos nossos». Sem este passo dado por ele, nada do que veio depois poderia ter acontecido. Escrevia J. L. Valhondo: «Querem retratar Bradley Manning na imprensa de referência como um desequilibrado com sonhos de glória... Meteu um CD em branco com um rótulo que dizia *Lady Gaga* e começou a descarregar dados enquanto cantava uma canção dela». Pensávamos que este era o seu único «crime»: cantarolar Lady Gaga em vez de, por exemplo, os temas de M.I.A. A segunda teria fornecido um fundo musical melhor. Comparte com Assange o compromisso político... e a grandiloquência[*].

Começamos a sorrir com o assunto do WikiLeaks na ProPolis por entender que era uma impugnação (em toda a sua dimensão) do sistema comunicativo, até ficarmos quase sós. A defesa desta organização representa, para muitos, uma exibição de

2. <http://propolis-colmena.blogspot.com/>

* Filha dum guerrilheiro tamil (Sri Lanka não está tão longe da Austrália), M.I.A. politizou as pistas de baile, como o WikiLeaks politizou os cybercafés. Podem ouvi-la no filme *Salaam Bombay*, ganhador do Oscar. Vale a pena, é o melhor dele. Também interpretou a música para os créditos das entrevistas entre Assange e vários intelectuais e activistas. Em novembro de 2013, M.I.A. abriu a sua turnê com uma alocução em direto de Assange. Ambos souberam subverter os códigos da cultura popular e levantar-se como ícones duma rebelião global.

infantilismo. Coisa própria de exaltados que ainda acreditam nos super-heróis ou que sonham com ser um deles. Porém, cremos ser testemunhas de algo importante. Desejávamos, com alguma grandiloquência, acompanhar um tsunami geracional: os nativos digitais iriam resgatar o jornalismo. Tudo começava com um soldado homossexual que antepôs o sentido da honra aos galões. Recusou o roteiro escrito para ele. No roteiro escrito por outrem, a América salvava a democracia. Mas Manning decidiu protagonizar outra história.

Os produtores do filme bélico em que estávamos imersos seriam despedidos por causa das novas «exigências do roteiro». Manning assinalava com o dedo as imunidades do imperador e dos seus cônsules. Era uma versão daquele conto de Andersen com que costumávamos começar as aulas. O rei, acreditando-se protegido por um fato invisível, vê-se exposto às risadas do povo. E é uma criança a primeira a soltar a gargalhada. «O jornalismo é um conto», assim intitulou Manuel Rivas uma compilação das suas reportagens.

Que a Imprensa alimente narrativas sociais não nega veracidade destas. Precisamos de relatos com que possamos sonhar aquilo que poderíamos construir ao despertarmos. E, acima de tudo, que não provoquem pesadelos. Porém, que nos tirem o medo. O WikiLeaks representa uma das fábulas digitais mais estimulantes. E acabou por nos advertir do horror que está por vir se não fazemos algo para detê-lo. Uma internet baixo controlo estatal-corporativo propiciará, no mínimo, um autoritarismo amável ou, no máximo, novas formas totalitárias de governo e exploração.

A insubmissão digital do cidadão Manning impede que o cinismo e o niilismo sequestrem a nossa capacidade para trabalhar com os meios tecnológicos de que dispomos. O castigo de Manning recorda-nos quão longe estamos das democracias vencedoras da II Guerra Mundial, aquelas que julgaram o nazismo e o fascismo em Nuremberga. Naquela ocasião defendia-se que um soldado não deixa nunca de ser um cidadão. E que tem o direito e a obrigação de adotar uma «eleição moral», mesmo desobedecendo os seus superiores. O encarceramento de Manning desde maio de 2010 manifesta o retrocesso civilizacional em que vivemos. O tribunal que solicitava para ele mais de cem anos de prisão, no verão de 2013, pretendia que envelhecesse entre as grades.

Estas são as palavras de Manning num chat, pelas quais foi condenado:

Se você tivesse liberdade para entrar em redes segredas... e achasse cousas incríveis, horríveis... coisas que deveriam ser do conhecimento público mas estão armazenadas num quarto escuro em Washington DC... O que faria?... Deus sabe o que acontecerá agora. Oxalá se discuta em todo o mundo, e haja debates

e reformas... Quero que a gente veja a verdade... porque sem informação não se podem tomar decisões, como público, sobre uma boa informação.

Manning respondeu aqueles que a consideram apenas uma criança desequilibrada: «I prefer a painful truth over any blissful fantasy» (prefiro uma verdade dolorosa a uma alegre quimera). É a escolha oposta à das audiências mais conformistas. Nós professamos devoção por fantasias absurdas, para evitarmos dores de cabeça. Cremos ser atores soberanos frente os folhetos em que se transformaram os meios de comunicação. Os anúncios corporativos e os slogans eleitorais disfarçam-se de notícias que ocultam a nossa indignação. Uma pobreza que, infelizmente, é tripla: económica, moral e política.

A Imprensa difunde um falso igualitarismo consumista que encobre a precariedade, as diferenças de classe e o empobrecimento. Não podemos ter acesso ao que nos oferecem. Mas desejamo-lo. E estamos presos por uma indignação moral, um individualismo possessivo fomentado também pela imprensa. Os media propõem-nos ter de tudo, sem restrições e sem compartilhar. É logo: dessa maneira multiplica-se a demanda. Não querem que se distribua o conhecimento que eles privatizam nem que a informação se transforme num bem comum, partilhando-a. Indiferentes a tudo o que não seja padrão de consumo, querem que consumamos até morrermos. Enquanto a publicidade nos induz a desdenhar os custos insustentáveis — social e ambiental — da nossa ambição. E, por último, os jornalistas deixam-nos politicamente

Não mostres. Não te impliques. Não te comprometas.

Desde a infância ouvimos esta tripla proibição, que nos anula como cidadãos. É própria das ditaduras. «Não faças sinais com os dedos». Porque «chamarás a atenção» e, além disso, «apenas críticas para por presunção». Advertem-te de que o teu dedo acusador será cortado. Ou de que farias melhor se passasses inadvertido e adulando quem manda. Que estarias mais bonito calado ou cantando-lhe louvores, no lugar de pôr os pingos nos is. Porque «quem pensas que és?» São três mandamentos do catolicismo numa vida adulta sem significado, nem pessoal nem coletivo. «Não te comprometas».

«E tu, que é que tens a ganhar aí?» perguntam, quando chegas numa assembleia ou numa manifestação. Para aclarar, a seguir, de quem te deverias ocupar. «Farias farias se pensasses em ti». «Enquanto perdes o teu tempo, os outros procuram o seu e riem-se de ti». Dizem que deixes de fazer de palhaço. E que calcules os custos: «Achas que alguém te vai agradecer? Que tiras de tudo isso?»

Querem, dizem, e são conscientes da ira que despertas nos teus superiores. Eles sabem, por experiência própria, que sofrerás a inveja ou o desconforto daqueles que jamais abrem a boca. E avisam, para te fazer sentir culpado, que os danos também caem sobre eles: «Se continuares assim, todos pagaremos as consequências. Como sempre».

Têm medo. Não se sabe o que poderia acontecer se não calasses. Temem ficar em evidência.

indefesos. Apresentam um único modelo de desenvolvimento, disfarçado de siglas e ideias que se dizem diferentes. Mas quando tomam o poder qualquer uma dessas siglas poderia trocar-se pela outra. Desculpem o panfleto. Posso aceitar matizes ou críticas ao meu tom.

Perguntar-se-ão, podemos fazer outra coisa? Acham que seria possível se lembrarmos de onde viemos? A Imprensa explorou alguns preconceitos para desvalorizar o gesto de Manning, de forma a desincentivar a sua imitação.

Com estas frases é que se forma imagem pública que estigmatiza os ativistas. É sabido: quem denuncia é para se sentir superior. Quer monopolizar o protagonismo. E, além disso, não consegue nada, nem conseguirá; exceto piorar as coisas. Eles são a desculpa perfeita para que os que mandam batam mais forte.

Esta é a incultura política que nos rodeia. Dizia a minha avó que «a melhor palavra é a que está por dizer». Uma expressão própria de quem viveu com prudência e autocensura. Em sintonia com a Imprensa que transformou os *partes* (comunicados franquistas) em linha editorial. E que na Transição blindou consensos, que sustentados mais no silêncio imposto do que em acordos livres. Agora os média, submetidos à lógica do capital, também difundem o medo entre os mais fracos. Pensam que mostrar a sua indignação e ajudá-los a tomarem a palavra seria uma ameaça para democracia. Ignoram que tais funções são imprescindíveis para que o corpo social tenha protagonismo. Ou que constituam tarefas básicas do jornalismo: ouvir a rua e que fazer com que as instituições funcionem como ágoras, praças, verdadeiros espaços públicos. Na verdade, os donos dos média temem o fim dos seus agonizantes negócios. E os jornalistas continuam ancorados em rotinas profissionais antigas que não sabem reinventar.

A informação tornou-se carniça de *sicofantas*: os coros de mentirosos, que nas tragédias gregas ajudavam o tirano. Agruparam-se para acusarem Manning, Assange e Snowden de freaks, fátuos... perigosos. Um transexual instável, um violador justiceiro e um espião inimigo. Certo, pessoas assim são perigosas. Mas não para o público. Diz Assange:

Só vivemos uma vez. De modo que estamos obrigados a usar bem o tempo que temos e fazer algo que seja *significativo e gratificador*. E eu acho isto *significativo e gratificador*. É o meu temperamento. Gosto de criar sistemas em larga escala, e gosto de ajudar as pessoas vulneráveis[3].

3. J. Assange, 2010, «Wikileaks founder Julian Assange on the «War Logs»», Spiegel, 26 de julho, www.spiegel.de/international/world/0,1518,708518,00.html.

Eis alguém que quer comprometer-se. E mantém uma atitude contrária a quem se acha soberano do sofá e do comando. Expressa uma ética que encontra um significado vital em desenhar vias de intervenção democrática em grande escala para ajudar os mais vulneráveis.

«Privacidade para os despojados e transparência para os poderosos». Como veremos, este é o lema que Manning mantém desde muito novo. Quando era apenas um adolescente, não escondeu o seu agnosticismo, e negou-se a assistir às aulas de religião. Assim que lhe foi possível, deixou de ocultar a sua homossexualidade. Manifestou-se contra as leis militares que o impediam de expressar a sua opção sexual com uma ordem contrária aos valores que o converteriam num delator: «Don't ask, don't tell» (não perguntes, não digas). Encontrou nos hackers uns colegas que o apreciavam pelas suas competências informáticas. Só lhes importava a sua identidade digital.

Pelas suas palavras e atos, Manning é um exemplo de integridade moral. Como se declamasse o *Júlio César* de Shakespeare, mostra que «cada servo tem em si mesmo o poder de acabar com a servidão». Já sentenciara Gramsci, também desde das prisões de Mussolini: «Nunca houve dominação sem consentimento». Manning mostra uma saída, pessoal e coletiva, à servidão. A sua desobediência civil, a insubmissão digital que liderou, são frutos da coerência pessoal unida ao compromisso social.

Em perspetiva histórica, o infante da marinha, este pirata, acaba por ser uma personagem clássica; própria daqueles que o precederam na luta pela liberdade de expressão. Encarna uma ética democrática que deveria ser ensinada nas escolas. Ainda mais se pretendem ser das Ciências da Comunicação. Nunca podem obrigar-nos. Mas pagam o informador para construir uma esfera pública: criar condições e oportunidades de debate, com dados e argumentos. Qualquer pessoa que tenha vontade e que esteja conetada à internet, pode fazê-lo. Embora não saiba expressar-se corretamente, poderia liberar muitos dados. Ou melhor ainda, como fez Snowden, colaborar com alguns jornalistas, políticos e associações para gerir e divulgar essa informação. As coligações do quarto poder são «redes que dão liberdade», como escreveu J. Riechman.

Em 2008, cada trabalhador do planeta gerou com a sua atividade 12 gigas de informação diária[4]. Equivale a umas 1000 bíblias de 2000 páginas ou à discografia completa dos Beatles. E cito dados desfasados. Portanto, um «segredo digital» poderia ser numa contradição de termos. Segredos nas mãos de muitos que podem reproduzi-los e divulgá-los a todo o mundo? Com tão pouco esforço e quase em tempo real?

4. Borja Bergareche. 2011. *Wikileaks confidencial*, Madrid: Anaya, p. 158. Na minha humilde opinião, o melhor livro sobre este assunto que tem escrito um jornalista espanhol.

A tecnologia transforma-nos em *potenciais* meios de comunicação com um alcance em massa. Se tomamos as devidas precauções, desfrutamos dum anonimato relativo e duma capacidade quase ilimitada de cópia e distribuição. A cidadania digital, consciente disso, sente-se titular do direito à liberdade de expressão. Aplica-se em exercê-la, junta recursos e ferramentas para que seja um direito universal, ao alcance de todos. Nunca foi uma exclusiva nem uma prerrogativa de cargos eleitos ou determinados profissionais. E agora esse direito universal poderia deixar de ser algo teórico, e tornar-se realidade. Abrem-se possibilidades que devemos ponderar.

Pessoas como Assange dedicaram muitos anos a desenvolver na internet um sistema de encriptação de livre acesso, para quem o precisasse. Quiseram garantir que qualquer cibernauta se pudesse expressar com total liberdade. O objetivo era denunciar os governos ilegítimos e as empresas sem escrúpulos. As identidades e os conteúdos das mensagens seriam inacessíveis, exceto para o remetente e o destinatário. Queriam impedir que se castigasse a dissidência, queria oferecer-lhe impunidade. Faziam-se chamar *criptopunks*. O «No future» dos Sex Pistols encontrou neles uma via de saída para a raiva. Foram a versão punk e cibernética dos *indignados*. Também foram no sentido de que, como o punk, o seu código pudesse ser tocado por todo o mundo, com apenas três acordes, apenas alguns cliques.

Esse ciberativismo punk é desenvolvido por grupos como o *Anonymous*. Esta coligação difusa e extensa de hackers —muitos, distribuídos e sem nome— politizou-se com o destaque da WikiLeaks. Em 2011 os ataques cibernéticos com «significado político», mais dum terço do total, foram atribuídos na maior parte aos Anonymous[5]. Foram eles os responsáveis por entregar ao WikiLeaks a revelação sobre a empresa Stratford, exemplo de privatização da ciberespionagem[6]. Aliás, o Anonymous de Espanha também divulgou as contas secretas do Partido Popular em 2013. A indiferença dos média (mais atentos às revelações oficiais consentidas e apresentadas como «exclusivas»), impediu que houvesse uma mudança nos julgamentos por corrupção. A responsabilidade, é claro, é compartilhada pelas ainda fracas iniciativas na Rede.

5. Trata-se de ataques de negação de serviço distribuído (DDOS), que provocam a queda de páginas web por saturação de petições. «Em dezembro de 2010 [o programa loic, que permite coordenar estas ações] foi descarregado quase por 120.000 pessoas. São as datas em que o Anonymous chamou a filas e lançou o seu ataque contra as páginas do Paypal, Visa, Mastercard e outras, em defesa do WikiLeaks. Desde então, a cifra tem estado em redor das 30.000 descargas por mês. Hoje, perto dum milhão de pessoas instalaram já o programa, à espera dum novo objetivo». Miguel Ángel Criado. «La tecnología democratiza el 'hacktivismo', *Pública*, 11/02/2012.

6. O 15 de novembro de 2013 Jeremy Hammond, vinculado ao Anonymous, foi sentenciado a dez anos de prisão, mais três anos de liberdade condicional, por realizar ataques cibernéticos contra várias corporações e agências governamentais, em particular contra a Strategic Forecasting Inc., mais conhecida como Stratfor, companhia privada de inteligência global. Esta é a sua biografia: http://en.wikipedia.org/wiki/Jeremy_Hammond. E a web que reclama a sua liberdade, <http://freejeremy.net/>.

As nossas identidades digitais ganham um status cidadão se exercemos a autonomia comunicativa, se estimulamos o conhecimento livre e se opomos as virtudes cívicas à indecência oficial. Não é uma proposta isenta de riscos. Quando atuamos no anonimato sentimo-nos mais livres, porém também mais irresponsáveis. Assumir isto exige renovar profundamente a cultura política e as instituições. Trata-se de aproveitar os benefícios e conjurar os perigos. A maior ameaça não reside no meio da internet —que será aquilo que nós queremos que seja— nem nos internautas —se fôssemos tão indesejáveis, a Rede seria um esgoto—. Os perigosos são aqueles que nos governam[*].

As esferas públicas oficiais relegam o Quarto Poder em Rede para a periferia, lá onde quase não pode ter impacto. Ou criminalizam-no sem provas e mediante leis especiais que violam o quadro democrático[**]. Manning foi preso e condenado sem que existisse um registo informático da sua atividade, que provasse que tinha entregado arquivos à WikiLeaks. Assim como Snowden, foi perseguido sem que nenhuma das suas revelações fosse desmentida. Ambos atuaram pelo sentido da responsabilidade, revoltados pelos documentos a que tinham acesso e impelidos por uma ética hacker[7]. «O mundo deve conhecê-los», disseram. E fizeram com que assim fosse, por mais que algum tempo parecesse que estavam a estragar o seu futuro pessoal. Escrevia Snowden ao pedir asilo:

Não quero viver num mundo em que tudo o que digo, tudo o que eu faço, todos aqueles com quem falo, cada expressão de criatividade, de amor ou de amizade seja registrada. Não estou disposto a apoiar isso, não estou disposto a construí-lo e não estou disposto a viver assim [...]. Fui informado de que o meu

* Em Espanha demorou-se quase quarenta anos, após a morte do ditador, em acordar uma Lei de Transparência. A propósito, a lei não fiscaliza por completo a Casa Real nem a Igreja, como acontece nos países próximos. Quer dizer, o país ainda não se libertou das características próprias duma monarquia pre-ilustrada, baseada na aliança entre o Trono e o Altar. O anacronismo pretende ser defendido mediante uma Lei de Seguridade Cidadã que criminaliza as denúncias, as convocatórias e as mobilizações digitais. O próprio Conselho da Europa manifestou a sua preocupação perante esta iniciativa.

** O confinamento solitário de Manning durante onze meses «constitui, no mínimo, um trato cruel, inumano e degradante, que viola o artigo 16 da Convenção Especial contra a Tortura [...] Se os efeitos relacionados com a dor e o sofrimento infringidos a Manning fossem mais graves, poderiam constituir torturas». São declarações do relator especial da ONU. Depois da sua detenção no Iraque, Manning foi retido durante três meses na base Camp Arifjan no Kuwait, antes de ser levado, em julho de 2010, à base do Corpo de Marines em Quantico (Virgínia), onde esteve confinado durante oito meses. Sofreu a solidão durante 23 horas diárias, e foi submetido a práticas como ser obrigado a correr nu à noite no pátio. Se querem imaginar as suas condições, pensem se estivessem fechados durante esse tempo numa cela da superfície duma vaga de garagem.

7. Pode consultar-se, para começar, o livro de Pekka Himanen. 2002. *La ética hacker y el espíritu de la era de la información*. Barcelona, Destino. Pode-se baixar na rede sem problemas. Outro par de referências chave são: McKenzie Wark. 2006. *Un manifesto hacker*, Alpha Decay, Barcelona, que situa os hackers no contexto da anti-globalização e da luta de classes. Fred Turner. 2006. *From counterculture to cyberculture*. University of Chicago Press; que explora as conexões entre hackers e Silicon Valley, e que permite uma leitura crítica muito necessária.

governo me convertera em apátrida e de que queriam prender-me. O preço das minhas palavras foi o meu passaporte, mas voltaria pagá-lo: não serei eu quem ignore o crime em nome do bem-estar político. Prefiro converter-me em apátrida a perder a minha voz[8].

O WikiLeaks nunca lançou documentos falsos, a menos que os apresentasse como tal para castigar os seus redatores. Tampouco deixou rastros da identidade das suas fontes, para que nenhuma delas fosse condenada. Apesar disso, a primeira pessoa que conseguiram condenar foi o soldado Manning: era preciso que escarmen-tasse. Convertera em real um regime de transparência de facto, que acabaria com as guerras em curso, e que negaria as mentiras que as justificavam.

HACKERS E JORNALISTAS EM GUERRA

Nos finais de agosto de 2010, quando começámos a seguir o Wikileaks, senti que não tinha nada a ensinar e muito a aprender. Propus em ProPolis «que durante a primeira semana deste curso, as Faculdades de Comunicação suspendam todas as atividades, exceto o visionamento e a tradução do vídeo seguinte de Julian Assange». Tratava-se da sua conferência na associação de repórteres Frontline[9], onde explicava aos jornalistas como fazer uso de uma base de dados com uma seleção das comunicações sobre o Iraque e Afeganistão.

Lá assistiu-se ao choque de identidades entre hackers e jornalistas. E provocava rubor, até vergonha alheia, a pouca recetividade dos segundos para Assange. Acusavam-no de pôr em risco os soldados ocidentais e os seus colaboradores. Demonstravam uma submissão inquebrantável à razão de Estado, que antepunham à constatação documentada do absurdo alimentado por aquelas guerras. Fatigantes até à neceidade, manifestavam uma consciência profissional muito precária. Indagavam sobre a personagem, as suas intenções, os seus financiadores... Enfrentavam-se a algo desconhecido para eles: hacktivistas que sabiam quem eram e o que queriam. Ou no que acreditavam. Isso devera bastar para que os jornalistas mostrassem mais interesse pelo projeto. Porque a a convicção exposta em público, acompanhada por atos coerentes, distingue a gente excepcional.

«Não basta dizer que tens direitos, para demonstrá-lo, tens que usá-los», dizem as Dixie Chicks, um grupo feminino de country que sofreu a ira contra o terrorismo

8. <http://www.diarioliberalidade.org/artigos-em-destaque/414-batalha-de-ideias/44360-edward-snowden-carta-aberta-ao-povo-brasileiro.html>.

9. <http://propolis-colmena.blogspot.com/2010/08/wikileaks-desmiente-la-teoria-de-la.html>

pela sua dissidência após o 11S. Quer dizer que tens liberdade de expressão se fores capaz de denunciar em público o poder ilegítimo. Apesar dos excessos de «justiça popular» que isso implica, essa atitude nutre-se dalguns sentimentos que nada têm a ver com a solidariedade mediática. Tão comercializada, fizeram dela uma coisa tão mole que é inócua. Em vez de por caridade ou sentimentalismo, o hacker move-se por *compaixão*: padece com as vítimas, sente ser uma mais e, por isso, corre os mesmos riscos. Sente misericórdia pelos «humilhados e ofendidos», como dizia Primo Levi. Parece que estou a citar o Evangelho, mas isto foi dito por Erri DeLuca, um prosista napolitano que lutou em 68 e pagou com a prisão: «Uma justiça nova arranca da misericórdia pelo ofendido. Por isso consegue ser despiadada. A misericórdia é implacável e não se deixa reprimir. É essencial na formação de um carácter revolucionário». Acho que isto dá profundidade a Assange, quando se faz de punk e afirma: «Gosto de esmagar bastardos».

Também dizia aos jornalistas na Frontline:

Somos uma organização que protege os seres humanos, não as forças armadas. Quem está mais indefeso? Os civis do Afeganistão ou os soldados ocidentais? Os civis estão antes nas nossas preocupações. [...] Sem a verdade não poderemos tomar nenhuma decisão significativa. Não podemos ser irrelevantes para o andamento da história e da justiça. Mas seremos responsáveis por não fazermos nada. É preciso tentar e estar dispostos a carregar com a culpa. Somos uma organização vitimável justamente por nos ocupar com os direitos das vítimas.

O jornalista é uma mulher ou um homem, por definição, corajoso. Conta Assange que o seu pai adotivo lhe ensinou que para merecer esse adjetivo é preciso cuidar das vítimas, não provocá-las. Este código ético proíbe chamar de «danos colaterais» os resultados do furor guerreiro. E mais ainda esconder as vítimas para proteger os média, como fez o Pentágono com as 15.000 mortes de que nunca informou. A realidade entendida como factos verídicos, irrefutáveis documentalmente, deve ser exposta. Ou, no mínimo, a mentira deve ser denunciada. Este é o princípio de qualquer notícia ou política que não procurem o engano. A propaganda comercial e eleitoral têm contaminado tanto os formatos informativos que romperam um pacto com o público: os factos são sagrados. Esse é o único evangelho dum jornalista. No momento, foi a declaração de laicismo e empirismo que impulsou a profissão como é definida hoje. Falar sem vozes divinas. Não buscar verdades últimas ou sacras. Atenção aos dados. Não se deve antepor nenhuma opinião ou juízo aos factos, às provas e aos

depoimentos registados —e menos ainda se deve contradizê-los—. Daí a importância dos jornalistas começarem a fazer os registros destes dados.

O WikiLeaks tentava que a tragédia anónima não acabasse por ser «irrelevante diante do andamento da história e da justiça». No Iraque entre 2003 e 2009 morreram mais de 100.000 pessoas, das quais 70.000 eram civis. Trazendo as provas deste assassinato em massa denominado «humanitário», os ativistas era impelidos pela responsabilidade de «não fazerem nada». Invocavam, talvez sem o saber, Albert Camus, também jornalista: «Rebela-me, logo somos»; como se tivessem lido *Existência e responsabilidade*. Além do título dum ensaio do filósofo francês, estas são duas noções inseparáveis. Evidenciam que «a primeira vítima da guerra é a verdade». Sendo assim, um jornalista honesto deveria ter como objetivo o fim das guerras.

Qualquer repórter que se preze torna-se nalgum momento suspeito de «alta traição». Não é que anime a vitória do inimigo. É que escassamente considera alguma trincheira como própria. Dá visibilidade a *todas* as vítimas, porque delatam o fracasso da violência armada. Não é que sabote ou chame à deserção. É que não trabalha para nenhum exército, amigo ou inimigo. Deve-se apenas a aqueles que custeiam as guerras com os seus impostos e vidas. Por isso eles têm o direito de decidirem com que custos e à custa de que princípios estão dispostos a sustentarem uma guerra. Para constatar a impossibilidade de fazer esses cálculos em Espanha, basta recordar a ignomínia cometida com o Yak 42[*]. A identidade dos soldados mortos naquele «acidente» dum avião que regressava do Afeganistão nem sequer foi indicada corretamente nas suas tumbas.

Não existe maneira de conhecer as baixas e os feridos exatos das «nossas» tropas (há muitos estrangeiros alistados nelas). Nem os danos sofridos pelos civis que supostamente protegem. Nenhum repórter espanhol pareceu interessado em obter esses dados nas bases da WikiLeaks. E o Ministério não os fornece, e escusa-se no silêncio administrativo. Tal como prevê a Lei de Transparência, se a administração cala perante um requerimento de informação não outorga, mas nega.

Aqueles que acusam os hackers de traidores à pátria deveriam explicar-nos como mantêm a sua independência profissional vestindo uniforme. Por que defendem a soberania nacional e não a dos povos? O WikiLeaks representa uma aposta num jornalismo insubornável pela sua fortaleza ética e pelos seus protocolos de trabalho. Na

* O 26 de maio de 2003, o voo UKM 4230 de Um Air espatifou-se na Turquia, perto do aeroporto de Trebizonda, com 75 pessoas a bordo. A passagem estava formada por 62 militares espanhóis, que regressavam a Espanha depois de quatro meses e meio de missão no Afeganistão e no Quirguistão. Todos faleceram junto com doze tripulantes ucranianos e um cidadão bielorrusso. Veja-se na Wikipédia, onde se oferece uma informação muito detalhada do processo político e judicial posterior, todo um exemplo de história escrita desde o ponto de vista das vítimas: http://es.wikipedia.org/wiki/Accidente_del_Yak-42_en_Turqu%C3%ADa

reunião com os repórteres, Assange não parava de incitá-los a que trabalhassem com milhares de documentos secretos até então. O objetivo era «mostrar a realidade da guerra». «Só se aproveitou o 2%, nem sequer o melhor 2%...» No comparecimento em Frontline, os jornalistas receberam um leque de ferramentas e propostas que, sem dúvida, os ultrapassaram. Não as conheciam e demonstraram que sabiam usá-las[*].

Enquanto isso, a realidade oficial era obra dos jornalistas *embedded*, embutidos, no exército. A tradução literal seria «acamados». Essa convivência (na realidade, convivência) entre camaradas de armas e câmaras materializa-se em *pools* (literalmente, «piscinas»). São grupos de repórteres que acompanham as tropas com autorização do Pentágono, e que são eleitos pela sua afinidade com essa instituição. Submetidos à censura prévia, transmitem palavras de ordem, orquestram e publicitam façanhas bélicas. Enquanto os *free-lancers* morrem em maior número do que nunca. É escla-recedor que a maioria dos repórteres que vão «por conta própria» caíam por «fogo amigo». Digamos, por disparos do seu país ou dos exércitos aliados.

Só existe uma maneira de informar com liberdade numa guerra: pôr-se do lado das vítimas, as do próprio bando e as do bando contrário. Exige substituir a razão de Estado por termos mais importantes, que não precisam de maiúsculas: história e justiça. O jornalismo deve-se a elas. E tem pleno sentido se facilita um debate público integrador. Permite-se à humanidade, no seu conjunto, perceber-se como tal, para que tomemos as decisões mais justas e ponderadas, como dizia Manning. Falamos agora de profissionais, que supomos movidos pela vocação e que gozam de privilégios como o «segredo profissional». Podem omitir perante um juiz o nome das suas fontes, ainda que tenham delinquido, sem serem acusados de encobridores. Para estes jornalistas, o combate à censura e a promoção da transparência são obrigatórios: um imperativo profissional e deontológico.

Na verdade, o WikiLeaks propõe um código profissional idêntico ao da idade de ouro do jornalismo moderno. As suas revelações querem dar voz aos governados. Durante a crise de 1929, os «muck rakers» —de *muck*, esterco, e *rake*, ancinho— praticaram as primeiras reportagens de investigação. Mergulharam-se nos esgotos do poder, aliando-se com os movimentos progressistas de então. Mais tarde viria o «novo jornalismo» que, ligado à contracultura da década de sessenta, ampliou os discursos e as realidades que apareciam nos meios. Os computadores são agora os

* Receberam um guia para ler as bases de dados em formato de vídeo; um mapa localizador de incidentes, com o número de mortes, feridos e detidos; códigos de busca nos mapas do Google Earth; um programa para decifrar os acrónimos e as siglas da burocracia bélica; um índice de matérias com 66 páginas; aplicações para realizar gráficos temporais com vários formatos... Destacava, finalmente, a seleção dos «1.000 biggest kill events» para elaborar mapas com os «maiores morticínios» ocorridos entre 2004 e 2009.

nossos ancinhos. Servem para remover o esterco que se acumula debaixo do bezerro de ouro financeiro. Dão voz às novas gerações, que oferecem aos jornalistas a sua colaboração sem paternalismos.

Em último termo, Manning convida-nos a avaliar quanta informação é que deveríamos libertar para acabarmos com a corrupção de que (não podemos negá-lo) somos cúmplices se não a denunciarmos. Foi isso mesmo que deve ter pensado o informático bancário Hervé Falciani, que revelou as 130.000 contas suíças doutros tantos defraudadores fiscais[10]. A sua vinculação com o Partido X de Espanha, impulsor duma democracia expandida na Rede, amplia o significado do que entendemos por cidadania digital. Além de exercer a liberdade de expressão em primeira pessoa, usa os seus conhecimentos informáticos para agir como interventor político e fiscalizador do poder económico. Insatisfeitos, os cidadãos digitais colaboram para propor políticas públicas e programas eleitorais. E, no cúmulo do altruísmo, oferecem estas propostas a outras candidaturas. Ou dito doutra maneira, desenvolvem um código livre, radicalmente democrático.

Assange, como veremos, propõe hackear o jornalismo com a mesma lógica. Embora soe estranho e novo, significa radicalizá-lo e torná-lo às suas raízes. É um convite para recuperar a ética e a retomar as práticas que converteram o jornalismo em profissão. Para que recupere a sua função de impulso democrático e de plataforma de contrapoder. O WikiLeaks tentou desenvolver nos meios uma nova forma de trabalho: aberto à colaboração com o público e entre empresas concorrentes, com informações submetidas ao contraste empírico. Pretendia instalar um novo sistema operacional, novo quanto às técnicas mas não quanto aos valores.

Os *muck rakers* da década de 1930 são os hackers de hoje. Segundo Enric González[11], as mesas de redação da década de setenta eram consideradas trincheiras numa batalha anti-imperialista. Agora estão localizadas em quartos ou sótãos desde onde os nativos digitais lutam com o mesmo ânimo e com uma atitude inequivocamente não violenta. Propõem uma versão atualizada do jornalismo de denúncia, cimentado num pacto insubornável, fruto da coragem do jornalista e das suas fontes cidadãs. Acorde, em definitivo, com a tecnologia que irá servir para reiniciar as democracias do século XXI. Aquando do início da crise, recordam que os líderes que a provocaram prometiam «refundar o capitalismo»? Era uma dose de placebo contra a indignação. Agora podemos conjurar-nos para «refundar a democracia», mas com cuidado de não destruímos os seus pilares.

10. http://es.wikipedia.org/wiki/Herv%C3%A9_Falciani

11. Enric González. 2013. *Memorias líquidas*. Jot Down Books. <http://www.jotdown.es/store/#1/~product/category=2470184&id=17534701>

TECNOLOGIAS QUE DESTROEM SEGREDOS OFICIAIS E COMPILAM OS NOSSOS

Esqueçamos por um momento o discurso dos valores. Vejamos são conformes à realidade e se a sua aplicação é factível. Tentemos pensar com o maior pragmatismo possível, como dizem de fazer os que mandam. Manning demonstrou que os computadores podiam destruir os segredos do Estado mais poderoso; Snowden, que os EUA quase acabam com a privacidade e o anonimato na internet. A ambivalência é inerente à tecnologia, que nunca é neutra mas tudo o contrário. Por exemplo, o átomo serve ao bem-estar (scanner médico) e ameaça a humanidade (armas atómicas). As tecnologias digitais têm traços que negariam a existência dos segredos oficiais. Obrigam os gestores a investirem enormes recursos financeiros e humanos, difíceis de sustentar. E as revelações, longe de representarem uma ameaça para as instituições, são a sua válvula de escape. Finalmente, vejamos o imenso negócio da ciberespionagem corporativa e estatal. Percebamos o perigo que comporta para os nossos segredos.

O pessoal que tinha acesso aos documentos classificados como «segredos» (recoremos, uma ínfima parte dos liberados por Manning) rondava entre 1,5 e 2 milhões de pessoas. Quatro milhões acediam ao resto da informação que era «confidencial», «de uso limitado» e «desclassificada». Cabe perguntar se a informação nas mãos de tantas pessoas pode ser considerada secreta ou sequer privada. Todos os implicados tinham interesse em que a guerra continuasse. Eram empreiteiros, empresas de segurança e exércitos mercenários, «ONG» paramilitares ou estatais... não só soldados ou espões. Vale a pena perguntar quais são os motivos que existem para subtraí-los do conhecimento público. E é difícil não concluirmos que esta esta subtração lhes oferece uma grande vantagem no debate. Além de, obviamente, desobrigá-los a darem contas. Um contexto perfeito para o negócio da guerra.

Ganhamos em pragmatismo se avaliamos a quantidade de recursos que se destinam primeiro a classificar documentos e depois a desclassificá-los. Em 2010 os EUA catalogaram 760 milhões de páginas como secretas. Isto multiplica por mais de doze vezes as páginas que se acrescentam cada ano ao maior centro de documentação do mundo: a Biblioteca do Congresso. E representa um aumento de 40% a respeito do ano anterior[12]. Vejamos mais alguns dados sobre os onerosos custos do secretismo. Em 2002, a quantidade de informação digital registada no mundo atingiu o mesmo volume que a informação analógica. Cinco anos depois, em 2007, os registos digitais acumulados quase representavam 94% da informação mundial.

12. Bergareche, p. 146.

Estas magnitudes e estes ritmos de crescimento exponencial questionam a capacidade duma gestão controlada. E isto é por duas razões. A ciberespionagem, como diz Assange, é comparável às armas de destruição maciça: «A população do mundo dobra a cada vinte anos, mais ou menos, mas a capacidade de vigilância duplica-se a cada ano e meio. A curva da espionagem domina a curva da população. Não há escapatória direta». Além desta proliferação imparável dos mecanismos de monitorização, as informações compilada pode-se reproduzir-se até ao infinito. Os dados digitais compartilham-se copiando-os, gravando-os num suporte magnético (disco rígido, memórias externas). Isto é, os segredos digitais são infiltráveis pela sua própria natureza[13].

O discurso oficial nega isto, mas os estudos mais rigorosos e recentes afirmam que:

[a] história e a teoria estão do lado do filtrador. Perante grandes mudanças de ordem social, tecnológica, jornalística e burocrática, o modelo social dominante durante muitas décadas tem sido a excessiva tolerância[14].

Tempos como os que nos toca viver. As revelações são funcionais, porque permitem aos governos adaptarem-se a fatores externos. Por exemplo, servem para diminuir a desconfiança que desperta uma administração com muitos segredos. Ou para desmentir uma manipulação mediática, escondida na opacidade. Com as revelações também se enfrentam problemas internos como os excessos de confidencialidade ou a fragmentação burocrática, que outorgam demasiado poder a determinados atores.

Conclui o autor que cito, David E. Pozen, que:

As leis anti-revelações não costumam aplicar-se. Não só a causa da dificuldade de perseguir os infratores, mas porque muitos atores institucionais chave estão interessados em manter uma cultura permissiva para anunciar publicamente determinadas informações classificadas.

Em vez da anarquia, funcionam «controlos sociais informais» que complementam a disciplina e os castigos, em vez de substituí-los. Noutras palavras, Manning,

13. *This machine kills secrets*. É também o título duma apaixonante história assinada por Andy Greenberg a respeito de «como os wikileaks, cyberpunks e hacktivistas aspiram a libertarem a informação mundial». 2013. New York: Dutton-Penguin. De leitura imprescindível.

14. David E. Pozen. 2013. «The leaky Leviathan: Why the government condemns and condones unlawful disclosures of information». *Columbia Public Law Research Paper* nº 13-341 http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2223703

Assange e Snowden foram punidos em público, porque revelavam dados sem a permissão dos seus superiores. Outros muitos delatores que os precederam cumpriram uma tarefa inestimável para os organismos em que trabalhavam, contando com permissões nunca reconhecidas. Ou foram perdoados depois. Desatascavam ou modernizavam algumas burocracias saturadas de segredos que era preciso desaguar.

A proposta da maioria dos especialistas é contrária à adotada por Obama. Advertem que a gestão dos segredos oficiais não é uma tarefa exclusiva de ninguém. E menos do Governo. Para isso defendem a supervisão parlamentar e judicial, bem como as leis que protejam os infiltrados não autorizados. Estas medidas não se cumpriam meio ano depois das revelações de Snowden. O ex-analista afirmou que os diretores da NSA eram os únicos que não sabiam que continuavam a trabalhar para a agência de inteligência.

O grande segredo sobre as leis contra as infiltrações, revela Pozen, é que nunca foram usadas para pará-las e que a sua aplicação ameaça não só alguns subtis ideais democráticos, mas também exigências burocráticas e práticas, não apenas os indivíduos delatores mas também a instituição presidencial.

A tecnologia digital mudou a natureza do segredo nas nossas sociedades e os hackers alertaram-nos disso. A degradação democrática que comporta a ausência de regulamentação torna imperiosa a necessidade de legislar estes assuntos com mais pragmatismo. Tratar-se-ia de socializar a gestão dos segredos oficiais, impedindo que se concentre em poucas mãos. Constitucionalistas tão reputados como Pozen exigem comités e leis próprias dum Estado de Direito. Mas os hackers não querem deixar o assunto exclusivamente nas mãos dos parlamentares e juízes. O inimigo não é apenas a espionagem, mas a sua fusão com os estudos de mercado. Políticos, militares e empresários digitais cooperam compilando os dados que geramos quando usamos uma tecnologia que também destrói a privacidade. É o nosso dever protegê-los os nossos segredos e combatê-los os segredos deles.

Em finais de 2011, por trás das comunicações bélicas e diplomáticas, o WikiLeaks revelou que 160 companhias privadas se ocupavam de interceptar as comunicações em 25 países[15]. Depois liberou mais de cinco milhões de e-mails da empresa de espionagem Stratfor[16]. Empresas privadas como esta desenvolvem três a cada quatro trabalhos de inteligência nos EUA. Os seus clientes habituais são a CIA, o FBI... e agências estrangeiras, inclusive algumas consideradas hostis. Em 2013 Snowden revelou que a NSA armazenava os metadados (identificadores dos emissores e rece-

15. <http://wikileaks.org/the-spyfiles.html>

16. <http://wikileaks.org/the-gifiles.html>

tores) de todas as comunicações digitais. Contava com a colaboração dos gigantes empresariais da internet. Atuava também com a aquiescência do governo dos EUA e do resto do mundo. Para continuarmos com a comparação, cada dia a NSA poderia reunir três mil bibliotecas do Congresso. Nestas mensagens procuram-se termos ou palavras-chave predefinidas. Depois de filtradas, as comunicações para revisão significavam (cada dia) dois terços da Biblioteca do Congresso[17].

Este descomunal mercado de dados pessoais era desconhecido para a população. Ignoravam-no os políticos sem responsabilidades diretas. Carece de regulação, pelo menos pública. Serve tanto para as democracias como para as ditaduras. Fundem-se os usos comerciais e estatais, civis e militares. Paga-se com os nossos impostos e concede às empresas um grande poder para monitorar os seus clientes. Os gigantes da Rede usufruem de vantagens inegáveis contra governos e populações. Eles podem esgrimir essa informação para chantagear ou comprar políticos, promover campanhas mundiais de intoxicação...

Publicar dados, ocultos para a cidadania que os pagam, tão sensíveis aos direitos humanos, converteu-se num objetivo jornalístico de primeira ordem. Mas é muito difícil de aceitar por aqueles que dizem exercer uma profissão de serviço público, mas que na verdade gerem informações secretas ou privadas. Lluís Basset era jornalista de *El País* e prologara um livro do presidente da Stratfor, empresa de espionagem denunciada pelo WikiLeaks. A sua reação ilustra até que ponto alguns jornalistas reconhecem que servem outros clientes totalmente diferentes do público. Para justificarem-se precisam de denegrir aqueles que os colocam em evidência:

O jornalismo está muito mais perto, pelos seus sistemas de trabalho e de comunicação, e até mesmo pelos seus produtos, do que faz Friedman [presidente da Stratfor] que do que faz Assange e o WikiLeaks. A ideia duma empresa de espionagem privada, por outro lado, acomoda-se à perfeição com o que faz Assange e a sua gente. O mundo ao contrário, definitivamente. [...] Se Stratfor é uma agência de espionagem, então, que é o WikiLeaks? Um ramo jornalístico da Caritas? [sic][18].

Isto perguntava-o o jornalista antagónico à ética hacker, preocupado pela privacidade duma empresa de espionagem com a qual colaborara fazendo o prólogo

17. http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/08/15/the_nsas_data_haul_is_bigger_than_you_can_possibly_imagine?page=full

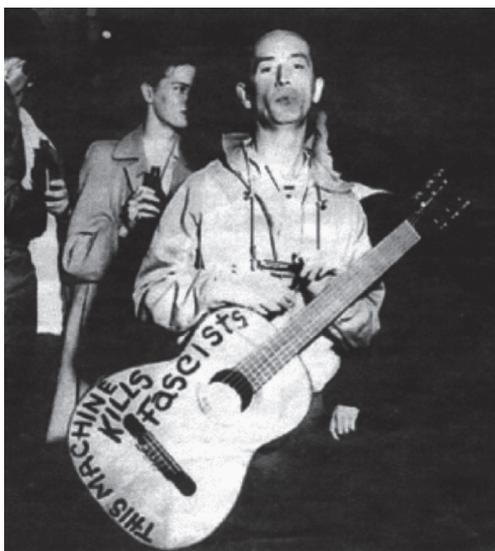
18. «Los papeles perdidos de Julian Assange», Lluís Bassets, 28 de fevereiro de 2012. http://blogs.elpais.com/lluis_bassets/2012/02/los-papeles-perdidos-de-julian-assange/comments/page/2/#comments

do livro do seu presidente. Na sua defesa equiparava a empresa a um meio de comunicação «pelos seus sistemas de trabalho e de comunicação, e até mesmo pelos seus produtos». Em que se parece a reportagem dum jornal com um relatório, que é segredo exceto para uns poucos, e que também se paga com impostos? A única argumentação possível era desviar a resposta e questionar o altruísmo do WikiLeaks, qualificando-o de «ramo jornalístico da Caritas». Já que esqueceu o acento, posso escrever «máscaras» e dar um piscar de olhos ao Anonymous. Antes de tudo isto não cabia mencionar, nem de longe, que *El País* lucrou com a entrega gratuita dos dados filtrados por Manning. Segundo Assange (e os jornalistas de *The Guardian* que o citam), valiam 5.000 milhões de dólares[19] no mercado negro. Alguns «informadores», depois de fazerem caixa, entenderam que para defenderem os seus verdadeiros clientes tinham que tombar o mensageiro.

A proposta da WikiLeaks consiste em obter e publicar dados tão irrefutáveis que avançam para um modelo que Assange denomina de *jornalismo científico*: oferece ao leitor as bases informáticas completas que fundamentam as notícias. Não é incompatível com o jornalismo entendido como narração, porque é imprescindível para captar o público e tornar compreensível a informação. A organização hacker liberou arquivos e desenvolveu aplicações para converter esses arquivos em estatísticas e mapas interativos. Mas, acima de tudo, animaram os redatores a escreverem relatos reais e pessoais. O WikiLeaks antecipara o modo de fazê-lo em abril de 2010, com o vídeo *Collateral Murder* (assassinato colateral). Foi filtrado por Manning e mostrava (juntando a gravação original) que os estadunidenses tinham metralhado desde um helicóptero dois colaboradores da agência de notícias Reuters, a qual solicitou essas imagens. Os EUA negaram-lhas apoiando-se na legislação antiterrorista. O helicóptero disparou também contra uma camioneta que parara para auxiliar os jornalistas. O condutor era um pai que levava os seus filhos à escola. Um repórter islandês que mais tarde se converteria em porta-voz do WikiLeaks, escreveu as biografias de quem até então eram considerados «vítimas colaterais».

Por que o vídeo quase nem se viu, nem sequer nas faculdades de jornalismo? Alguns dos meus alunos conhecem de cor cenas de *Platoon* ou *Apocalypse Now*. Mas quase ninguém (nem os professores) conhece *Collateral Damage*. Projetei-o no meio de uma aula (não as ocupo com projeções que possam ser vistas em casa) e apenas três pessoas de quarenta, aproximadamente, tinham vontade de vê-lo. O resto ignorou algo que lhes permitiria aplicar ao seu trabalho futuro a sua, talvez

19. Cifra fornecida pelos dois jornalistas de *The Guardian* que trabalharam na equipa sobre as comunicações diplomáticas, Luke Harding e David Leigh. 2011. *WikiLeaks: Inside Julian Assange's War on Secrecy*. Londres: Guardian Books.



primeira, experiência de socialização política: a participação no «Não à guerra» (do Iraque). Barbáries como o Vietnã, que mobilizou a geração dos seus pais ou tios, parecem ser coisa de filme.

«Esta máquina mata fascistas», escrevera Woody Guthrie na sua guitarra. Em 2012 cumpriu-se o centenário do seu nascimento. Morreu reconhecido como referência por uma legião de artistas liderada por Bob Dylan e Bruce Springsteen. Os computadores daqueles que apoiam o WikiLeaks poderiam levar o seu lema. Ou o de Kortatu, «a minha guitarra não dispara, mas sei para onde aponto», para destacar a não-violência. Cito estas referências porque a indústria cultural se ocupou de apagá-las. Escamoteiam-nos a relação entre o hacktivismo, a contracultura e as revoluções populares inspiradas no Vietnã. No final de 2013, apareceu um livro que tornava pública a identidade dos filtradores que acabaram com a espionagem e a guerra suja do FBI e da CIA na década de 1970. Era o primeiro elo que a Imprensa estabelecia de forma muito subtil entre eles e Snowden; em absoluto com Manning e Assange[20].

Mas entre os defensores do WikiLeaks encontra-se o quem divulgou os Papéis do Pentágono (Daniel Ellsberg), quem os converteu em crítica geoestratégica (Noam Chomsky) e alguns que aplicam o melhor jornalismo com coragem (John Pilger). Por outro lado, já se demonstrou há muito que não foram as cruéis imagens da televisão que puseram a opinião pública contra a guerra do Vietnã. A guerra perdeu apoio

20. http://www.nytimes.com/2014/01/07/us/burglars-who-took-on-fbi-abandon-shadows.html?_r=0

quando surgiram denunciadores entre os jovens oficiais que estiveram em contacto com os jornalistas mais críticos da geração[21]. Sem cobertura mediática, os dissidentes do Vietnam concederam a Assange o prémio com o nome dum ilustre delator, Samuel Adams[22]. A CNN reconheceu de passagem que

[as] negociações da retirada das tropas norte-americanas foram forçadas pelas publicações do WikiLeaks a respeito duma comunicação diplomática. Informava que civis iraquianos, entre eles algumas crianças, foram mortos pelas tropas norte-americanas em 2006 e não num bombardeamento, como dissera o exército americano[23].

Os hacktivistas recolhem o testemunho e reatualizam o pacifismo de 1968. Quando ouvirmos os criptopunks, comprovaremos que estão curados do hipismo e do Flower Power. Não pretendem viver à margem da política e da economia. Querem trabalhar contra o sistema, mas desde dentro. Empregam-se em empresas ou administrações como peritos em segurança. E fora do horário de trabalho, que reduzem ao máximo, fazem militância. Escrevem o código livre, liberam informações sem prejudicarem os sistemas em que entram ou, se forem hacktivistas, dão impulso e ferramentas informáticas para campanhas sociais. Não são anti-sistema. Como no 15M, o sistema está contra eles.

A senda iniciada por WikiLeaks deixa bastantes incoerências e suscita importantes debates. O seu resultado conxunto, como a tecnoloxía que manexan, debe cualificarse de ambivalente. Pero o seu potencial resulta innegábel. Enténdese que non resulte comprensíbel a primeira vista, pola novidade e amplitude de obxectivos. Pero os que desacreditan aos *hackers*, en conxunto ou de partida, amosan demasiadas carencias: prexuízos, ignorancia e medo ao descoñecido. A maioría da poboación mostrou preguiza intelectual e covardía moral. O medo á liberdade e o conformismo parecen aliarse (e estar alimentados) coa falta de ética dos políticos e xornalistas. O pavor a perder os seus cargos e postos de traballo, así como os privilexios que disfrutan, mingua aínda máis a súa integridade. Non ven preciso ou crente incapaces de reconverterse en profesionais do ben común.

21. Daniel Hallin, 1986, *The «Uncensored War»: The Media and Vietnam*. New York: Oxford University Press.

22. «Can WikiLeaks Help Save Lives?», por Ray McGovern, 16 de agosto, 2010. <http://original.antiwar.com/mcgo-vern/2010/08/15/can-wikileaks-help-save-lives/>.

23. cnn. 22 de outubro, 2011. «Obama: Iraq war will be over by year's end; troops coming home». <http://www.news8000.com/news/Obama-Iraq-war-will-be-over-by-year-s-end-troops-coming-home/-/326/3980988/-/slottoz/-/index.html>.

O DESAFIO: VER A FLORESTA

Não proponho que a Imprensa adote a ideologia hacker sem questioná-la. Esta ideologia não pode dar cabo de todos os trabalhos que deve desempenhar um informador. Os hackers não trazem nenhuma solução final ou única. Tal coisa não existe. Mas são os pioneiros e máximos conhecedores duma internet que não é a causa dos problemas do jornalismo, mas a sua condição de sobrevivência. A informação será *transmídia*, em rede e na Rede... ou não será. A internet acabará por fundir-se num único fluxo para o resto dos meios. Recolherá todos os dispositivos e ecrãs. Será fruto do trabalho conjunto entre jornalistas e públicos conscientes do valor da sua liberdade de expressão; da necessidade de exercê-la e de costeá-la: pagando-a ou colaborando na sua gestação, no seu processamento e na sua difusão.

O WikiLeaks sabia disto e atuou em consequência. Um significado possível da palavra hacker é *lenhador*. E um hacker comporta-se como um *machado* da informática, um especialista em dar machadadas. Começa podando a desinformação, eliminando a mentira oficial com bases de dados incontestáveis, seiva nova que entra nas redações. Depois de cortar os troncos podres deixa espaço para que surjam espécies híbridas entre o antigo e o novo jornalismo. São mestiças porque combinam iniciativa privada, pública e projetos mancomunados.

O passo seguinte é desenvolver novas ferramentas e processos para pôr em comum, analisar e transmitir informações entre o jornalista e a comunidade à qual se deve. O resultado final seria uma floresta descomunal de notícias, narrações sociais, denúncias e saberes compartilhados. Todos podem e devem colaborar na sua manutenção. Para, no fim, servirem-se segundo as suas contribuições, capacidades e necessidades. Quer dizer, fazendo o balanço da sua contribuição, da contribuição que poderiam ter oferecido daquela que precisem para exercerem como cidadãos.

Pode parecer uma ilusão, e é claramente se quisermos isto para depois de amanhã ao cem por cento. Mas não existem cursos de línguas nem dietas de três dias. A proposta da informação como bem comum está carregada do mesmo alento que impulsionou a Wikipédia ou o software livre. Exemplos residuais? A primeira tornou vetusta a *Britannica*. Ou alguém pensa comprar a segunda? E em 2009 a Wikipédia acabou com a *Encarta*, a enciclopédia paga de Bill Gates. Algum leitor jovem se lembra dela? Quantos chegaram a usá-la? No que se refere ao software livre, por favor, olhemos para estas cifras.

Em 2003, a IBM ganhou 2.000 milhões de dólares com serviços associados com o Linux. É um sistema operativo de código livre. O mais seguro e melhor valorado pelas grandes empresas. A própria IBM somente obteve 800 milhões com as suas

patentes, apesar de ser líder na sua criação. No seu conjunto, dois terços das receitas da indústria de programação informática provêm duma relação estável com as comunidades de produtores e consumidores. Não lhes vendem programas fechados, mas programas que mantenham e adaptem os de licença livre. Se o leitor estiver preocupado com que as pessoas não paguem pelas notícias, repare em que apenas 6% das receitas do *New York Times* provinham da sindicalização e dos direitos de autor de conteúdo. A percentagem reduz-se quase para a metade (3,6%) no importante canal de imprensa *Knight Ridder*[24]. A crise econômica e o escândalo da espionagem impulsaram o código livre e aberto. É muito mais barato e não deixa as portas abertas para que entrem vírus e outros agentes, bem mais infetos e infeciosos.

O WikiLeaks abre debates inadiáveis, e surpreende a recusa a encará-lo por parte de aqueles que foram os mais beneficiados. Se fossem rápidos, poderiam forjar um futuro promissor. Vejamo-lo com calma. É preciso pensar e ensaiar muito para materializá-lo. Mas uma coisa é clara. Um princípio inescusável para refundar o jornalismo é que se mantenha uma relação estável com os clientes. Deveriam considerar o público como o seu único cliente e tratá-lo em consequência. Dando-lhe acesso para colaborar em informações que mais tarde possam reutilizar e aplicar no seu contexto. No entanto, os empresários parecem ofuscados por essa «inovação tecnológica» e deslumbrados pelos benefícios imediatos que ainda podem obter. Enquanto isso, o público concentra-se em ditados sobre uns heróis e vilões dos quais nada sabe. A sedução cibernética e as celebridades impedem de ver a floresta. Falta perspectiva. Não no-la darão os gurus nem os comerciantes.

O arvoredo perdido

Mais uma vez, o WikiLeaks traz um convite duplo. Sugere que entre todos exerçamos um jornalismo de denúncia ou de investigação, rigoroso e independente. Para merecer esses adjetivos, deve contar com as competências dos internautas mais poderosos. Ou com mais *poderío*, como diriam na Andaluzia. E, depois da poda, os hackers chamam a repovoar um arvoredo do conhecimento, comum para toda a humanidade. Com tecnologia avançada e controlada pelos usuários, propõem recuperar a participação democrática que foi furtada e que não sabemos retomar.

Os hackers desenvolvem códigos e programas em constante evolução e de livre acesso. Ensaíam protótipos que aplicam determinados ideais —conhecimento, justiça, verdade, colaboração— a contextos e problemas concretos. Aqui e agora, com

24. Benkler, 2006: 47.

diferentes soluções adaptadas para ambientes em mudança. Propõem-se expandir o conhecimento sobre a sociedade e distribuí-lo sem limites. Fornecem informação para um debate horizontal, entre iguais. Tornam compatíveis a cooperação e a competência. Os seus sucessos não são património de ninguém. Entregam-nos ao domínio público para que sejam empregues ou consumidos sem outro custo que o derivado de fazer-se com eles. Ou divulgam-nos com poucas reservas: a obrigação de citação, o respeito à integridade da obra... Ninguém pode lucrar com as suas criações em regime exclusivo. Tampouco o Estado pode monopolizá-los.

Não obstante, os media de comunicação privados equipararam a liberdade de imprensa e de empresa. Submetem o direito de expressão ao negócio. Publicam o que sai mais barato e que oferece mais rendimento económico e político. Pela sua parte, os entes públicos de radiotelevisão confundem meios públicos e estatais; ou, pior ainda, governamentais. Quando não mentem por razões de Estado, fazem-no para apoiar os governantes. Nos casos mais degradados, como em Espanha, perseguem três objetivos: concorrência desleal com os canais privados, interesse nacional e propaganda das administrações públicas[*].

Os hackers defendem que as ferramentas para fazer informação e o resultado delas sejam um bem comum. Quer dizer, património dos *commons*, os comuns, os de baixo. Entender as notícias como o folclore, a gastronomia, a tabela periódica dos elementos, o genoma humano... Podem ser objeto de exploração comercial e de planificação pública. Sempre que atendam ao bem comum.

Costuma-se dizer que um bem comum não pode alienar-se dos seus verdadeiros titulares, e que deve gerir-se de maneira democrática e sustentável. Aplicado à liberdade de expressão, isso significa que é um direito de todos, para todos e para sempre, ou não é de ninguém. Não cabe vendê-lo ou hipotecá-lo sem a permissão do seu titular, a cidadania. Nem excluir ninguém antes que se expresse. Nem arrebatá-lo o direito temporariamente, a não ser que existam razões muito graves e sempre como último recurso. As iniciativas privadas e estatais ainda têm muito que dizer no jornalismo; mas terão de explorar as implicações de um jornalismo de código aberto (susceptível de ser alterado) e livre (sem restrições de uso). Que os Estados planifiquem e as empresas vendam informação, mas sem doutrinar-nos

* Apenas foi uma vez que se regulamentou um conteúdo informativo por ser de «interesse geral», para que fosse de emissão exclusiva na RTVE. Adivinham qual? O futebol na televisão. Sucedeu em 1997, mediante um decreto-lei do Partido Popular. Tratava-se de danar a viabilidade económica da plataforma digital Sogecable, propriedade de supostos inimigos do Governo. Vale a pena comparar o futebol com os primeiros debates eleitorais dos candidatos do PP ou do PSOE à presidência. Ainda que foram o programa mais visto em 1993, o debate não se repetiu até quinze anos mais tarde. A TVE não participou em 1993, e em 2008 não acolheu o debate nos seus estúdios, por medo da oposição à parcialidade do meio.

nem intoxicar-nos. Se usarmos um código aberto, podemos preparar-nos e, melhor ainda, colaborar com eles.

Com as precauções indicadas, a internet contém ainda a promessa de democratizar a liberdade de expressão e ajudar-nos a refundar a democracia. Poderíamos, com políticas adequadas, promover uma nova era de transparência e participação. Como nos séculos XVII e XVIII, com a imprensa, esse conhecimento em rede e na Rede teria consequências profundas. A liberdade de imprensa era ali naquela altura a liberdade para imprimir: para adquirir e usar os jornais. Agora temos uma imprensa no nosso teclado. Se fôssemos conscientes disso, teríamos um fundo de saberes compartilhados e ajudaríamos a tomar decisões com mais fundamento. Por isso o WikiLeaks publicou documentos sobre seitas (Igreja da Cientologia) ou os Estudos do Congresso dos EUA. Combateu o irracionalismo sectário. Devolveu aos contribuintes os relatórios manejados pelos congressistas. Acabou com a aberração de que os cidadãos não pudessem aceder aos documentos que pagaram. Permiteu-lhes julgar as decisões políticas e, conseqüentemente, decidir melhor o seu voto. Distribuiu conhecimento livre. Devolveu-o aos seus verdadeiros proprietários.

Em 2013, o WikiLeaks disponibilizou publicamente 1,7 milhões de registos diplomáticos desclassificados a partir de 2006. Nesse ano abriram-se ao público 320.000 documentos de 1973 e 1974. Conhecidos como «os dados de Kissinger», estavam registados num sistema arcaico que dificultava o seu estudo. Eram similares aos originais em formato PDF, e por isso não eram modificáveis. As pesquisas, muito limitadas, obrigavam a descarregar milhares de documentos e revisá-los um por um. O WikiLeaks viabilizou um motor de busca de última geração para relacionar dezenas de pesquisas ao mesmo tempo. Foi entregue a mais de vinte meios colaboradores.

Todos os documentos foram transferidos e indexados trabalhosamente graças a ajudantes voluntários, que se ocuparam de que qualquer pessoa pudesse buscar e encontrar os segredos guardados de forma automatizada. Os hackers ofereciam aos cientistas sociais e aos historiadores material que, de outra maneira, ainda estaria oculto. Eis alguns títulos, traduzidos, do diário *Público*:

- Franco ofereceu aos EUA o território espanhol para uma Terceira Guerra Mundial.
- Juan Carlos foi confidente para os EUA após chegar ao trono.
- Rei Juan Carlos e Kissinger calaram perante o clamor pelos últimos assassinatos de Franco.
- Washington acreditava as torturas franquistas serem uma «invenção» comunista.
- Washington queria Carrillo na prisão mas não convertido em «mártir».

Os acordos subscritos com o jornal, ao quais pude aceder, implicavam apenas um «pacto entre cavalheiros», formulado com esses termos. Pediam para não comercializar nem alterar os arquivos, reconhecer a fonte da Wikileaks... e não previam nenhuma forma de pagamento. A única contrapartida não era obrigatória nem figurava no acordo escrito. Consistiu em que as notícias fossem acompanhadas dum botão para doar à organização. Desta forma, cooperaram um media privado —o jornal que publicava as notícias— e um estado que desclassificava documentos. Mas não da maneira que pretendiam

os EUA. As possíveis críticas surgiram com a comunidade do WikiLeaks e as suas tecnologias livres. Graças a elas e aos jornalistas que recolheram o convite, uma história banida nas escolas chegava a qualquer cidadão que tivesse acesso à internet. E este poderia rescrever a história oficial para intervir nos acontecimentos mais recentes.

Vejamos três deles, três acontecimentos quase não recolhidos pelos meios espanhóis, ou que quando foram noticiados omitiu-se a documentação do Wikileaks. Fazem referência a outras tantas questões centrais: memória histórica, terrorismo e a morte dum repórter. Tão os repasso e cito as entradas de ProPolis onde ampliar a referência.

O primeiro caso pertence também às «comunicações de Kissinger». Trata-se do acidente de várias bombas nucleares norte-americanas em 1966, caídas em Palomares, uma vila da costa de Almeria. Afecta uma figura de grande relevo no franquismo e na transição, Manuel Fraga Iribarne. A história poderia erigir-se como notícia de primeira ordem. Os dados falsos sobre o número de bombas e os níveis de contaminação declarados pelas autoridades acompanhariam na perfeição a famosa foto de Fraga a banhar-se nas águas contaminadas[25]. Porém, não se encontra um rasto de notícia sobre este assunto. Talvez influísse que os principais media de comunicação continuassem a ser prisioneiros do protagonismo que pensam que tiveram na transição e não podem questioná-la. Manuel Fraga morreu e era preciso cuidar da sua memória. Apesar de ser uma peça-chave no espectro conservador, estava entre os acionistas de *El País* quando o jornal saiu à rua[26]. Não é possível desvincular o seu papel do que agora se conhece como o «regime de 1978», que se acha agora em profunda crise.

O segundo exemplo é talvez o mais escandaloso. Refere-se a um relatório do Serviço de Estudos do Congresso dos EUA publicado pelo WikiLeaks. Afirmava que, já no outono de 2004, Washington não tinha a menor dúvida de que a ETA não fizera o atentado de 11 de março daquele ano, em Madrid. E de que a Al Qaeda tinha agido só[27]. No entanto, as teorias da conspiração mantiveram-se em pé. Muitos espanhóis acreditam ainda na possibilidade de ter sido um atentado etarra, a causa das declarações de altos cargos do PP. Apoia-os o silêncio dos seus companheiros e, para a maior surpresa, do PSOE. Os meios de comunicação, dependentes do bipartidarismo, começaram uma escalada de degradação da esfera pública que levou ao seu colapso. Os dois partidos majoritários e os media que os apoiam perdem, respetivamente, votos e audiência sem parar.

O terceiro e último caso provém das comunicações publicadas por Manning que indicavam que o Governo espanhol de Rodríguez Zapatero, por meio da vice-presidente Maria Teresa Fernández de la Vega, pressionaram a Audiência Nacional para que paralisasse a sua investigação sobre José Couso. Este jornalista galego foi atacado pelo exército norte-americano quando entrava em Bagdad em 2004. No incidente morreu outro colega camarógrafo. Ambos estavam no hotel Palestina, ocupado por repórteres que estavam a filmar os momentos iniciais da ocupação. Infinitude de depoimentos e provas garantem que aquilo foi literalmente um assassinato. A interferência do Governo no tribunal penal mais importante do país significaria em qualquer outro país europeu o repúdio dos cargos políticos implicados. O que motivaria tentativas judiciais para esclarecer um caso óbvio de tentativa de «matar o mensageiro». Nada disso aconteceu.

25. <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2011/01/palomares-45-anos-de-palanganeros-del.html>.

26. <http://www.periodistadigital.com/periodismo/prensa/2011/09/27/los-hombres-de-prisa-en-el-pp-manuel-fraga-iribarne-juan-luis-cebrian-jesus-polanco.shtml>.

27. <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2010/08/wikileaks-desmiente-la-teoria-de-la.html>.

Cinco anos mais tarde surgiria o 15-M, para revitalizar uma esfera pública cheia de representantes impunes. Muitas mentiras fundacionais da ditadura, talvez as mais importantes, mantêm-se de pé. A desinformação, a falta de transparência com a qual se levou a Transição, acabou por se instalar no nosso sistema comunicativo. E o 15-M veio para regenerá-la. O 15-M é, na sua essência, um espaço de protesto, embora consensual: é apoiado por sete de cada dez cidadãos[28]. Surgiu, em grande parte, pela mão das gerações de jovens ativistas internautas. A memória histórica faz parte da genética do 15-M, que impugna o tabuleiro político que recebemos de herança. Propõe aplicar a sanção política de baixo para cima e construir um novo relato coletivo da nossa sociedade no qual se lhe reconheça e devolva protagonismo. Uma tarefa em que pouco colaboraram os media convencionais, hostis ao Quarto Poder em Rede.

Duas metas, antes inalcançáveis, parecem agora atingíveis. Controlar o poder em tempo real e, se não for possível, compor um testemunho coletivo do presente, sem censuras e que confira protagonismo aos perdedores da história oficial. Estes objetivos estimulam o jornalismo entendido como vocação. Tão altos fins tornam-no merecedor de ser considerado como uma profissão «liberal». Porque, segundo o que me diziam na faculdade, compromete a consciência. Encontrei outro sentido mais amplo. Não é preciso acreditar que se tem consciência nem nos padrões de limpeza que a dominam. Por isso é mais difícil de praticar. O jornalismo exige a liberdade daqueles que o exercem. Se não age de forma limpa (com transparência), anula a liberdade dos cidadãos.

A maioria dos intelectuais (e mais se são mediáticos) não partilham esta linguagem. Pertencem, por geração e inclinação, a uma cultura impregnada de paternalismo elitista e de autoritarismo académico. Para eles os cidadãos são menores de idade, que devem ser guiados pelos melhores, entre os quais, é claro, figuram eles próprios. O seu grau de escolaridade permite-lhes considerar o resto como uns ignorantes. No entanto, fizeram exibição de bastante analfabetismo digital. E tinham motivos pessoais para criticarem o WikiLeaks: assinalava-os como tribunus irrelevantes. A sua falta de crítica com o poder ficou manifesta, comparados com um delator de meia pataca. E este, apesar da sua juventude, poderia ser mais influente do que eles. A informação que Manning ou Snowden liberaram era compreensível para qualquer pessoa. Pela sua contundência, convenceriam os mais cétricos. Os intelectuais empregavam e defendiam um código obsoleto e mercantilizado. Os hackers também os puseram em evidência.

Abriendo o debate a grandes grupos de gente «normal», com dados comprovados e respeitando determinadas condições, os hackers acreditam ter mais capacidade

28. Víctor Sampedro e Josep Lobera (en revisió). «Critical consensus and the 15-M Movement».

intelectual que um conclave de eruditos. Eles são a antítese dos conselhos de sábios, tão úteis para que os políticos se atribuam a sua autoridade e se escondam nos seus veredictos. O princípio da «sabedoria da multidão» defendido pelos hacktivistas aplica-se com sucesso no âmbito empresarial[29]. Ao inserir as revelações nos meios, apela-se à «inteligência coletiva», suscetível de se manifestar digitalmente. Duas cabeças pensam melhor que uma. Muitíssimo melhor que várias, afirmam as «comunidades livres» que colaboram na Rede. Estes pressupostos não negam a falta de veracidade e rigor que abunda na internet. Melhor, convidam a pensar as condições para forjar um conhecimento livre e distribuído.

A típica crítica do intelectual típico responde a que o WikiLeaks confere mais valor informativo a um soldado raso que ao sábio geral que ele acredita encarnar. Retomando o exemplo já citado, a centena e meia de ilustrados que redigiram a Enciclopédia Francesa —considerados os pais da Modernidade, pois eram todos homens— foram substituídos por incontáveis wikipedianos. Os quais, a propósito, mostraram mais eficiência e rigor que os seus predecessores[30]. A Wikipédia é a Enciclopédia global do século XXI. E para quem conhece bem a história da tecnologia, como Antonio Lafuente, os hackers são os «cientistas da nova ilustração»[31].

Nenhum alvo é alheio para os heraldos duma nova época. Os hacktivistas questionaram os meios privados, que desvalorizaram a importância das suas informações. E os estatais, que censuraram as comunicações contrárias ao «interesse nacional». Mas também manifestaram as carências da contra-informação dos media comunitários. Alguns, no início, negaram a legitimidade do WikiLeaks acusando-o de ter fontes de financiamento espúrias. Segundo alguns, o dinheiro vinha da Rússia ou da China; segundo outros, dos Estados Unidos e de Israel. A informação alternativa e os media comunitários estavam ancorados na sua inércia. Sem provas, mas com muito sermão, muitos desconfiaram duma iniciativa que não souberam reconhecer como afim.

Por último, o WikiLeaks confirmou as carências dos idealistas digitais. A repressão sofrida desmentiu que a internet fosse esse espaço libertado que alguns acreditavam habitar. Snowden acabou por dizer-nos que é o mais parecido com o

29. Interessante sucesso nos EUA, com inúmeros casos práticos: Surowiecki, J. (2009). *The Wisdom of the Crowds*. Londres, Abacus. E pode ser completado com o livro de Seeley, Th. D. (2010). *Honeybee Democracy*. Princeton University Press. Em português seria *A democracia do mel*. Título que demonstra a genialidade de chamar ProPolis ao nosso blogue.

30. F. Ortega e J. Rodríguez. 2011. *El Potlatch Digital: Wikipedia y el triunfo del procomún y el conocimiento compartido*. Ediciones Cátedra, Madrid.

31. A. Lafuente: «Los hackers son los científicos de la nueva Ilustración» Em <http://blogs.20minutos.es/codigo-abierto/2012/01/23/el-estado-nacion-es-torpe-burocratico-y-homogenizador/>

pátio duma prisão «de vidro» ou com um centro comercial sem muros. A reação da blogosfera também matizou a mencionada «inteligência coletiva da Rede». Assange criticou que os blogues se tivessem comportado como simples espaços de re-difusão, numa soberba conversação (com um comissário de arte contemporânea!) à qual voltaremos[32]. Os blogueiros (incluído quem escreve) pouco examinaram as bases de dados. No fundo, como afirma o hacker australiano, limitámo-nos a reforçar da forma mais simples, com discursos alheios, os nossos pontos de vista.

Em definitivo, os hackers questionam a ideologia da Imprensa dominante, prisioneira do lucro e do Estado. Tampouco concordam com aqueles que apenas informam em contra. Até questionam os idealistas da internet, destacando que a inteligência coletiva digital nem sempre tem condições para desenvolver-se. A não ser que se trabalhe muito duro e de forma constante. Algo difícil de cumprir a partir do amadorismo ou do voluntariado. Esta é uma lição de especial interesse para os jornalistas: determinadas tarefas devem ser assalariadas e desenvolver-se em equipas estáveis. Caso contrário, a continuidade e os resultados serão incertos. Criar as condições para que o Quarto Poder em Rede atue com inteligência é tarefa de profissionais que sabem estar abertos à colaboração.

«O arvoredo perdido» representa um território imaginado que dá título a umas memórias de evocação adolescente, assinadas por Rafael Alberti. Não é o melhor poeta de 27 anos, nem exemplo de coerência política, mas escreveu sobre as marismas do Porto de Santa Maria como se ainda se acovilhassem nelas os navios piratas. Esta referência distancia-nos dessas florestas dos contos que acabam com uma lição já sabida. Infestada de lobos, entrar nela implica sérias penalidades ou a morte. A nossa fábula é outra. Os ativistas do WikiLeaks andam à caça das bestas do poder e agem em grupo. Não se parecem em nada com os carreiristas que se autofagocitam nas redações. Porque entre jornalistas não é verdade que «cão não come cão». Abundam os repórteres que estão «dispostos a tudo por uma exclusiva». E com isso referem-se a uma notícia que exclui o público que não pode pagá-la e os colegas que lha poderiam «roubar».

O nosso arvoredo evoca ao mesmo tempo a floresta de Sherwood e o Amazonas. Na primeira refugiam-se os que se auto-governam, impugnando um poder ilegítimo. Deixemos fora, por favor, o monarquismo de Robin Hood. Fiquemos com a denúncia da avareza do rei João e a lealdade incorruptível de quem combate contra os exploradores do povo. Da floresta comunal (lembremos, arrebatada aos cotos de caça real)

32. Disponível em <http://www.e-flux.com/journal/in-conversation-with-julian-assange-part-i/> e <http://www.e-flux.com/journal/in-conversation-with-julian-assange-part-ii/>.

também dependem o ar e outros bens de uso comum: animais, frutos e madeiras. A Amazônia, patrimônio da humanidade, funciona como o pulmão e reserva da biodiversidade. Por isso nem os Estados que a abrangem nem as multinacionais podem (em teoria) fazer com ela a sua vontade. O mesmo deveria ser com o relato coletivo que a humanidade pode escrever na Rede.

Os benefícios sociais de considerar a comunicação como um bem comum não podem ser ignorados. E, no entanto, abundam aqueles que não percebem as virtudes do ladrão honrado nem a importância da Amazônia. Talvez considerem *Inside job* um bom estímulo vocacional. Ou o cenário desértico de *Mad Max* um ambiente desejável para seus filhos. Do WikiLeaks só parecem que tenham aprendido que aquele que se faz de herói acaba mal, e que a tecnologia é superpoderosa. São ideias propagadas por uma indústria cultural que gera heróis para mais tarde triturá-los e que considera o fetichismo digital uma marca muito moderna. As máquinas e os programas (só uma parte da internet) confundem-se com o tudo: a (contra)cultura que as gerações mais jovens conseguiram criar na rede.

Os dispositivos tecnológicos, por si mesmos, não proporcionam mais independência aos jornalistas. Assange aconselhava-lhes a deixar o telemóvel e o computador na redação[33]. Os sistemas de localização e intercetção representam uma ameaça permanente. Mas a vulgarização mais grosseira dos ensinamentos técnicos do WikiLeaks tem vindo a ser produzida sob a marca do jornalismo de dados. As faculdades e as redações encheram-se de gente que o leva na boca mas é como o sexo no campus: enquanto todos falam dele ninguém o pratica.

Eganam-se e enganam-nos aqueles que reduzem a modernização digital a fazer notícias com estatísticas, gráficos e visualizações de dados. Pertença a uma das primeiras gerações de diplomados em jornalismo que sabia (é um dizer) usar o computador. Usávamo-lo, sobretudo, para passar os apontamentos dos nossos professores e tínhamos orgulho de como formatávamos os trabalhos. Quando começámos a trabalhar no início da década de noventa, também nos pusemos a formatar informações, sem nos preocupar demasiado do conteúdo. Os nossos chefes ofereceram-nos duas tarefas: fazer a maquete do jornal no computador e fazer gráficos digitais. Dito doutra maneira, empregaram-nos para colocar «mais bonitas e atraentes» as mesmas notícias e secções de sempre. Com termos mais críticos e menos autoindulgência, adornámos uma guerra, a primeira invasão do Iraque (a segunda começou em 2004).

33. Na revista *Rolling Stone* de janeiro de 2012: <http://www.rollingstone.com/politics/news/julian-assange-the-rolling-stone-interview-20120118#ixzz1L3CHcp25>.

A infografia implantou em Espanha a mentira digital. «Espetacularizou» o armamento e os movimentos de tropas. Encheu os jornais de mapas de maquinaria letal. E converteu-os em tabuleiros dum jogo de guerra sem contato algum com a realidade. Digamos às claras: o importante não é mostrar dados. O primordial é botá-los à luz e dar a cara por quem os fornece, colaborar em aferi-los e depurá-los para, finalmente, dá-los à comunidade e que seja ela a visualizá-los onde realmente importa: em processos de sanção política e legal. O jornalismo de investigação foi sempre de código aberto: publica os documentos incriminadores depois de entregá-los ao juiz. Menos em Espanha, obviamente, onde as conspirações do 11M só serviram para questionar as provas e os depoimentos. Alguns meios restaram legítimidade á sentença e não acrescentaram nenhuma imputação nova ao processo[*].

Não é só culpa dos amos da comunicação e dos seus jornalistas mercenários. A incultura política da população também teve o seu papel. Quando o espanhol rançoso exerce a crítica, faz touradas de salão. Entoa discursos acesos e autocomprazidos. Parte da desqualificação do contrário. Nem sequer considera as teses contrárias, menos ainda as suas provas. E jamais diz como passar à ação, nem mostra algum compromisso de fazê-lo. Os hackers situam-se no pólo oposto. Chamam a exercer o *ativismo de dados*. É tarefa do cidadão digital, disposto a abrir e apoiar debates a partir de dados, compreensíveis e acessíveis por qualquer pessoa. E não vai esperar até que lhos deem ou fabriquem. Como escreve Javier de la Cueva, «a toma da Bastilha digital consistirá em que se o poder não nos der os dados, os cidadãos tomá-lo-emos no legítimo exercício da velha desobediência civil»[34]. Esta postura cívica exige o jornalismo científico proposto por Assange.

Frente um jornalismo irreflexivo de dados, o jornalismo hacker mostraria os mesmos traços que a ciência. É *universal*, porque responde ao direito à informação que tem todo o ser humano, pelo mero facto de o ser. É *comunitário*, porque é gerado e avaliado numa comunidade. E destina-se a outro coletivo mais amplo; como dissemos, potencialmente universal. E é *desinteressado*, como se a ciência não quisesse estar influída pelas pressões e interesses mais imediatos e sim pelas necessidades sociais. Ao oferecer as bases de dados, o jornalismo hacker cumpriria também com os requisitos do *ceticismo organizado* e a *possibilidade de ser replicado*. A cidadania digital exige um jornalismo de código aberto, que possa ser contrastado por qual-

* A situação atingiu o ridículo quando o máximo sustentador da teoria da conspiração no jornal *El Mundo*, Casimiro García-Abadillo, substituiu o diretor anterior depois que este deixasse o cargo a causa da pressão do Governo e da Coroa.

34. Javier de la Cueva. 2012. «Praeter Orwell: Sujetos, acción y open data de la ciudadanía». *Argumentos de la Razón Técnica*, nº 15, http://institucional.us.es/revistas/argumentos/15/art_1.pdf.

quer usuário, e livre, acessível para aplicar-se noutros contextos e comprovar a sua validade. Em suma, um jornalismo adequado à forma de conhecimento privilegiada pela nossa civilização, a ciência. Mas uma ciência em aberto que impeça os abusos dos especialistas e dos seus financiadores.

Menos heróis, menos zombies e mais floresta

Além do fetichismo tecnológico, existe um segundo desvio que perverte a cobertura jornalística, de maneira que esta acabou por centrar-se nas peripécias pessoais de Manning, Assange e Snowden. O recurso narrativo da personalização é simplista, mas efetivo. O repórter precisa de menos esforço: só precisa duma personagem por história. E o público «que não liga para a política» seguirá as desventuras dos heróis caídos. O maniqueísmo torna-se mais atraente quando numa notícia, que era no início de bons e maus, todos acabam por ser vilões. A partir desta lição cínica, o repórter arrisca muito menos do que ao investigar o negócio da guerra ou a diplomacia de dupla moral. Ou a espionagem que ocorre sem o nosso conhecimento, mas no nosso nome e com os nossos impostos.

De acordo com os documentos oficiais (também revelados pelo WikiLeaks), a campanha que foi livrada contra o WikiLeaks queria minar a sua credibilidade e o seu alcance. Tratava-se de ocultar os debates de fundo com peripécias pessoais. A personagem de Assange exhibe facetas suficientes e contradições bastantes como para ser objeto de controvérsia. A melhor definição que ouvi dele saiu da boca de Birgit Jondosttir, a parlamentar islandesa que colaborou estreitamente com o WikiLeaks: «He is a difficult guy»[35]. Não faltaram os gestos que confirmam o perfil de «jovem difícil», típico dos lutadores pela liberdade de expressão. John Wilkes[36] conseguiu o direito à «transcrição direta» dos discursos parlamentares na Inglaterra do século XIX. Era filho de um destilador e ele mesmo um completo libertino. Mas a vida de Assange, Manning e Snowden foi muito mais trabalhosa. As suas palavras e biografias identificam-nos como ativistas tenazes.

O antagonismo mediático com estas personagens deve-se também à ausência de valores cívicos na Imprensa. Ao serem estes valores exibidos por outros, não podiam ser-lhes reconhecidos, a não ser deixando em evidência os jornalistas. Estes defenderam o seu capital simbólico e o seu prestígio criticando os hackers ansiosos por vontade de protagonismo e delírios de grandeza. Percebiam o que era um pedido de

35. Conversa mantida no verão de 2011 em Reiquiavique

36. http://es.wikipedia.org/wiki/John_Wilkes

colaboração como uma competição. Infelizmente, os criadores intelectuais também não estiveram à altura.

Mario Vargas Llosa, extraordinário romancista e péssimo colunista, incorreu numa contradição colossal. Louvou a hacker protagonista da trilogia *Millenium* («O que seria da pobre Suécia sem Lisbeth Salander, essa *hacker* querida e entra-nhável!»[37]), mas noutra coluna afirmava que «nem Edward Snowden nem Julian Assange são paladinos mas sim predadores da liberdade que dizem defender»[38]. Para Vargas Llosa, como para a cadeia de moda HM, que criou uma linha de roupas com o nome de Salander, a hacker era apenas uma referência de moda.

O criador de *Millenium* confessou que se inspirara em Pipi das Meias Altas para criar a personagem da hacker feminista. É tentador imaginar esse primeiro amor ou uma companheira de jogos ideal para muitas crianças convertida em modelo de jornalistas. A sua fragilidade tapava uma fortaleza descomunal. A sua espontaneidade desarmava a ordem estabelecida. O seu estilo de vida era puro anticapitalismo. A alegria, o motor duma vida autónoma, coberta de desafios inalcançáveis e mesmo assim dignos de serem perseguidos... Com Pipi como referência, a caracterização dos hackers como rapazes «difíceis» adquire uma dimensão muito mais lúdica e positiva. A repórter do futuro não se vestirá como Salander: levará meias altas[*].

No encontro em *Frontline* antes comentado, os jornalistas mostraram mais interesse na figura de Julian Assange que nos seus argumentos e propostas. Assange tentou combater a imagem fabricada sobre ele com declarações muito pouco conhecidas. Afirmou que aceitava o risco pessoal e os processos judiciais que podia vir a sofrer. Entendia-os como um reconhecimento «exagerado e imerecido». Mostrava-se consciente de que as suas decisões lhe seriam cobradas muito caro. Mas, em vez de propor aos jornalistas que se tornassem mártires, indicava-lhes a urgência de criarem um ambiente profissional «livre de censura». Compelia-os para se envolverem na defesa duma «internet livre» como assunto vital próprio. Informou-nos de que tinha

37. http://elpais.com/diario/2009/09/06/opinion/1252188011_850215.html

38. http://elpais.com/elpais/2013/07/11/opinion/1373558215_245059.html

* Entre muitas outras, os seguintes romances seriam um bom complemento para este ensaio. Sem dúvida, a trilogia *Millenium* de Stieg Larsson proporciona uma grande lucidez. Deve (re)ler-se sabendo que o seu autor era um jornalista de investigação dos tipos duros que, de ter vivido mais algum tempo, teria colaborado com Assange... e que era sueco. Belén Gopegui publicou em 2011 *Acceso no autorizado*, onde se oferece uma visão das lutas políticas internas e do papel que podem ter nela os hackers. E contextualiza estas lutas numa disputa entre dois políticos socialistas (María Teresa Fernández de la Vega e Alfredo Pérez Rubalcaba?). Em 2013, Isaac Rosa deu-nos *La habitación oscura*, uma visão do hacktivismo implementado em coletivo e no contexto... do 15M? Os autores espanhóis valem-se, respetivamente, dum final trágico e doutro desiludido. Contra eles, está o antídoto de Jean Claude Izzo. A sua trilogia *Total Keops*, *Chourmo* e *Solea* (romance noir ambientado na Marselha da Frente Nacional) acaba com uma megafiltração... e não conto mais para não estragá-lo.

feito lobbying na Islândia para aprovar um quadro legal que reunisse as normas mais progressistas a respeito da liberdade de expressão.

Quer dizer, antes de hackear os media mais importantes, o WikiLeaks fizera política com os partidos piratas. Liderados por B. Jondosttir, conseguiram que o parlamento islandês aprovasse por unanimidade a Iniciativa de Meios Modernos Islandeses, IMMI. Forneceria o quadro legal para exercer o jornalismo de investigação quase sem censura. Preservaria os bancos de dados e as filtrações reprimidas noutros lugares. O seu sucesso económico —aproveitando o frio propício aos servidores, a penetração da internet na população e a liderança islandesa em determinadas indústrias digitais— significaria um duplo sucesso democrático. No nível interno, implicaria a possibilidade de denunciar e ajustar contas com os financeiros que saquearam o país. O WikiLeaks, de facto, revelou informações sobre um dos bancos islandeses com maior responsabilidade. Fazia informação e elaborava políticas públicas ao mesmo tempo. Cidadania digital em estado puro.

A IMMI implantaria um novo modelo económico, limpo e sustentável, com a semente da transparência e de alcance global. Em resumo, um parlamento nacional tramitou a lei da liberdade de informação mais avançada do mundo. Responde ao modelo de desenvolvimento que a (r)evolução islandesa formulou como alternativa à ilha paraíso fiscal, a primeira em ir à ruína em Europa[39]. E muito rapidamente, nos jornais de alcance mundial, circulariam conteúdos até então censurados e perseguidos nos seus países. Entendem agora o confinamento de Assange numa embaixada? E a proibição de Snowden de refugiar-se na Islândia? O WikiLeaks as-sentara ali as bases institucionais do Poder em Rede. Era preciso impedir-lhes que o pusessem a funcionar.

Manning, Assange, Snowden... e os que ficam por vir são as pessoas visíveis dum movimento plural e amplo que não acaba neles. Ninguém pede à imprensa que os protejam. Na verdade, os mencionados romperam com a máxima hacker de manter o anonimato. Não é preciso exigir aos jornalistas e aos cidadãos o seu nível de entrega para realizar uma tarefa que deve ser diária e mais modesta para, entre outras coisas, dar mais frutos. Um fluxo de revelações pequenas, mas constantes, pode ter mais eficácia que as macro-revelações, às vezes dum tamanho impossível para as redações e os internautas. Notícia a notícia, assoprando-as entre todos —filtrando-as, publicando-as no blogue, comentando-as nas redes, levando-as às instituições— fazemos democracia e damos-lhe ar.

39. A lei pode ser consultada na web do International Modern Media Institute, que oferece recursos de grande interesse: <https://immi.is/>

O bom jornalismo, como a boa medicina, é alheia ao personalismo. Não importa quem redige a informação. Tal como é irrelevante o médico que prescrever uma receita, se lhe pressupomos conhecimentos e deontologia. Seja dito de passagem, se não se vendeu às farmacêuticas, denunciará as suas patentes, receitará genéricos e sol. Antes do que eminências, precisamos de médicos de família. Assim como, em vez de estrelas mediáticas, precisamos de jornalistas que permaneçam junto ao público. Sem esquecer a defesa dos hacktivistas que sofreram represálias, o desafio que eles nos colocam supera amplamente as suas próprias pessoas. Debruçaram o caminho e agora toca-nos percorrê-lo, mesmo que esteja plagado de espectros.

Se evitamos o desafio hacktivista, continuaremos a comportar-nos como zombies. Antes de iniciar o curso 2010-11, terminei a minha entrada na ProPolis: «Reitero: fechemos as aulas, abramo-nos à web 2.0. e tatuemos o logo do Wikileaks». Nunca o fizemos, pelo menos eu. Refiro-me à tatuagem. Tratava-se de inscrevermos na pele, deixar que penetrasse o impulso que nos ofereciam. Sofríamos as consequências duma esmagadora cadeia de desleixo, semelhante à que imperava nas redações. Rodeavam-nos os mortos vivos. Pior, não sabíamos bem se já éramos parte deles.

A cultura do mínimo esforço, assente na preguiça e na rotina, desembocou num provincianismo académico que parcela o conhecimento. A Faculdade não oferecia nada a quem não quisesse fabricar «produtos» de informação. Nada para quem aspirasse a transformar a notícia-mercadoria em diálogo social. Ante os hackers —autodidactas, interdisciplinares e altruístas—, carecíamos da altura do seu olhar. Só enxergávamos objetivos remunerados. A maioria dos alunos buscavam os créditos para conseguirem o título. E ponto. Os docentes conformavam-se com o salário. Caso tivessem aspirações, trabalhavam as linhas dos seus currículos. Todos obcecados com a certificação. Aceitando por boas as migalhas duma (in)cultura universitária, refúgio de despistados e diletantes. Canta *Triângulo de amor bizarro*: «O melhor lugar para descansar é a universidade». Por fortuna, já faz tempo que há gente a agitar-se. Não é pouca nem estúpida. *Ocupa, toma e hackeia a tua universidade* já não é um slogan estranho.

Talvez chegámos a considerar um campus como um lugar para a compra e venda de títulos. Mas a nossa irrelevância, inclusive em termos de mercado, indica a armadilha dos salários do medo que aceitamos. Os professores e os alunos. É um medo diferente do que comporta a dissidência. Medo ao desemprego e à precariedade, que gera mais da mesma coisa: a desvalorização de títulos e da academia, paralela à desvalorização da profissão que dizemos estar a ensinar.

Professores, alunos e jornalistas protegíamo-nos do «concorrência desleal» por temor à nossa carência de conhecimentos e competências. Sem reparar em que

a intrusão na esfera pública nunca teve sentido numa sociedade que se pretende aberta e, portanto, democrática. O concorrência hacker é o exercício dum direito potencialmente ao alcance de qualquer pessoa. Pratica-se a partir da autonomia tecnológica, com uma ética que, se não resta outra saída, assume as consequências do desafio. Este exercício da liberdade de expressão, tão rotundo, só pode incomodar aqueles que reclamam o seu direito à ignorância e pretendem trasladá-la aos outros. É quem defende um monopólio de saberes caducos. Protagonizando o filme *duma noite de mortos vivos*, o cúmulo disto seria que ficaríamos sem audiência.

A maioria dos alunos da Faculdade de Comunicação onde trabalho não compra imprensa e nem sequer vê os telejornais. Quando dou aula, erguem o olhar dos seus computadores com cara de pensar «O que está a contar-me? Se aqui já tenho tudo». Mas não se referem à Rede. Não conhecem as lógicas nem as práticas que os ajudariam a forjar um perfil profissional apaixonante. Não, referem-se ao Facebook, Twitter ou Tuenti.

As pilhas de jornais que nos enviam gratuitamente acumulam-se nos cantos do campus, à espera de serem reciclados. No máximo, esgotam-se os exemplares gratuitos. Se o relevo geracional das audiências não começa com quem estuda comunicação, ninguém lhes pagará um salário. O pior não é que não consumam os meios que estão a extinguir-se. O pior é que tampouco conhecem a maioria dos meios emergentes, e ninguém lhes mostra. Assange não acabou nenhuma carreira universitária depois de ter começado uma dúzia. Abandonou a última porque o laboratório em que investigava trabalhava para o exército. Se estudasse jornalismo, não aguentaria mais dum semana: estaria instalado na Porta do Sol com o 15M.

O Wikileaks hackeou o jornalismo radicalizando-o, devolvendo-o às suas raízes. Apesar dos seus traços futuristas, apelava às origens da profissão. Toca reconhecer-se no seu exemplo.

- **A ética:** o compromisso com as pessoas de classe baixa.
- **O arranque da notícia:** dados incontestáveis.
- **As ferramentas:** competência técnica com software e ferramentas livres.
- **O verdadeiro capital:** a credibilidade e o prestígio.
- **O contexto necessário:** um quadro legal, favorável à transparência e aos criadores, que somos todos. Nunca ao ditado das empresas, os Estados ou comunidades fechadas ao diálogo.

Na Islândia, o WikiLeaks queria armar a *Sunshine Press* (Imprensa do Raio de Sol): um grupo multimédia de alcance global. Um protótipo em toda a regra, que

supera em todos os aspetos imagináveis os negócios ensaiados por outros. É difícil juntar de forma mais completa e num projeto só as oportunidades que temos para criarmos uma esfera pública digital. O Quarto Poder em Rede aproveitará a tecnologia forjada pela globalização para devolver-nos o controlo. Este é o programa a instalar nas instituições do século XXI.

A nova liberdade de expressão nasce da desobediência de cidadãos corajosos, custódios de dados cuja ocultação repudiam. Não os revelarão por motivos crematísticos ou pessoais, mas altruístas e coletivos. O raio de sol, emblema do movimento de transparência, coloca o foco sobre os que nos governam, para exigir-lhes que rendam conta dos seus atos, para que sejam substituídos sem necessidade de recorrer à violência e para que sejam recetivos às demandas. São os três traços que, segundo a teoria política mais convencional, definem um cargo democrático.

Além disso, Sunshine Press ia dar à luz uma nova democracia. Depois da praça Tahrir, no Cairo, a Porta do Sol de Madrid —coincidência de nomes, presente dos astros— erigiu-se em ágora duma democracia (r)evolucionada. A maioria social do 15M mostrava ter recursos éticos, cognitivos e tecnológicos para exigir das autoridades mais atenção que os Mercados. As «gentes de Assange», impedidas de instalar Sunshine Press na Islândia, acamparam na praça madrilena.

Três anos mais tarde, o projeto renascia. Parte da equipa do WikiLeaks radi-cada na Islândia lançava *www.filtrala.org* pela mão da Associate Wistte Blowing Press; ou seja, a Agência de Imprensa dos Filtradores. A primeira iniciativa foi Ljost. is, impulsada entre outros pela parlamentar B. Jonsdottir. O próximo passo deu-se em Espanha, desta vez ligado a projetos políticos e mediáticos nascidos no 15M: a Comissão Anticorrupção do Partido X e quatro meios digitais (cooperativas ou sociedades limitadas de jornalistas). O Quarto Poder em Rede irrompia assim na campanha das eleições europeias de 2014.

Juan Torres López, no seu blogue, transcrevia uma carta chegada na altura de Fevereiro de 2010[40]:

Recebi umas declarações do médico tunisino Moncef Marzouki, um opositor à ditadura do seu país, que nos últimos anos vivera exilado em França e que voltou de novo à Tunísia. Sinto-me ainda mais convencido de que, mais cedo ou mais tarde, como disse Salvador Allende, «abrir-se-ão as grandes alamedas por onde passará o homem livre». Diz Marzouki:

«Tenho duas técnicas para manter uma atitude psicológica positiva. A primeira é dizer para mim que o tempo geológico não é o tempo das civilizações, o tempo das civilizações não é o tempo dos

40. <http://www.juantorreslopez.com/impertinencias/141-impertinencias-de-febrero-de-2011/2286-sembrar-en-el-desierto>

regimes políticos e que o tempo dos regimes não é o dos tempo homens. Há que aceitar isto. Se me comprometo no projeto de transformar a Tunísia, com quinze séculos de antiguidade, não vou transformá-la em vinte anos. Devo portanto aceitar os prazos do tempo longo. E a partir daí não desanimo, porque o meu horizonte não consiste nos próximos seis meses ou na próxima eleição presidencial: é o tempo dos próximos cem anos, que eu não verei, como é evidente.

»E a outra técnica provém do fato de que sou um homem do Sul. Venho do deserto e vi o meu avô semear no deserto. Ignoro se você sabe o que é semear no deserto. Semeie numa terra árida e depois espere. Se cai a chuva, há colheita. Não sei se já viu o deserto depois da chuva, é como a Bretanha! Um dia caminha-se sobre uma terra completamente queimada, depois chove e o que segue é para perguntar-se como pôde ter acontecido: há flores, verdor... Tudo, simplesmente, porque os grãos já estavam aí... Esta imagem marcou-me muito quando era criança. E, em consequência, é preciso semear! Mesmo no deserto, é preciso semear!

»É desta forma que vejo o meu trabalho. Semeie, e se amanhã chover está bem, e se não, pelo menos, os grãos estão lá, porque o que poderia acontecer se não semeasse? Onde cairá a chuva? O que é que vai crescer, as pedras? Essa é a atitude que adoto: semear no deserto...»

NOTA: Moncef Marzouki foi eleito presidente da Tunísia após a primeira revolução árabe que derrubou um ditador na primavera de 2010. O WikiLeaks desempenhou um papel decisivo. E Marzouki foi o terceiro convidado de Assange no seu programa de entrevistas, emitido por RT.

Num capítulo que trata de florestas precisamos de ouvir aqueles que sabem esperar ao amadurecimento das coisas. Quem se sente obrigado a semear, inclusive em terra pobre.

Em 1968 as paredes parisienses propunham um caminho: «Debaixo do asfalto está a praia».

Agora já sabem: sob a areia estão as grandes alamedas por onde passearão o homem e a mulher livres[41].

Ao manejarmos tempos longos e rotas incertas, precisamos de provisões. Convidamos a que, antes de prosseguir, se avitualhem de pólen e própolis da nossa colmeia.

41. A história da internet que Salvador Allende quis implementar no Chile para que a revolução socialista fosse também digital completa esta história, mas leva-nos longe do nosso relato. Podem consultá-la, pois já foi publicada: Eden Medina. 2013. *Revolucionarios Cibernéticos. Tecnología y política en el Chile de Salvador Allende*. Santiago de Chile: LOM Ediciones. Ou o magnífico artigo <http://www.theguardian.com/technology/2003/sep/08/sciencenews.chile>

Desinibidores e fortalecedores da colmeia

* O vídeo de *Frontline*, 28 de Julho de 2010, traduzido em parte e cuja visualização exige de tatuar o logo do WikiLeaks:

<http://propolis-colmena.blogspot.com/2010/08/wikileaks-desmiente-la-teoria-de-la.html>

* O vídeo *Collateral Murder*: <http://collateralmurder.com/>

* *Paper Planes*: hip-hop dance alternativo, escrito e produzido por MIA, Diplo e Switch para o segundo álbum de MIA *Kala* (2007).

<http://www.youtube.com/watch?v=7sei-eEjy4g>

* Um Vídeo de Assange a dançar numa discoteca de Reykjavik, para pôr Paper Planes em tela de fundo: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=vNqd4hW98sQ

* O Anonymous anunciando a *Operation PaperStorm*. A ritmo dos Sex Pistols, convocam para tombar os sites censores do WikiLeaks, no 18 de dezembro de 2010. <https://www.youtube.com/watch?v=MSGc3RSYYi0>

* A magnífica canção de Los Diablos que começa com: «Xa, la, la, la, la! Uo, oh, ooh!» (três vezes) Un rayo de sol, juo, oh, ooh!, me traje tu amor». Dedicado a Manning e ao seu ex-namorado drag-queen. http://www.youtube.com/watch?v=U_Q5aKdUyOw&feature=fvst

* Entrevista de Julian Assange a Moncef Marzouki. http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=6Eejymm9sq5

* Calle 13 e Julian Assange, um com outro, micro com micro. Assange fraseia na metade uma canção que funde o Somos 132 mexicano e o 15-M. <https://www.youtube.com/watch?v=gwQ7jYw1Cd4>

II. E A GUERRA. CONTRA TERRORISTAS. DELINQUENTES. ESPIOES... CONTRA VOCE

A violência não vive só e é incapaz de viver só: está necessariamente vinculada à falsidade. Entre ambas estabelece-se o vínculo natural mais estreito e profundo. A violência só encontra refúgio na falsidade, a mentira é o único sustento da violência. Todo aquele que exaltava a violência como método escolheu a falsidade como princípio.

ALEXANDER SOLZHENITSYN,
Discurso do Prémio Nobel, 1970

O WikiLeaks definia-se como «a agência de inteligência do Povo». Que povo? Com que controlo? Segundo Assange, trabalha para «os de baixo», sem distinção geográfica nem ideológica. O controlo vem da sua reputação. Desapareceria sem a confiança das suas fontes e dos seus colaboradores. Por exemplo, se não apoiasse os seus informadores. Se manipulasse os arquivos. Ou se acabassem as alianças com os meios por falta de rigor. São respostas próprias dum neoliberal que acredita na seleção natural e na autorregulação do mercado.

A petulância do hacker, tingida dum certo populismo, une-se à idealização de que é objeto por parte de muitos seguidores. Isto permitiu magnificar as contradições entre algumas metas tão altas e os métodos para alcançá-las. O principal ponto é que o WikiLeaks exija transparência total aos outros e opere com bastante opacidade interna. Por outro lado, cabe dizer que mudou muito. Primeiro comportou-se como uma plataforma de ativistas. Mais tarde evoluiu para um meio de comunicação, que age também como um ator político, cuja dimensão diplomática é significativa.

Ampliaremos o leque e a intensidade das críticas. Prometido. Mas agora tratemos das mais arejadas e, portanto, conhecidas. São fruto do conta-contos (*storytelling*, diz a academia) que quer tirar a legitimidade ao Quarto Poder em Rede. Os seus inimigos desprezam o seu potencial democrático, querem negá-lo e erradicá-lo antes que ele coalhe. A melhor maneira de tirar-lhes a razão é o proceder da organização. Não é este proceder conforme com a reiterada frase de que «a melhor lei da imprensa é aquela que não existe»? Agora ninguém esgrime tal frase.

Se a aplicássemos, a consequência seria tripla. Nenhuma censura prévia. A mínima possível sobre o publicado. E bem vindas sejam as filtrações! Que decida o público! O problema surge porque agora, além de escolher, o público gera informações fora das vias estabelecidas. Mas o mercado livre da informação não é para acabar nas mãos «dos de baixo». A autogestão social das notícias, como bem comum, ameaça os comissários políticos e os comerciantes. O caos viria, dizem, se os fluxos de informação não fossem canalizados pelos Estados e as empresas.

Mas o WikiLeaks contrapesa com excelente cuidado o calendário e os conteúdos que torna públicos. Consta-se por exemplo que as acusações de terroristas, de criminosos e espões são falsas (negadas pelos factos) e falazes (procuram o engano). Embora contraditórias, sustêm-se uma ou outra segundo convier. Justificam uma guerra de baixa intensidade contra uma «cidadania de alta intensidade»[1], que exerce os seus direitos e defende as liberdades civis até às últimas consequências.

O conta-contos oficial transmite a moral oposta à defendida no capítulo anterior: «calem-se e cuidado com o que decidem». A esfera pública está tão viciada que deu lugar a uma mensagem dominante pobre e empobrecedora. Mas também evidencia evidência os embusteiros, mostrando até onde podem chegar para manterem e estenderem o seu controlo. Um controlo, este sim, alheio à vigilância e à intervenção cidadã. Porque tem como ponto de partida a autocensura, e como ponto de chegada a espionagem em massa.

Embora estivesse bloqueada pelos sistemas de pagamento eletrónico, o WikiLeaks continuou a funcionar. Perseguido tanto pelo Pentágono como pela China, mantém os seus servidores ativos. Demonstrou que podia fazer frente ao Mercado e ao Estado. Parecia encarnar uma sociedade civil transnacional, irreduzível. «Não se pode colocar cancelas ao campo», dizem da internet. Orgulhosos por transgredi-las, persistem em fazê-lo. Agem como selvagens digitais, pelas vermelhas que não aceitam que os colonos parcelem os campos comunais. Fiam redes contra arames farpados.

Os cartazes de «Procura-se» resumem a mensagem da maioria das notícias publicadas sobre Assange, Manning e Snowden. Apresentam-se como terroristas, criminosos ou espões. Três discursos violentos que é preciso desarmar. Declaram a guerra a um inimigo comum e disparam desde várias frentes. A primeira vítima, como em todas as guerras, é a verdade.

As formas mais habituais de falar sobre os hacktivistas abocam-nos à ignorância e à inatividade. Fomentam a visão duma Internet contaminada por ameaças e que,

1. A expressão «cidadania de alta intensidade» é tirada de Néstor García Canclini, da entrevista «De WikiLeaks a las nuevas ciudadanías», feita por Fábio Ramalho para *ArtFilporto*.

portanto, precisa de ser controlada. Isto traduz-se em limitar a nossa margem de ação. Um debate sereno esclareceria as disfunções da transparência absoluta. Encaixaria a função dos processos abertos pelos hackers nas instituições, e adaptá-los-ia para serviço numa democracia menos opaca e mais participada. Mas não são estes os objetivos de quem se enfrenta ao Quarto Poder em Rede.

«WikiLeaks, o 11-M da diplomacia». Bem pode ter sido a primeira manchete que leram, como se referisse uma Al Qaeda digital. Outros leitores poderão considerar os hackers ladrões de dados. Cibercriminosos à altura do Anonymous ou de magnatas vagabundos, como Kim Dotcom, proprietário do site de downloads ilegais Megaupload, fechado em 2012. Talvez, por último, pensem em Snowden como membro duma Internacional da Espionagem, um desafio terrível para a segurança nacional. Estas três etiquetas chamam-se *frames*, de acordo com os especialistas. Torna-se mais claro entendê-las como *marcos* que nos permitem pensar: como num retrato, enquadram e delimitam a imagem que temos de algo ou alguém[2].

CIBERTERRORISTAS

A Guerra Global contra o Terrorismo, decretada após a queda das Torres Gêmeas, considera como terrorismo —ou como o seu indício— qualquer expressão de dissidência, inclusive a não violenta e digital. Será perseguida em processos judiciais com instrução, provas e transcrições não públicas; como no julgamento de Manning. Poderá ser objeto de acordos especiais de extradição, contrários ao direito de asilo, como com Assange ou Snowden. Uma certa direita sem complexos propôs eliminá-los, como foi eliminado Osama Bin Laden, sem a mediação de um tribunal.

Na ausência doutros argumentos, as acusações imputadas aos hacktivistas aludem às suas facetas privadas. Trataremos noutro momento das acusações de abuso sexual vertidas contra Assange, quem supostamente manteve relações não consentidas com duas mulheres na Suécia. Basta agora um raciocínio simples, que desvenda a desproteção das denunciadoras. Já têm transcorrido, quando escrevo estas linhas, vários anos desde que aconteceram os factos. Assange não foi acusado de nada, mas foi chamado a declarar. A Suécia não aceitou tomar em conta os seus testemunhos, a não ser que fosse uma entrevista física e no seu território. Este país realizou a extradição de cidadãos árabes que foram depois torturados. E o ministro

2. Aplico aqui os conceitos da minha tese de doutoramento, sobre a construção da agenda e os contextos discursivos da objeção de consciência ao serviço militar. Pode descarregar-se como livro aqui: <http://www.ciberdemocracia.net/victorsampedro/libros/movimientos-sociales-debates-sin-mordaza-desobediencia-ci-vil-y-servicio-militar-1970-1996/>.

das Relações Externas trabalhou como colaborador da CIA. O risco de aceitar as suas condições é manifesto. E, no mínimo, o tempo tem mostrado que a prioridade da justiça sueca não era defender as duas mulheres. O processo está paralisado porque não se aceita uma videoconferência ou uma declaração presencial na Embaixada do Equador, onde Assange se refugiou.

O proceder da Suécia é erotismo escandinavo, um filme *S* — como se etiquetavam durante a transição espanhola— em comparação com o porno dos calabouços e dos tribunais americanos. O conta-contos oficial incorpora o discurso progressista e a correção política para justificar-se. Naomi Klein resumiu a ideia de forma clara, a partir do feminismo assentado no humanismo antibelicista: «usa-se da violação para perseguir Assange de forma idêntica ao como se usa a liberdade das mulheres para invadir o Afeganistão. Espertem!»

A extradição de Assange busca aplicar-lhe as mesmas acusações e o mesmo castigo que foram imputados a Manning. O confinamento em Londres impedir-lhe-ia desenvolver um grupo de meios na Islândia, tal como o mencionado no capítulo anterior, impulsado por um quadro legislativo com princípios hacker. Converteria a Islândia no refúgio mais avançado do jornalismo de denúncia de todo o mundo. O primeiro meio do Quarto Poder em Rede estava pronto para ser lançado e era preciso pará-lo.

Quem não pagou nada foram os mandos responsáveis de que Manning pudessem copiar dados de uso restrito no seu computador. Tão fácil era para ele. Esta foi simplesmente a solução tomada. A falha do sistema imputa-se ao quem o coloca em evidência. Esta última frase resume a guerra desencadeada contra o WikiLeaks e contra aqueles que seguiram o seu exemplo.

Os jurados especiais começaram a processar jornalistas afins, ligados ao Anonymous e WikiLeaks. Barrett Brown, colaborador de meios como *Vanity Fair* ou *The Guardian*, sofria de assédio judicial enquanto julgavam Manning. Brown limitara-se a coletar e-mails da empresa privada de espionagem Stratford, filtrados por outro jornalista hacker, Jeremy Hammond[3]. Brown foi acosado com julgamentos, e proibiram-lhe de falar do seu caso com a imprensa[4]. Para Hammond, foram-lhe impostos dez anos de prisão e, a propósito, foi julgado pela mulher dum dos membros da Stratford cujos correios se tinham visto comprometidos[5]. Hammond foi qualificado de «prisoneiro político» inclusive no *Huffington Post*[6]. Aqueles que

3. <http://freebarrettbrown.org/Barret Brown>. <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2013/mar/21/barrett-brown-persecution-anonymous>

4. http://en.wikipedia.org/wiki/Barrett_Brown

5. <https://anonymouseaction.wordpress.com/?s=jeremy+hammond>

6. http://www.huffingtonpost.com/vivien-lesnikweisman/post_4885_b_3352308.html

continuam a alimentar a máquina da transparência são perseguidos enquanto você lê estas linhas. É o que confirmam os relatórios que manifestam as tensões do Governo Obama com a imprensa, e não apenas com a imprensa mais crítica[7].

Os erros e excessos dos superiores de Manning e Snowden convertem-se em delitos dos seus subordinados e dos jornalistas que lhes dão voz. Apesar do Pentágono ameaçar os direitos humanos e a NSA as liberdades civis. Ou, precisamente, por isso. Os gestores do segredo e da privacidade ficam impunes. Reafirmam-se na sua incompetência e falta de escrúpulos. Os justos pagam pelos pecadores. E os mensageiros da imprensa convertem-se em inimigos a abater. Porque vários cargos públicos também pediram a eliminação de Glenn Greenwald, jornalista que revelou os documentos de Snowden. Desta forma, o antiterrorismo acaba por equiparar-se com o que diz combater, e perde o prefixo. Um terrorista não distingue as responsabilidades. Mata civis ou funcionários públicos, salvando os hierarcas. Os terroristas justificam os cidadãos a pé, e os antiterroristas aqueles que se põem em pé.

As guerras norte-americanas atuais atingiram apenas alvos militares dignos desse qualificativo. Sabemo-lo graças aos hackers. No Iraque, a cada três mortos apenas um se correspondia com insurgentes ou terroristas[8]. Após o 11 de Setembro, o Ocidente desatou guerras de ocupação que se converteram em guerras civis com desfecho incerto. Acarretam ameaças mais graves do que as que afirmavam combater. Os hackers, apesar da irrelevância que lhes é atribuída, precipitaram a única decisão acertada. O presidente fantoche do Iraque, Nouri al-Maliki, citou as comunicações de Manning como argumento para não renovar o acordo com os EUA e acelerar a retirada das tropas ocupantes.

Tentou-se tapar o fracasso militar com um espetáculo de massas que os hacktivistas, mais uma vez, desmontaram. Osama Ben Laden encarnou o maligno e a sua execução apresentou-se como uma festa. A revelação da Stratfor —colaboração entre o Anonymous, WikiLeaks, Barrett e Hammond— mostrava o germe do Quarto Poder em Rede: os internautas mais díscolos, os hacktivistas mais bem formados e os jovens jornalistas hackers agiam juntos. Foram ignorados e perseguidos. Entre os e-mails que deram a conhecer, um punha em causa o destino final do corpo de Ben Laden. Segundo isto, teria sido transferido para uma base norte-americana em vez de atirado ao mar[9]. Quase não houve respostas oficiais nem debate público. Talvez muitos leitores nem tomaram conhecimento, nem mesmo sob a forma de boato. Provavelmente sejam tantos como os que se lembram da foto a seguir.

7. Veja-se, por exemplo, o relatório elaborado por Leonard Downie (ex-diretor do *Washington Post*) e Sara Rafsky. *A Committee to Protect Journalist special report*. Disponível em <http://cpj.org/reports/us2013-english.pdf>.

8. No seguinte capítulo detalho e dou referência destes dados, tirados da Wikipédia.

9. <http://www.publico.es/internacional/425053/eeuu-no-arrojo-al-mar-el-cadaver-de-bin-laden>.



A maioria das teses antiterroristas são puro conto de fadas. Invenções aterradoras que se mantêm alimentando-se do medo. Guardam apenas uma relação com a realidade. Por isso constroem uma outra, que se torna tão enganosa e inquietante quanto a do presidente Obama rodeado dos seus assessores. Supostamente contemplavam a execução de Ben Laden. Tanto destacam os gestos de Obama (adusto) e de Hillary Clinton (comovida?), como crêem que estes «corresponderiam» a um homem e uma mulher. São as duas caras que os governantes costumam usar ou alternar. A cara do pai que mostra severidade e a da mãe que sente lástima pelo castigo.

As imagens do monitor ficam fora do quadro, impedindo-nos de vê-las. Mostravam a execução? As provas da culpabilidade não deveriam ter sido ditadas nalgum julgamento? Outras testemunhas ou testemunhos? Há alvos na lista do Pentágono? Voto que poderia ser de qualquer um de nós. Pelo menos, é uma possibilidade aberta. E numa foto como esta não é uma questão de acaso.

A cidadania está presente e, ao mesmo tempo, ausente. Vê uma imagem na qual poderia estar sendo vista por um poder que não precisa de justificar-se para eliminar um réu condenado a morte. Sem demonstrar que não havia outro remédio senão matar em legítima defesa (que foi a versão oficial). O poder vigila-nos. A razão não importa. Eles têm as suas razões. Sem deixar a sala de controlo, podem enviar um comando ou, melhor, um *drone* (avião não tripulado). As vossas vidas e o vossos corpos são coisas deles. Se vocês estão no ponto de mira, há muito tempo que as leis não os defendem. Nem sequer as suas famílias podem reclamar os corpos.

A encenação –seria fantástico conhecer o making off, como a foto foi tirada– converte-nos em espectadores doutros espectadores. O nosso papel é esse. Envolvidos na bandeira, encarnamos os fãs do «militarismo desportivo» promovido depois do fiasco do Vietnam. Seguimos as cores dos nossos exércitos e já não saltamos para o campo (de batalha). Em troca, pagamos o espectáculo[10].

Os dirigentes não combatem à frente das tropas. Nem sequer mostram botins e conquistas que justifiquem o seu comando. Tampouco honram os mortos, porque invocam falsamente o nome deles ou ocultam a sua existência. Péricles, obrigado a prestar contas na ágora após cada uma das suas incursões militares, não guarda nenhuma relação com os ministros da guerra. Estes, como o senhor Francisco Trillo aquando a guerra no Iraque, nunca acodem às praças. Exceto para trocar a praça do notário pela do embaixador perante algum império. Trillo assumiu o cargo em Londres depois do fiasco do Yak-42. Mostrou então que morrer do lado certo tampouco garante uma tumba com o nome correto.

Os senhores da guerra também são dos calabouços. A retaguarda constitui outra frente, contagiada de Guantánamos. O Alto Comando comparece nos ecrãs de plasma que expressam o encefalograma plano das nossas democracias. Supervisam monitores cujas imagens nos são vetadas. Olham para o ecrã enquanto sabem que olhamos sem poder ver o mesmo que eles. Se fôssemos capazes (este é o implícito que maneja a foto), ao menos reconheceríamos-nos no monitor. Os vigilantes vigiam-nos. Não se preocupe. Você não tem nada a esconder. Venha festejar a vitória frente ao ecrã. Ainda que não a veja, sinta-a como sua.

O antiterrorismo privatiza a repressão da dissidência em dois sentidos. Aplica processos jurídicos que podem apenas qualificar-se de públicos. E delega às empresas privadas o armazenamento de todas as comunicações digitais, como uma parte da vigilância em massa denunciada por E. Snowden. *The Economist* afirmou que os processos ocultos contra as revelações degradava a democracia norteamericana, ao vulnerar a autoridade e doutrina do Tribunal Supremo[11]. Mesmo o *New York Times*[12], tão hostil a WikiLeaks, criticava o facto de uma dezena de juízes decidirem a inspeção das nossas mensagens. Os nomes eram apenas conhecidos, nem se sabia bem como se escolhiam.

Da mesma forma que os fundamentalistas não lideravam os protestos na primavera árabe, o WikiLeaks não serviu nunca a Al-Qaeda. Esta acusação é tão absurda que Manning foi teve de ser exculpado de «ajudar o inimigo». Quem certamente receberam a ajudam de Manning foram os jornais que lucraram com umas revelações que prejudicavam os EUA, mas também países hostis: Coreia, Cuba, Irão, Venezuela... Outro argumento mais sibilino sugere que o terrorismo se serviu dos hackers sem eles o pretenderem. Atribui-lhes o papel de idiotas úteis. Em qualquer caso, foram idiotas úteis para os meios que se beneficiaram das revelações mas terminaram por denigrar e abandonar Manning à sua sorte.

11. <http://www.economist.com/blogs/democracyinamerica/2013/07/secret-government>.

12. http://www.nytimes.com/2013/07/07/us/in-secret-court-vastly-broadens-powers-of-nsa.html?pagewanted=all&_r=1&_

Não consta nenhuma vítima, entre soldados ou colaboradores, imputáveis às revelações. Absolutamente nenhuma. O ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, enviou em 2010 uma carta ao senador Carl Levin reconhecendo que «[a]té ao momento, a investigação não revelou que a filtração tivesse posto em risco nenhuma fonte ou método de informação». O Pentágono chegou à mesma conclusão depois de se publicarem os arquivos na sua integridade. Nem sequer se pôde identificar mais de cem pessoas como vítimas potenciais pela Associated Press, e nenhuma dela sofrera represálias. Difícil de constatar, é verdade. Mas se houvesse vítimas seriam responsáveis daqueles que (passado um ano!) não as puseram em lugar seguro.

O WikiLeaks não atende aos objetivos geoestratégicos nem é a causa das vítimas de Al-Qaeda. Tampouco usa táticas de ciberguerrilha. Não deteriorou servidores militares ou computadores pessoais. Em qualquer caso os seus seguidores atacaram (ou melhor, obstruíram através de petições simultâneas de serviço) os sites de pagamento eletrónico quando estas boicotaram o WikiLeaks. Não antes. Ou seja, em vez de eliminar atores e conteúdos da esfera pública —como pretende a censura (anti)terrorista— os hackers apostam em adicionar vozes e debates... Mais democracia, sem barreiras. Levam ao limite as liberdades civis e o controlo cidadão da tecnologia. Eles querem parar a guerra com os seus computadores. A ofensiva, lembremos bem, não partiu deles. A sua beligerância foi (e é) reativa e não-violenta. Reveste uma natureza muito diferente daquela que nos apresentam. E representa uma ameaça infinitamente menor que a dos serviços secretos norteamericanos e chineses, o Facebook ou o Weibo (a rede social chinesa).

O WikiLeaks merece uma leitura em chave geracional. Os nativos digitais conseguiram desmascarar a realidade das «guerras humanitárias». Mostraram, numa expressão de Assange, «o sistema de fraude informativa» construído com as lições aprendidas no Vietnam. O Pentágono fora derrotado por jovens oficiais, que serviram de denunciadores para uns jornalistas com coragem. A partir de então, a dupla linguagem e o simulacro mediático consideram-se tanto ou mais importantes que as operações militares. Mas aprendemos também algo de etimologia. Sabemos que «humanitária», em relação à guerra, não se refere a «direitos humanos», mas sim a «inhumare», enterrar em latim (disse John Berger)[13].

Enterramos as cifras e a identidade das vítimas não oficiais. Sepultamos populações com protocolos bélicos que não distinguem entre objetivos militares e civis.

13. Devo o jogo de palavras a John Berger. Mais em V. Sampetro. 2000. «Cans de palleiro: diálogo con John Berger y Manuel Rivas sobre cultura campesina», em *Ciudadanos de Babel*. Madrid: Punto de Lectura. Disponível em: http://www.nodo50.org/multitudonline/Ciudadanos%20de%20Babel_Berger_Rivas.pdf.

Bombardeamos campos de refugiados como se fossem acampamentos de subversivos. Como para os jornalistas freelance, os refugiados sem trincheira são considerados inimigos potenciais. Na retaguarda, os interrogatórios igualam-se com torturas. E os processos judiciais, se se estendessem a uma maior população, seriam iguais às purgas estalinistas. Arrepia constatar a semelhança entre o tratamento conferido a Manning e aquele recebido por antifascistas (que mais tarde foram antiestalinistas) como Arthur Koestler.

Tudo isto acontece porque as instituições propagam o medo e se instalam no segredo. Ocorre para continuar a acontecer. As verdadeiras agendas do governo blindam-se em burocracias diplomáticas e bélicas que vivem de falácias. No lugar do «diálogo de civilizações», impõe-se um realismo duro e sujo. Aplicamos o unilateralismo com uma dupla vara de medir. Ameaçando o direito internacional com guerras não declaradas ou ilegais. Apoiando governos «filhos da puta», como dizia a doutrina Monroe, que pelo menos são nossos: resultado da nossa luxúria geoestratégica. E, por último, consideramos as nossas sociedades mais outra fonte de guerra, que violam os direitos dos «não nacionais» com a lei na mão. Espia-se a dissidência «interna» e reprime-se em tribunais especiais ou sem passar por eles. Justificamos esta decadência de civilização aceitando que vivemos num estado de exceção permanente.

Se este cenário parece exagerado ou intimidador é porque não podemos (ou não quisemos) atender ao relato completo composto pelas sucessivas revelações. Ou porque esquecemos o que fomos ou dizíamos ser: democracias orgulhosas dos seus sistemas de autocontrolo, onde a crítica era um sinal de fortaleza. Não a debilidade de um efeminado e desequilibrado, como se disse de Manning. Segundo o Pentágono, «nunca deveu ir à frente». Ainda menos consideraríamos alguém como Snowden um traidor à pátria. Os documentos de WikiLeaks, no seu conjunto, oferecem um relato insuportável de violações dos direitos humanos, qualificáveis de crimes contra a humanidade[14].

Eis um caso. O exército colombiano é responsável por executar milhares de civis que apresentava como guerrilheiros abatidos em combate. Mais tarde eram trocados por dinheiro ou ascensos. A comunicação 09BOGOTA542, que detalha esta depravação, foi obviado por *El País*, e talvez provocou a ruptura com o WikiLeaks[15].

14. Eis uma panorâmica: William Blum, 7 de março, 2012. «The Saga of Bradley Manning, Julian Assange, and WikiLeaks, to be put to Ballad and Film». *Anti-Empire Report*. <http://dissidentvoice.org/2012/03/the-saga-of-bradley-manning-julian-assange-and-wikiLeaks-to-be-put-to-ballad-and-film-2/>.

15. Veja-se o artigo de Carlos Enrique Bayo de *Le Monde Diplomatique*, acessível em <http://www.revistarambla.com/v1/sociedad/denuncias/1707-el-pais-se-pliega-al-temporal-derechista-que-arrasa-a-los-medios-de-comunicacion-espanoles>.

Finalmente, esta notícia deu lugar a uma causa no Tribunal Penal Internacional. A promotoria do TPI acumulou umas 5.000 queixas, das quais dez receberam sentença firme por crimes contra a humanidade[16].

Os números aproximam o caso às piores ditaduras latinoamericanas. Mas os organismos internacionais parecem desarticulados. Uma rede de espionagem mundial neutraliza-os. E outra rede de mentiras e silêncios oficiais amordaça-os. Manning provou que os EUA espionavam (entre muitos outros dirigentes) o Secretário Geral da ONU. E o WikiLeaks mostrou que os manuais de Guantánamo ensinam a falsificar os relatórios da Cruz Vermelha. Lembremos, por favor, que Nixon —padrinho de Pinochet e Videla— se demitiu por espionagem aos seus adversários. Para ser mais preciso, por ter mentido.

Assange e os seus colaboradores descobriram os fraudes em massa que justificaram a invasão do Afeganistão e do Iraque. Depois trataram da tromba autoritária que estendia a guerra contra o terrorismo a todo o planeta. Uma tromba que alcançava os países defensores da «guerra preventiva» e da «aliança das civilizações» por igual. A desculpa foram os atentados às Torres Gémeas e os que vieram depois. Recordemos o 11M espanhol.

A Guerra Global contra o Terrorismo, como indicou Jay Rosen, é a Guerra Global contra Você[17]. A Espanha participou na frente e na retaguarda. Enviou tropas e espões que sofreram baixas. Também foram baixas os cidadãos de Madrid. NO 11 de Março de 2004, os jihadistas mataram quase 200 pessoas e feriram mais de 1.500 famílias. Nas 72 horas anteriores às eleições gerais circulavam mentiras e meias verdades. A desinformação propagou-se durante três dias. Até nas votações, os meios mantiveram a confusão sobre a autoria dos atentados, fomentada pelo governo de J. M. Aznar. Mais tarde Zapatero iria manter a confusão, com o seu silêncio, imposto aliás a outros, por pensar que assim prejudicava o Partido Popular[18].

Nenhuma prova sustentava a participação da ETA. Os primeiros relatórios, desprezados por Aznar, descartavam-na sem qualquer dúvida. Então os cidadãos agiram como denunciantes dum país em guerra e com censura prévia. «Filtraram» as notícias estrangeiras das televisões por satélite e os jornais digitais. Partilharam-nas nos fóruns e blogues. Assinalaram as incoerências da informação fornecida pelo Governo. E, por fim, autoconvocaram-se através de mensagens de telemóveis para a jornada prévia às eleições. Ameaçados de detenção e multa, manifestaram-se perante as sedes do Partido Popular e percorreram o centro das cidades.

16. <http://periodismohumano.com/en-conflicto/cronica-de-una-sentencia-historica-los-falsos-positivos-de-soa-cha-son-crimes-de-lesa-humanidad.html>.

17. Não percam o blogue de Jay Rosen: www.pressthink.org.

18. <http://www.publico.es/politica/496729/el-jefe-de-los-tedax-revela-las-mentiras-de-aznar-en-el-11-m?s-rcl=lmFp&pos=1>.

O 13M foi o primeiro caso de uma cibermultidão que interferia com as eleições numa democracia que se achava assente[19]. A população pediu respeito pelo processo eleitoral e pelos valores democráticos. Sem a sua denúncia, o resultado seria ilegítimo, qualquer que fosse o vencedor. Ninguém o interpretou assim. Jornalistas e políticos deveriam reconhecer o seu desleixo de responsabilidades. Os eleitores tiveram que superar a desinformação graças aos seus próprios meios. E, depois, desobedecer a proibição, imposta pela Junta eleitoral, de se manifestarem. A desobediência civil tornou-se a única via para assegurar, pelo menos nalgum momento anterior às eleições, que alguém dissesse a verdade. Este requisito básico numa campanha democrática foi satisfeito por uma cidadania que tinha negado o seu papel.

O eleitorado, em definitivo, denunciou a intoxicação produzida por um sistema político informativo indiferente ao bem comum. Hackeou-o nos ecrãs e nas ruas. Alguém falou de cidadania vigilante? Naquele dia, 13 de Março de 2004, Manning foi cibermultidão. Só sete anos depois iriam surgir os indignados. O 15M forjou-se numa internet que se convertera em abrigo de dissidentes. E surgiu ao mesmo tempo que o Quarto Poder em Rede manifestado nas revoltas globais.

Persiste a teoria dum conspiração, forjada por inimigos internos e externos que devem ser perseguidos mas que ninguém identifica. A mentira belicista carece de frentes e inimigos precisos. Todos somos suspeitos e culpados de alguma coisa. Todos conspiramos. Proclama-o o bunker, debilitado pelo 15M e pelos movimentos paralelos. Para determinados meios espanhóis, os «batasunos» puseram as bombas em Atocha e plantaram as suas barracas na Porta do Sol. Depois numa década de infâmia, o contrapoder em rede da sociedade civil continua a ser objeto de suspeita.

M. Rajoy, recém chegado ao poder, reabriu falsamente o julgamento do 11M numa manobra de distração da crise económica. Prometia um programa eleitoral que incumpriria por completo. Tentava-se ressuscitar o espantinho da ETA. Em 2004, este espantinho serviu para ocultar uma fraude eleitoral. Anos depois poderia ajudar a cobrir a trama de corrupção que pagara campanhas eleitorais e cargos políticos. A propósito, o entramado Gürtel também sufragou a defesa jurídica dos comandos imputados pelo acidente do Yak-42[20].

A política antiterrorista constitui um verdadeiro «ofício das trevas»[21]. Os seus porta-vozes corrompem o bem público quando tão somente o mencionam. Censuram e pervertem debates vitais, nunca melhor dito. Identificam contrapoder e insurgência. Os senhores da guerra e do mercado informativo continuaram nos seus postos, porque ninguém ligou para a documentação do Wikileaks. Recordem o que já vimos: a organização de Assange publicou que, desde outono de 2004, os EUA não albergavam nenhuma dúvida sobre a responsabilidade jihadista do 11M[22]. Não obstante, os inquéritos do CIS assinalavam que a ETA era considerada como o principal problema de Espanha. Esta distorção deu vantagens políticas insuperáveis a aqueles que continuaram a arrecadar votos com o conto da ETA.

19. «Cibermultidão» e «cidadania vigilante» são termos que empregamos no livro em que se baseia este relato: V. Sampedro (ed.) 2005. *13M. Multitudes online*. Madrid: La Catarata. Pode-se descarregar com dois DVDs em: <http://www.ciberdemocracia.net/victorsampedro/libros/13m-multitudes-on-line/>.

20. <http://www.abc.es/espana/20130716/abci-barcenas-defensa-yak42-201307161356.html>.

21. Assim intitularia Camilo José Cela, como o seu magnífico romance (um dos mais estranhos), de continuar vivo.

22. <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2010/08/wikileaks-desmiente-la-teoria-de-la.html>.

As conspirações encobrem tal incompetência e iniquidade que precisam de relatos incontrastáveis. Os conspiranóicos circulam com ritmo vertiginoso e conseguem um enorme alcance na Rede. Mas, como vimos, as redes cidadãs podem contra-arrestá-los. Isto não costuma indicar-se, talvez porque revela o que é preciso fazer e ninguém sabe como. Falta aplicar à internet um filtro jornalístico, com duplo sentido: fazer circular a informação e depurá-la. Liberá-la e selecioná-la. Para isso não precisamos invocar utopias, apenas identificar erros. E aceitar que os meios convencionais funcionam às vezes como máquinas de desinformação. Sabemo-lo graças à internet. Apesar das suas limitações, que são muitas. Porém, são menores do que se diz, e existem mais oportunidades para solucioná-las do que se reconhece. Pelo menos, podemos ser parte da solução, intervirmos nela.

Os relatos, quando se geram e compartilham coletivamente, expressam e formam uma ação coletiva. Depois de falar ou bloguear, a gente começa a andar e encontra um motivo para fazê-lo. E o relato desse caminho convoca mais cidadãos. Mas as cibermultidões que tomam as praças atribuem-se aos antissistema. O terrorista é o arquétipo. Usado tanto pelos ditadores árabes como pelos autocratas nacionais (se não são tal, pouco falta), contra aqueles que os enfrentam. É invocado perante aqueles que param um despejo ou que convocam um protesto que acaba em distúrbios. Mas o único paralelismo entre as cibermultidões e o terrorismo é que se articulam em redes difusas. Organizam-se quase sem centros nem hierarquias, mediante nós descentralizados e distribuídos. Além disso fazem um uso muito inteligente da encenação mediática, com eventos de massas que convocam audiências globais. Ou seja, como as corporações globais, mas com enormes diferenças.

Os macroatentados e as reuniões financeiras propagam o medo, as macrofiltrações e as cibermultidões promovem a esperança. Não aplicam a chantagem da violência, dos cortes sociais, do desemprego e da fome. Exercem a pressão legítima da desobediência civil e o direito à liberdade de expressão. Despregam mecanismos de transparência e de participação que exigem ser incorporados às instituições. E, desta forma, combatem o triunfo inadvertido e comum de terroristas e antiterroristas. Ambos instalam a corrupção dentro do sistema e degradam os valores democráticos.

A acusação de terrorismo contra os hackers e os partidários do conhecimento livre torna-se numa insolência e uma infâmia. A criminalização não é uma estratégia exclusiva de políticos e jornalistas mercenários. A Sociedade Geral de Autores Espanhóis relacionou o *top-manta* com as máfias de imigrantes. E, subindo o disparate, acabou por ligá-lo às redes de droga e ao jihadismo; às quais, segundo diziam, eram financiadas por quem comprasse um DVD na rua. É claro que a SGAE não defendia os imigrantes ilegalizados, nem a saúde pública. Muito menos —como iria demons-

trar-se— a seguridade nacional. Mantinha um sistema fraudulento de «direitos de autor», ligado à «propriedade intelectual e industrial». Veremos mais adiante que isto sustentava um modelo de negócios arcaico e duplamente injusto. Injusto com os criadores, que não eram em absoluto os beneficiários. E injusto em termos sociais.

Ainda bem que os tribunais, animados por advogados de inspiração hacker, encarceraram os diretores da SGAE. O Estado de Direito estava ameaçado pelos guardiões da propriedade «intelectual». As corporações completam o assédio e clamam contra a ciberdelinquência na qual, como não podia ser doutro modo, estamos todos incluídos.

CIBERDELINQUENTES

Mais de cem comunicações da embaixada norteamericana em Madrid faziam referência à legislação «antipirataria» conhecida como Lei Sinde. Descreviam as pressões que as transnacionais da indústria cultural exercem sobre os Estados para que legissem contra a cultura livre. Dizem defender os «criadores». No entanto, aqueles que realmente constituíram a internet na a maior criação do século XXI são os utilizadores, principalmente os hackers.

A indústria nega o valor e penaliza as práticas de intercâmbio, produção e mistura de muitos internautas. Querem-se atribuir a propriedade absoluta e o benefício imediato de produtos que só procuram «consumidores». Há que comprá-los sem partilhá-los. Contratar os seus serviços e utilizar os seus dispositivos sem modificá-los. Impedem assim que surja uma nova economia onde os utilizadores geram e distribuem conhecimento, trazendo outros benefícios ainda não traduzíveis em moeda. Estes benefícios não são atrativos para as empresas obsoletas, mas oferecem vantagens enormes em termos sociais e de inovação. O copyright e as patentes limitam o conhecimento a aqueles que podem pagar por ele. Evitam que muitos outros mais o experimentem e que assim se implante e avance a mais velocidade.

O WikiLeaks tentou que o jornalismo progredisse neste sentido, o do bem comum. Recebeu documentos reservados. Ofereceu-os gratuitamente a meios lucrativos para dá-los a conhecer sem contrapartidas. Estabeleceu relações cooperativas entre eles. Permitiu que verificassem e purgassem os dados. E, finalmente, partilhou-os na sua versão completa, com os cibernautas em sites de download e de intercâmbio. Conhecimento aberto, suscetível de que qualquer pessoa possa comprovar a sua veracidade. E conhecimento livre, com travas mínimas para circulação e uso.

Uma rede de empresas privadas censuraram o WikiLeaks pela via dos factos. Negaram-se a prestar-lhe os seus serviços e mostraram até que ponto cooperavam

com as elites militares e políticas. A censura de mercado, segundo a qual não se publica o que não garante o máximo lucro com o mínimo investimento, tornou-se explícita. Tomou a forma de boicote. Como quando os patrões fechavam as empresas antes duma greve, nos inícios da revolução industrial. O conhecimento aberto e livre chocava, pelas suas implicações políticas e a sua própria natureza, com as empresas digitais.

Destacados líderes neoconservadores, como Joe Lieberman, pediram às empresas norte-americanas que cortassem os seus serviços ao Wikileaks. Os cartões de pagamento não tramitaram mais doações, que eram a única via de financiamento. O Paypal tomou a iniciativa. Seguiram-lhe a Mastercard e a Visa, um duopólio em Ocidente — com Western Union — e fundamental no resto do mundo. A banca suíça fechou a conta pessoal de Assange «por falta de transparência». E o Bank of America, ameaçado por uma filtração, uniu-se ao boicote. Torna-se um sarcasmo que todas estas entidades permitam doar fundos, por exemplo, a exércitos que usam meninos como soldados. É uma burla sem graça que a Suíça cancele uma conta opaca.

Uso-se uma censura corporativa e ilegal: sem aplicar leis específicas ou mediar a intervenção dos tribunais. A discricionariedade foi maior nas empresas especificamente digitais. Prova isto a presteza com que Paypal boicotou o WikiLeaks e a rapidez com que Amazon apagou as comunicações da sua nuvem eletrónica. Depois a everyDNS, que administra os domínios oficiais na internet, desativou o domínio do Wikileaks. A Apple, sem esgrimir motivos, retirou também o pedido de acesso ao WikiLeaks para iPhones. Iriam dizer depois que a NSA espiava os seus serviços sem o seu consentimento.

As empresas alegaram que os hackers violaram os termos de serviço. São essas cláusulas que os utilizadores aceitam sem as ler. «Contratos» tão variáveis que, na verdade, é como se não existissem. Igual que as leis de imigração, mas no terreno digital, não esclarecem as exigências para circular livremente. Garantem amplas margens de manobra para polícias e espões. Sem qualquer explicação, podem negar-lhes a passagem ou expulsá-los. Quem pense que a sua rede social ou o seu iPhone é território próprio, recorde que foram um espaço sem defesa para os hackers.

O Facebook, apesar de sua má reputação, ofereceu algum apoio. Manteve abertos os grupos do WikiLeaks. O Departamento de Estado advertiu o dano que poderia supor para as futuras carreiras dos jovens a pertença a tais grupos. Universidades de grande prestígio e bibliotecas públicas bloquearam o acesso às contas e à página do WikiLeaks nos computadores. O Twitter, que se promovia como «o braço comunicativo do partido da liberdade de expressão», revelou aos EUA a identidade dos seguidores dos hacktivistas. E estas contas foram consideradas como provas da

acusação no julgamento de Manning. Por último, os motores de pesquisa mais populares da internet agiram como outra ferramenta de censura. A Google deu acesso a 1500 páginas com revelações e o Bing da Microsoft apenas a dez[23].

O WikiLeaks foi tratado como uma organização de delinquentes sem se demonstrar em qualquer momento o delito. Bloquearam-no financeiramente. Foi eliminado da nuvem digital. O seu seguimento nas redes sociais foi perseguido e criminalizado. A sua acessibilidade e a sua visibilidade nos motores de pesquisa foram diminuídas. Seria possível imaginar um tratamento semelhante com *El País*? Ou com o *New York Times*? Os hacktivistas não roubaram os documentos. Não obtiveram nenhum benefício ao vendê-los ou destruí-los. Não pagaram nem subornaram o informante. Um ladrão não faz publicidade do seu crime nem, uma vez descoberto, dá a cara para proteger os seus colaboradores. É quase de vergonha ter que escrever estas obviedades. E, no entanto, o primeiro documentário sobre os hacktivistas com alguma difusão intitulava-se *Ladrões de segredos*[24].

Em qualquer caso, o WikiLeaks colaborou com determinados cibercriminosos quando em 2012 recebeu o apoio do Anonymous. Mas a acusação de malfeitores tampouco encaixa com esta organização. Mais duma vez publicaram dados pessoais de autoridades e cidadãos comuns. Ou inundaram de pornografia e ações «lúdicas» algumas redes, incorrendo na vulgaridade e na banalidade. Mas mostraram também pretensões políticas apoiando o 15M, a Greve Geral de 2012 ou os julgamentos contra a corrupção. O WikiLeaks deu-lhes impulso e orientação política. O Anonymous, como o 15M, é um espaço de expressão e uma ferramenta de intervenção social por si mesmo[25].

Os ataques ao hacktivismo dissimulam uma ameaça muito maior, finalmente confirmada por Snowden: o negócio conjunto de dados digitais e espionagem. Ambas coisas (e mais se estão juntas) implicam de forma inevitável a corrupção institucional. Para os jornalistas de código fechado, investigar estes temas, que lhes eram alheios, supunha demasiado esforço. E riscos com os poderes. Tomaram assim a via mais simples. Associaram Manning aos adolescentes apaixonados pelo estilo de Anonymous. Assange com Kim Dotcom, o dono da Megaupload. E Snowden com um espião.

23. «Twitter, Bing, Facebook y la censura a WikiLeaks» <http://www.ticbeat.com/tecnologias/twitter-bing-facebook-censura-WikiLeaks/>.

24. Para informação sobre o documentário: http://en.wikipedia.org/wiki/We_Steal_Secrets:_The_Story_of_WikiLeaks. E, a respeito da controvérsia: <http://www.themonthly.com.au/blog/robert-manne/2013/07/01/1372650669/we-steal-secrets-response-alex-gibney> e http://www.salon.com/2013/06/11/is_alex_gibneys_wikileaks_film_state_agitprop/.

25. Víctor Sampedro e Josep Lobera. 2014. «The Spanish 15-M Movement: A consensual dissent?» *Journal of Spanish Cultural Studies*.

Tanto faz, pois as notícias coincidiam no tempo. Ao apresentá-las justapostas, uma junto a outra, as temáticas misturavam-se e o perfil dos hacktivistas diluía-se mais.

A propriedade intelectual e industrial

Na maioria das páginas de download não se pode descarregar arquivos sem compartilhar primeiro outros. Quanto mais se compartilha, mais se pode descarregar e com maior velocidade. Isto é incentivar a troca com o estímulo da reciprocidade. Estimula-se um direito, o de partilhar, que converte bens privados em bens comuns. Um direito que exercemos numa internet que vai desaparecer. A troca digital é (por enquanto) igual à cópia. Porque não se descarrega nenhum arquivo: continua a dispor de quem o possa precisar. Mas a cópia é contrária ao copyright e lesa, dizem, «a propriedade intelectual e industrial». É interessante ver que no debate mediático estes conceitos se aplicam sempre a uns produtos ditos culturais (cinema ou música de massas) e não ao conhecimento científico.

O primeiro a fazer seria questionar a qualificação de cultura para alguns produtos tão prefabricados e previsíveis que é difícil reconhecer-lhes a condição de bens culturais. Mas além disso, quando se ilude a ciência na questão, evita-se que surjam os debates que realmente interessam (à sociedade). Por exemplo, as patentes farmacêuticas ou as patentes de avanços tecnológicos comportam prejuízos inegáveis para os países pobres. Conhecemos com detalhe a guerra económica e as pressões políticas dos EUA, graças, mais uma vez, ao trabalho do WikiLeaks.

As comunicações diplomáticas revelaram a pressão das embaixadas para promover leis de propriedade intelectual cada vez mais estritas. Nos EUA, os benefícios por direitos de autor (apenas uma parte da propriedade intelectual) somaram em 2006 1,38 bilhões de dólares, aproximadamente. Eram os benefícios da Microsoft, da Apple, os videogames, Hollywood, as multinacionais discográficas, a publicidade e o design, entre outros setores. Os direitos da propriedade industrial não ficam atrás, e exploram-se patentes questionáveis, como as farmacêuticas, as tecnológicas ou as biotecnológicas (o horror de Monsanto: sementes das quais nascem plantas sem semente). Todas estas corporações pressionaram em bloco para que o governo norte-americano garantisse mercados onde os seus produtos, patentes e marcas estejam presentes e sejam protegidos. Devido à globalização, tais mercados são os países de todo o mundo.

1. As embaixadas dos EUA vigiam as leis da propriedade intelectual, a sua aplicação e os funcionários e políticos que podem incidir nelas.

2. Os embaixadores norte-americanos pressionam os cargos influentes para que consigam mudanças legislativas e ações contra os infratores.

3. Estas ações intensificaram-se na Europa para conter a chamada pirataria. Os exemplos mais notórios foram as ações diretas para a aprovação da Lei Sinde em Espanha e a Lei Hadopi em França, entre outros.

4. As embaixadas dos Estados Unidos contactam o setor privado e as suas associações para que pressionem os governos e acelerem as mudanças legais.

5. Com o apoio das embaixadas, várias organizações dos EUA realizam ações de capacitação para funcionários, juizes, promotores, polícias, funcionários de alfândegas, estudantes, etc., com o fim de treiná-los na defesa da propriedade intelectual.

6. A USAID –cooperação e ajuda internacional– assessora e financia essas ações de «capacitação e assistência técnica».

7. Os Estados Unidos pressionam os governos para que adiram acordos de propriedade intelectual com elevados padrões de proteção.

8. As embaixadas dos Estados Unidos assumem como próprios os objetivos da Microsoft e da Business Software Alliance (BSA). Tratam de impedir o avanço do software livre, o código e os standards abertos.

9. As embaixadas dos Estados Unidos vigiam os Partidos Piratas, neutralizando a sua influência.

10. Monitorizam-se também as ações administrativas, policiais e as sentenças judiciais sobre a propriedade intelectual.

11. As associações de empresários dos EUA e corporações como a Microsoft assessoram diretamente os governos. As suas análises usam-se para fazer recomendações a outros países e para pressioná-los.

12. O «Especial 301» ou o «Relatório 301», sobre pirataria digital, classifica cada país em função da sua legislação e de como é aplicada. Utiliza-se como instrumento de pressão sobre os governos[26].

Os interesses económicos das corporações entram em conflito com os partidários da cultura digital entendida como bem comum. Parece lógico que a potência mundial defenda as suas empresas. As objeções surgem se as pressões se exercem eludindo os parlamentos e os tribunais. Ou quando se criminalizam práticas aceites socialmente, como a partilha de arquivos. Desse modo terminam por impor-se leis ou princípios jurídicos que, quando não conseguem prosperar, entram pela porta traseira dos acordos comerciais. E que, em último termo, nos países pobres implicam uma condenação ao subdesenvolvimento e ao neocolonialismo. E para além, nos países desenvolvidos colocariam em risco a liberdade digital e com ela as liberdades civis.

Os equivalentes norteamericanos da Lei Sinde, que diziam perseguir a pirataria, como a SOPA (Stop Online Piracy Act) e a PIPA (Protect Intellectual Property Act),

26. Resumo recolhido de http://www.lajiribilla.cu/2012/n582_06/582_06.html. É uma página cubana, bastante oficialista, que demonstra a implantação das teses do código livre na Iberoamérica e, nomeadamente, nos países longe da órbita dos EUA.

não prosperaram devido à rejeição social é a mobilização. Uma iniciativa posterior foi suspensa no Parlamento Europeu em julho de 2012. Mais uma vez, não podemos negar o papel do WikiLeaks, que filtrou os rascunhos destas leis. O boicote corporativo conseguiu alinhar os seus seguidores numa coligação atípica. Anonymous e outros ciberativistas tomaram as páginas dos promotores da SOPA e da PIPA. Não se tratava de piratas raivosos. Também vinte dos maiores sites fecharam na primeira «greve mundial da internet».

O projeto norte-americano da Lei PIPA/SOPA —que ditou as margens da lei espanhola— quer ser substituído pelo TPP (Trans-Pacific Partnership, Acordo de Associação Transpacífico). No final de 2013, o WikiLeaks publicou o rascunho que secreto para os cidadãos, não para mais de 600 empresas. É o maior tratado económico sobre os Direitos de Propriedade Intelectual de todos os tempos. Afeta a nações que juntas somam mais do 40 por cento do PIB mundial e que estão a ser pressionadas para que blindem a propriedade intelectual e industrial. O tratado avança quase sem debate público, à margem dos parlamentos, contra a concorrência e a inovação. Em último termo, ameaça a liberdade de expressão.

A TPP exemplifica a estreita relação entre os controlos económicos e os controlos políticos a respeito do conhecimento. Pretende-se normalizar os direitos de autor sobre a biologia e a saúde com propostas tão extremas como as patentes de seres vivos geneticamente modificados, os procedimentos médicos de cirurgia e diagnóstico ou as patentes farmacêuticas contra os medicamentos genéricos. Além disso, responsabiliza-se os provedores da internet para que controlem o acesso dos seus clientes a conteúdos proibidos. Efeitos imediatos: serviços mais caros e encerramentos preventivos. Ficaria proibido alterar programas e equipamentos fechados. Já não seríamos donos das nossas máquinas, na realidade controladas por provedores e corporações[27].

As necessidades sociais e o bem comum exigem uma mudança no modelo de oferta cultural e de conhecimento. A resposta não pode ser o castigo a umas demandas que ainda não sabemos como satisfazer com o intuito de ganhar enormes somas de dinheiro. Além disso essas leis serão superadas pela própria tecnologia ou, melhor dito, pelos usos que façamos dela. A regulação, antes do mais, deveria ocupar-se de vigiar e punir os que mais poder acumulam. E de proteger os mais vulneráveis. Trata-se de não impedir o desenvolvimento do conhecimento humano possível graças à internet. E de que os atores e países dominantes não arrumbem os direitos civis.

27. <https://wikileaks.org/tpp/>. http://www.eldiario.es/turing/propiedad_intelectual/tpp-exportar-ee-uu-puer-ta_0_197380518.html.

Ao não haver legislação específica para os «crimes digitais» contra a propriedade intelectual, a TPP suspenderia as garantias processuais para fechar um site ou um blogue. Inclusive barraria a conexão à internet dos usuários mais rebeldes. Trata-se de um corte intolerável ao direito de receber e propagar informações. Ameaça-se e reprime-se o intercâmbio gratuito de arquivos (o p2p, *peer to peer*, de companheiro a companheiro, por exemplo os torrents para «baixar» filmes ou música). E confundem-se práticas sociais que permitiram o acesso mundial à cultura com práticas delituosas. Mais uma vez, nem o debate nem a regulamentação se centram nos verdadeiros riscos, O primeiro é a convergência da espionagem estatal e empresarial. O segundo, o fim da neutralidade da rede.

Governos, empresas e barões da imprensa que nos espiam

Desde que Edward Snowden revelou a existência dum programa de vigilância em massa a cargo da National Security Agency americana (NSA), confirmamos as piores suspeitas. A maioria dos governos ocidentais partilham infraestruturas e dados sem garantias legais, quase sem controlo institucional nem da cidadania. A NSA pode captar qualquer e-mail, atividade na internet ou conversa telefônica internacional. Esta agência — não a CIA— recebe esta missão, para a qual, por sua vez, subcontrata empresas como a empresa em que trabalhava Snowden[28]. E a NSA, aumentando ainda mais a privatização da espionagem, delega nas principais empresas da internet o registo dos metadados. Os metadados são como os espaços em branco dum formulário: identidade, domicílio, data, local... Fornecem informações sobre as comunicações ou o uso que fazemos dos nossos dispositivos eletrônicos.

Reparemos apenas em tudo o que o Google «sabe» de nós por integrar os seus serviços: o motor de busca, o canal de vídeos Youtube, Blogger, o Gmail, a rede social Google+... Somados, indicam as nossas rotinas de navegação, perfis e assinaturas. A nossa dieta informativa e de lazer. As comunicações e redes de amigos ou colegas profissionais. Em suma, um conjunto de informações muito mais detalhadas que permitem realizar estudos de mercado em tempo real e inspeções policiais quando forem necessárias. A nossa colaboração é inconsciente e gratuita. Os dados são mais objetivos do que nunca, porque a sinceridade aumenta ao não sentir-nos observados. E acrescentem as suas comunicações no Facebook e Twitter, as conversas no Skype, o uso que fizeram dos serviços e produtos da Apple e da Microsoft. Todas estas empresas figuravam na denúncia de Snowden como colaboradoras da NSA.

28. Ignacio Ramonet, *Le Monde Diplomatique*. «Todos fichados» 07/07/ 2013.

As empresas digitais afirmaram que foram hackeadas pela NSA. Algo difícil de acreditar, considerando os seus recursos técnicos para detetar e as contraprestações que tinham recebido por partilharem os nossos dados com os governos. De qualquer maneira, é inquietante que não dissessem nada até que Snowden apareceu. Desde 2005 já havia indícios e denúncias da ingerência dos serviços de inteligência. Na realidade, a indústria digital expressava a sua preocupação com o dano económico que poderiam sofrer. A confiança dos clientes afundara-se. E tentavam resgatá-la. É claro que o deveram conseguir, porque não se entende que não se tenha produzido uma deserção em massa das redes sociais corporativas. E surpreende que não se tenham debatido as soluções oferecidas pelo software e ferramentas livres.

Em definitivo, a privacidade parece ter sido eliminada. O anonimato das identidades digitais está em risco. As máscaras do Anonymous são, talvez, a sua penúltima expressão. As caretas que se exibem nas cibermultidões estão a ser substituída por perfis digitais. Os macrodados cruzam-se com o histórico de compras mediante cartões eletrónicos, com as afinidades ideológicas e religiosas, as incidências sanitárias, administrativas e policiais... Nem sequer entrevemos o poder que confere esta informação.

Consideremos a falha de defesa derivada de que apenas o 20% das bases de dados pessoais estejam registadas oficialmente em Espanha. A informação de maior valor económico concentra-se nos Data Center, centros de dados que armazenam e processam as informações pessoais que deixamos na internet. A Google disporia dum milhão de servidores, que mantém em segredo. Mas o seu conteúdo pode inclusive afetar a nossa vida profissional. *The Guardian* revelou que o serviço de inteligência britânico informou as empresas construtoras sobre os perfis dos trabalhadores esquerdistas e problemáticos. Os espões e os empresários colaboravam digitalmente para decompor o movimento obreiro[29].

O caso anterior completa-se com a trama de polícias corruptos, detetives e jornalistas sensacionalistas assalariados de R. Murdoch. Estes sim, todos, são suspeitos de ciberdelinquentes. Alguns até o são com sentença firme. Os repórteres com menos escrúpulos roubavam ou compravam dados de figuras públicas e da realeza. Também de simples cidadãos envolvidos em escândalos, sucessos violentos ou ilegais. Compravam e chantageavam as suas fontes e os protagonistas. Publicavam os dados para aumentarem a tiragem ou para tirar favores políticos. Especialmente repulsivo foi o caso de Milly Dowler, sequestrada e assassinada com treze anos. Os jornalistas do *News of the World* acederam á caixa de voz do telefone da jovem. E a polícia, mesmo

29. Marta Franco. 2012. «La regulación del negocio de los datos». *Diagonal*, 170, pp.3-4.

sabendo isto, não atuou. Querem conhecer o último SMS que enviou Milly? Não evitem a resposta, por favor, é parte da sua responsabilidade como cidadãos digitais.

Murdoch, o magnata da imprensa anglo-saxónica, poderia ser o duplicado empresarial, nada alternativo, de Assange, quem também é australiano. A analogia serviria se Assange agisse como um ciberdelinquente com aspirações industriais. Murdoch imitou mais o Kim Dotcom, cuja página de downloads foi fechada por concorrência desleal, pois dava acesso a conteúdos protegidos por direitos de autor. Murdoch não foi atrás: fomentou o duplicado ilegal de cartões para que o público acesse às televisões de pagamento da competência. Desta maneira arruinou os negócios rivais e conseguiu outro monopólio de facto no sector audiovisual. O cinismo dos senhores da comunicação não conhece limites. Porque Murdoch chegou a erguer-se como defensor dos direitos de propriedade industrial e intelectual do jornalismo. Batalhou nos tribunais para cobrar as notícias dos seus meios que se distribuíam gratuitamente na Rede. Litigou com o Google News e outros serviços similares acusando-os de pirataria.

Quem é delinquente? Quem rouba a quem? A investigação sobre o Grupo Murdoch mostrou suas cumplicidades com os dois partidos maioritários e a polícia do Reino Unido. O juiz Leveson, que se ocupou do caso, afirmou: «Durante os últimos 35 anos existiu nessa relação uma proximidade doentia»[30]. Uma forma muito britânica de referir-se às piores imundices. O primeiro-ministro David Cameron recusou a elaboração duma lei para controlar os excessos sensacionalistas, porque «poria em perigo a liberdade de imprensa». Na verdade, o apoio de Murdoch era-lhe imprescindível. Sem o seu apoio é impossível controlar as agendas políticas de qualquer país da Commonwealth e até mesmo dos EUA. É muito reveladora esta influência, exercida por alguém que no Watergate apoiou Nixon e lamentou o trabalho de Woodward e Bernstein, os jornalistas que conseguiram a sua demissão[31].

Estes factos, esquecidos com frequência, colocam em extremos opostos «a transparência» que praticam os meios sensacionalistas e o verdadeiro jornalismo de investigação ou os hacktivistas. Demonstram que a Imprensa mais mercantilizada ameaça muito mais a nossa privacidade que o WikiLeaks. A primeira perverteu a sua função de controlar as elites e aplica o controlo aos setores sociais menos

30. Para aceder ao relatório final: <http://www.official-documents.gov.uk/document/hc1213/hc07/0780/0780.pdf>.

31. David McKnight. 2012. *Rupert Murdoch: An Investigation of Political Power*. Allen & Unwin. Este livro permite estabelecer uma interessante comparação entre as figuras de Assange e Murdoch. As diferenças entre ambos são abismais, e a única semelhança destacável é a enorme capacidade de decisão que acumulam ambos nas suas organizações. Caracterizam-se por imprimir giros estratégicos que poderiam parecer contraditórios ou injustificados. Enquanto num barão da imprensa isso é considerado signo de «independência» ou «firmeza», num ativista como Assange não se admite.

favorecidos. Priva-nos dos direitos fundamentais enquanto se constitui no nosso representante. E conseguiu uma convivência com umas redes políticas corruptas, até se constituir num nó central e corrompê-las ainda mais... e corromper a polícia.

Sem dúvida, a Imprensa de massas trata com mais benevolência os comerciantes da informação que os hacktivistas. E isto apesar de os hacktivistas terem oferecido colaboração enquanto os primeiros minavam a valoração social do jornalismo. Alguém tem que controlar os meios, que se demonstram incapazes de controlarem-se entre si. Por isso não podemos confiar o Quarto Poder em Rede apenas nos jornalistas. A cidadania é uma parte essencial, a mais importante desse contrapoder. E tem capacidade instituinte, capacidade de gerar novos ambientes institucionais onde operar. Não é por acaso que *The Guardian* tenha sido o meio pioneiro em estabelecer intercâmbios com o WikiLeaks, em descobrir as revelações de Snowden... e os escândalos de Murdoch. Tampouco é coincidência que se trate dum meio sem fins lucrativos; ligado a uma junta de acionistas de longa estirpe, vinculados sem rodeios ao liberalismo de esquerda.

Os meios privados com menos escrúpulos fazem um uso da tecnologia digital que nega os princípios do bem comum. O seu discurso sobre a participação do público e sobre a transparência é meramente promocional. Assemelha-se ao discurso das instituições políticas. Uns e outros, barões dos meios e governantes, invocam as utopias digitais para propósitos publicitários. No caso dos políticos converteram-nas em fetiches, bandeirinhas eleitorais que encobrem a falta de programa e oferecem um estilo moderno. A noção de governo aberto (*Open Government*) é a pedra angular duma democracia adaptada à internet. Alude a uma administração aberta à intervenção e vigilância dos cidadãos. Com esse programa assumiu Obama a Presidência, à qual chegou graças ao contributo financeiro e ao apoio dos internautas, em especial dos nativos digitais (jovens nascidos com esta tecnologia).

Obama não cumpriu as suas promessas, como demonstram os oito processos —até ao momento em que escrevo— iniciados contra outros tantos descobridores de segredos. Se incluímos Snowden, quase triplicam todos os casos anteriores da história dos EUA (três). E podemos acrescentar os julgamentos contra jornalistas e ciberativistas que apoiam os processados. Esta repressão contradiz plenamente a vida defesa da «liberdade da internet» que Hillary Clinton lançou em fevereiro de 2010. A defesa foi esquecida um ano depois que a Rede ajudasse a desestabilizar os governos aliados no Magrebe. Alex J. Roos, especialista do Departamento de Estado, afirmou que a internet era «o Che Guevara do século XXI». Não repetiu a metáfora quando se personificou em Assange. Convém administrar as figuras retóricas: para promover-se e fazer campanha, não não gestão política, e menos ainda na diplomacia.

O poder manifesta-se catalogando as impressões da população. Os primeiros censos serviram para governar: saber quem recrutar, reclamar impostos e atribuir recursos. Também para identificar demandas, fossem carências sociais ou preferências eleitorais. Ao mesmo tempo, permitiam identificar a dissidência. As tendências do controlo parecem impor-se com as ferramentas digitais. E a mobilização digital dos cidadãos dirigida desde a cima não escapa a isso. Trata-se de domesticar e guiar as cibermultidões, como depois veremos que também fazem os gestores das redes sociais.

As redes sociais podem ser tão importantes para articular as revoltas como para desativá-las. Assim se evidenciou nos distúrbios do verão de 2011 no Reino Unido e na repressão na Síria do ano seguinte. O governo britânico convocou os seus seguidores para que se enfrentassem aos saqueadores saídos às ruas em algumas cidades. Pediu aos moradores que os encarassem armados com vassouras. Uma metáfora perigosa: «varrer lixo». Uma chamada à Big Society —a grande sociedade civil— dos conservadores anglo-saxónicos. Formada pelos cidadãos de bem, devia mostrar músculo. Começava a parecer-se com o Big Brother, o Grande Irmão de Orwell. De facto, convocava-se para amortecer os cortes policiais e encobrir os custos dos ajustes sociais.

Novamente em terreno espanhol, a presidente da Comunidade de Madrid incitou a denunciar nas redes sociais os «crimes» que pudessem ser cometidos pelos piquetes da Greve Geral de 2012. Nesse mesmo ano, a Generalitat da Catalunha abriu um site de denúncias para intimidar o 15M antes do seu primeiro aniversário. E, seguindo a linha de Snowden, em 2013 o Anonymous revelou que o serviço de inteligência da Catalunha, o CESICAT, espiava ativistas, jornalistas e parlamentares.

Querem transformar os cidadãos em agentes da ordem pública, furadores chivatos, delatores para a patronal... enquanto são espiados pelos representantes públicos. É o primeiro passo para o totalitarismo, que fomenta a denúncia e o controlo desde qualquer âmbito. Se estas iniciativas prosseguem, acabarão por recrutar soldados. O poder convocará os «bons cidadãos» —a maioria silenciosa que fica em casa até que é chamada— para enfrentar a dissidência interna. Não parecem conscientes (ou serão?) de que extremando as tensões podem surgir confrontos civis. Tentam apagar as tensões políticas com gasolina digital, transformá-las em conflitos sociais.

Negócio e neutralidade digital

Os atritos entre as instituições políticas e a internet replicam-se no campo empresarial. As empresas beneficiam-se do uso generalizado da Rede, porque os seus usuários aumentam num contexto sem demasiadas barreiras económicas. Mas, por outro lado, os negócios em grande escala exigem mercados com leis e consequências.

E as companhias digitais adaptam-se a legislações que ainda são nacionais. Agarram-se a elas mesmo que não sejam democráticas. O Twitter e o Google aceitaram as leis de censura dos países em que operavam no início de 2012. Consentiram controles que tinham rejeitado apenas três anos antes, quando o governo iraniano reprimiu os levantamentos de 2009. Desregulamentação, portanto, apenas para os períodos de expansão e quando favorece os aliados certos. Quando o negócio esteja a funcionar com pleno rendimento, a polícia e os juízes devem velar pelos ganhos.

Talvez não se volte repetir, mas vale a pena não esquecer, porque ainda podemos aproveitar algum descontrolo. Vejamos um exemplo de «coligação aberrante» entre os indivíduos e as empresas digitais[32]. Podemos constatar que o motor de busca e a rede social mais possante colaboraram com o ciberativismo. O Google e O Twitter aliaram-se em 2011 com a dissidência que forçou a queda de Mubarak no Egito. Quando o governo cortou a internet, aplicaram às linhas de telefone uma ferramenta para contornar o bloqueio. Milhares de voluntários transcreveram e traduziram as mensagens de voz em textos escritos que se reenviavam mais tarde às redes sociais. Quase ao mesmo tempo o Anonymous bloqueava vários sites governamentais[33]. Foi uma aliança entre ativistas e empreendedores. Unidos em defesa da liberdade de expressão? Exercendo-a como direito inalienável duma cidadania digital sem fronteiras? Saltando juntos os valados da velha economia? Deixando para trás a propriedade privada e colocando-a ao serviço do bem comum? Talvez não tanto.

Em relação com a propriedade intelectual, precisamos distinguir entre as empresas que canalizam conteúdos protegidos por direitos de autor (por exemplo os jornais de Murdoch) e as que os distribuem gratuitamente, permitindo copiá-los ou reenviá-los apesar do copyright. O Google News (serviço de notícias do Google) não quis pagar um cêntimo a Murdoch para oferecer as informações dos seus meios. Para algumas empresas distribuidoras as leis antipirataria estão de sobra, pelo menos na sua versão atual. O Google News pode anexar publicidade a conteúdos que não produziu. Coloca ao alcance de todos notícias de pagamento. E argumenta que divulgando-as também difunde o nome do meio e os anúncios inseridos nelas. O raciocínio seria semelhante ao dos conteúdos audiovisuais. Se fluem na rede em versões de baixa qualidade, promovem e atraem os clientes dispostos a adquiri-los ou pagar serviços com mais qualidade.

32. Margarita Padilla. 2013. *El kit de la lucha en internet*. Madrid. Traficantes de Sueños. <http://www.traficantes.net/libros/el-kit-de-la-lucha-en-internet>. Um texto imprescindível para relacionar as cibermultidões globais, Anonymous e o WikiLeaks desde a perspetiva duma hacktivista espanhola.

33. Jillian C. York. 13 de março, 2012. «The changing face of digital rights activism». <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/03/201231183523883376.html>.

As contradições do capitalismo, enquanto procura modelos rentáveis de economia digital, permitem uma margem de experimentação considerável. Pode-se promover o bem comum em parceria com atores privados e estatais. A Wikipedia apoiou-se muito nas bibliotecas públicas ligadas à internet e no grémio dos bibliotecários. O WikiLeaks volta ser paradigmático. Primeiro procurou a cumplicidade das ONG e das fundações internacionais de direitos humanos. Mais tarde inclui as suas bases no servidor do Partido Pirata sueco. Depois utilizou meios privados, consciente da sua audiência, para publicar as filtrações. Mais tarde incluiu nessa aliança os meios sociais, institutos universitários e jornais mais comprometidos. Tampouco se esqueceu de incluir os meios públicos ou criar uma produtora própria. Assange refugiou-se na embaixada do Equador, apoiado por países e organizações intergovernamentais da América Latina... A lição a extrair é que (quase) ninguém sobra na hora de construir o Quarto Poder em Rede e que haverá que juntar e misturar atores com objetivos e lógicas muito diferentes.

A neutralidade é o traço-chave da internet como bem comum; é aqui onde os conflitos com o Estado e as empresas se tornam evidentes. Porque o fim último das regulamentações existentes é acabar com a neutralidade. Na internet circulam pacotes de bits (combinações de 0 e 1) independentemente da natureza, o conteúdo, a origem ou o destino. Em termos práticos os operadores não podem bloquear nada —usuários, conteúdos, aplicações, serviços ou dispositivos— que não afetem o correto funcionamento da Rede. Podem intervir para resolver problemas, mas nunca antes que aconteçam. A neutralidade obriga a que a censura se exerça depois da publicação e com uma sentença firme. Como qualquer outro meio de comunicação em democracia. A diferença reside em que agora somos multidões os que nos poderíamos converter em comunicadores, com equipamentos capazes de atuar como meios de massas.

Por isso, no plano político a neutralidade tem um significado enorme. Os ataques especulativos contra um país podem convocar-se com a mesma velocidade que os protestos sociais contra os recortes sociais. Manning e Snowden puderam filtrar arquivos com a mesma potência informática que os seus superiores. E o WikiLeaks resistiu contra o Pentágono, o Departamento de Estado, as empresas digitais, o sistema financeiro e os serviços de espionagem. Os seus seguidores bloquearam os sites corporativos e governamentais hostis... Foram capazes de agir juntos como contrapoder, com iniciativas que surgiram a partir de baixo.

Os representantes políticos e as grandes empresas pretendem, como é óbvio e legítimo, canalizar os usos tecnológicos da cidadania para o seu benefício. Mas os nossos modos de auto-organização e mobilização são telemáticos: agimos à distância (tele-) com máquinas. E, portanto, às vezes ficamos fora do seu alcance. As estraté-

gias de estatização e privatização podem hackear-se com iniciativas de cidadania em defesa do bem comum. Estaremos a defender o que geramos. Assegurando-nos de que podemos criar mais.

Estão-se a recortar alguns direitos cujo alcance sequer começamos a entender e que o WikiLeaks tentou tornar realidade. Acima de tudo, e com pretensões de universalidade, que todos exercêssemos os direitos digitais numa internet neutra. Não pôde ser ou foi só em parte. Mas o bloco antagonista não é homogêneo nem está (ainda) coeso. As leis americanas antidownload fizeram estourar o eixo direita-esquerda. Bastantes republicanos mostraram uma forte oposição e não poucos democratas apoiaram estas leis, junto com os sindicatos.

O debate sobre os direitos de autor e a neutralidade da internet excede esse ensaio, que muito menos pretende resolvê-lo. Mas é manifesto que não só os cibernautas têm que ser vigiados. Todas as grandes teleoperadoras espanholas foram sancionadas porque seus bancos de dados de devedores eram ilegais. Obviamente, o uso que fazem da informação reclamada é em proveito próprio. E, se não há controlo, não haverá limites. Tão opacas são as suas intenções e manobras que as teleoperadoras constataram a impossibilidade de justificar e avançar os seus interesses em um debate aberto. Por isso, procuram a maneira de implementar uma rede Premium: uma internet reservada para quem possa pagar. Bem, dirão aqueles que têm dinheiro. O que há de errado? Adiante! Para considerar as suas consequências, imaginemos outro acidente nuclear como o de Fukushima daqui a vinte anos.

Fukushima, 3 de março de 2031. Uma fábula quase real

Após o último acidente da central nuclear de Fukushima, os clientes da internet Premium foram os primeiros a saberem do que aconteceu. Acederam à informação imediata e exclusiva. Para isso usaram as redes sociais das teleoperadoras com canais VIP (*very important people*, gente muito importante). Ali se reuniram os especialistas e as fontes mais fiáveis. Os utilizadores VIP escaparam com antecedência e fugiram das zonas mais contaminadas. Foram os primeiros a pedir auxílio, até que esgotaram os recursos de assistência e ajuda.

Enquanto isso, as redes sociais dos seus vizinhos mais pobres colapsaram. Estavam presos a uma internet paupérrima e para pobres, com plataformas de informação e debate intoxicados. Em vez de cientistas, foram aconselhados videntes e necromantes, telepredicadores e líderes de seitas apocalípticas.

Os internautas – devido aos filtros incorporados nos seus motores de busca – só puderam aceder às informações do Governo e das empresas nucleares. Para garantir-lhes uma informação objetiva, é claro. Para coordenar eficazmente as tarefas de emergência, é claro. Em suma, para salvaguardar o interesse nacional e retomar o mais rapidamente possível o caminho do crescimento, impulsionando um novo plano energético nuclear. Os cidadãos que já tinham demonstrado o seu desinteresse por esses novos objetivos cortaram a ligação à internet. Foram castigados pelo seu frenesim pirata.

[Não é ficção científica. É incontornável a analogia duma internet para pobres com o gueto da televisão comercial. A televisão aberta funciona como um espaço de marginalização e degradação simbólica das classes populares. Compararam os programas que oferecem de madrugada os canais em aberto e os canais de pagamento? A situação piora se acrescentamos que os motores de busca mais usados (Google, Explorer e Netflix) estudaram adicionar um sistema anticópia nos navegadores: filtrariam automaticamente os conteúdos com direitos de autor para priorizá-los. E, atenção, a proposta é que se incorpore por defeito nos equipamentos informáticos].

E, agora, fora contos. Passemos à realidade, ao que realmente aconteceu no Japão há poucos anos.

Fukushima, 3 de março de 2011

Os japoneses, além de submissos e resignados, reagiram ao desastre nuclear com um gesto de alcance histórico. Um punhado deles começou a gerar e compartilhar dados confiáveis e contrastados sobre a radiação. Muitos outros se uniram a eles. Uma organização de cidadãos, chamada Safecast, começou a medir os níveis na planta nuclear Daiichi de Fukushima. Rapidamente, conseguiu mapear e publicar as taxas de contaminação em todo o país. Toda a tecnologia que aplicaram era de código aberto e livre.

Trabalharam pau a pau com o Tokyo Hacklab para encontrarem contadores Geiger de radioatividade em segunda mão, e fabricaram outros com tecnologia aberta. Desenvolveram programas para coordenar a recolha de dados, compará-los e visualizá-los. Ultrapassaram a capacidade do governo e do lobby nuclear para monopolizar os dados. Implantaram uma rede de voluntariado colaborativo. Obtiveram informação, dinheiro, horas de trabalho, equipamentos e saberes de todos os lugares do planeta (incluída Espanha, essa sim é a nossa seleção!).

Reuniram técnicos de computadores, especialistas em visualizar dados e em radiação, cidadãos comuns e ativistas do movimento antinuclear. Nunca entraram no debate sobre o significado das suas cifras. Eram informações que entregavam ao domínio público; isto é, para todos, sem custos nem distinções. E continuaram a colaborar desde então. Em fevereiro de 2014 publicaram um total de 15 milhões de medições[34].

Agora, as perguntas

Que acharia se você tivesse a sorte de ficar no gueto para esfarrapados da internet Basic? Sentir-se-ia mais seguro numa *dark-net* –rede escura, oculta– onde se querem enclausurar alguns hackers? Que acharia se o seu motor de busca escondesse a Safecast automaticamente? Tudo o seu material era copyleft, botim de piratas de qualquer raça e condição. O que aconteceria se os líderes tivessem fechado os sites ou cortado a ligação? Pois é, tal como prevê a lei espanhola: sem juizes implicados na decisão.

Nem Premium nem Basic: sem Rede. Sem direito à liberdade de expressão. Tampouco a receber informação. Nem mesmo a pedir auxílio.

Assim castigariam as regulamentações em curso o ativismo de dados que se defendeu no capítulo anterior.

34. Podem consultar-se os seguintes materiais. Um vídeo de PBS: <http://video.pbs.org/video/2166163724/>. O site oficial de Safecast: <http://blog.safecast.org/>. E um trabalho académico a respeito do caso: <http://fukushimaforum.files.wordpress.com/2013/04/luis-felipe-murillos-full-paper1.pdf>.

A aliança estatal corporativa (da qual os meios fazem parte) é hostil aos que querem distribuir conhecimento (aumentar a sua circulação) e redistribuí-lo (combater as exclusões). Este objetivo comporta, em si mesmo, uma ameaça para o tecido de interesses que não reconhecem o valor da participação cívica. Sem dissimulação, querem negar essa participação, nem sequer como uma possibilidade aberta. Impulsar o conhecimento livre é um objetivo acorde com a nossa capacidade de comunicação. E poderíamos fazer mais se as empresas e os governos não vissem como inimiga a sociedade civil capaz de entender e solucionar os seus problemas. O desafio está em colaborar, somando e integrando formas de proceder diversas.

Poucos exemplos encontramos tão persuasivos como o de Fukushima[35]. Basta de conhecimento exclusivo, sequestrado pelos peritos ou submetido a uma planificação estatal não justificada. Basta de oferta privada que se diz livre e que se sustenta em mercados intervindos, criando verdadeiros monopólios. Na parte que nos corresponde, não parece suficiente esgrimirmos uma retórica antinuclear previsível e gasta, por muito que se expresse de maneira inovadora ou sensacionalista. Ponhamo-nos a trabalhar, em vez de exibirmos o corpo em frente das câmaras. Façamos ativismo de dados com os jornalistas de código livre.

O fluxo de informação promove a democracia. Ou, no mínimo, desestabiliza burocracias e negócios que ficaram desfasados. Estas teses não são exclusivas dos hackers. Também são compartidas pelos ideólogos da «sociedade aberta» que defendia Karl Popper. E subscrevem-nas conservadores de qualquer sector, e progressistas que adotam todos os matizes do vermelho, verde e roxo. Além da ideologia e dos objetivos que adote cada um, uma mínima dose de realismo convida a aceitar um processo inevitável. A abertura associada a qualquer nova tecnologia (a internet não é uma exceção) implica, no início, perda de controlo, e antes ou depois, *regulação*[36]. Deveríamos pensar bem no significado de ambas as coisas.

É preciso identificar claramente quem defende o fruto do seu trabalho e quem procura uma margem de benefícios insustentáveis. Quando se arrasta um modelo económico ultrapassado e, por cima, é injusto, isto não tem desculpa. Há quem considere a Rede como um âmbito de exploração lucrativa, enquanto aqueles que a criaram e desenvolveram continuam a fazer dela um bem comum. Devemos distinguir entre os gestores estatais com programas (políticos e informáticos) fechados e

35. Obrigado, mais uma vez, a Antonio Lafuente por sugerir este exemplo. E a Andoni Alonso pela encendida crítica ao recortes de conexão da internet que estão previstos na lei, crítica que tentei incorporar.

36. Aplico aqui as teses de J. Beniger sobre a «crise de controlo» que experimenta toda nova tecnologia nos seus primeiros momentos, assim como o posterior e inevitável processo de institucionalização —encaixe e domesticação— em interesse dos poderes políticos e económicos. James Beniger. 1987. *The control revolution: Technological and economic origins of the information society*. Cambridge: Harvard University Press.

aqueles que aspiram a alcançar democracias de código livre. Uma vez esclarecidos sobre quem é quem e o que pretende, deveríamos explorar formas híbridas de bens comuns, geridos conjuntamente pelos utilizadores e pelas administrações e empresas. Esta seria a rota para a refundação dos serviços públicos, das universidades... e do jornalismo do século XXI.

Cabem todas as propostas que não criminalizam as práticas sociais de intercâmbio e da cultura livre. Que reconheçam o valor do hacktivismo, incorporando a sua generosidade e espírito colaborativo. Que inculquem a decência e as competências da cidadania digital nas instituições. E, não menos importante, que reconheçam que essa participação que fica aquém do teclado é uma armadilha mortal.

Sobram as iniciativas que nascem mortas por desprezar os recursos sociais e técnicos citados antes. Ou que os invocam injustamente, de forma a reverter as possibilidades de emancipação e voltar a um controlo maior. Urge contar com líderes e movimentos que integrem esse potencial em programas políticos realizáveis, abrindo debates serenos. Os jornalistas e os empresários são chamados a participar e comprometerem-se nesses processos. Mas não farão isso se não mostrarmos coragem: exercendo os nossos direitos, demonstrando que realmente os temos. Se não houver pressão seremos encaixados em papéis cómodos para o Estado, e lucrativos para os Mercados. O qual, como estamos a ver, não se traduz em segurança nem progresso. Por isso, e antes de mais nada, é inadiável banir as sanções aplicadas sem intervenção judicial. A perda do controlo político e corporativo, principalmente se obedece a esquemas do passado, nunca justificará o recorte dos direitos fundamentais.

A guerra empresarial desencadeada contra o WikiLeaks desmente o discurso sobre a liberdade na Rede. Os estados delegam as sanções numa empresa que praticam uma espécie de «vigilantismo». Como se patrulhassem a fronteira dos EUA, expulsam da internet os «ilegais». Quando o Governo norteamericano pediu às empresas digitais que deportassem o WikiLeaks, não hesitaram em fazê-lo. Fizeram-no em troca dum tratamento diferente nas políticas de comunicação, direitos de autor e patentes. Daqui a um tempo, os seus laços com o poder político poderiam estreitar-se ao estilo de Murdoch e da SGAE. Então teriam tanto em comum com as máfias que os seus negócios entrariam nessa categoria. No fim de contas agora desenvolvem-se em níveis de ilegalidade —contra a legislação— e alegabilidade —à margem— conforme as suas taxas de lucro.

Não descartemos que desculpando-se no combate ao terrorismo (a SGAE já fez isso) ou qualquer outra justificação (a pedofilia é a outra preferida), nos apliquem uma censura corporativa, que já venha de fábrica nos aparelhos e programas que

compramos. Não haverá saída se os governos e as empresas se aliam contra as populações para espíá-las. O capitalismo de estado, bordando o totalitarismo, pode ser o próximo sistema. Se o Google tivesse aplicado a sua política na China ao resto do mundo, a chamada do «#takethesquare» (tome a praça) do 15M aos movimentos irmãos da Wall Street ou da Turquia teriam o mesmo fim que Tiananmen.

ESPIÕES APÓS O DEGELO

Com os factos diante é difícil converter os hackers nos maus do filme. Existem outros hackers à margem da lei, mais perigosos e pouco conhecidos. Falamos dos *crackers* que na realidade não são piratas, mas sim corsários. Os *crackers* servem os estados, as empresas ou as máfias. Cobram enormes somas de dinheiro e, com a sua patente de corso evitam os tribunais. Desempenham atividades ilegais, pagos por políticos, militares, espões ou empresários sem escrúpulos. Poderíamos considerá-los a quinta coluna, o exército inimigo, que se infiltrariam no Quarto Poder em Rede. O conta-contos oficial serviu-se da sua imagem para confundir a população.

A última falácia sobre os hacktivistas acusa-os de serem espões, agentes infiltrados. Esta ideia foi esgrimida dizendo que o WikiLeaks trabalhava para potências hostis. Ou que Manning ajudava o inimigo islâmico. E recuperou força quando E. Snowden apareceu à luz. Snowden fez as suas primeiras declarações em Hong Kong e acabou exilado na Rússia. Com Assange, refugiado na embaixada do Equador, alguns já têm claro que todos são pagos pelo Eixo do Mal. Ainda que não forneçam nenhuma prova. A China não aceitou Snowden. E Putin deixou-o ficar, depois duma semana de dúvidas, exigindo-lhe que não incomodasse muito.

Todos os governos aplicam o apartheid ao hacktivismo. Tony Blair qualificou o WikiLeaks de «ruim e vergonhoso». Advertia a uma cidadania que queria infantilizada: «cocó, nisso não se toca». Os adjetivos que usou na realidade delatam a reação de qualquer alto cargo perante uma revelação não autorizada. «Que mal! Que vergonha!» Todos os governos alinhados com os EUA suspeitavam ou sabiam, consentiam ou colaboravam na espionagem norteamericana. E tentavam imitá-la, é claro.

No início do Cablegate, os intérpretes mais banais pensaram que o WikiLeaks desenvolvia operações psicológicas e de inteligência próprias da Guerra Fria. Vários porta-vozes conservadores moveram o espantelho duma KGB antissionista. Os mais antigos da esquerda viam a CIA a mover os fios. Alguns posicionavam-se com os EUA. Os outros defendiam os regimes rebeldes.

Os neoconservadores descreveram Assange como um anarquista destrutivo: um niilista que queria desmornar as nossas sociedades. Os seus argumentos eram tão

frágeis que se baseavam no pressuposto de que o pensamento libertário se reduz à demolição da ordem estabelecida. Segundo eles, o WikiLeaks colocava bombas informativas. E esta ânsia de destruição não trazia nenhuma proposta democrática. A presença (anedótica) dalguma personagem antissionista entre os círculos de Assange completou a imagem inicial daquela KGB, que tanto podia ser anarquista como antissemita. Ao combater os EUA militar e diplomaticamente, prejudicava Israel. Mas a caricatura não coincidia com as revoltas árabes —de modo algum ligadas ao antissionismo— e o apoio que lhes dava o WikiLeaks. Diante dos factos que se apresentam, é supérfluo desmontar esta visão. Os seus porta-vozes fazem gala duma imbecilidade comparável à dos que falavam duma rede terrorista Al Qaeda digital e laica.

Os mais sofisticados são os «libertarianos» (não confundir com libertários) norte-americanos. Ainda que se enquadram no partido republicano, coincidem com o anarquismo na defesa até à morte do indivíduo e receiam a intervenção estatal. Tratá-los-emos com mais profundidade a propósito da ideologia de Assange e Snowden. Entre este grupo estão alguns dos seus defensores mais acérrimos. E não é de estranhar. Opuseram-se à intervenção nos Balcãs, e desde então têm criticado todas as guerras dos EUA.

Os neoconservadores cultivaram a aversão aos hacktivistas entre a burguesia poderosa e bem pensante. Supostos pensadores «críticos» fomentaram a desconfiança entre os mais fiéis ao WikiLeaks. James Petras não apenas roçou, quanto fez o ridículo, ao denunciar que tudo respondia a uma operação para tapar os desmandos dos EUA. Por exemplo, as revelações sobre a ETA e as FARC na Venezuela esconderiam a participação espanhola e norte-americana no golpe de Estado contra Chávez. Basta recordar o caso dos «falsos positivos» colombianos, que vimos algumas páginas atrás, para que esta tese caia por si própria.

Os factos desmentem também a «ciberguerra sionista» em que, de acordo com Heinz Dieterich —outra múmia da «esquerda»— participava o WikiLeaks. As suas provas: não havia revelações sobre os assassinatos de cientistas nucleares do Irão. Em suma, como costuma acontecer, a etiqueta (anti)sionista mudou de mãos e de sentido segundo convenha. Há uma imagem verídica de Assange, a seguir pela internet as revoltas de Alexandria. É sugestiva porque apresenta o líder do WikiLeaks como Alexandre Magno recompondo o mapa do Médio Oriente. Conforme passou o tempo ficou claro que o hacktivismo não trabalha para outro império que o da transparência global.

Entre as críticas que o consideraram ao serviço do Pentágono, destaca-se a perfilada por M. Chossudovsky. Este assinalou que os objetivos de Assange eram a China e o Irão. Presa do esquema da Guerra Fria, a esquerda paleolítica não criticou

Cómo rastrea la NSA el tráfico de Internet en EE.UU.

La agencia nacional de seguridad recoge información de muchas fuentes. Aquí están las tres principales.

Datos recogidos de las fuentes

La NSA consigue mucha información de empresas.

Telefonos

La NSA puede recoger llamadas de teléfonos celulares.



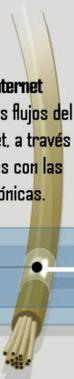
Prism

Contenido almacenado de compañías digitales, centrada en objetivos extranjeros.



Red troncal de Internet

Monitoriza ciertos flujos del tráfico de Internet, a través de relaciones legales con las operadoras telefónicas.



Selección de datos de internet

La NSA filtra los datos que necesita

Sistema de filtrado

Compañías como Narus producen tecnología que filtra enormes flujos del tráfico de Internet. El sistema escoge comunicaciones donde al menos una persona está en el extranjero.

Procesamiento de la NSA

Sistemas que incluyen el llamado Xkeyscore toman "selectores" como direcciones de correo electrónico enviados por los analistas, desarrollan reglas de filtrado y envían la información de vuelta.

Principales bases de datos

Datos que van a las bases de datos de la NSA



La información también podría ir a un analista para que la estudie en tiempo real.

Programas de búsqueda

Software para analistas que identifican puntos o modelos en ingentes masas de datos.



Analista

Da instrucciones a los algoritmos de filtrado, consigue información de bases de datos y estudia los datos.



Informes

Informes finales que se almacenan en bases de datos denominadas Maui y Anchory.



Fuentes: Cargos antiguos y actuales de los EE.UU., documentos revelados por Edward Snowden. The Wall Street Journal. Xkeyscore: <http://en.wikipedia.org/wiki/Xkeyscore>

o capitalismo chinês nem a teocracia iraniana, pois isso implicaria «fazer o jogo» aos EUA. E, embora não o diga (porque teria de reconhecer que carece doutro modelo alternativo), continua a manter que os EUA não são muito mais democráticos que a China. A geração de Assange não engole esse discurso. Tampouco o *In God We Trust* (em Deus cremos) dos *Freedom Fighters* (lutadores da liberdade). Edward Snowden deixaria isso bem claro.

O analista da NSA foi responsável pela megafiltração que denunciou que os serviços de espionagem ocidentais cooperam entre si e com as empresas mais

fortes na Rede. Revelou que todas as nossas comunicações eram suscetíveis de ser interceptadas e gravadas por um período de quinze anos.

O gráfico acima ampliou-se no final do ano 2013. *The Guardian* oferecia um excelente resumo do debate que se seguiu, acompanhado dum contador sobre a quantidade de dados coletados pela NSA durante o tempo que se tarda a ler a imagem[37]. Um mapa interativo publicado por *Der Spiegel* indicava o catálogo de técnicas usadas pela NSA[38]. Incluía todo o tipo de malware (*software*, programas maliciosos) com «portas traseiras» para penetrar em computadores, por vezes sem o conhecimento das empresas que os produzem. Ou a substituição dos aparelhos vendidos através da internet por outros modificados. E a monitorização dos usuários de jogos de vídeo, desde bélicos até o popular *Angry Birds*. Assim como a recolha de imagens através de webcams e dos vídeos de conteúdo sexual trocados nalguns fóruns muito populares... A NSA mostrava capacidade para interceptar linhas de internet sem fio (Wi-Fi) a uma distância de oito milhas. Jacob Appelbaum, hacker envolvido até o último fio do cabelo em apoiar o WikiLeaks e Snowden, explicava-o numa conferência imprescindível[39]. No fim desta conferência, denunciou o uso de radiações para escutar o que acontece numa sala próxima, com o conseqüente risco para a saúde dos espiados. A propósito, este método foi empregue na sede da União Europeia em Washington.

O WikiLeaks forneceu a Snowden assessoria e cobertura legal, realizou gestões diplomáticas no seu favor e tentou fretar um avião com personagens conhecidas para que fossem os seus escudos humanos e pudesse ser levado a algum país que o acolhesse, supostamente, à Venezuela. Desta vez tratava-se dum analista da NSA, um civil de carreira irrepreensível. Talvez não fosse fácil submetê-lo à inquisição militar. Em vez de publicar a filtração no Wikileaks, dava aviso a um jornalista de *The Guardian*, Glenn Greenwald[40]. Era possível que não se atrevessem a aplicar-lhes as medidas que adotaram com Manning e Assange.

O aparecimento público de Snowden coincidiu com o julgamento de Manning. Devia atenuar o efeito exemplar que a sua condenação procurava. Anunciava-se que não sairia do calabouço o resto da sua vida. Obama e o Pentágono encontravam-se agora com outro jovem de apenas trinta anos. Mas este analista de sistemas, altamente qualificado, quisera alistar-se para lutar no Iraque e acabou a trabalhar para

37. <http://www.theguardian.com/world/interactive/2013/nov/01/snowden-nsa-files-surveillance-revelations-decoded#section/1>.

38. <http://www.spiegel.de/international/world/a-941262.html>.

39. <http://www.theverge.com/2013/12/30/5256636/nsa-tailored-access-jacob-appelbaum-speech-30c3>.

40. <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance>.

a CIA e NSA. Renunciou a um salário e um estilo de vida invejáveis (200.000 dólares mensais) no Havaí, para começar um exílio forçado. Os seus ideais coincidem com os ideais dum libertário conservador. Doou fundos para a campanha do congressista Ron Paul, um republicano atípico e candidato independente à Presidência, depois de sentir-se dececionado pelas promessas de transparência de Obama.

O pai de Snowden relacionava uma carta aberta ao seu filho com «Thomas Paine, a voz da Revolução Americana que proclamou que um patriota salvava o seu país do seu governo». E acabava o seu documento assim:

Animamos a que nos contactem com intercâmbios regulares de ideias e pensamentos a respeito de como mitigar a enorme incultura política dos EUA. Nada é mais preciso para homenagear Valley Forge [cenário da Guerra da Independência], Cemetery Ridge [a Guerra de Secessão], Omaha Beach [II Guerra Mundial], e outros lugares de enorme sacrifício[41].

Tal como o seu filho, considerava que a internet era um campo de batalha prioritário. Um território à altura dos lugares onde os EUA deixaram de ser uma colônia e onde se converteram num país sem escravos que derrotara o nazi-fascismo. Sobre Snowden e as suas denúncias, algumas das melhores fontes de informação são as duas entradas que tem na Wikipedia em inglês[42]. Não é por acaso que o seu presidente o apoiou sem fissuras. Sintoma inequívoco de quais são as comunidades que mais o apreciam.

A opinião pública norteamericana, apesar da campanha contra ele, identificou-o desde o início como um infiltrado e não como um espião (55% vs. 35%)[43]. Entende-se assim que o governo de Obama decidiu baixar o tom dos seus ataques e garantir que não derrubaria nenhum avião onde pudesse viajar aquele «hacker de vinte anos». Rebaixando o perfil do inimigo, pretendia retirar importância às suas revelações. Mas desde que se deu a conhecer, não teve trégua. Os EUA conseguiram parar o avião do presidente boliviano, Evo Morales, suspeitando que levava Snowden como passageiro. Os cargos que lhe foram imputados equiparavam-no a Assange e a Manning. E as leis antiterroristas caíam com todo o peso sobre ele. Impedindo o asilo em países que pudessem conceder-lho (assim tentaram fazer vários deputados alemães), de forma que quando pisasse o seu país seria detido e ficaria incomunicado.

41. <http://www.guardian.co.uk/world/2013/jul/02/edward-snowden-father-open-letter>.

42. http://en.wikipedia.org/wiki/Edward_Snowden e http://en.wikipedia.org/wiki/2013_mass_surveillance_disclosures.

43. <http://www.bloomberg.com/news/2013-07-10/snowden-seen-as-whistleblower-by-majority-in-new-poll.html>. Transcrição disponível em http://www.democracynow.org/2013/6/7/a_massive_surveillance_state_glenn_greenwald.

Se Snowden fosse assalariado doutro Estado, teria voado para ele diretamente. E desfrutaria da recompensa dum exílio dourado. A China não lhe permitiu ficar em Hong Kong (cidade com estatuto legal mais aberto), e Putin reteve-o numa zona de trânsito do aeroporto de Moscovo antes de permitir que residisse por um ano na Rússia. Em troca, insistiu em que não abrisse muito a torneira das filtrações. Não existe nenhuma evidência, mas tudo o contrário, de que Snowden passasse informações à China e à Rússia. Depois de fazer escala em Moscovo, solicitou refúgio em mais de vinte democracias, que não só o rejeitaram como também impediram a aliança bolivariana de dar-lhe acolhimento. Antes que a perversidade do Eixo do Mal, ficou evidente a degradação do Eixo do Bem.

Quadro jurídico básico sobre metadados[44]

Princípios

1. *Legalidade*: qualquer limitação do direito à privacidade deve ser prescrita por lei. E, devido à inovação neste campo, deve ser objeto de revisão periódica por um processo legislativo ou regulamentar de carácter participativo.
2. *Objetivo Legítimo*: que se corresponda com um interesse jurídico preponderante e importante, necessário numa sociedade democrática. Sem vieses ou discriminação por qualquer motivo.
3. *Necessidade*: limitar essa vigilância a aquilo que é estrita e evidentemente necessário para alcançar um objetivo legítimo. Só se justifica quando seja o único meio para alcançá-lo, ou que se trata do meio que menos viole os direitos humanos.
4. *Adequação*: próprio para cumprir o objetivo legítimo específico.
5. *Proporcionalidade*: a vigilância das comunicações deveria ser considerado um ato muito intrusivo que interfere com os direitos à privacidade e à liberdade de opinião e de expressão, e que ameaça os alicerces duma sociedade democrática.

Consequências

Os princípios anteriores requerem que se um Estado acede ou usa informação protegida, utilizada numa investigação criminal, deve estabelecer perante uma autoridade judicial competente, independente e imparcial que esta medida:

1. É legal, porque existe uma alta probabilidade de que se cometa ou tenha cometido um crime grave.
2. Persegue um objetivo legítimo, porque a evidência seria obtida acedendo à informação protegida que se procura.
3. É uma medida necessária: porque já se esgotaram outras técnicas de investigação menos invasivas.
4. É ajustada, porque a informação à qual se acede será limitada naquilo que for relevante, e qualquer excesso será destruído ou restituído sem demora.
5. E, por último, que seja proporcionada: só acederão autoridades específicas, e a informação será usada apenas segundo o propósito para o qual foi autorizado o acesso.

44. https://es.necessaryandproportionate.org/text#principle_6.

Autoridade competente e processo

1. *Autoridade Judicial Competente:* as decisões relacionadas com a vigilância das comunicações devem ser realizadas por uma autoridade judicial competente que esteja (a) separada das autoridades encarregadas da vigilância das comunicações, (b) especializada em assuntos relacionados e competente para tomar decisões sobre a legalidade da vigilância das comunicações, as tecnologias usadas e os direitos humanos, e (c) tenha os recursos adequados no exercício das funções que lhe tenham sido atribuídas.
2. *Processo devido:* os Estados respeitarão e garantirão os direitos humanos das pessoas, cuidando que os procedimentos legais estejam especificados na lei, sejam praticados consistentemente e estejam disponíveis para o público em geral. Especificamente, ao decidir-se sobre os seus direitos, toda a pessoa deverá ser julgada numa audiência pública e justa num prazo razoável e por um tribunal independente, competente e imparcial estabelecido por lei.

[As organizações que queiram assinar o documento podem fazê-lo escrevendo para rights@eff.org ou entrando em <https://en.necessaryandproportionate.org/about>]

O debate público sobre o sistema de vigilância em massa e a falta de controlo democrático está aberto. Quem primeiro recolheu o convite para o debate foram as organizações de transparência internacional. Elaboraram cinco princípios dos quais se tiram outros tantos procedimentos. Parecem ser o mínimo a seguir e a defender com unhas e dentes, sobre o teclado e fora dele.

Tim Berners-Lee, Sir britânico e considerado como o pai da Internet e defensor de Snowden, resume o quadro legal anterior em primeira pessoa. As condições para aceitar um sistema de vigilância, segundo ele, seriam:

- (1) Que eu me possa comportar como se não estivesse a ser espiado —capacidade de anonimato e encriptação—. (2) Que se fosse espiado saiba que estou a ser espiado por alguém em quem possa confiar e por razões que aprovo; mesmo se a espionagem fosse secreta, porque eu sei que há um sistema que garante a responsabilidade e que dá conta do seu proceder perante o público. (3) Que eu possa comunicar-me com qualquer pessoa e que os meus pacotes de informação não se demorem, por exemplo, porque eu tenha visitado sites abortistas e o meu provedor de internet desaprove o aborto. (4) Que a internet é neutral politicamente e do ponto de vista da raça, cor, credo, preferência sexual... ou qualquer motivo de discriminação possível[45].

45. <http://www.theguardian.com/technology/2013/dec/03/tim-berners-lee-spies-cracking-encryption-web-snowden>.

Isto é exigido por alguém que participou na cerimónia dos Jogos Olímpicos de Londres tweeteando, com o estilo do conhecimento livre, «Isto é para todos». Quem considere insensatas as suas exigências deveria perguntar em que sistema político quer viver e que papel deseja exercer nele.

Snowden confirma o perfil que os hackers revelam nas suas ações. Foram os primeiros a conceberem a Rede como uma plataforma para o exercício e defesa dos direitos humanos. Mostram a intensidade cidadã que poderíamos chegar a adquirir e, ao mesmo tempo, mostram o custo de tentá-lo na atualidade. Denunciaram o recorte de direitos digitais e a ameaça associada para a democracia. Hoje a vigilância não se aplica a suspeitos. É quotidiana, sistemática e abrange toda a população. Como a guerra preventiva, ataca antecipando crimes que não se cometeram. E tenta não deixar vestígios, ou seja, pretende ser impercetível e que não se possa provar. E não menos importante, aliada com as operadoras de telecomunicações e com as empresas digitais, deteta os perfis dos consumidores, dos eleitores... e dos dissidentes.

Recordemos algo básico sobre a vigilância digital. A NSA não acede o conteúdo de todas e cada uma das comunicações, pois isto seria impossível. Compila, porém, os dados suficientes da população para identificar e construir perfis suspeitos, suscetíveis de terem cometido um crime. Querem atuar «a tempo» e para isso entram para ver que fazem aqueles que encaixam em determinados filtros ou padrões.

Os responsáveis políticos ficaram paralisados, envergonhados e raivosos quando Snowden revelou que todos espíavam ou eram espíados. Meio milhar de autores e criadores de oitenta e um países afirmaram:

A vigilância é um roubo. Estes dados não são propriedade pública, pertencem-nos. Quando são usados para prever o nosso comportamento, roubam-nos algo mais: o princípio do livre arbítrio, fundamental para a liberdade democrática[46].

Fica claro quem são os que atuam como ciberdelinquentes, espíões e quinta-coluna antissistémica? Talvez não. Ainda haverá alguém mais preocupado com os hackers. E não saberão responder a esta pergunta: em que se assemelham o Facebook e os drones? Oxalá fosse uma piada.

O sociólogo Zygmunt Bauman respondia numa conversa com David Lyon, um dos maiores especialistas em segurança[47]. A sua tese central, mais ou menos resu-

46. <http://www.theguardian.com/world/2013/dec/10/international-bill-digital-rights-petition-text>.

47. <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2013/11/lo-que-los-drones-y-facebook-tienen-en.html>.

mida, constata a impossibilidade de se ocultar, depois da «confissão diária» nas redes sociais e depois de sermos espiados com drones do tamanho de um beija-flor (daqui a pouco, como um mosquito). Pela nossa parte, caberia acrescentar que também não há forma de contornar esses *community managers*: os gestores das comunidades digitais, que substituíram os gestores dos recursos humanos. Expressões que dizem tudo sobre a mudança de visão empresarial da força de trabalho: antes «administravam» indivíduos e equipas de trabalhadores, agora «comunidades». Nas redes sociais os *community managers* pastoreiam os cibernautas para guiá-los às marcas pelas quais são pagos. As empresas são os seus verdadeiros clientes; nós, o produto que lhes vendem. A pechincha está em que nós mesmos nos construímos como mercadoria e grupos de consumo. Revelamos as nossas tendências, gostos e gastos. É arredor destes assuntos (e não de outros) que nos constituímos em comunidade, dizem.

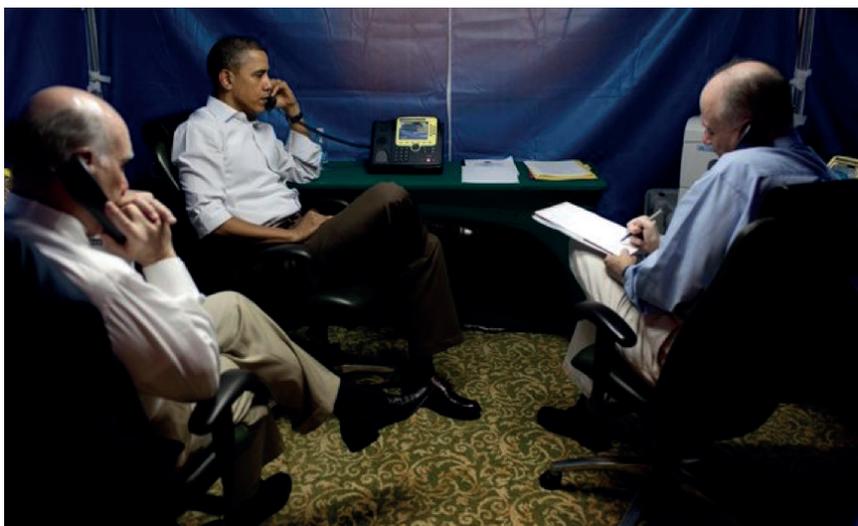
Segundo Bauman, estamos a fazer um striptease quotidiano, à vontade e sem cessar. Acalmamos a ansiedade por sermos reconhecidos pelos nossos «seguidores» aumentando o número deles. E assim caminhamos juntos ao redil do mercado criado pelos gestores das «nossas» comunidades, que não param de sugerir-nos novos «conhecidos» e «amigos». Aproveitando-se da ignorância e da desproteção legal, a investigação de mercados já não identifica o que consumimos. Gera perfis de futuros consumidores... que a NSA poderia considerar perigosos. Você comprou uma mochila e uma panela de pressão antes dum ataque? Não se lembra? Tranquilo, como aconteceu depois do atentado de Boston, alguém virá recordar-lho e pedir-lhe explicações.

O confissãoário do Facebook e os drones que lançam mísseis contra os objetivos indicados pela NSA mostram que vivemos numa fase histórica, que Bauman define como o «fim do anonimato». Estava doente e entre todos matámo-lo. Porque satisfazemos a necessidade de «classificar-nos socialmente» —dizer quem somos diante dos demais— em plataformas que estão fora do nosso controlo.

Se fôssemos paquistaneses ou afegãos, todas as terças-feiras poderíamos perguntar-nos se figuramos na lista dos objetivos humanos que Obama e os seus conselheiros escolhem para abater com drones. Reúnem-se «nas terças-feiras do terror» (Terror Tuesday)[48]. No seu terceiro ano como presidente dos EUA, o prémio Nobel da Paz mandara assassinar à distância um elevado número de suspeitos por terrorismo, que somavam o dobro dos presos encarcerados em Guantánamo por G. W. Bush durante toda a sua presidência[49]. Talvez exageremos o perigo que se

48. http://www.nytimes.com/2012/05/29/world/obamas-leadership-in-war-on-al-qaeda.html?_r=0.

49. http://www.huffingtonpost.com/john-w-whitehead/terror-tuesdays-kill-list_b_1606371.html; http://www.tomdispatch.com/post/175551/engelhardt_assassin_in_chief. Veja-se também *Kill or Capture: The War on Terror and the Soul of the Obama Presidency*, de Daniel Klaidman. 2012. Houghton Mifflin Harcourt.



abate sobre você. Porque, além da mochila e panela, não terá também um Alcorão em casa? Ou...? Assim acontece com o crime de estado perpetrado com Osama Bin Laden. Aquele triunfo da Guerra contra o Terror significou o início de nossa derrota.

Podemos considerar-nos todos de perfil (digital), como numa ronda de reconhecimento policial. Suspeitos do crime que ainda não cometemos. Também podemos ver-nos a fazer fila em diferentes pisos e seções dum centro comercial. Os países que partilham convenções de espionagem e tratados comerciais anticopyright compõem mapas semelhantes. A NSA e o seu tecido de espionagem herdaram os recursos da rede Echelon, que ainda respondia à pós-guerra fria. Juntava, como o sistema desmascarado por Snowden, os serviços secretos dos EUA, o Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. O Acordo [comercial e de copyright] da Associação Transpacífica (TPP), publicado pelo WikiLeaks no final, de 2013 assenta-se nestes cinco países (conhecidos como *The Five Eyes*) e quer impor-se nos países limítrofes. Os cinco olhos servem a um tecido que não distingue entre objetivos bélicos e corporativos.

A monitorização económica (con)fundiu-se com a espionagem. Se o conteúdo das mensagens digitais está desprotegido, os macrodados ainda estão mais. Não expressam o que dizemos, mas expressam com que dispositivo e frequência o dizemos, em que redes de afinidade e com que propósito... O resultado é que, sem percebê-lo, de forma automática e forçada, vigiamo-nos uns aos outros quando interagimos digitalmente. Transferimos continuamente informação que deixa de ser nossa para

integrar-se numa rede centralizada. Está descontrolada e aplica ferramentas —dispositivos e programas— que não entendemos devido à sua complexidade.

Bruce Schneier escreveu:

O poder corporativo e do poder governamental estão alinhados. Ambos desejam uma vigilância ubíqua, e a NSA usa as companhias para obter dados que não poderia obter doutra maneira. A indústria do entretenimento procura que os governos reforcem os seus caducos modelos de negócio. Os equipamentos de segurança comercial são usados por governos que espiam e censuram os seus cidadãos. A mesma tecnologia de reconhecimento facial que a Disney utiliza nos seus parques temáticos identifica os manifestantes na China e os manifestantes de Occupy Wall Street em Nova Iorque[50].

A vigilância ubíqua faz com que se sinta onipotente quem a exerce. Nada mais longe da realidade. A onisciência —capacidade de conhecer e saber tudo— não implica maior capacidade de agir nem de se impor a outros atores. O destino de Assange, Manning e Snowden foi refugiar-se, recluir-se e ocultar-se. Quiseram que representassem uns Prometeus modernos: castigados por roubar o lume —o poder da tecnologia— aos deuses. Caberia pensar que a causa de lhes acontecer isso foi serem adolescentes tardios que jogavam a heróis mitológicos. A foto de Barack Obama, na tenda de campanha antiespionagem, contradiz esta interpretação. E representa a antítese daquela que o mostrava a comandar a execução sumária de Osama Bin Laden. É a única imagem de força que o Império podia oferecer depois das denúncias de Snowden.

A atividade desencadeada pelos hacktivistas pretende reverter esta situação, que afeta representantes e representados. Todos nos espiamos a todos. E assim tornamos mais vulneráveis, governantes e governados. O emergente Quarto Poder em Rede denunciou os processos militares, económicos e políticos que nos trouxeram até aqui. Comprovámo-lo olhando para as ações dos hackers, que desmentem as mentiras e crimes que lhes são imputados. É hora de expormos o seu pensamento e biografias.

50. Bruce Schneier. 2013. «Power in the Age of the Feudal Internet» http://en.collaboratory.de/w/Power_in_the_Age_of_the_Feudal_Internet.

III. A REVOLUCAO NAO SERA UMA REPOSICAO

A revolução colocar-te-á no assento do motorista...
A revolução não será uma reposição, irmãos.

GIL SCOTT-HERON

Já é uma frase comum, *A revolução não será televisionada*[*]. Eu proponho interpretar que será retransmitida pelo jornalismo de código livre, que deixará que o público tome as decisões, que seja o protagonista. Porque «a revolução colocar-te-á no assento do motorista». No comando das tecnologias digitais? Bem, há quem diz que «a revolução também não será transmitida no Twitter»[1]. O Quarto Poder precisa de redes próprias.

Depois de rebatermos as ameaças atribuídas aos hackers, centrar-nos-emos na sua filosofia. Não é fácil, pois são gente de acção. Sem tempo para se explicarem, eles dizem deixar claro o seu posicionamento com as suas contribuições à cultura digital. Abordar a ideologia do WikiLeaks, como portavoz do hacktivismo da transparência, obriga-nos a apresentar a ideologia do seu fundador. Assange segue um padrão muito estendido nos meios alternativos: a dependência das suas organizações a respeito duns líderes que, por capacidade de trabalho e falta de recursos, concentram tarefas e decisões. Sem ter em conta estes factores, Assange foi acusado de ditador, abundante em gestos arbitrários. Rasgo que, de ser certo, compartiria com os chefes de muitos jornalistas que o têm caricaturizado desta maneira.

A biografia intelectual de Assange baseia-se na mistura de livros, entrevistas e reportagens. Apresento aquilo em que coincidem pelo menos duas fontes de signo

* Também um magnífico documentário sobre a desinformação e o golpe de estado contra Chávez: <http://www.youtube.com/watch?v=oRF9ZbpVMiw>. E o título dum poema rimado do grande Gil Scott-Heron, falecido em 2011: <http://www.youtube.com/watch?v=5xFLBcLOuEU>. A propósito, o 15M fez uma versão em feminino, boa para bailar com as crianças: <http://esunrobo.bandcamp.com/track/la-revoluci-n-no-ser-televisada>.

1. Frase do jornalista do *New Yorker* Malcolm Gladwell, no seu artigo «Small Change. Why the revolution will not be tweeted», de outubro de 2010: http://www.newyorker.com/reporting/2010/10/04/101004fa_fact_gladwell.

contrário. Biografias e conversações com afins e antagonistas, e informações de meios muito distantes. Pretendo aplicar o jornalismo de código livre: reutilizo mensagens e discursos alheios, reconheço a sua origem e apresento os arquivos completos.

A CONTRACULTURA QUE DERAM POR ENTERRADA E RENASCE NA MISTURA

O líder do WikiLeaks reúne no seu perfil ideológico as principais correntes da Modernidade e invoca muitas tradições, mesmo enfrentadas. Comporta-se como um libertário (anarquista) enfrentado com os centros de poder. Mais não receia em definir-se às vezes como libertariano: um liberal contrário ao intervencionismo. Porém, é difícil qualificá-lo de conservador. Reivindica os Pais Fundadores da Constituição americana e admira o desafio dos grupos mais radicais da década de 1960, como os Panteras Negras, inspirados por Malcolm X. O seu individualismo exprime-se de forma comunitária, própria das redes de hackers. O seu nomadismo é herança duma família hippy e do estado próprio dum hacktivista, sempre emboscado, que desde muito jovem trabalhou em iniciativas globais.

O antibelicismo provém das campanhas contra o Vietnam em que a sua mãe e os companheiros sentimentais dela participaram. Assange afirma que «há um soldado interposto entre tu e a tua mulher quando vocês mandam um SMS. Todos vivemos sob a lei marcial e não vemos os tanques, mais estão aí. De facto, as nossas vidas entraram em zona militar. É como ter um soldado em baixo da cama. É a militarização da vida civil». «A hacker is not a hawk» (um hacker não é um falcão de guerra), costuma repetir. Pelo contrário, Assange compromete-se na «construção digital da paz», como o seu alter ego norteamericano, Jacop Appelbaum[*], «gerando um pensamento criativo ou bases para a análise independente. [Em contra de quem] cultiva a mentalidade de funcionar como uma peça na engrenagem, [de quem] que acata as ordens pelo bem da nação». Estou a citar trechos do livro *Criptopunks*, e continuo a plagiar a mesma fonte[2].

A «ocupação militar das nossas vidas» é para os hacktivistas uma realidade, resultado da concentração de poder e da vigilância em massa. O futuro —diz Assange— pode ser:

* Jacob Appelbaum é um norteamericano que fundou Noisebridge, em San Francisco, e também é membro do Berlin Chaos Computer Club, além de programador. Promotor e investigador do Projeto TOR. Durante a última década trabalhou em grupos ecologistas e de direitos humanos. Nos finais de 2013 apresentava-se como «jornalista» em *Der Spiegel*, analisando as filtrações de Snowden.

2. Assange et al. 2012. *Criptopunks. Freedom and the future of Internet*. New York, London: Or Books.

[u]m estado de vigilância transnacional sulcado de drones e baixo o neofeudalismo da elite global, não num sentido clássico, mas fruto da complexa interação de muitas partes e resultado do distanciamento entre as distintas elites e as suas respetivas populações, que acabam por fundirem-se. Todas as comunicações serão vigiadas, permanentemente gravadas, constantemente monitorizadas. E cada indivíduo estará sempre identificado nas suas interações para servir a nova classe dirigente, desde que nasça até morrer.

E continua a dizer:

Mas aqueles que controlam o sistema também não desfrutarão desse «feliz mundo novo» [alusão ao romance de A. Huxley]. Este sistema vai coincidir com uma carreira de armamento de drones que eliminará as definições claras das fronteiras, tal como as conhecemos. Antes as fronteiras criavam-se na luta por linhas físicas. O resultado será a guerra perpétua, enquanto as redes de influência vencedoras agitarão o mundo na procura de vantagens. Ao mesmo tempo, esta gente [a elite] será enterrada pela matemática impossível da sua maquinaria burocrática.

Já vimos que Obama, o chefe do Alto Mando que executou Osama Bin Laden, acabou por plantar uma tenda de campanha antiespionagem lá onde ia.

Apesar do dramatismo da sua análise, os hackers não provocam parálise. Sucede o contrário. Os hackers procuram que o núcleo duro do poder seja visível, desentranhando os mecanismos que lhes permitem ocultar-se no segredo e na complexidade tecnológica. O objetivo complementar é combater o belicismo informativo. Para Assange «a maioria das guerras começaram como resultado de mentiras, amplificadas e propagadas pela imprensa convencional... Isto quer dizer que as gentes não gostam de guerras e que é necessário contar-lhes mentiras para que participem nelas. Mas também significa que *podemos ser informados na paz* [cursivas minhas]. E isto é motivo para o optimismo». É claro que existem razões para o optimismo, mas não as acharemos nos meios convencionais[*].

* Hoje, ao rescrever por enésima vez estas páginas, subi esta entrada em ProPolis, para mostrar uma fotografia inédita até agora: «Estos son los cuarteles generales de la NSA». Finalmente, pudemos sobrevoar a casa dos vigilantes. Graças a um «artista» que quer «criar o vocabulário» para que seja possível falar sobre o indizível. O fotógrafo Trevor Paglen pegou uma câmara e um helicóptero e fez jornalismo de investigação. Em vez de levá-las para uma galeria ou de vendê-las, pôs estas imagens no domínio público. Assim se explica no Youtube: «Glenn Greenwald, o jornalista de Snowden, que é também advogado, recolheu o convite num projeto próprio que anuncia um novo meio digital inspirado no WikiLeaks. Chama-se *Intercept*. O Quarto Estado em Rede abre os nossos olhos». <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2014/02/sobrevolando-el-estado-de-vigilancia.html>.

Acusado de antiamericano, Assange demonstra um sólido anticomunismo, talvez devido às suas origens familiares, pois o seu apelido original, Sang, procede dum antepassado chinês. As leituras que mais o influíram foram dos dissidentes russos, com maior intensidade que os clássicos anarquistas e marxistas. A cada pouco, Assange invoca Solzhenitsyn, vítima das purgas de Stalin. É este o Prémio Nobel russo que na sua volta do exílio lançou terríveis diatribes contra o capitalismo anunciado por Gorbachov. Solzhenitsyn teria concordado com o raciocínio que Assange fazia numa entrevista para *The Guardian*:

Calcula-se que a penetração da Stasi na Alemanha Oriental alcançou cerca do 10% da população. Um em cada dez cidadãos atuou como informante em algum momento. Mas a penetração do Facebook em países como a Islândia é de 88%, e essa gente informa com mais frequência e detalhe que a Stasi. E nem sequer há que pagar-lhes! Eles fazem-no porque sentem que de não o fazerem estariam excluídos de novas oportunidades sociais.[3]

O controlo estatal-corporativo funciona com perfeição quando se transforma em controlo social, funcionando como uma férrea mais impercetível autodisciplina. Nem sequer é preciso que nos deixemos revistar. A gente despe-se diariamente nas redes sociais por sentirem-se mal se não possuem uma conta em Twitter ou por terem poucos seguidores. Essas «carências» põem em perigo o apreço dos nossos interlocutores, a amizade ou o trabalho que nos pudessem oferecer.

A heterodoxia marca a personalidade de alguém que, para começar, dá a cara e se converte em personagem pública. Algo que, até a chegada de Assange, estava proibido por uma ética hacker marcada pelo anonimato. O ecletismo de Assange é transideológico e transdisciplinar: mistura etiquetas opostas e exhibe uma formação muito plural. Os pilares são as ciências puras, com orientação humanística. As suas referências vão da física quântica à filosofia, passando por Oscar Wilde e Saint-Exupéry. Assange foi autodidata e a sua escolarização nunca foi contínua. Na universidade estudou uma dúzia de carreiras que nunca terminou. Em total percorreu quase trinta centros educativos.

Encontramo-nos com uma ideologia mestiça, como a cultura da internet, alimentada de diversidade. Compõe-se numa amálgama de contribuições distantes, fusões inovadoras. Combinações que interpretam referentes afastados entre si e questionam qualquer ortodoxia. A coerência provém dum convicções que Assange

3. <http://www.guardian.co.uk/media/2012/dec/07/julian-assange-fugitive-interview>

assume como consequência do seu génio ou temperamento. Sente-se obrigado a conseguir a sua realização mediante ações que o construam pessoalmente. Não responde a um credo determinado, senão que ele diz seguir os seus impulsos. Mostra-se consequente consigo mesmo e assume as consequências dos seus atos.

Esta postura evita que caia no relativismo pós-moderno e no egoísmo. É o perfil ativista adequado para uma época que, segundo alguns, manifesta o fim das ideologias e substitui-as pelo individualismo. Em ausência de verdades estabelecidas, parece manter Assange, só fica a coerência pessoal. É o único esquema que se pode interpretar quando já ninguém acredita em grandes relatos coletivos. Por fazermos elogios, aí vão dois. Se a internet tivesse uma biografia, poderá ser a biografia de Assange. Se funcionasse como Quarto Poder, instância de controlo em mãos da sociedade civil, adoptaria muitos traços do WikiLeaks.

Os hackers referem-se à contracultura do século XX, com a qual se sentem vinculados. À sua maneira, é claro. Desmentem a hegemonia do pensamento neoliberal, impulsado desde a década de 1980 pelo trio de Thatcher, Reagan e Wojtyła. Assange é filho do antiautoritarismo, do ecologismo, do pacifismo e do feminismo (pois é, também)[*]. O seu exemplo contesta a ideia de que os avançados de 68 tenham procriado filhos acomodados em famílias desestruturadas. Ele conta com o apoio da sua mãe e dum dos seus (muitos) pais adotivos, implicados até o último fio do cabelo nas atividades do seu filho. O seu exemplo desmente que o 68 acabasse em misticismo New Age, boémia burguesa, desencanto e outros conformismos.

Um *totum revolutum* heterodoxo foi a origem do projeto do WikiLeaks, e gerou a liderança de Assange. Eles não encaixam nem na esquerda nem na direita. Projetam uma democracia futurista, mas remitem a tradições clássicas. São *geeks* —obsessos da tecnologia—, mais não se deixam pegar pelo ciberfetichismo. Exibem atitudes contraculturais, combinadas com uma surpreendente disciplina de trabalho. Começaram a dançar com o punk e Assange atreveu-se a fazer rap com Calle 13: «Uma notícia mal contada / é um assalto à mão armada [...] As nossas ideias são livres e estão despertas / porque pensamos com as portas abertas»[4].

A suas «contradições» poderiam ter sido consideradas aberturas, portas de conexão para diferentes ideologias e gerações. O hacker faz política escrevendo có-

* Em conversa com o politólogo australiano John Keane, Assange desmentia a imagem de macho alfa e misógino que lhe fabricaram. Afirmava: «As mulheres ensinam aos homens o que é a coragem. Tratadas como excluídas ou marginadas, as mulheres aprenderam a dureza de tratar com o poder estrutural. Em consequência, têm maior capacidade de adaptação que os homens. O mundo masculino é violência estrutural». <http://theconversation.com/lunch-and-dinner-with-julian-assange-in-prison-12234>.

4. <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2013/12/activismo-y-responsabilidad-ante-el.html>.

digo, desenhando sistemas abertos e livres para serem usados por qualquer pessoa. Porém, muitas portas lhes foram fechadas. A minha suposição é que o WikiLeaks se deu de cara com o facto de que as culturas políticas que invocava estão devastadas. Os neoliberais tinham tomado o Estado ao assalto. Em vez de freá-lo, usaram-no para descontrolar o capitalismo em proveito da casta financeira. A socialdemocracia geria «o público» com má consciência (ou não); seja como for sem um modelo alternativo. A esquerda clássica, ainda sob o entulho do Muro de Berlim, não tinha projeto e, no melhor dos casos, aliava-se com curas e freiras nas ONG. Os hippies tornaram-se yuppies...

Final todos se sentiram incómodos. Recusaram aqueles que lhes recordavam as suas renúncias. Concordaram em dar-lhes as costas ou humilhá-los. Pode ser esta uma explicação demasiado psicológica, uma psicanálise social barata, mas é a ideia que tenho. Além disso, a maioria de nós jamais tivemos acesso a um relato verdadeiro do que era o WikiLeaks. «As ideias mais profundas no que se fala não são entendidas, ou são combatidas com desinformação», comentou a Assange E. Schmidt, um alto diretivo do Google[5]. Os jornalistas não compreenderam e borraram uma personagem que, diferentemente das outras personagens que criaram, não podiam controlar.

Assange gabou-se de ser o artífice duma organização que, apesar da envergadura dos seus projetos, só contava com um punhado de colaboradores. A equipa não deixou de variar. Porém, o líder demonstrou uma vontade de trabalho e qualidades nada comuns. Vejamos primeiro o seu pensamento. Depois o encaixe do WikiLeaks dentro dos movimentos sociais do século XX. Será então quando poderemos assinalar as limitações do projeto.

UM CRIPTOPUNK ILUSTRADO NO CÍRCULO DE VIENA

Quando era pouco mais que maior de idade, Assange já era muito reconhecido nos âmbitos *ciberpunk*. Neles estudava-se e trastejava-se, segundo as suas palavras, «nas arquiteturas de poder que encerram os sistemas de comunicação». Canalizavam a raiva adolescente, exibindo as suas habilidades e desafiando a polícia. Com mais precisão, Assange era membro dos *criptopunks*, que desenvolviam ferramentas de cifrado muito potentes. Queriam garantir a qualquer indivíduo do mundo a possibilidade de dizer NÃO, de resistir o estado e as corporações, sem sofrer represálias. Assange denomina-se a si mesmo *criptopunk*, um pioneiro em blindar a dissidência,

5. Pode-se encontrar aqui a conversa na íntegra: <http://WikiLeaks.org/Transcript-Meeting-Assange-Schmidt.html>.

dentro e fora da Rede. Descobriram como apagar os rastros digitais para segurar a privacidade das mensagens e o anonimato dos usuários.

O seu objetivo era preservar a neutralidade da Rede, que não se fizessem distinções segundo quem a usasse nem segundo o seu propósito. Combatiam a concentração de poder ensaiando uma comunicação digital que funcionasse como puro contrapoder. As ferramentas digitais desenvolvidas deixavam desarmados os governos, corporações, polícias e juizes. Criavam uma esfera pública digital que reconhecia o máximo poder e dava a máxima liberdade à cidadania. «Privacidade para o fraco e transparência para o poderoso». Este lema resume o propósito de inverter a desigualdade acumulativa criada pelo jornalismo convencional, que outorga mais voz e melhor visibilidade a quem tem mais recursos. Os *criptopunks* levaram a cabo o seu plano popularizando dispositivos de código aberto e livre. Defenderam a internet como bem comum, e criaram bens comuns. Citemos os dois mais emblemáticos: um canal de transmissão anónima e claves públicas de encriptação.

The Onion Route, abreviado TOR, é um sistema militar adoptado pelos hackers. O Pentágono usava-o e era-lhe imprescindível. Os hackers reutilizaram-o com fins contrários e empregaram a arquitetura de comunicação do poder bélico para desarmá-lo. Substituíram uma arquitetura centralizada por outra distribuída. Desde 2005, TOR funciona a través duma rede de milhares de computadores que atuam como servidores disseminados por todo o mundo: e qualquer pessoa pode emprestar o seu para que outros usuários não possam ser rastejados. Segundo diz a Wikipédia,

é possível usar TOR para realizar uma conexão a um computador sem que este, ou nenhum outro, tenha possibilidade de conhecer o número de IP [o cartão de identidade dos nossos computadores] de onde parte a conexão [...] A rede TOR cifra a informação na sua entrada e decifra-a à saída, com o qual é impossível saber quem enviou a informação.

Ao passar pelos nodos da rede,

[o] pacote de informação envolve-se em várias capas de cifrado que se vão retirando sucessivamente, de modo que é muito difícil obter a imagem completa do circuito. Só se conhecem os nodos anterior e posterior pelos quais passa a mensagem.

Daí a metáfora das camadas de cebola. Não é um sistema invulnerável, mas combinado com a encriptação, irrita os olhos que nos vigiam. Talvez eles encontrem

trem finalmente o que estão a procurar, mas será demasiado tarde para intervirem. Podemos imaginar TOR como um sistema postal para cartas que circulam por muitas casas sem serem abertas até chegarem ao seu destino. Estas cartas seriam depositadas nos nossos correios por uma legião de carteiros que teriam apagado os remetentes anteriores, e que os substituiriam por outros, que desapareceriam por sua vez na seguinte entrega.[*]

Um número indeterminado de usuários disponibilizam os seus computadores para a TOR, de forma que outras pessoas ocultem a sua identidade. Seria algo semelhante a que para dormir emprestássemos os nossos telemóveis a uma organização de direitos humanos e que os seus activistas não fossem localizados pelo GPS dos telefones «inteligentes». É claro que TOR se utiliza para fins menos louváveis, mas isto acontece também com o dinheiro (e os telemóveis), e ninguém pede a sua abolição. Uma vez construída o canal, faltava o código. A elite criptopunk da *Electronic Frontier Foundation* reuniu algumas das melhores mentes da contracultura digital, democratizou o programa de encriptação *Pretty Good Privacy* (PGP) e ofereceu-nos sem custos o acesso às senhas, proporcionando-nos uma privacidade que qualificou com ironia como «bastante boa»[*]. Não existem os códigos indecifráveis, mas o historiador David Kahn considera este o desenvolvimento criptográfico mais importante desde o Renascimento. É que os criptopunks têm algo de renascentistas: compreendiam a internet desde o individualismo humanista.

TOR, PGP e outros projetos relacionados aplicavam à informática três citações habituais em Assange. A primeira pertence a Oscar Wilde: «O homem é menos ele próprio quando fala em primeira pessoa. Dê uma máscara ao homem e ele e dirá a verdade». Ou seja, o anonimato permite atuar com mais liberdade e sinceridade. Outra

* Disponível em <https://www.torproject.org>. E nesta outra ligação acharão um tutorial para executar TOR num computador pessoal: http://www.eldiario.es/turing/Primeros-pasos-navegacion-segura-Tor_0_126337372.html. Depois das informações de Snowden, foram reveladas muitas tentativas da NSA para torná-lo mais vulnerável. A irritação de alguns dos criadores da internet foi notável, como Tim Berners-Lee, quem declarou que se estava a acabar com a liberdade da Rede.

* O PGP combina três passos de cifrado. Isto é muito útil porque não é preciso dizer a ninguém a senha para abrir um documento. O *primeiro passo* gera automaticamente uma senha, uma «identidade», que tem uma parte pública, que todo o mundo vê; e outra privada, que só nós conhecemos. No *segundo passo*, devido ao intercâmbio de mensagens com PGP as partes públicas das nossas senhas criam automaticamente uma mensagem encriptada, que só se poderá ler com as nossas senhas privadas. Assim consegue-se um cifrado de alta qualidade porque não é preciso expor as nossas senhas ou identidades privadas às pessoas que recebem as nossas mensagens. Finalmente, e este é o *terceiro passo*, as partes públicas das nossas palavras-passe – que não implicam problemas de segurança – podem ser registadas automaticamente em armazéns digitais para que estejam ao dispor de qualquer pessoa. Os criptopunks deram com a quadratura do círculo, senhas de encriptação pública, visíveis embora «bastante privadas». Como estas senhas são muito fáceis de usar, igual que o TOR, se as empregássemos fariamos da espionagem em massa uma tarefa impossível. (O meu agradecimento a Sergio por estas explicações criptopunks.)

citação é de Solzhenitsyn: «Ocidente perdeu a sua coragem cívica... e essa perda é mais evidente na classe dirigente e intelectual». Isto é, a falta de valores instalou-se nas nossas sociedades, sobretudo entre a elite. Estas duas citações juntam-se numa frase de Assange, como conclusão: «a coragem é contagiosa». A máscara dá valentia e, uma vez manifestada, propaga-se. A idiosincrasia do líder do WikiLeaks reside em aplicar estes princípios em primeira pessoa.

Na conversação com o directivo do Google, que já citámos e que não foi muito difundida[*], Assange explicava a sua definição de coragem:

Os activistas mais efetivos são aqueles que lutam e botam a correr. Não os que lutam e se imolam, mas os que lutam e escapam para pelejar novamente outro dia. Depende do critério pessoal o momento de entrar na luta, e também de retirar-se e preservar os recursos para a seguinte batalha... Se tem garantido o anonimato completo, pode lutar para sempre. Não precisa botar a correr. [...] A coragem não é ausência de medo. Só um imbecil carece de medo. A coragem é, com mais propriedade, a educação intelectual do medo, a compreensão dos verdadeiros riscos e oportunidades numa situação. E a tentativa de equilibrar ambas coisas, não tendo só prejuízos acima dos riscos, mas pondo a prova esses riscos. Existe toda uma série de mitos a respeito do que se pode fazer e do que não. É importante comprová-lo. As gente não aprende a saltar atirando-se desde ponte. Primeiro experimenta desde um banquinho, e depois desde um pouco mais alto, e finalmente desde um pouco mais.

Na sua juventude, o futuro líder do WikiLeaks atuava com outros dois amigos na denominada *International Subversives*. Penetraram nos serviços militares e nos operadores de telefonia, sem daná-los se nem enriquecer-se. Anos mais tarde, Assange ainda era retratado como um rapaz irado que semeava o caos, uma imagem distorcida. Alcançou o reconhecimento sob o pseudónimo de *Mendax*, movido pelo ânimo de aprender e partilhar. Procurava expressar os seus posicionamentos políticos e as coisas que todo adolescente desejava, ganhar estima e reconhecimento nos

*A conversação tinha como finalidade elaborar o livro intitulado *The New Digital Age: Reshaping the Future of People, Nations, and Business*, publicado em abril de 2013. A opinião de Assange sobre o livro de Schmidt e Cohen pode ser vista em <http://www.wikileaks.org/Op-ed-The-Banalilty-of-Don-t-Be.html>. Dele diz que «é uma leitura essencial para qualquer pessoa que esteja imersa na luta pelo futuro, por um imperativo simples: conheça o seu inimigo». Os gurus da Google opinam que o fim da privacidade ajudará as «autocracias repressivas» a apontarem para os seus cidadãos enquanto «as democracias abertas verão isto como um presente que lhes permitirá responderem melhor às preocupações da cidadania e dos consumidores. Em realidade, a erosão da privacidade individual em Ocidente e a centralização do poder tornam inevitáveis os abusos e aproximam as boas sociedades das más».

seus círculos. Depois de ser detido, pagou os seus «delitos» fazendo de consultor e colaborando com a Unidade Vitoriana de Exploração Infantil.

A propósito, no livro *Criptopunks* Assange assinala que «aqueles polícias não gostavam dos sistemas de filtrado, porque quando não se pode constatar a existência de pornografia com menores isso prejudica o lobby que fornece recursos policiais para acabar com o abuso infantil». Eis um raciocínio pragmático, contundente embora esquecido de propósito pelos inquisidores da Rede. Como alguns documentários oficiais delatam, a pedofilia é, depois do antiterrorismo, a desculpa mais popular para o controlo da internet. Mas os hackers recordam que se as expressões ou as manifestações de crime são censuradas, então também não podem ser perseguidas. Para sermos mais precisos, o crime é o abuso infantil, que se manifesta com a pornografia para pedófilos. Identificando-os — e os hackers ajudam a isso —, podem perseguir-se as verdadeiras redes criminosas: as rede de tráfico e prostituição infantil.

A censura é a solução mais simples, e por isso as autoridades recorrem a ela: elimina os sintomas do problema sem atacá-lo. Ao ser censurado totalmente, não só persiste mas pode agravar-se. No final a sociedade civil que combate determinados crimes carece de argumentos e não pode arrecadar fundos para erradicá-los. Os hackers têm pensado muito sobre este tema, e reconhecem o problema da revitimização, ou seja, o sofrimento que provoca na vítima a visão da tortura que lhe foi infringida. Mas argumentam, por exemplo, se sentem revitimizados ao verem abusos policiais, muito mais frequentes, sem dúvida, que a pedofilia.

A solução que propõem é que «o filtro deveria ser manipulado pelo usuário final, e no dispositivo do usuário final». O filtrado tem de ser feito pela gente que recebe informação e que dispõe de muitas ferramentas, e muito seguras, para fazê-lo. O dispositivo final do usuário é a cabeça: «isso que você tem entre as orelhas. Aí é onde você deveria filtrar, em vez de fazê-lo o governo por você». Estas passagens de *Criptopunks* indicam a lucidez daqueles que se implicaram em exercer e defender o direito à liberdade de expressão até as suas últimas consequências. Toda uma lição, acho eu, para os profissionais e os usuários da comunicação.

Quando Assange foi detido por primeira vez no ano 1991, a máscara caiu, e com grandiloquência ele disse ter-se sentido como Solzhenitsyn. Parafraseando a sua afirmação, eu afirmo que se chamam à sua porta e vêm na sua procura pela noite, é que você fez bem o trabalho. Gestos literários à parte, nos quais a personagem abunda, ele mostrou um compromisso militante muito arraigado e desde muito cedo. Isto fica claro no romance *Underground*, que Assange co-escreveu naquele período. Dos três membros da *International Subversive* ele foi o único que, no final da história,

colaborava com ONGs e grupos cidadãos. Este ativismo acabaria por impregnar-se de alguma profundidade intelectual[*].

Assange recorda (ou idealizou) os seus tempos de criptopunk como se tivesse pertencido ao Círculo de Viena[6]. Assange sustém que aqueles pensadores da segunda década do século XX se reencarnaram nos inícios da década de 1990, nos ambientes que ele frequentava. Agora desenvolviam códigos informáticos de anonimato e encriptação com o intuito de construírem uma linguagem universal. Da mesma forma que os filósofos vienenses perseguiam encontrar uma linguagem comum para todas as ciências. Esta vinculação, além do porte que quer atribuir-se, tem bastante substância.

O Círculo de Viena foi estimulado por Ludwig Wittgenstein, uma eminência numa altura intelectual e ética descomunal. A sua principal e quase única obra, *Tractatus logico-philosophicus*, é um dos livros mais influentes na filosofia contemporânea. Foi uma tese doutoral que recebeu todas as honras, sem necessidade de tribunal, e que se publicou sem direitos de autor. A obra representa um exemplo paradigmático do bem comum. O Círculo de Viena dispersou-se com o nazismo. Aspirava a formular um conhecimento e uma linguagem que garantissem a clareza do pensamento científico e a justiça política. Desta maneira, o WikiLeaks reivindica-se como herdeiro do positivismo e da lógica da ciência, que considera antídotos contra o totalitarismo.

Afirma Assange, junto com os seus companheiros, em *Criptopunks*:

O universo crê na encriptação. É mais fácil encriptar informação do que desencriptá-la. O objetivo é criarmos novas terras proibidas a aqueles que controlam a realidade física, porque para perseguir-nos precisariam de muitos recursos. E, assim, declararmos a independência. A criptografia é a última forma de ação direta não violenta... e pode resistir a aplicação ilimitada de violência. Nenhuma força coercitiva solucionará jamais um problema matemático. [...] A nossa missão é assegurar a autodeterminação lá onde pudermos, demorar a distopia

* Não me resisto a falar doutras influências da personagem, não menos interessantes. Quando a polícia o deteve, teve muitas dificuldades em achar o lugar onde Assange guardava os seus discos rígidos. Estavam numa colmeia de abelhas, às quais se achegava depois de domesticá-las. As abelhas estavam alimentadas com água açucarada, misturada com o seu suor. A anedota evoca a inteligência coletiva da colmeia, baseada numa relação gerada com esforço... coisas pelas quais vale a pena continuar a escrever em ProPolis, e que dão uma ideia da idiosincrasia de Assange.

6. Recolhida numa das primeiras e mais interessantes entrevistas feitas pelo comissário de arte contemporânea Hans Ulrich Obrist. Disponíveis em <http://www.e-flux.com/journal/in-conversation-with-julian-assange-part-i/> e <http://www.e-flux.com/journal/in-conversation-with-julian-assange-part-ii/>

que está por vir, onde não pudermos fazer o anterior. E se tudo isto não funciona, acelerar a sua autodestruição.

Quer dizer, o germe do Quarto Poder em Rede tenta blindar uma esfera pública de autogoverno e que a esfera atual não continue a degradar-se. Como último recurso, tentarão que colapse, virando contra os seus gestores. Assange detalhou a E. Schmidt as três tarefas do WikiLeaks:

Tecnicamente, anonimiza e protege as fontes de muitas formas. Politicamente, oferece-lhes incentivos, reconhece o seu valor e infunde coragem. Legalmente, procura as legislações mais favoráveis e promove a defesa legal, prática e quotidiana.

Não é por acaso que o WikiLeaks desse os seus primeiros passos incomodando a Igreja da Cientologia e a China. O irracionalismo posmoderno e o capitalismo de estado são os seus inimigos naturais. Se continuamos e tirar do fio, o hacktivismismo pode ser interpretado como uma chamada para que voltemos à Ilustração. Retoma o ideal de debater com provas empíricas, dados contrastados e argumentos lógicos. Dispersando e controlando os centros do poder. Isto é uma demanda estendida entre a gente razoável, que deseja conhecer e atuar no seu contexto social. E fundamenta-se nas teses de pensadores tão reconhecidos como Jürgen Habermas.

Aclarava Assange ao diretivo da Google que

[n]a prática, libertar informação é positivo para quem está envolvido em causas apoiada pela população. E é negativo para quem se compromete em atos que não têm apoio popular. Se for informação verdadeira, não importa de onde vier. Deixe que a gente lute com a verdade, e em favor da verdade. Quando retiramos os corpos dos caídos, haverá por toda a parte balas carregadas com a verdade. A verdadeira democracia é a resistência do povo, armado com a verdade, contra as mentiras.

Esta leitura contradiz aqueles que acusam o WikiLeaks de ameaçar os nossos sistemas políticos. Se estes acabam por estourar será devido à sua natureza autodestrutiva. Os hackers não colocarão bombas: tentarão que lhes estourem a aqueles que as constroem. Não disparam balas «de verdade», mas balas «carregadas com a verdade». Sobejam as razões para considerarmos que os hackers recuperam os ideais da Modernidade. Aspiram a criar uma esfera pública digital, paralela à qual, segundo

Habermas, acabou «colonizada» pelo estado e pelas empresas. Querem desarmar a encenação do poder político e económico, aplicando a racionalidade crítica: dados livres, contrastados com rigor e debates apegados à realidade[7].

A representatividade das decisões tomadas nessa esfera pública garante-se incluindo a maior quantidade possível de participantes, em igualdade de condições. Que melhor que o anonimato e a encriptação para nivelar a situação de partida? A qualidade dos acordos adoptados depende da solidez dos dados e da coerência dos argumentos. Obviamente, isto não garante que acertemos sempre, mas garantirá o uso de definições razoadas (ou no mínimo razoáveis) a respeito do bem comum. Portanto, os princípios duma internet de código livre seriam os mesmos que deveríamos aplicar à democracia e ao jornalismo. Se forem entendidos ao serviço e ditado da comunidade, é claro.

Os hacktivistas atualizam o sistema político. Desenvolvem e instalam novas versões do programa original da democracia. Tentaram reiniciá-la, hackeando o sistema informativo. Uma notícia de código livre é resultado de inúmeras «ações comunicativas»: conversas e debates numa esfera pública que seja merecedora desse qualificativo. Segundo definiu Habermas, o público não é mais que aquilo que se vê e ouve. E isto na atualidade é definido por que tem mais poder. O verdadeiramente público, porém, é aquilo onde se participa, quer dizer, aquilo onde toma parte a gente. O jornalismo de código livre expressa os interesses individuais em chave coletiva, situando-os em pé de igualdade e procurando o maior consenso. Propõe diálogo sociais inclusivos, opostos à linguagem neoliberal. O código da selva reproduz o império do mais forte. O código livre blinda e mobiliza o único poder que possuem os débeis: a sua capacidade de cooperação.

Os hackers nem sequer são partidários dos bens «públicos», porque estes acabam geridos em favor dos seus administradores e não da população. Apostam na geração de bens comuns, sem se inclinarem por um modelo económico ou político concreto. Daí a desorientação de muitos porta-vozes da esquerda. O hacktivismo bebe do pensamento democrático, antes de que se dividisse em progressistas e conservadores, vermelhos e azuis. O desencontro com os intelectuais esquerdistas também se deve a que, na Europa, a maioria deles são uns afrancesados. E a contracultura em que se apoiam os hackers é a californiana, que para alguns não tem o carimbo do maio

7. Pode-se conferir o interessante trabalho de Léon Dijkman. 14-12-2011. «Do You Want To Know A Secret? Habermas' Public Sphere & WikiLeaks as a part of it». O seu interesse reside numa caracterização do WikiLeaks como ator que comparte os objetivos de Habermas, e como um símbolo de contemporaneidade em referência ao excelente romance *Liberdade* de Jonathan Franzen (2010). <http://igiture-archive.library.uu.nl/student-theses/2012-0224-200557/UUindex.html>

francês. «As ideias mais profundas no que se fala não são entendidas, ou são combatidas com desinformação», disse E. Schmidt a Assange. Os criptopunks procedem duma mistura criativa (e contraditória) de correntes alternativas, interesses militares e empresários (empreendedores, dizem agora) digitais[*].

No saco de gatos ideológico dos criptopunks predominavam os libertarianos. Estes anarco-capitalistas animam o fim do domínio estatal e corporativo, e não reconhecem outra soberania mais que a individual. Poderia pensar-se que eram conservadores, mas reuniram trotskistas, maoístas e democratas de todas as tendências. Coincidiam em objetivos imediatos, como denunciarem os ensaios nucleares ou as ingerências dos EUA na América Central. E todos davam o mesmo significado político à encriptação: protegeria a liberdade de expressão de forma irreversível e incondicional, impedindo que a internet fosse domesticada no futuro. Coisa que estavam convencidos que acabaria por suceder. A expressão mais contundente dos seus logros foi o WikiLeaks: uma plataforma não censurável de megafiltrações não rastejáveis.

Entre 1994 e 2002, Assange participou nos foros daquela insurgência digital, mostrando bastante incorreção política e sentido do humor. Guiava-se por critérios próprios. Não admitia que os ativistas tivessem que aplicar a transparência de forma absoluta, pois isto implicaria aceitar uma vulnerabilidade que correspondia ao poder, não a eles. Esta falta de dogmatismo foi criticada por bastantes companheiros, que o deixaram de reconhecer como tal, sobretudo quando o australiano tirou a máscara do anonimato e empreendeu operações de envergadura. Tampouco compartia a arrogância dos expertos em cifrado e o seu desdém com o resto da população. Para Assange, não era suficiente uma audiência especializada. Queria chegar a um público maior, e implicá-lo. Tanta heterodoxia acarretou malentendidos com alguns dos seus companheiros mais afins[*]

* No primeiro debate que mantive sobre estes temas, reconhecidos porta-vozes da esquerda espanhola suspeitavam que Assange era um agente do Pentágono ou recebiam dele. Não podiam reconhecê-lo como o primo rebelde e irredento de Steve Jobs ou Bill Gates. Contrariamente aos fundadores da Apple e da Microsoft, Assange conserva a ética hacker. Isto não o converte num ortodoxo, mas no contrário.

* É muito interessante comprovar que estas críticas fazem parte dos argumentos esgrimidos contra Assange por parte do seu ex-colaborador Daniel Domscheit, no livro *Inside Wikileaks*, simultâneo ao surgimento do Cablegate. Este livro serviu também de argumento para o filme *The Fifth State*, feito em Hollywood. O filme evita atribuir-nos a expressão «quarto poder», e remite os cidadãos e os hackers a um «quinto estado», bem separado da Imprensa. O WikiLeaks filtrou o seu roteiro quase antes da estreia, embora não fosse necessário para minguar a audiência. O filme passou quase ignorado por completo, e foi parte do conta-contos oficial que incorporou a «correção política» dos sectores mais alternativos (como sucedeu com o feminismo) para prejudicar Assange. Este, por sua vez, produziu o documentário *Mediastan*, no qual os ativistas percorrem as redações do Terceiro e do Primeiro Mundo com o Cablegate baixo o braço, sem conseguirem que o publiquem ou que não o censurem. Uns por medo à repressão, outros por medo às consequências judiciais e económicas. Pode ver-se em <http://wikileaks.org/Watch-mediastan.html>.

Os problemas com a polícia e com alguns camaradas levaram Assange a tentar uma vida «mais convencional» (por dizer algo) a partir de 2004. Inscreveu-se na Universidade de Melbourne em física e matemática. Ainda que teve baixas qualificações, Assange possui um quociente de inteligência, segundo se comenta, superior a 170 (mais que Einstein?). Abandonou os estudos por rejeitar os vínculos militares do laboratório universitário. E progressivamente foi ficando obsesso pela advertência do Presidente norteamericano Eisenhower, que advertia de que o «complexo militar-industrial» poderia sequestrar a democracia. Assange contava já com a experiência necessária para desenhar o sistema de filtrações contra os senhores da guerra, a espionagem e a indústria digital.

Apesar de reunir tantas influências e tão diferentes, a ideologia do fundador do WikiLeaks é inequívoca. Uma fonte autorizada assinala-o como

[u]m cripto-anarquista absolutista, mas claramente *inclinado para a esquerda*. Os criptopunks convencionais não defendiam os sindicatos, não falavam contra os «capitalistas desbocados», nem em favor dos «direitos humanos», como fazia Assange. *Era um libertário político, mas não económico*. [Cursivas minhas][8]

Defendia a autonomia individual e a iniciativa privada como pilares da democracia. Mas o bem comum, em caso de conflito, devia prevalecer sobre o interesse particular.

No livro *Criptopunks*, Assange declara-se partidário dum «capitalismo controlado socialmente» e defensor da liberdade económica, porque segundo ele sustenta as outras duas liberdades fundamentais: de movimento e de pensamento, liberdades ligadas intimamente com a liberdade de comunicação. «Mercado livre é mercado regulado», afirma noutro momento. E assinala que

[s]ofremos as consequências da atual economia do mercado neoliberal, transnacional e globalizado. De facto, a internet é a cimeira disso [...]. A internet sustém-se sobre interações de mercado extremamente complexas entre produtores de equipamentos e semicondutores, companhias mineiras que ex-

8. Robert Manne. Março 2011. «The Criptopunk Revolutionary: Julian Assange». <http://www.themonthly.com.au/julian-assange-criptopunk-revolutionary-robert-manne-3081>. Manne é um reconhecido intelectual australiano. O seu texto tem o interesse de incorporar nos links algumas das melhores entrevistas, livros (auto)biográficos, textos na rede e comentários do próprio Assange. Desta fonte recolhi a trajetória intelectual aqui apresentada, e bastantes contributos para o capítulo anterior.

traem o material e os lubrificantes financeiros do comércio, os tribunais que reforçam as leis de propriedade privada e tudo o mais. De modo que, realmente, a internet é a culminação da pirâmide de todo o sistema neoliberal.

É impossível atribuir ao WikiLeaks com uma única etiqueta política. A ideologia da transparência que promove não encaixe em nenhum credo nem geoestratégia das potenciais mundiais. A sua proposta de Quarto Poder em Rede poderia comparar-se com um programa informático livre, que qualquer pessoa pode usar e alterar, incluso contra a comunidade que o criou. Afirmo Assange no livro antes citado que «[a] utopia digital parecer-me-ia uma distopia se apenas existisse uma. Creio que os ideais utópicos implicam a diversidade de sistemas e modos de interação». Os hackers reivindicam, portanto, diferentes formas de democracia e modelos de sociedade. Costumam citar um avô da cibernética, Heinz von Foerster: «atue sempre de maneira a aumentar as opções». Cita que Assange concreta assim: «igual na política que na tecnologia, qualquer coisa que se fizer haverá de ser para conseguir mais opções, não menos». Ou seja, como a «estratégia do xadrez».

HACKEAR O MERCADO DE DINHEIRO E DE VOTOS

Em *Criptopunks*, Assange e os seus companheiros hackers apostam em «abrir alternativas». Jacob Appelbaum, o seu equivalente norteamericano, afirma que

[n]enhum dos que estamos sentados aqui, ninguém no mundo, nasceu com os logros que depois serão gravados nas suas lápidas. E não é que tenham o dever de fazê-lo, é que, se desejam, podem fazê-lo... E se os fazem, terão influência em muitas pessoas relacionadas com a internet. [Gandhi dizia que] *deves ser a mudança que queres ver no mundo. Mas então também hás de ser parte desse problema que vês no mundo.* Esta é uma citação duma banda desenhada digital, *A Softer World*[9]. Não é igual à cita de Gandhi, mas penso que a gente deve saber que não podem ficar sentados e ociosos. Precisam passar à ação. Oxalá o façam.

Os criptopunks fazem análises mais catastrofistas que alguns supostos críticos das utopias digitais. Denunciaram os riscos muito antes, e dentro das sociedades em que vivemos. Não apenas nas potências do Eixo do Mal, como fazem os assusta-velhas digitais mais conhecidos. A propósito, entre eles citam Evgeny Morozov. Diz Assange:

9. <http://www.asofterworld.com/index.php?id=189>.

A nossa ideia não era que fosse um só quem se queixasse da crescente vigilância do estado e tudo o mais. Podemos —de facto, devemos— construir as ferramentas da nova democracia. Podemos construí-las nas nossas mentes, distribuí-las para outros e empreender a sua defesa coletiva. A tecnologia e a ciência não são neutras. Determinadas tecnologias podem proporcionar-nos os direitos fundamentais por que tanta gente tem lutado desde há muito tempo.

Noutro momento da conversa, o líder do WikiLeaks descarta a saída proposta pelos apocalípticos da internet:

Os neoluditas [tecnófobos], metidos na cova, ou as tribos tradicionais, que carecem da eficiência duma economia moderna, quase não podem atuar. Sem dúvida, qualquer pessoa pode permanecer fora da internet, mas nesse caso é difícil que tenha alguma influência.

Daí que os hackers não tivessem reparos em pensarem que tipo de economia e política deveriam promover.

Na conversação que estamos a citar, o hacker alemão Andy Müller[10] punha como exemplo a lei Sarbanes-Oxley. Esta exige que as companhias norteamericanas registadas na Bolsa permitam que os seus empregados realizem revelações não autorizadas. Aqueles que informem sobre delitos ou malversação poderão fazê-lo sem temor a represálias. A lei aprovou-se em 2002 como reação aos escândalos e à dupla contabilidade de grandes corporações como a Enron. Pretendia erradicar a corrupção que conduziu à falência, e transformar em delito a repressão contra os filtradores.

Como vimos no capítulo primeiro, as filtrações são funcionais para as administrações públicas. Reconhecer isto é o primeiro passo para valorar a necessidade de proteger os segredos oficiais, concretando bem os seus traços. Legislar sobre eles, de forma a evitar o monopólio do governo, é também a única maneira de frear o autoritarismo. O indignante, poderíamos acrescentar, é que o neoliberalismo reconhecesse, há uma década, uns mecanismos de transparência económica que se nega a aplicar no âmbito político. Ficam claras as suas prioridades: o negócio antes do que a democracia. E, em consequência, a natureza dos seus negócios: cada vez mais sujos. Tudo o contrário que os hackers.

10. Andy Müller-Maguhn, um dos primeiros membros do Chaos Computer Club da Alemanha, antigo diretivo e portavoz. É um dos cofundadores da European Digital Rights, ONG que luta pelos direitos civis na internet. Entre 2000 e 2003 foi diretor europeu da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), responsável pela política de números e nomes que em que se baseia a internet. Criou a empresa Cryptophone, que fornece telefonia segura a clientes comerciais.

Assumindo trabalharem no contexto económico existente, os criptopunks são conscientes de que os serviços de privacidade representam um negócio em expansão. Estão a construir-se novas redes sobre a internet atual, redes privadas que aplicam a criptografia. A confidencialidade que necessitam os negócios das elites constitui a razão comercial para não proibi-las. Porém, não existe nenhum incentivo para que as elites com capacidade de intercetarem tudo aceitem limites a essa capacidade. A resposta proposta por Assange recorre à analogia histórica: é como quando o mundo aprendeu a lavar as mãos. Assange propõe incutir e estender em toda a população a necessidade de encriptar e anonimizar as comunicações. No mínimo, as mais relevantes para a sua vida privada e pública. A nossa higiene digital, diz em definitivo, é imprescindível para a higiene democrática. Não é fácil que estas ideias calhem na população, como também não foi fácil que aceitasse o uso da água e do sabão.

Poderia pensar-se que ao libertar arquivos estatais ou registos de compras com cartões eletrónicos, a gente reparará em que todas as suas comunicações e transações económicas estão registadas e centralizadas. Aliás, ficam sob jurisdição estrangeira —nomeadamente norteamericana— ou num âmbito tão secreto e complexo que é difícil de entender. E mais difícil é resistir ou atuar contra ele. A complexidade tecnológica mascara a ameaça e a resposta que cumpre dar. O pior vírus é o autoritarismo, que como vimos está sustentado em arquiteturas centralizadas e num pensamento obsessivo pelo controlo.

Por tratar de coisas importantes a hackear, Andy Müller fazia uma crítica em que coincidiam todos:

O sistema monetário, a infraestrutura económica de intercâmbio de dinheiro, fede. Por exemplo, incluso o pagamentos entre cidadãos russos ou chineses, nos comércios dos seus países, são processados em centros de dados norteamericanos. De modo que o governo dos EUA tem ou terá controlo jurisdicional, ou no mínimo pode ter conhecimento destas operações.

Como fundo, estava o boicote dos cartões de pagamento ao WikiLeaks. E inúmeros problemas pessoal sofridos quotidianamente pelos hackers[*].

* Por exemplo, Appelbaum relata que não conseguiu viajar em avião para dar uma conferência em nome de Assange. Nem sequer pôde voar com um bilhete comprado com o cartão dum amigo. Foi incomunicado e vejado no aeroporto. Uma prática que começa a ser habitual contra jornalistas críticos e colaboradores. As suas liberdades de movimento e de comunicação foram eliminadas pela via económica. Se trasladássemos a coerção exercida contra um jovem hacker à coerção que se poderia aplicar sobre as elites estrangeiras, intuiríamos mecanismos de pressão que questionariam a soberania nacional das nossas políticas e a autonomia dos nossos governantes.

A resposta dos criptopunks aplica a máxima de que qualquer problema tem uma solução colaborativa ótima. E aliás simples. Se todos lavássemos as mãos pararmos muitas pandemias. Se todos encriptássemos, os espões ficariam tolos. Os hackers procuram soluções assumíveis individualmente a través dum processo coletivo, cujo resultado também está ao alcance de qualquer pessoa. Propõem, portanto, a criação de moedas digitais anónimas, sem os números de série do dinheiro. Trata-se, em realidade, de reinventar o dinheiro em metálico no mundo digital. Assange concreta isto da seguinte maneira: «A liberdade económica está em perigo porque há um grupo de elites capaz de influir tanto na regulação como nos princípios de atuação dos bancos. O objetivo é que a autoridade central da moeda, submetida a especulações fraudulentas e chantagens bancárias, seja substituída por intercâmbios económicos encriptados que devolvam o poder aos usuários».

Não é fácil explicar como funcionam o dinheiro digital e outras experiências monetárias sociais ensaiadas da Rede. Também não temos espaço para fazê-lo com detalhe. São iniciativas que se estão a constituir e cujo exemplo mais avançado seria o Bitcoin, que conta com a colaboração do MIT. A ideia básica seria relativamente simples. Consiste em substituir o Banco Central Europeu por gente de todo o mundo, que determine primeiro a situação económica real, e depois o valor da moeda. O Bitcoin preserva a privacidade dos proprietários das contas, mas todas as transações são públicas. A confiança do mercado dessa divisa distribui-se numa arquitetura bancária que impõe custos elevados à fraude. Trata-se duma «rede monetária P2P [entre iguais], virtual, encriptada, descentralizada e de código aberto»[*]

O processo de implantação, acham os criptopunks, poderia ser como o da criptografia. Existe demanda por este tipo de moeda, que é empregue por comunidades de vários países e que se aplica em transações difíceis de fazer com cartões. O fluxo de inúmeras transações e os limites na quantia limitariam as possibilidades do grande capital. Logo que esteja disponível nos navegadores web e que seja usada pela banca para os seus próprios fins, existiria um grupo de pressão que impediria a sua proibição. Porque, como é óbvio, aqueles que ensaiaram antes este tipo de moedas tiveram problemas com as autoridades.

A moeda digital encriptada tem o seu correlato político no *partido interface*, que se oferece como intermediário entre os seus seguidores e as instituições. A questão

* Uma rede de computadores que trabalha desenterrando bitcoins encriptados. E quem logra decifrá-los recebe uma recompensa. Podem-se vender diretamente pelo seu valor em dinheiro tradicional (euros, dólares...) ou podem trocar-se por bens e serviços, digitais ou não. A sua extensão é progressiva, e incita interessantes debates: <https://www.diagonalperiodico.net/global/21160-guia-para-seguir-sin-saber-pensar-del-bitcoin.html>. Aqui se pode achar um gráfico extraordinário: http://www.eldiario.es/turing/Infografia-Bitcoin_0_102890534.html.

fundamental que levanta é se essa intermediação pode ser neutra, sem viés. O *partido-rede-de-computação* atua, segundo Assange, como uma aplicação informática com capacidade de desempenhar três tarefas: observar, planificar e atuar. O líder do WikiLeaks armou um partido com o mesmo nome e resultados bastante fracos. Apresentou-se às eleições da Austrália, em 2013, com o intuito de ser eleito e sair da embaixada equatoriana. O carácter pessoal dos objetivos e as estratégias impostas por Assange fizeram fracassar esta tentativa.

Assange tencionou, sem sucesso, aplicar a fórmula duma burocracia mínima, formada por quadros reduzidos e sustentada na máxima participação de baixo. Pretendeu realizar no nível político aquilo que o WikiLeaks fizera no campo da informação. Se fosse dessa maneira, teríamos de considerá-lo outro protótipo sujeito a inovações constantes. A sua originalidade não reside nos usos tecnológicos, mas nos valores defendidos. E, quanto ao desenho organizativo, a maior inovação consistiria em combinar uma liderança pequena e centralizada com uma rede colaborativa muito distribuída de seguidores. Isto remete à necessidade que tem o Quarto Poder em rede de criar uma nova ordem institucional onde desenvolver-se, ganhar protagonismo e efetividade.

A desafeição com os partidos existentes e a parálise institucional que experimentamos deveriam bastar para não menosprezar este tipo de iniciativas, que tentam acomodar os mecanismos de representação política à sociedade civil, e reconhecê-la como um ator comunicativo com o qual as instituições devem interagir constantemente. Os partidos surgiram ligados ao jornalismo: fundaram-se com personalidades e programas ideológicos que adquiriram relevância pública primeiro na imprensa de partido e depois na imprensa de massas. A televisão terminou por vincular-se com as estratégias eleitorais dos chamados partidos *pega-tudo*: sem ideologia, procuradores de grandes maiorias. E terminaram representados por líderes daquilo que se costuma etiquetar como «política pop», encarnada por Berlusconi, Sarkozy... Supunha-se que Obama era o líder forjado na Rede, e estamos a ver que pretende acabar com ela. Agora bem pode ser o tempo de levar a internet à política, e a política à internet. Mas numa rede neutral, e numa instituições abertas à transformação. O processo será longo e complicado.

Não se trata de implantar a «democracia digital» depois das próximas eleições. Os partidos emergentes representam, como noutras etapas de mudança histórica, uma nova forma de política. Aplicam novas tecnologias a novas maneiras de entender a comunicação, os negócios e a gestão pública. O Partido Pirata alemão (e a sua «democracia líquida»), as iniciativas islandesas ou, na Itália, o Movimento 5 Estrelas, são experiências que Assange tomou em conta para o seu projeto. O leitor

conhecerá o vídeo satírico em que fazia karaoke com uma peruca; esse sim teve uma difusão amplíssima[11]. Cada um dos erros de Assange — e este foi tal, pois produziu dissensões com o Equador, por ter-se filmado na sua embaixada— foi propagado pelos meios.

As formas de fazer política por parte das gerações mais jovens estão menosprezadas. Até diante dos seus logros mais evidentes. O 15M, uma mobilização com raízes na internet, conseguiu três anos depois do seu surgimento duas transformações que antes seriam impensáveis. Uma, que quase todos os partidos concorressem às eleições europeias de 2014 com intensos debates a respeito da necessidade de fazerem primárias abertas. Outra, que quase todas as candidaturas debatessem ou incorporassem mecanismos de consulta digital, aplicados também à formulação de programas. Outro logo do 15M foi a apresentação de novas formações políticas, como Podemos ou o Partido X, organizados e publicitados graças a ferramentas digitais próprias e intercambiáveis. Apresentaram programas e medidas elaborados colaborativamente. Além dos seus logros eleitorais, experimentaram e ultrapassaram o quadro de representação política. Algo que Assange descreve como «rebasar o inimigo pelos flancos».

O precedente dos partidos verdes na década de 1990 ensina que os novos ativistas tentam ganhar poder com ferramentas e agendas novas. Agora, em vez do ecologismo, portariam os valores da cultura digital livre. A valoração, portanto, dos partidos-rede não depende de quanto alterem o mapa eleitoral, mas da sua capacidade para contagiarem e fazerem evolucionar outras organizações políticas. E, sobretudo, o corpo social. Não existe agora nenhum partido no mundo que, aspirando a governar, não incorpore a ecologia nas suas propostas. Na minha modesta opinião, nenhum avanço em votos será firme se os partidos-rede não aproveitarem a tecnologia de forma a reinventar as redes de solidariedade graças às quais o movimento operário e os movimentos sociais tiveram verdadeira autonomia e capacidade de pressão. Essas redes de fraternidade são mais difíceis de criar, e precisam de maior compromisso. O enorme fracasso do Partido WikiLeaks e o seu desaparecimento permitiu aprender isto e várias coisas mais.

Quase a metade do Conselho Nacional do partido demitira-se antes das eleições. Assange —ocupado em apoiar Edward Snowden e em trabalhar a sete horas de diferença desde Londres— impôs a última palavra sobre algumas decisões chave. A mais importante foi a recomendação de voto a outros partidos, exigida pela peculiar lei eleitoral. A maioria dos candidatos e voluntários apoiavam o partido verde, que era

11. <http://www.theguardian.com/media/video/2013/aug/26/julian-assange-mimes-john-farnham>

o competidor mais próximo. Assange, porém, impôs a sugestão de votar em partidos de ideologia pouco clara, com poucas possibilidades de restar votos ao seu partido. A estratégia era muito racional —diferenciar-se dos rivais mais semelhantes—, mas mostrava pouca sensibilidade ideológica. Rompeu o partido dias antes da votação, e Assange não conseguiu o posto de senador.

O caso mostra o risco do «wikiwashing». O lavado de cara, disfarçando-se de Wikipédia, a que recorrem tantos outros atores e empresas digitais. De facto, nem o WikiLeaks nem a Wikipédia são totalmente horizontais nem abertos. Dependem, em boa medida, das decisões dum núcleo bastante hierquizado. Isto implica riscos personalistas e autoritários semelhantes aos que denunciámos na internet corporativa e estatal. Mas estas críticas não anulam nem tornam menos urgentes os projetos duma democracia com extensões digitais. Trata-se de que possamos intervir no amplo sentido da palavra: debater, co-escrever as leis e desenvolver políticas públicas. Para além, poderíamos funcionar como verdadeiro Quarto Poder em Rede: atuando como interventores e fiscais dos outros três poderes.

Um programa de código aberto, insisto, é uma ferramenta sem ideologia no sentido original da palavra. É a virtude —e também o perigo— do pensamento hacker. A sua capacidade de evocação é muito grande, e muitas são as suas ressonâncias. Precisamente porque pode servir para uma coisa e para outra diferente. Poderia ser aplicado em organizações com lideranças virtuais, irresponsáveis na realidade perante as suas bases. Porque os caudilhos e os populismos digitais representam riscos evidentes. Na ordem económica, poderia usar-se para precarizar, deslocalizar e empobrecer mais ainda a força laboral. De facto, o trabalho temporário intensivo, próprio dos hackers, adapta-se como uma luva ao capitalismo cognitivo. No caso de implantar-se com força, acentuaria o empobrecimento das classes médias e aumentaria o *preariado* como nova classe social da qual muitos terminarão por fazerem parte[12]. Por último, até a própria NSA utiliza código aberto nos seus dispositivos de espionagem.

Os hackers atravessam e interpelam todo o leque ideológico. Jogam a libertarem ferramentas, a fazerem com se que perca o controlo e a permitirem o maior número possível de agentes. Se isto é certo, o maior paradoxo reside em que o seu projeto não tenha recebido uma adesão geral. Sobretudo por aqueles que dizem compartilhar uns objetivos de transformação social. Ou por dizê-lo doutra maneira: a receptividade mostrada por movimentos que se denominam progressistas, esquerdistas ou transformadores foi pequena. No entanto, as corporações reconhecem sem complexos a

12. Vejam-se as teses de Jaron Lanier: <http://www.jaronlanier.com/>

superioridade do software livre. Empregam-no cada vez mais nos seus servidores e modelos de negócio. Não só isso, como também estão a contratar os hackers mais dóceis, e em grande medida usam a sua linguagem. Obviamente, fazem isto depois de tê-lo diluído e fazendo-se de empreendedores audazes e modernos. Sucede algo semelhante, embora com menor intensidade, nas administrações públicas, que querem transmitir transparência e abertura. Países como o Reino Unido anunciaram a transição completa a ambientes digitais livres (que permitem uma poupança de 200 milhões de libras anuais) no início de 2014.

O jornalismo e o ativismo social não parecem ter reconhecido ainda as virtudes do código livre. Os meios incumpriram as suas promessas de oferecerem caixas de filtrações com o modelo do WikiLeaks. Assim, renunciaram a ganharem autonomia face às fontes e agências oficiais. E, não menos importante, prescindem dos internautas com mais poder, ética e tecnologicamente. Também entre a cidadania, em geral, e nos movimentos sociais mais críticos, abundam os cibercéticos e os luditas. Algumas críticas são razoáveis e oportunas; aliás, reproduzi-las-emos no final deste capítulo. Mas se os críticos não oferecem alternativas claras ao ativismo de dados e à desobediência civil digital, ajudariam para o controlo crescente da Rede. Iludem o potencial emancipatório que os ambientes digitais têm desempenhado na mobilização social durante as duas últimas décadas. Muitos dão por perdida uma batalha antes de participarem nela. Outros nem sequer perceberam a batalha. Estou-me a referir à batalha por uma esfera pública digna de tal nome. E por um Quarto Poder em Rede que lhe outorgue traços democráticos.

DE SEATTLE AO EQUADOR, A PASSAR POR CHIAPAS

O WikiLeaks enlaça com os processos que criaram a Modernidade e a ciência, mas também com os movimentos sociais contemporâneos[*]. Começamos pelo altermundismo ou a resistência à globalização neoliberal. Iniciou-se em 1999 com os protestos de Seattle, e reuniu movimentos transnacionais. O zapatismo foi um dos

* Um romance intitulado *Q*, escrito por um coletivo anónimo de jovens italianos militantes da antiglobalização, ilustra bem isto. O coletivo fazia-se chamar Wu Ming (antes Luther Blisset), e *Q* é a inicial do protagonista. Representa a personagem anónima, apenas visível no canto dos quadros históricos. É o combatente que nunca mereceu um retrato. Seguindo *Q*, mergulhamos nas seitas protestantes que, apoiadas na imprensa, combatiam os reis aliados do Papa. Fala-se de guerras de religião, cidades libertadas de dinheiro, matrimónios sem sacerdote, impressores exilados... Enfim, leiam-no porque cativa tanto como *O nome da rosa*, e oferece mais sangue e melhor sexo que *A guerra dos tronos*. A propósito, podem buscá-lo e baixá-lo na rede, com o beneplácito dos seus autores. O caso é que *Q* estabelece paralelismos sugestivos entre a imprensa e a internet. Aposta na personagem e no autor anónimos. E com eles, como o WikiLeaks, pretende rescrever a história oficial. Trata-se dum dos textos clássicos do altermundismo.



«Marcos e Assange: ícones do marketing e do código da revolução digital. Indígenas piratas e hackers guevaristas.»

O subcomandante desacraliza e faz ironia com a ciberguerrilha: <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2013/02/marcos-desmonta-la-ciberguerrilla.html>.

Para, logo cumprida a sua função, «suicidar-se»: <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2014/05/el-subcomandante-marcos-anuncia-su.html>.

mais relevantes, e adiantou-se cinco anos ao opor-se ao Tratado de Livre Comércio imposto pelos EUA. O seu líder, o subcomandante Marcos, alcançou naquela altura um eco comparável a Assange. O passa-montanhas que vestia antecipou as máscaras do Anonymous. A revolução dos índios maias daria lugar à revolução dos nativos da internet. Não é por acaso que os criptopunks saudaram com fruição os zapatistas, e que se puseram ao serviço deles. Marcos rebaixa, com ironia, a importância desempenhada pela internet no movimento indígena, mas fez um uso pioneiro, muito inteligente e sugestivo dela[13].

A antiglobalização ergueu o lema de «um outro mundo é possível». Protestava contra as privatizações e os recortes de serviços sociais, com que os países em vias de desenvolvimento pagavam a dívida externa nos finais do século XX. São as mesmas medidas que depois foram aplicadas às economias ocidentais quando estourou a crise de 2008. O «movimento de movimentos» altermundistas coordenava-se com dispositivos digitais. Autoconvocava-se para bloquear as conferências dos organismos económicos internacionais. E organizava em paralelo os Foros Sociais, momentos de encontro físico e elaboração de propostas de enorme projeção na Rede.

A internet permitiu que a antiglobalização enfrentasse repto de alcance mundial, e deu protagonismo a uma sociedade civil sem fronteiras, naquela emergente. A sua estratégia era não-violenta, sobretudo simbólica e comunicativa. Abriu táticas informativas semelhantes ao WikiLeaks, embora com diferenças. O altermundismo organizou-se arredor dos Indymedia, sites de publicação aberta onde se intervinha anonimamente. Os leitores votavam as notícias e davam mais visibilidade a umas que às outras. Os hacktivistas acabaram por transformar esses meios de contrainformação —úteis para denúncias e convocatórias pontuais— em plataformas de megafiltrações. Não contra-atacaram, mas tomaram a iniciativa. Substituíram as notícias críticas por arquivos abertos. Passaram da resistência antagonista ao ativismo de dados... das táticas daquilo que se conhecia como ciberguerrilha da comunicação a tentarem forjar um autêntico quarto poder em rede.

Nas contraconferências da antiglobalização, os sindicatos, ONGs e movimentos sociais reuniam-se frente ao G20 ou o Fundo Monetário Internacional. Aplicavam uma tática que comparavam com a caça de vampiros. Se deitavam suficiente luz sobre as atividades dos amos financeiros, convertiam-nos em cinza. Os meios que transmitiam os protestos multitudinários eram quem punha o foco. Perante a subordinação destes, o WikiLeaks terminou por constituir-se num meio de comunicação capaz de realizar programas de entrevistas, videoclipes, filmes, livros... Não confia tanto

13. <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2013/02/marcos-desmonta-la-ciberguerrilla.html>

em atrair a atenção mediática como em gerar atenção mediante os seus próprios recursos. É a estratégia duma cidadania que se sabe com os recursos e conhecimentos necessários para fazê-lo. Querem exercer o contrapoder em rede, com ferramentas e meios sob o seu controlo.

A teoria de Nosferatu (por atribuí-la a um vampiro um tanto antiquado) não se parece muito com a estabelecida por Assange em 2006, antes de lançar o WikiLeaks. Diz assim: quanto mais injusta e secreta for uma organização, mais há de temer as filtrações e mais paranóicos serão os seus dirigentes. A censura que aplicam ao delator revela os seus pontos fracos. De modo que, segundo o próprio Assange, a censura indica as fendas que cumpre alargar para libertar mais informações. Se suceder isto, a organização limitará ou fechará a sua comunicação interna. E aqui vem o paradoxo que não se deve esquecer. Os segredos apenas são úteis se circulam entre os gestores, empregados e aliados. É o que que, noutra ordem de coisas mais trivial (ou não), indica aquela piada: de que serve ser infiel se não o podes contar a ninguém? O segredo aproveita-se, ganha sentido, adquire valor, quando se comunica.

Se os gestores não compartilham informação, nem sequer com os seus colaboradores, sofrerão bastantes dores de cabeça. Não podem vigiar o ambiente. Nem responder as ameaças, nem adaptarem-se às mudanças. Quanto mais opacos forem, menos saberão o que sucede no seu redor. Ao impedirem a circulação de assuntos confidenciais, não podem receber ajuda. Finalmente, e se tudo for bem (para os de baixo), esse governo ou organização colapsarão. Surgirão alternativas mais abertas que, com mais capacidade de adaptação, competirão com mais vantagem. Essa é a esperança última em que se baseiam as teses sobre a autodestruição dos sistemas digitais de controlo. Por uma parte, são incapazes de funcionar sem a encriptação, pois necessitam dela para apagarem o seu rasto. Por outra, colapsarão se todos encriptarmos.

Quanto mais injusto for o sistema, afirmava Assange, mais oponentes e divisões internas surgirão. Em definitivo, a tática digital das contraconferências altermundistas tornou-se uma estratégia. Conta com melhor fundamento teórico para fixar objetivos a curto, médio e longo prazo. Fornece ferramentas próprias. E tudo isso permite passar da reação e da resistência a tomar a iniciativa numa ofensiva não-violenta. Uma estratégia, aliás, aberta a uma militância que, como os inimigos que enfrenta, atua de forma distribuída, anónima e global. Insisto em que exporemos as suas deficiências, que não são poucas, no final deste capítulo. Mas agora continuemos com os paralelismos que nos ocupam.

Para quem quiser reconhecê-lo, o hacktivismo fez avançar o ciclo de mobilização altermundista. O seu próprio impulso é o afã de tornar transparente a globalização, e

controlá-la. A mobilização comunicativa deixa de ser pontual e espasmódica segundo as contraconferências ou os Foros. Com o WikiLeaks, o controlo do neoliberalismo poderia tornar-se uma atividade quotidiana de filtrado de documentos, realizada por internautas encriptados. Os antiglobalizadores punham os corpos, a ação direta não-violenta e os discursos anti-hegemónicos que ainda estão em vigor. Os hacktivistas fornecem computadores para encobrir o rasto das mensagens, códigos indecifráveis e revelações em massa. Ambos movimentos tentam que os meios convencionais sirvam de monitor ou altifalante maciços. E se não fazem isto, sabem porém que agora possuem meios próprios para estenderem a sua voz.

Assange e o subcomandante Marcos. WikiLeaks e o Exército Zapatista de Libertação Nacional. Os paralelismos são tangíveis. O WikiLeaks também provinha da periferia e é uma organização global, até em maior medida que o EZLN. Mas o sustento principal de ambos atores é constituído pelas suas comunidades de simpatizantes e colaboradores, marginados dos centros de poder. A guerrilha maia saltou da floresta Lacandona para o mundo graças à internet. Foi o primeiro movimento que se apoiava, simultaneamente, em comunidades humanas muito concretas e em redes digitais muito amplas. A propósito, os que acusaram os zapatistas de fomentarem a violência podem comparar a situação de aqueles anos com a narco-guerra que está a devastar o México agora. Outra falsidade, o índio sanguinário, similar à falsidade do espião infiltrado da NSA.

A complementaridade entre o EZLN e o WikiLeaks não precisa exagerar-se. Marcos renovou os conteúdos da esquerda. Reivindicava as identidades oprimidas, mulheres e indígenas, marginadas pela ortodoxia. Em vez de admitir o final da História, avançava um projeto de autodefesa, autogestão e autodeterminação das comunidades ameaçadas pelo capitalismo. Também os hacktivistas trabalham nas suas comunidades para ganharem um âmbito autónomico de decisão e desenvolvimento. E funcionam com princípios semelhantes[*].

A mudança zapatista de conteúdos acompanhou-se numa mudança nas formas. O subcomandante cobria o rosto para identificar-se com qualquer, fosse quem for. O seu passa-montanhas seria substituído pelas máscaras do Anonymous nos protestos digitais. Simbolizam chamados semelhantes à revolução dos cidadãos sem rosto. Uma revolução seguiu à outra. O subcomandante (sempre por baixo da tropa) dizia que

* Os princípios adotados pelas comunidades zapatistas resumem-se da seguinte maneira: *servir e não servir-se* (os que governam vivem graças à solidariedade do resto), *representar e não suplantar* (a decisão é do povo), *construir e não destruir* (consensos), *obedecer e não mandar, propor e não impor, convencer e não vencer* e, por último, *baixar e não subir* (todos trabalham, desde o último até quem está em posição elevada). Digamos, de passagem, que o respeito destes princípios teriam evitado muitos problemas a Assange. <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>

a sua máxima aspiração era desaparecer. Assange passou a vida a escrever código para não deixar rasto. Marcos queria tornar-se desnecessário, porque isso significaria que o zapatismo seria uma forma de vida geral. Os hackers menos ególatras também aceitariam perder a sua condição se vivessem rodeados de conhecimento e cultura livres. Ambas personagens foram qualificados como adictos aos meios, sem que se reparasse nas suas metas.

O EZLN exigia respeito às comunidades dos indígenas maias, assediados por empresas e governos. Os hacktivistas demandam respeito às comunidades que, como eles, exercem a liberdade na Rede, acosados pelos mesmos inimigos. Tanto as populações indígenas como os nativos digitais têm negado o seu direito a conservarem bens comuns, e a continuarem a sua criação. Ambos grupos estão assediados. As multinacionais fazem espólio da riqueza comunal que geram. Os governos menos-prezam a sua cultura e práticas de autogoverno. Ainda que, como veremos a seguir, a governo do Equador é diferente.

Essas comunidades autogeridas na floresta e na internet demandam autonomia plena e tecem alianças. As narrações coletivas que produzem são mestiças e iconoclastas. Rejeitam o conceito de vanguarda e reivindicam a interação constante entre os que mandam e os que obedecem. Aplicam a ideia das Zonas Temporariamente Autônomas, chave na dissidência digital[14]. Sabem que os espaços de autogestão são temporais e provisórios. Devem mudar de lugar e de ferramentas para não serem controlados. Os índios tornam-se piratas. E a revolução agrária, revolução digital. O lema é o mesmo. A terra, a Rede, é para quem a trabalha.

Não devem estranhar-nos estas coincidências entre Marcos e Assange. O primeiro formou-se em marketing e relações públicas. O segundo fez importantes contributos à matemática da encriptação, uma das mais complexas. Conhecem bem os dois códigos mais valiosos numa sociedade do espetáculo (publicitário) e do conhecimento (digital). Não parece absurdo afirmar que os hacktivistas tomaram o relevo de Emiliano Zapata e outros revolucionários mais próximos, como os anarquistas espanhóis. Terra e Liberdade equivalem agora a Internet e Privacidade. São, respetivamente, o espaço e o direito necessários para a emancipação. E, cuidado, reivindico antes uma reforma agrária e um nível de vida digno. Pão e Trabalho são demandas prioritárias. Mas é impossível alcançá-las no nosso tempo sem um Quarto Poder em Rede que as traslade às ruas e às instituições.

Os hacktivistas expandem as instituições e as práticas do altermundismo, também na ordem política. A sua aliança com os governos iberoamericanos surgidos da

14. Veja-se o conceito desenvolvido por Hakim Bay: http://hermetic.com/bey/taz_cont.html

contestação ao neoliberalismo é uma realidade. Assange refugiou-se na embaixada do Equador em Londres. Snowden tentou voar para a Venezuela. E os hacktivistas espanhóis do 15M começaram a trabalhar para o Governo do Equador em 2013. Tentam sentar as bases para uma mudança do produção, a partir da economia social do conhecimento. Nada a ver com o capitalismo cognitivo. Diz estar a tecer-se com a cultura livre e o cooperativismo em rede. A iniciativa é tão recente que quase não podemos apresentá-la neste livro. Para segui-la, temos o blogue do mesmo título que este livro em *Público*[15].

Os novos regimes da esquerda iberoamericana foram, em grande medida, fruto da antiglobalização. O primeiro foro social teve lugar em Porto Alegre, Brasil, e serviu como modelo para os posteriores. Os zapatistas representavam as posições de maior movimentação: não criaram partidos e centraram a atenção nas suas comunidades. A contrapartida institucional acabou por chamar-se o Socialismo do século XXI, chefiado por H. Chávez, E. Morales e R. Correa. Os líderes da Venezuela, Bolívia e Equador aceitaram, com todas as consequências, chegarem ao poder mediante a via eleitoral. Conseguiram-no, e num contexto de pós-guerra fria fizeram governos civis, com sistemas pluripartidistas. Renunciaram à planificação económica e aceitaram a iniciativa privada. Querem tornar compatíveis o marxismo com o pluralismo ideológico e com a economia de mercado. Enquanto procuram o desenvolvimento industrial e cultural, tentam respeitar a ecologia e a diversidade étnica.

Os três países mencionados são os de maior peso na ALBA, a Aliança Bolivariana que responde o Tratado de Livre Comércio dos EUA, terminaram por serem os principais apoios políticos dos hacktivistas. Isto indica que vivemos num mundo multipolar, com um protagonismo crescente de atores e estados duma autonomia desconhecida até agora. Para Ocidente, o Equador e o seu Presidente Rafael Correa são dum perfil mais próximo do que a Bolívia indigenista de Evo Morales. A Venezuela pós-Chávez representa-se duma forma menos moderada, e com uma liderança mais pessoal.

Porém, depois da entrada de Assange na embaixada equatoriana, aumentaram as críticas contra Correa. As acusações de falta de liberdade de expressão e a contradição com o apoio à causa da transparência iludem, no mínimo, três argumentos. Primeiro, que os meios privados fizeram uma frente hostil aos governos populares (ou populistas, se preferirem). Foi semelhante ao sucedido com Lula no Brasil ou com os Kirchner na Argentina, aos quais se enfrentou a imprensa corporativa dumas oligarquias que às vezes fazem oposição de maneira pouco ou nada limpa. Segundo,

15. <http://blogs.publico.es/el-cuarto-poder-en-red/>

existem atentados à liberdade de imprensa que não se divulgam porque não encaixam no discurso geopolítico das potências. O assassinato e a coação de jornalistas por máfias e grupos criminosos, muitas vezes vinculados com os círculos do poder, implicam uma ameaça maior que a pressão governamental. E, por último, talvez o mais relevante: que governo não incorreria em contradições se acolhesse um representante da transparência como o senhor Assange? Devem responder a isto aqueles que acusam Correa de ditador. A aplicar antes a pergunta nos seus próprios países.

No final, querem contar-nos a história do «espião violador e o ditador iberoamericano». Outra vez um conta-contos com duplo critério de medição. Aqueles que mais o divulgam são quem jamais criticou a censura industrial, financeira e estatal sofrida pelos hacktivistas. E é-lhes difícil aplicar o roteiro da Guerra Fria. O Equador não é um satélite da Rússia nem de Cuba. Não significa —como se dizia antes desses países— uma ameaça militar para os EUA nem são refúgio de terroristas dos países vizinhos. O seu Presidente está avalado pelas eleições e, com todos os seus defeitos, mostra um historial de respeito ao Estado de Direito muito superior aos seus predecessores.

O asilo político de Assange na embaixada do Equador confere aos hacktivistas uma função geoestratégica inesperada. Agora têm um papel diplomático relevante, sobretudo para aqueles que acham insustentável a Nova Ordem Mundial ditada pelos EUA. Neste sentido é que se pode entender a aliança entre Baltasar Garzón e Assange. O juiz espanhol ofereceu-lhe assistência jurídica depois de entrar na embaixada equatoriana. O anúncio parece ter sido mais mediático do que real: não se conhece que a oficina de B. Garzón tenha iniciado trâmite algum. Mas a relevância da mensagem enviada por ambos quase não foi reconhecida.

Este matrimónio de celebridades mediáticas simboliza uma união interessante. A «justiça universal» (Garzón) dá a mão à «transparência global» (Assange). Os que demandam que os delitos de lesa humanidade não prescrevam aliam-se com os que desejam que a humanidade grave o seu próprio registo da história. Uma história onde a voz das vítimas tenha prioridade sobre a voz dos verdugos. Que seja o mais completa possível. O alcance da proposta seria enorme se as instituições de governação internacional, como a ONU, pudessem fazer o seu papel. Mas foram também desarmadas pelo belicismo e pela espionagem. Também sabemos disto graças aos hacktivistas.

As lideranças de Assange e Garzón implicam riscos. Não parecem suficientemente justificados, e até podem ser questionáveis. A sociedade civil global, que dizem representar, é uma entidade confusa em si mesma. Mas o desafio está lançado. E, certamente, aqueles que avancem no futuro pelo sendeiro do Quarto Poder em Rede terão de tomar o relevo. Alguns já começaram.

Punto y Seguido. Um escracho digital antifascista[16]

Em primeiro lugar, permitam-me um conto real, uma fábula dum dentista galego familiar meu. Gostarão dela. Não é por acaso que A. Reixa cantava: «vosotros dentistas sois los terroristas». O meu primo P. (matar-me-ia se eu desse o nome), em plena crise de madurez (estão a entender já o motivo do anonimato?) deu por entrar na *caça maior do cacique*. Outros afeiçoam-se pelos desportos de risco quando começam a perder o cabelo. P. é dentista em Lugo, e fez o propósito de colocar na oficina da sua consulta, junto os diplomas e certificados, a cabeça dissecada do cacique da nossa vila. Uma metáfora, é claro.

A peça que P. queria cobrar era uma capa de *La Voz de Galicia* ou *Interviú* onde se dissesse: «Presidente da câmara municipal de V. em prisão por prevariação e suborno». Sem dar um solo tiro. Deixando a dissecação e a taxidermia do cadáver para os jornalistas.

Convidou os seus clientes à confidência. Transformou a cadeira de dentista em confessional. A sua consulta tornou-se lugar de encontro para bisbilhotices, escândalos e filtrações. A proposta, simplesmente, consistia numa coisa em que poderíamos pensar todos: transformar as nossas profissões em palancas de transparência. Libertar os dados ingentes que possuímos. Sermos transparentes em vez de reclamá-lo aos demais. A propósito, sempre aos políticos, nunca aos nossos chefes e patronos. Será que estamos apadrinhados?

No seu caso, P. queria transformar o tratamento bucal dos seus pacientes em purgas anticorrupção. O meu primo foi um Assange adiantado à sua época. Os seus clientes, soldados Manning dispostos a arriscar pelos seus concidadãos. Porque essa, e não outra, é a proposta do WikiLeaks. Pelas bocas de todos, formando bancos de peixes antes inofensivos, morrerão os tubarões que nos desgovernam. Depurados pelos segredos que filtraremos.

Sobeja dizer que o expresidente da câmara municipal roubou até fartar. Mas P. contribuiu muito para que fosse «ex», pois perdeu as eleições seguintes. E isso permitiu que o meu primo desfrutasse dum segunda juventude. Divertiu-se muito fazendo *agit-prop* no jornal local, publicando denúncias e papéis que conseguia dos seus pacientes, em vez de aceitar-lhes marisco. Baixou o seu ácido úrico e baixo de acidez em geral.

O meu primo e Assange estreitaram as mãos sem sem conhecerem. Os seus imitadores atuais abraçam-se com Ada Colau e com os demais amantes do escracho, inventado pelos argentinos que denunciavam a lei de ponto e final. Até que conseguiram convertê-la numa lei de *putos finales*, para genocidas como Videla.

Espanha mistura estas iniciativas num novo construto de transparência. Os hackers, desobedientes das hipotecas e das histórias oficiais, unem-se como promotores da iniciativa Punto y Seguido. Convocam todo o mundo contra la lei de Ponto e final.

Seja deles a palavra, e que a nossa lhes dê força:

Punto Seguido é uma iniciativa que, mediante a colaboração cidadã anónima, recolhe informação sobre qualquer tipo de repressores, torturadores e criminosos contra os Direitos Humanos. O objetivo é localizar estas pessoas, com nomes e apelidos, para facilitar que sejam julgadas por tribunais internacionais em ações como a conhecida «querela argentina contra os crimes do franquismo» ou a «querela pelos bombardeamentos italianos contra Barcelona durante a Guerra Civil». Ou para assinalar e envergonhar publicamente estas pessoas, enquanto os processos judiciais não avancam.

16. http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2013/06/punto-y-seguido-el-escrache_4.html; <http://praza.com/opinion/1130/punto-e-seguido-un-escrache-dixital-antifascista/>

Embora a iniciativa nascesse em Espanha com a vista posta na Iberoamérica, tem vocação internacional. Infelizmente, os crimes contra os direitos das pessoas repetiram-se e repetem-se em todo o mundo. Trata-se de reiterar e compartilhar também as lutas. Por isso esperamos que a nossa iniciativa inspire outras similares noutros países além do âmbito da língua espanhola.

Compartilhamos informação contra a impunidade, para que essa história não se repita. Sirva esta ferramenta de arquivo e documentação.

Quando soubemos dele, perguntámo-nos o que havia de sair do matrimónio entre Assange – a luta pela Transparência Global – e o ex-juiz Garzón – com o seu combate pela Justiça Universal –. Bom, aqui está o primeiro fruto. Hackeando a Lei de Memória Histórica com um *crowdsourcing* multitudinário, planificámos um escracho antifascista em ambos lados do Atlântico. Comecem a escrever a história que nos arrebataram. Não permitam que imponham nenhum ponto e final. Façam das derrotas do seu álbum familiar uma vitória coletiva. Pendurem o seu fascista no muro da vergonha que vamos construir. Comecem, continuem a tarefa iniciada aqui: wiki.puntoyseguido.info.

As novas alianças iberoamericanas forneceram a única proteção diplomática com que contaram os hacktivistas. UNASUR apoiou o Equador e a Bolívia quando se envolveram em conflitos com os EUA, um a causa de Assange e outro a causa de Snowden. Vigente desde 2008, este pacto tenta ampliar o ALBA ao Brasil, Argentina e Uruguai. A reivindicação do direito de asilo esteve presente nas Conferências Iberoamericanas, e indicava uma área geopolítica «não alinhada» afim aos projetos relacionados com a cultura livre.

Não esqueçamos que no verão de 2012 o Reino Unido ameaçou com invadir a embaixada em Londres. E que, tão só um ano depois, Evo Morales sofreu a detenção e o desvio do seu avião por suspeitar-se que levava Snowden clandestinamente. A Casa Branca queria deixar claro que este seria o tratamento que iriam receber outros apoios[*]. Nem Espanha nem a União Europeia elevaram protesto algum. Espanha pediu escusas dissimuladamente, quando Morales estava já em Quito. Submeteu-se

* Dois supostos imaginários seriam úteis para apreciarmos a magnitude destas humilhações. Imaginem se sucedesse o mesmo noutro embaixada e com outro presidente. Garzón requereu do Reino Unido, sem êxito, a extradição de Pinochet em 1998. Suponham que Espanha ameaçasse por levar Pinochet à força ou que lograsse que a Interpol o detivesse na casa onde permaneceu confortavelmente hospedado. Ou imaginem que, intuindo que viajasse o avião de Margaret Thatcher, esta fosse retida num aeroporto. E que o voo dela fosse desviado devido à negativa doutros países a deixá-la aterrar no seu território. Ou devido a que se entrasse no seu espaço aéreo o avião seria atacado por Espanha.

Temos assumido o «¿Por qué no te callas?», que lançou o Rei a Chávez na Conferência Iberoamericana de 2007. Cinco anos depois fizemos a Snowden e Evo Morales a mesma pergunta imperativa, com toda a sua carga autoritária e neocolonial. E talvez não recordemos que quando Juan Carlos I a disse a Chávez era porque este estava a acusar o ex-presidente Aznar de ter colaborado num golpe com a intenção de derrocá-lo... As comunicações do WikiLeaks confirmam a versão de Chávez, assim como a conivência espanhola no seguinte golpe de estado ocorrido em Honduras.

a todas as pressões norteamericanas, colaborando, segundo John Pilger, num «ato de pirataria aérea e sequestro diplomático»[17].

Nos dois quadros a seguir repassaremos brevemente as políticas provocadas pelo escândalo da espionagem em massa. Há três países que representam outras tantas posições perante a regulamentação da internet. O Equador propõe-se o objetivo de hackear os mercados e a política, desde um plano estatal que avance para uma Sociedade do Conhecimento Livre e em Aberto. O Brasil, diferentemente, anunciou que desenvolveria um sistema nacional próprio, e reafirma a Iberoamérica como uma área que, em pouco tiempo, tem criado iniciativas autónomas. Em contraste com eles, os estados integrados na União Europeia demonstraram a sua incapacidade para constituírem um âmbito de direitos digitais não subordinados aos interesses marcados pelos EUA os seus aliados britânicos.

Da Islândia à Amazónia[18]

Antes do Cablegate, o WikiLeaks tentou criar na Islândia um refúgio onde prosseguir os seus trabalhos. Desde que Assange se acolheu à embaixada do Equador, as tentativas de criar uma economia baseada no conhecimento livre mudaram-se para a Iberoamérica. O presidente do Equador, R. Correa, declarava em novembro de 2013: «Os neoliberais impulsam os paraísos fiscais. Nós vamos impulsar os paraísos do conhecimento, o conhecimento do bem público e de acesso aberto [...]». O neoliberalismo produzía ilhas fiscais, o socialismo do século XXI produz ilhas de conhecimento livre». Não percam o vídeo da sua intervenção[19].

Vale a pena ouvir um Presidente de Governo a impartir umas aulas de economia social que mistura referências marxistas, digitais e indígenas. O país amazónico aposta em mudar «a matriz do sistema produtivo». As iniciativas juntam-se sob o amparo da FLOK Society[20], cujas siglas destacam uma opção ideológica contundente. Free, Livre, Open Knowledge Society: a Sociedade do Conhecimento Livre e Aberto. E o projeto inscreve-se na pugna geoestratégica entre o Norte e o Sul: «Eles produzem conhecimentos, nós bens ambientais», diz Correa. Rejeita-se frontalmente uma norma não escrita sobre a divisão internacional do trabalho, que distingue os países industrializados dos produtores de matérias primas. O Norte impõe barreiras legais à circulação do conhecimento. A Amazónia gera puro bem comum, oxigénio para o planeta, impossível de taxar e privatizar. A metáfora que usávamos no capítulo primeiro, a floresta comunal, considerada Património da Humanidade, quer adquirir entidade política.

Os hacktivistas espanhóis do 15M ocupam-se do projeto. A sua aventura coincide com o transcurso dos acontecimentos que estamos a relatar. Estavam a passar uma estadia no Equador, convidados por um centro de arte contemporânea, quando estourou a crise da embaixada em Londres. Mudaram de imediato o seu projeto e organizaram a campanha internacional de apoio ao Equador e a Assange.

17. <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jul/04/forcing-down-morales-plane-air-piracy>

18. Até ao final desta epígrafe, misturo os artigos que fizemos para <http://blogs.publico.es/el-cuarto-poder-en-red/> Agradeço a coautoria de Virginia Uzal, Carlos del Castillo e Kay Levin Ohlenschläger.

19. <http://www.youtube.com/watch?v=wxct7h53dqM> 20. <http://flokociety.org/es>.

Reutilizaram a experiência de «Take the Square» (Toma a Praça), o chamado internacional do 15M para criar outros Occupy. E, mais tarde, receberam apoio académico em ambientes críticos, deslocados ou marginados na universidade espanhola. Pretendem, por primeira vez, implantar uma economia orientada ao bem comum. A sua proposta encerra uma dimensão cultural muito relevante.

O sul do continente americano —não apenas a Aliança Bolivariana— está a converter-se em referente alternativo para o neoliberalismo. Seja dito com as reservas que aconselha um projeto que está a dar os seus primeiros passos. Sobretudo depois do fracasso de Correa nas eleições autárquicas de 2014. E sendo conscientes de que a *progresía* espanhola tende, desde os tempos da Conquista, a projetar na Iberoamérica os ideais que estão vetados em Espanha. No Equador o bem comum da economia digital tem raízes sólidas. Apoia-se numa Constituição que incorpora a noção indígena do *Bom Governo*, invocado já pelos zapatistas para descreverem aqueles que «mandam obedecendo». E a *Boa Vida*, sustentável e conforme com o ambiente natural. Enquanto a FLOCK responde ao *Sumak Yacha*, que em quíchua significa *Bom Conhecimento*, baseado na harmonia entre ele e o ser humano.

Os ideais digitais invocam a cosmologia andina para fazerem uma revolução do século XXI. E o Equador oferece-se para acolher e financiar os movimentos cooperativos e de conhecimento distribuído, com um chamado de alcance global. «Imagine uma sociedade conectada ao procomum do conhecimento aberto, baseada no código e desenho livres e abertos, que podem ser usados por todos os cidadãos [...]. Imagine uma economia ética e sustentável baseada na criação duma riqueza comum cooperativa». Isto diz a Carta aos Trabalhadores do Procomum do mundo da FLOCK[21].

A iniciativa é oferecida sem contrapartidas, e abre-se a qualquer cidadão, organização ou Governo que participem na sua formulação. A apresentação aberta anunciava-se em 2014, com o intuito de que todos se beneficiassem do seu uso. Porque a meta é partilhar o valor do conhecimento, não o seu preço. A proposta contrária à globalização neoliberal. Os hacktivistas, que desenvolveram o quadro legal mais favorável para o jornalismo de denúncia na Islândia, estão comprometidos agora com enfrentarem-se à privatização do saber que impõe o capitalismo cognitivo. Estendem o conceito de democracia digital à matriz de produção económica da qual parte um novo sistema social.

A revolução não será uma reposição. Isto não quer dizer que não carregue inércias do passado. O atraso e a dependência do Equador quanto a infraestruturas digitais, ou as tentativas de controlar o projeto por parte do «Governo da Revolução Cidadã», representam obstáculos e são uma fonte de incertezas. Prometemos dar conta disto no blogue que temos no diário *Pública*, com o mesmo título que o presente livro. Não obstante, esta proposta adquire relevância desde uma perspetiva global. Representa um vértice mais numa internet alternativa que, com filosofia semelhante, inspira no Uruguai de Mújica o Plano Ceibal para universalizar o software e uma internet livre. Uma iniciativa que foi elogiada pela ONU[22] e que tem o seu paralelo noutras que buscam, por exemplo no Brasil, um modelo digital contrário à dominação e colonização tecnológicas.

A frase de Simón Bolívar, «mais que pela força, somos dominados pela ignorância», inspira o projeto equatoriano. É semelhante ao que expressa a ONU no seu «Relatório sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e de expres-

21. <http://flocksociety.org/carta-abierta/>.

22. blogs.publico.es/el-cuarto-poder-en-red/2014/02/04/internet-debe-ser-de-acceso-gratuito/.

são» de junho de 2011[23]. Este relatório foi redigido a partir da primavera árabe, e surpreende que o texto afirme a condição da «internet como direito humano». Em realidade, defende que o acesso gratuito é uma exigência prévia para exercer o resto de direitos e aprofundar no desenvolvimento económico e democrático. A internet seria aos direitos humanos mais ou menos o que os livros gratuitos ao direito à educação. Em abril de 2013 a ONU elaborou outro relatório[24], onde lamentava que quase não houvesse estados livres da espionagem em massa. Antes das revelações de Snowden, este relatório também antecipava as reações que se deram no Brasil e na União Europeia. Junto com a resposta do Equador, estas três definem as possibilidades futuras de regulamentação da internet. O Equador favorece a implantação duma sociedade de conhecimento livre e aberto. O Brasil opta pela soberania nacional. E a UE, mais uma vez, por primar a sua concepção como espaço económico antes que como espaço de direitos civis.

Rebeldes nacionalistas e mercados europeus: Brasil vs. UE

«Alguém o deve fazer. Alguém deve vigiar os terroristas». Esta foi a primeira resposta do Governo de Obama quando já não conseguia fechar a torneira aberta por Snowden. Segundo o diretor da NSA, a vigilância eletrónica dos Estados Unidos tinha evitado «aproximadamente cinquenta atentados terroristas desde o 11S»[25]. A mensagem era clara: o único alvo são os terroristas. Você não tem nada a ocultar nem tem nada a temer. Porém, um mês depois Glenn Greenwald, o jornalista aliado de Snowden, revelou n' *O Globo*[26] a espionagem sofrida pelas empresas públicas energéticas brasileiras, e que afetava a Petrobás (maior empresa iberoamericana, e sexta petroleira mais importante no mundo) e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão[27].

A NSA aplicava para o Brasil o «pacote standard» de vigilância (cidadãos e líderes políticos) e, aliás, aliava-se com a CSEC (agência canadiana de seguridade) para compilar informação confidencial sobre as jazidas energéticas brasileiras. Centrava-se nos gigantescos poços de petróleo descobertos pelo Brasil em 2006 e 2007, frente à sua costa atlântica, e cuja exploração estava pronta para ser leiloada. Conhecer os detalhes antes do leilão implicava benefícios milionários, pois permitia avaliar os ricos e fazer uma licitação conforme com eles.

23. <http://www.derechosdigitales.org/2080/declaraci%C3%B3n-del-relator-especial-en-la-promoci%C3%B3n-y-protecci%C3%B3n-del-derecho-a-la-libertad-de-opini%C3%B3n-y-expresi%C3%B3n-frank-la-rue/>.

24. http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session23/A.HRC.23.40_EN.pdf.

25. http://www.nytimes.com/2013/06/19/us/politics/nsa-chief-says-surveillance-has-stopped-dozens-of-plots.html?_r=4&.

26. <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/10/american-and-canadian-spies-target-brazilian-energy-and-mining-ministry.html?tid=2013/10/american-and-canadian-spies-target-brazilian-energy-and-mining-ministry.html&type=noticia§ion=fantastico&hash=1>.

27. <http://www.theguardian.com/world/2013/sep/09/nsa-spying-brazil-oil-petrobras>.

A reação do país sul-americano não demorou. Um dia depois da primeira publicação sobre a espionagem, o ministro brasileiro dos Exteriores compareceu para exigir explicações aos EUA. Perante a ausência duma resposta convincente, Dilma Rousseff, presidente do país, decidiu suspender a visita de Estado que estava previsto fazer a Obama em outubro[28]. O cano diplomático não iria a mais até à Assembleia Geral da ONU de 24 de setembro de 2013. Aquele dia Rousseff pediu o consenso internacional para acabar com a hegemonia estadunidense na internet[29]. A líder brasileira argumentou que a rede, como fenómeno global, não pode depender da supervisão dum só país que, monopolizando a infraestrutura (nodos de cabos de fibra ótica, servidores, satélites, etc.), controle as telecomunicações internacionais.

«As tecnologias de comunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países». Rousseff denunciou o imperialismo tecnológico e exigiu liberdade digital, baseada na privacidade e no anonimato.

Não parou aí. Como antiga colónia europeia, membro dos Brics e potência emergente, o Brasil busca romper a subordinação neocolonial. Rousseff atacou a tese que apresenta os EUA como líderes do «Eixo do Bem» durante a sua declaração na ONU. afirmou que o seu país não necessitava que outro estado atuasse como farol democrático nem que marcasse o caminho. Defendeu o não alinhamento internacional e exigiu respeito à soberania brasileira.

O processo continua aberto. A presidenta propôs que as empresas fossem obrigadas a localizarem no Brasil as suas bases de dados sobre os cidadãos. E declarou-se disposta a criar um serviço de correio eletrónico próprio, público e encriptado. Nos inícios de 2014 não havia medidas concretas em andamento, mas o Brasil liderava o movimento descentralizador da internet. Os países que o assumam serão acusados pelas corporações norte-americanas, como já sucedeu, de «balcanizarem» a Rede. De maneira implícita, associam estas iniciativas com enfrentamentos enquistados e mascaram que, justamente, é a vigilância estatal-corporativa dos EUA o que disfarça uma guerra económica como se fosse antiterrorista.

O risco real de estatalizar a internet reside em que aumentaria o controlo governamental e racharia a conectividade global. Criaria espaços nacionais desligados entre si. E suscetíveis de serem objetos de espionagem, censura e mercantilização por parte dos centros de poder nacional. Como vemos, nenhuma solução é perfeita. Porém, comparada com as anteriores, a resposta da União Europeia é, no mínimo, dececionante. O mercantilismo foi a resposta ao idealismo equatoriano e à rebeldia nacionalista do Brasil. A Europa taxou os dados dos seus cidadãos.

O órgão que rubricou a troca foi o Conselho Europeu. O mesmo que deu rédea à troika que impusesse os resgates bancários no sul da Europa. O momento escolhido, o 25 de outubro de 2013. A forma, um simples anexo[30] às conclusões da sua conferência ordinária. Bastou como resposta oficial ao escândalo destapado por Snowden. Desde aquela, tinham passado cinco meses face aos cinco dias que demorou o Parlamento Europeu a ter um debate especial[31] sobre as revelações. O rejeitamento às práticas estadunidenses foi geral, mas o protagonismo foi para Manfred Weber, vice-presidente do Partido Popular Europeu, o grupo maioritário.

28. <http://www.theguardian.com/world/2013/sep/17/brazil-president-snub-us-nsa>.

29. <http://www.youtube.com/watch?v=nz0V2qsPrt0>.

30. http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/es/ec/139219.pdf.

31. http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/plenary/video?debate=1370_935427896.

«Os meus dados pertencem-me a mim», disse Weber, defendendo o direito dos cidadãos a possuírem um controlo completo deles. Ligou esta ideia com a necessidade de regular a rede, segundo sustém Dilma Rousseff. Pensam que a internet já é importante demais como para permitir-se que um feixe de governos a considerem a sua propriedade privada. Weber também pediu que se acabasse com a centralização estadunidense e que se impeça que as bases de dados sobre os europeus sejam armazenadas fora da legislação comunitária: «precisamos duma nuvem europeia». Segundo o deputado europeu, a UE estaria a falhar aos seus cidadãos por não oferecer-lhes um espaço digital neutro e livre.

O Parlamento assinalou ao Conselho e à Comissão duas prioridades. A primeira, suspender as negociações do Tratado de Livre Comércio e Inversão com os EUA[32], que estava a ser negociado com este país. A segunda, renovar a diretiva europeia para a proteção de dados antes das eleições de 2014. A diretiva atual[33] é de 1995, muito antes da expansão da internet. Um dos principais objetivos de Viviane Reding, vicepresidenta da Comissão, foi esta atualização. Não obstante, não apresentou a sua proposta até 2013, entre outros motivos pela campanha de pressão dos Estados Unidos, uma campanha de pressão das mais potentes que se viram em Bruxelas[34].

O interesse norteamericano radica no valor dos dados digitais dos europeus, valor que atingiu os 315.000 milhões de euros em 2011. Esta cifra poderia triplicar-se em dez anos. «Os estadunidenses entenderam, antes que os europeus, a importância deste dossiê. Por isso tentaram pará-lo, porque significaria que não poderiam mais atuar como até agora. É um jogo de poder. E os estadunidenses entenderam-no», confessou Reding. A pressão continuou quando o texto entrou na Câmara europeia, mas os deputados conseguiram introduzir novas restrições. Destacam-se o direito ao esquecimento (apagar os dados digitais) e a proibição do *profiling* (análise da navegação dos usuários para fazer os seus perfis de consumidores).

Desta maneira voltamos a outubro de 2013. O Conselho Europeu não só incumpriu ambos pedidos do Parlamento (parar as negociações comerciais e adiar até 2015 a aprovação da diretiva), como emitiu uma simples nota[35] contra a qual bateu a reação parlamentar. Nessa nota, os líderes europeus admitem a «profunda preocupação» dos cidadãos, mas não oferecem resposta. No seu lugar, destacam a «restrita relação» da UE com os EUA e «o valor dessa associação». Em resumo, dão prioridade à defesa dos direitos digitais e assumem os argumentos antiterroristas para justificarem a espionagem maciça.

O lema de que «os amigos não se espiam entre eles», de Angela Merkel, a voz alemã no Conselho, não conseguiu apoio. O Reino Unido colabora ativamente com a NSA. Outro grupo de países, entre os quais está Espanha, situam-se diretamente sob o seu poder[*]. Merkel entendeu que não pode contar com o consenso da Europa para lutar contra a espionagem. Aliou-se com Rousseff para conseguir a resolução sobre

32. <http://www.publico.es/dinero/481270/bruselas-retoma-las-negociaciones-para-abrir-las-puertas-de-europa-a-las-multinacionales-de-eeuu>.

33. http://europa.eu/legislation_summaries/information_society/data_protection/114012_es.htm.

34. http://internacional.elpais.com/internacional/2013/07/21/actualidad/1374428615_697164.html.

35. http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/es/ec/139219.pdf.

* Com a diligente colaboração das autoridades nacionais, a NSA recolheu em Espanha 60 milhões de chamadas telefónicas apenas em dois meses (entre o 10 de dezembro de 2012 e o 8 de janeiro de 2013). É ilustrativo que não estivessem interessados nas chamadas para parabenizar o novo ano. Esse dia folgaram. Centram-se em

a privacidade da ONU[36] e tem na sua mão as mesmas cartas que a líder americana. Ambas consideram a possibilidade de criarem a sua própria infraestrutura digital, e legislaem em favor da descentralização da internet. No entanto, Snowden oferecia a sua colaboração à Eurocâmara[37], ao Bundestag[38] e ao Parlamento brasileiro[39] nas suas investigações sobre a espionagem. Um ano depois de ser rejeitado por vinte estados, o único que exigia em troca era asilo político. Um gesto soberano de compromisso com a neutralidade da rede.

DO ANTIBELICISMO À DEFESA DA INTERNET

Os modelos políticos anteriores podem interpretar-se como tentativas de controlar uma internet que acabou por tornar-se, como diz Assange, na «cúspide da globalização neoliberal». Menos certeza há, porém, de que as rédeas da globalização tenham ido para as mãos das populações. E, menos ainda, da sociedade civil transnacional. Isto dependerá da audácia dos líderes nacionais e globais. E da coragem que tenhamos os cidadãos. A situação que enfrentamos fora denunciada pelo WikiLeaks, que transitou do antibelicismo à crítica da espionagem em massa, que Snowden terminou por completar. Revisamos agora a sequência das filtrações libertadas pelo WikiLeaks. E acabamos o capítulo tratando das possíveis contradições e limitações do hacktivismo.

O Foro Social de 2012 celebrou-se na Tunísia, de maneira a reconhecer o papel desempenhado pelo WikiLeaks na sua revolução: a primeira em triunfar e que teve um êxito maior. Tão só quatro anos antes, no Foro Social de Nairóbi, os hackers quase não foram notados. Assange descreveu aquilo como uma «festa na praia», em que

atividades e contextos quotidianos. A espionagem é sistemática, e com alcance total a respeito das nossas facetas mais íntimas, rotineiras e inconscientes. Em Espanha pode-se acrescentar o caos administrativo, o intrusismo e a opacidade. Nos finais de 2013 havia um milhão de linhas telefónicas intercetadas. Travava-se de grampos autorizados em investigações policiais que, ainda que não dessem resultado, passam para outras investigações até atingir-se essa acumulação dum milhão. A Apple reconheceu que a Espanha era o país que mais a requeria para da informação sobre os seus usuários, depois dos EUA e do Reino Unido. A falta de coordenação é o mais habitual entre os centros de espionagem. SÍTEL agrupa a Guarda Civil, a Polícia Nacional e o CNI, unidos para intercetarem comunicações em servidores e provedores de serviços em tempo real. OSEMINTI coordina o intercâmbio de informação militar com os EUA e com a Europa. E não faltam as autonomias que aspiram a terem os seus próprios serviços de espionagem. O CESICAT catalão, com os seus relatórios sobre ativistas, jornalistas e parlamentares, é a versão local dumas instituições fora de controlo. Pode consultar-se o dossiê «La inteligencia española a la sombra de la NSA». *La Marea*, dezembro 2013.

36. <http://www.publico.es/internacional/490287/la-onu-aprueba-la-resolucion-contr-a-el-espionaje>.

37. <http://www.publico.es/internacional/493927/snowden-testificara-ante-el-parlamento-europeo-por-video-conferencia>.

38. <http://es.euronews.com/2013/11/01/snowden-esta-dispuesto-a-ir-al-bundestag-a-contar-lo-que-sabe-sobre-el-/>.

39. http://www.washingtonpost.com/world/national-security/snowdens-open-letter-to-brazil-read-the-text/2013/12/17/9bf1342a-6727-11e3-8b5b-a77187b716a3_story.html.

uns «solidários subsidiados» por organizações também subsidiadas se fotografavam a cantarem «um outro mundo é possível». O WikiLeaks poderia colaborar com algumas ONGs de peso, cujas infraestruturas e meios de comunicação podiam servir para a difusão das filtrações. Mas, em lugar de estabelecer alianças exclusivas, que limitariam o impacto, optou por estabelecer coligações múltiplas e simultâneas.

Assange começou a obter apoios e contactos para a sua campanha antibelicista. Em 2006 registou o domínio oficial WikiLeaks.org. Conetou com Daniel Ellsberg e com a geração anti-Vietname, que queria imitar. Consciente da envergadura da empresa, estabeleceu toda classe de relações e procurou financiamento das fundações mais diversas, algumas conservadoras ou muito oficialistas. Nos finais daquele ano, o WikiLeaks tinha publicado documentos que garantiam a potência do projeto.

A sequência das filtrações mostra que se começaram a legitimar apontando para países não ocidentais, e que depois trataram-se, progressivamente, temas de carácter global e, por último, assuntos que questionavam a hegemonia norteamericana[*]. O mapa de atuação moveu-se dos países em desenvolvimento para a primeira potência mundial. E as temáticas evoluíram da corrupção pós-colonial às guerras e à diplomacia, e finalmente denunciaram o controlo na Rede. Esta etapa inicial foi fundamental para forjar uma reputação. Não serviu para que nenhuma queixa resultasse em juízo. A maioria dos implicados pelas revelações nem sequer começaram os processos. O WikiLeaks, aliás, foi capaz de preservar o anonimato das suas fontes. E ganhou uma notoriedade sólida entre aliados muito diferentes. Precisava-os para fazer frente a inimigos tão poderosos como o Pentágono ou o Departamento de Estado. Depois, recriminar-lhe-iam que tivesse tais amizades, segundo quem fosse o objetivo dos ataques. O trabalho foi premiado com galardões de instituições irrepreensíveis, de diferentes orientações. *The Economist* premiou-o em 2008, e Anistia Internacional em 2009.

Mas as filtrações também demonstravam que a «inteligência coletiva» da internet não estava à altura das expetativas. Os recursos das organizações sociais ou académicas colaboradoras não eram suficientes. Os debates públicos estancavam-se e não sempre resultavam em mudanças políticas. Estas razões, entre outras, convenceram Assange de que devia recorrer à imprensa internacional a partir de 2010. Lançou primeiro o vídeo de *Collateral Murder*, como se fosse o trailer duma saga sem precedentes sem filtrações.

* Foram publicadas filtrações sobre a Somália, a Quênia, a Suíça, o Peru, o Irã, a Costa do Marfim, os manuais de Guantánamo, a dissidência do Tibete, os correios de Sarah Palin, a atrocidade norteamericana em Faluya (Iraque), a fraude do *Climagate* (redes científicas pouco transparentes que negavam o aquecimento global), a censura da internet e os bancos da Islândia.

O Cablegate representa a operação melhor traçada até hoje para impactar nas agendas mediáticas a escala global. Ninguém o conseguiu antes sem contar com exércitos ou corporações transnacionais por trás. Ademais, a agenda dos hackers questionava a agenda que até aquele momento era apresentada pelos meios. As comunicações sobre a guerra lançaram-se durante a seca informativa do verão. A escassez de notícias abria o apetite por um tema bem condimentado. *Collateral Murder* apelava à solidariedade e ao corporativismo com os companheiros assassinados. E, como vimos, tinha suficiente dramatismo e personalizava bastante como para atrair os roteiristas dos telejornais.

As alianças com os meios foram variando, devido à dificuldade que implicavam. Trataremos dos mal-entendidos e erros da estratégia mediática do WikiLeaks no seguinte capítulo. No início apostou em meios de grande difusão. Depois, por outros de menor entidade, mas com uma linha editorial mais contundente. Sem pressupormos que tenha um grande rigor intelectual, Assange tentou atuar como um científico (alguns diriam que maluco) e como um ilustrado (ou iluminado?). De qualquer maneira, demonstrou conhecer o momento geopolítico em que vivia. Fez um calendário de revelações, que deitaram luz a respeito de algumas das dinâmicas mais decisivas na viragem do século.

Os documentos libertados mostram uns hacktivistas conscientes de que os EUA começaram o seu declínio após a hegemonia desfrutada com a queda do Muro de Berlim. Esse declínio constata-se numa dupla dimensão: a economia e os valores políticos. O gigante chinês constitui-se em paradigma de desenvolvimento económico face à crise do Ocidente. E agora representa a distopia mais terrível. Depois do pensamento único, um único mundo possível: o capitalismo de estado, que possui ou financia empresas e bancos. A internet sobre a qual se sustém é produto da elite que tem o Estado sequestrado. Tudo isto é compatível com o recorte de direitos humanos e liberdades civis.

A partir de 2010, o WikiLeaks documentou o declínio dos EUA de maneira irreversível. Aquele verão deram-se a conhecer dez mil entradas dos diários da guerra do Afeganistão. No outono, já estava fechado o pacto com cinco meios de alcance mundial, que divulgaram 400.000 documentos sobre o Iraque, onde se descobria o uso sistemático de torturas. Entre os mortos iraquianos, o 63% eram «civis», o 22% «insurgentes», o 14% leais ao governo do Iraque, e 3.771 eram «amigos» (forças da coaligação)[40].

40.http://es.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Irak#Publicaci.C3.B3n_de_los_Registros_de_la_Guerra_de_Irak_por_WikiLeaks. Os dados aqui oferecidos coincidem com os dados fornecidos pela imprensa e a web oficial do WikiLeaks.

Duvido que os números digam alguma coisa. Se calhar lidos desta maneira adquirem significado: cada dia morreram no Iraque trinta civis como média, durante um período de seis anos. Mais de um em cada dois mortos em ambas guerras era um cidadão desarmado. E só um em cada três mortos era terrorista ou um soldado leal a Saddam Hussein. Quer dizer, por cada objetivo que se dizia combater caíam dois «danos colaterais». Numa frase: a Guerra Global contra o Terrorismo é uma carnificina sem sentido. Aposto que nenhum dos meios que publicaram o Cablegate fez um titular semelhante.

Rapidamente chegaria outra prova da decadência norteamericana, esta vez na frente diplomática. Em novembro de 2010 divulgaram-se 250.000 papéis do Departamento de Estado. A exclusiva foi para os diários *The Guardian*, *The New York Times*, *Le Monde* e *El País*, e para o semanário *Der Spiegel*. O WikiLeaks já colaborara com eles nos papéis do Iraque. Mas aquela primeira filtração ainda era compartilhada com Al Jazeera e com uma organização da City University de Londres, dedicada ao jornalismo de investigação.

A estratégia inicial com as comunicações da guerra reunia meios diferentes que, somando públicos e linhas editoriais, eram de alcance global. Nem sequer deixava fora a televisão, o mundo árabe ou os círculos académicos. Respondia a uma arquitetura de colaboração em rede, que buscava grandes audiências acrescentando-lhes competência interna e filtros de rigor. Depois, com as comunicações diplomáticas, forjou-se o «oligopólio» dos quatros jornais anglo-saxões e latinos, para além da revista alemã. A limitação a estes aliados demonstraria ser um erro estratégico. Porque os resultados imediatos não foram os esperados. Embora isso seja fácil de dizer agora. Teremos de vê-lo com mais calma.

Ao bloqueio progressivo dos meios convencionais seguiu-se uma cadeia de filtrações que denunciavam o controlo da internet. Ao mesmo tempo que o WikiLeaks informava da cruzada na sua contra. No 1 de dezembro de 2010, a China adiantou-se e bloqueou as ligações ao site oficial. Dois dias depois, os EUA modificaram a *Ata de espionagem*, e proibiram a publicação da informação reservada sobre segredos cifrados ou comunicações de inteligência. Uma semana mais tarde, o Twitter e o Facebook eliminaram bastantes páginas do Anonymous e a sua Operation Payback (Operação Vingança ou Devolução) na defesa do WikiLeaks.

Nos finais de 2010, oito meses só depois de publicado o vídeo *Collateral Murder*, o WikiLeaks já perdera a colaboração com os seus grandes aliados mediáticos. Em abril de 2011, após um ano, apareceu documentação exaustiva sobre todos os casos de Guantánamo, com fotos dos quase duzentos detidos que ainda havia lá. Era a salva final da campanha antibélica. Nesse momento, quase não restavam já jornalistas

ou audiências que estivessem atentas a este assunto. O ciclo de atenção dos meios demonstrara-me breve demais: foram capazes de «esgotar» num ano uns poucos arquivos inesgotáveis, com inúmeras ramificações.

A partir de 2011, o WikiLeaks centrou-se em denunciar a vigilância da internet. Em julho daquele ano, subiu-se à sua web o arquivo *insurance.aes256*. No início, continha documentação muito comprometida, cujo contrassinal se divulgaria em caso de ataque grave. Em setembro, Assange difundiu as comunicações bélicas e diplomáticas na sua integridade. Em outubro, anunciou que suspendia a publicação de filtrações a causa do afogamento económico a que a organização estava submetida. Mas despediu o ano com «The Spy Files». Centos de documentos expunham a intercetção maciça das comunicações pessoais em 25 países. Contou com novos aliados mediáticos, desde a televisão pública alemã até ao *Washington Post*, incluindo o *Hindu Times*. Porém, o declínio no impacto público destas filtrações tornou-se patente. Não só parecia ter-se esgotado o interesse nas filtrações, mas também nas personagens: o excesso de exposição mediática de Assange sem dúvida criou um efeito de saturação.

Em fevereiro de 2012 chegaram «The Global Intelligence Files»: cinco milhões, quase sete anos de correios eletrónicos da companhia Stratfor. Como já indicámos, a sua fonte foi o Anonymous. E o modelo do WikiLeaks evoluía: passava de basear-se em delatores individuais a contar com uma massa distribuída na Rede. Cibernautas sem rosto de todo o mundo, com conhecimento ou sem ele (muitos apenas «emprestam» os seus computadores e servidores), faziam um tecido de colaboradores cada vez mais extenso. A repressão contra o Anonymous e os seus jornalistas afins, além da indiferença dos meios, abortaram a reafirmação do Quarto Poder em Rede de forma distribuída.

A organização de Assange modificou as suas alianças mediáticas para dar publicidade a novos documentos. Os arquivos de Stratfor, a companhia privada de espionagem da qual já falámos, foram oferecidos a mais de vinte organizações para que os difundissem... Incluso foram investigados *The Yesmen*, ativistas que denunciaram a tragédia de Bhopal[*]. A privatização dos serviços de inteligência, que nos

* Os *Yes Men* são um duo de ativistas ou netartistas que praticam o que eles chamam de «correção de identidade». Segundo dizem a respeito de si: «suplantam os grandes criminosos dos nosso tempo para humilhá-los em público e, de passagem, dar motivo aos jornalistas para cobrirem temas importantes». A Wikipédia acrescenta que se fazem passar por «cargos e porta-vozes de organizações relevantes, aceitando os convites recebidos nas suas páginas web — similares às páginas originais — e aparecendo em conferências e programas da televisão». Recorrem à sátira, suplantam diretivos e fazem comentários chocantes e denigrantes sobre os trabalhadores e consumidores. Os *Yes Men* têm usado a identidade de porta-vozes de organizações como a OMC, McDonald's, Dow Chemical...

EUA representa o 75% do total desse tipo de atividades, foi denunciada novamente em junho de 2013, quando Snowden difundiu informação sobre a NSA. No meio ficavam as filtrações dos *Syrian Files* (Arquivos Sírios), com gravíssimas acusações contra todas as potências, devido ao seu envolvimento na guerra civil daquele país. E até 2013, inclusive, podem-se adicionar a esta série de importantes filtrações, as comunicações de Kissinger e o Tratado Comercial Transpácífico, vistos em páginas anteriores.

Esta cronologia mostra que o objetivo dos hacktivistas, além dos escândalos gerados, era facilitar um registo histórico da humanidade em tempo presente, sem censuras nem exclusões. Não existem sesgos nas filtrações que façam supor que o WikiLeaks trabalha em favor da China, da Rússia ou dos seus «aliados» iberoamericanos. A China foi a primeira em bloquear o acesso ao Cablegate. Esta filtração danava a imagem pública de Chávez (ratificava a fraqueza da sua saúde), de Morales (insinuava que tinha um tumor) e de Correa (citava tensões com a imprensa privada)... Além de dar suporte à convivência deles três com as guerrilhas. A respeito de Snowden, recordemos que só conseguiu o visado de refugiado da Venezuela, da Bolívia e da Nicarágua, depois de requeri-lo em vinte países diferentes, todos eles «democráticos».

Os hacktivistas narram um mundo cujos líderes e propagandistas, obviamente, não querem conhecer. Isso implicaria reconhecerem-se como governantes e jornalistas instalados no segredo e na mentira. Assange e a sua constelação de colaboradores denunciam a perversão da democracia em *pseudocracia*. Proponho este termo para referirmo-nos ao governo da mentira (pseudo, em grego). Os hackers começaram por denunciá-la e continuaram a destapar o sistema *securocracia* que a acompanha: o recorte da liberdade em nome da «seguridade». Seguridade que, em todo o caso, corresponde definir às burocracias que nos vigiam sem prestarem contas. Seguridade que, afinal, entendem oposta à nossa privacidade.

Dizem que velam pela nossa seguridade, mas trata-se da seguridade deles. Aqueles que governam sentem-se fortes quando podem intercetar e aceder às nossas comunicações. Poderíamos recuperar E. Fromm, nada radical e muito na moda na década de sessenta. O binómio de pseudocracia e securocracia alimenta-se do «medo à liberdade». Um medo que provoca mais medo. E, imersos nessa espiral, aceitamos perder a liberdade, a autonomia... a democracia. De modo que pseudocracia e securocracia não são, mas poderiam chegar a ser, a antecipação dum regime único. O totalitarismo de novo cunho como unidade de destino universal.

Não afirmo que seja inevitável. Nem que os hacktivistas e os países iberoamericanos afins possam criar o paraíso do bem comum e do conhecimento livre sem

muitíssimas dificuldades, tanto internas quanto externas. E seria absurdo afirmar a excelência democrática em países tão diferentes apenas por estes apoiarem os hackers. Mas é preocupantes que o Eixo Bolivariano e o Brasil, e não a União Europeia, fossem os únicos com capacidade de resistirem as pressões dos EUA. Pressões, já agora, que violam as leis de asilo e ignoram os tribunais internacionais criados depois das duas guerras mundiais.

A maior inquietação surge perante a nossa incapacidade para reconhecermos a degradação das democracias nascidas em 1945. O impacto do WikiLeaks foi maior na Tunísia do que na França, na Iberoamérica do que em Espanha. E não foi assim porque houvesse poucas revelações críticas com os nossos governos. Ainda que fosse assim, deveria ter-se notado mais numas esferas públicas abertas à dissidência. Mas parece que foi tudo o contrário: os nossos países, recorda Snowden, em vez de se abrirem à participação e à transparência, fecham-se e compartilham entre si os recursos da espionagem estatal. Em vez de esperança, geram medo. Em vez de verdade, mentira. Em vez de liberdade, insegurança[*].

As democracias pós-coloniais, forjadas na década de 1960, também parecem enfrentar severas crises de legitimidade. O que também afeta os regimes surgidos das transições no sul e no leste da Europa. O Quarto Poder em Rede supera, desborda e afeta todos os sistemas políticos conhecidos. Não pode limitar-se em regimes nem alianças geoestratégicas particulares. A melhor prova de que não está a fazê-lo é que a filosofia dos criptopunks não figura recolhida em nenhuma das muitas notícias publicadas sobre eles. Nem nos milhares de milhares de discursos que provocaram. Nem nos incontáveis livros que tratam das suas supostas biografias. Nem nos abundantes documentários e filmes feitos sobre eles. Haverá que esperar o filme prometido por Spielberg?

Os silêncios e mentiras que pesam sobre a revolução em curso confirmam que não será uma reposição. Confirma-o o proceder do hacktivismo, que não propõe nenhum modelo político fechado. Pelo contrário, oferece ideias e ferramentas imprescindíveis para construir a democracia do século XXI com muitas versões possíveis. É um projeto, por definição, inacabado. Esta indeterminação, e a minha possível abdução por estas personagens, poderiam ter feito com que as páginas anteriores fossem um

* Daniel Ellsberg, que filtrou os papéis do Pentágono, escreveu: «Tenho a esperança de que as revelações de Snowden sejam o início dum movimento que resgate a nossa democracia, mas ele não poderia fazer parte desse movimento se ficasse aqui. Há nulas possibilidades de que o deixassem em liberdade com fiança se voltasse agora, e quase nulas de que, de não ter-se ido, pudesse estar livre com fiança. Pelo contrário, estaria numa cela como Bradley Manning, incomunicado». http://articles.washingtonpost.com/2013-07-07/opinions/40427629_1_daniel-ellsberg-pentagon-papers-snowden-s.

cúmulo de projeções e desejos. Na minha própria defesa, formularei as críticas que considero mais relevantes quanto à estratégia e à filosofia do WikiLeaks.

CONTRADIÇÕES ESTRATÉGICAS E LIMITAÇÕES TEÓRICAS

Ocupemo-nos agora daquilo que parece mais fácil ou evidente, as contradições estratégicas dos criptopunks. Algumas têm uma explicação simples, outras apontam para limitações relacionadas com erros de maior profundidade. Fazem alusão a concepções teóricas de fundo, que trataremos mais adiante.

Poderíamos recordar alguns erros estratégicos e ampliá-los. Proponho resumí-los em cinco, e concentro-me no WikiLeaks por ser a organização com uma maior trajetória. Pode criticar-se nela o seguinte: (1) exigir transparência total, mas atuar com opacidade interna, (2) mudar de temática e «inimigos», confundindo o público quanto às suas intenções e objetivos, (3) mostrar incoerências entre as metas fixadas e os métodos aplicados, (4) que o seu projeto é irrealizável e (5) que revela a inconsistência das utopias digitais. Sem pretendermos estabelecer conclusões sobre nenhum destes pontos, caberia argumentar-se o seguinte:

(1) Não é possível que o WikiLeaks mantenha uma crítica tão contundente e um conflito aberto com tantos e tão poderosos inimigos sem algum tipo de segredo ou inclusive censura interna. A envergadura das ameaças que pesam sobre os ativistas, a começar pela sua vida e liberdade de movimentos, aconselha tomar precauções que garantam a sua sobrevivência e a sobrevivência do projeto. A precaução deve extremar-se quanto maior seja a importância das ameaças. Contudo, isto não é desculpa para que o WikiLeaks não aplique mecanismos de controlo interno, ao alcance dos seus colaboradores e seguidores. Se eles não confiam na organização, a organização não disporá deles quando os precise. A organização e os seus círculos de apoio possuem habilidades sobradas para desenvolverem protocolos e ferramentas de maior autocontrolo. Esperemos que se concretem no WikiLeaks e nas organizações gémeas a que deu origem.

(2) As mudanças temáticas e de objetivos nas filtrações têm-se ido desenvolvendo porque o WikiLeaks é um puramente um protótipo. A organização tenta aplicar os princípios da verdade e da justiça aqui e agora, com resultados diferentes segundo o contexto. Fiz o que pôde, lá onde pôde, mas com uma coerência inquestionável. Quer construir um sistema de debate público e sanção política baseados na ciência e na razão. Aliás, oferece-se como plataforma de escritura colaborativa da história da humanidade, sem exclusões. A magnitude destes fins é tal que a objeção (3) parece inevitável. É impossível deixar de incorrer em contradições quando se perseguem

ideais tão altos com recursos tão limitados. Sobretudo se os compararmos com os recursos dos atores a que se enfrentam. O seu único património, em realidade, são os conhecimentos e os valores, ampliados e sustidos pela comunidade que os apoia. Sobre isto tratam as duas últimas críticas estratégicas.

(4) Atribuir-se o carácter de Quarto Poder, pela conta sua, parece duma prepotência insuportável. Em primeiro lugar, porque nunca pode ser tarefa duma única organização ou linha ativista. E aliás, pelo chocante que é pretender fazer tanto com tão pouco. Não é factível proteger as fontes, os jornalistas e o público, todos à vez e simplesmente escrevendo código. Mas não sejamos injustos e recordemos que um Quarto Poder em Rede exige colaboração alheia, a cooperação entre muitas organizações, para concretar-se. Aliás, o a impossibilidade no curto prazo (ou a crença popular na impossibilidade) não quer dizer que seja impossível. A hegemonia ideológica, que é o pensamento dominante, corresponde-se com o pensamento das classes dominantes. Isso foi que nos disseram os nossos tataravós Carlos e Federico (Marx e Engels). A hegemonia indica os limites do possível e do pensável. E os meios levaram em conta isto quando apresentaram os hacktivistas como uns loucos. O descomedimento dos objetivos, por último, justifica-se perante a enorme ameaça representada pelos seus inimigos e pela escassa oposição que encontram noutras frentes.

O Quarto Poder em Rede deveria trabalhar-se desde o horizonte hacker: inalcançável e, ao mesmo tempo, assumível. Passível de materializar-se aos poucos, e sempre de maneira imperfeita. Escrevendo uma linha de código depois da outra, entre todos. Se o código é livre, estará sempre incompleto: por definição fica aberto para ser melhorado. Como projeto concreto, o Quarto Poder em Rede será sempre insuficiente se o exigirmos na sua totalidade, aqui e agora[*]. E isto leva-nos ao último ponto estratégico.

(5) Certo, a utopia digital, como toda utopia, parece impossível. E daí? Se for uma utopia positiva, reconhecida como tal, animar-nos-á para que a façamos real. Conscientes das dificuldades, cada progresso leva-nos a tentar o seguinte. E se for uma utopia negativa, que se confunde com uma realidade imediata, desembocará em engano ou desilusão. Acabaremos por crer num conto e aceitar qualquer sucedâneo, ou por desistir.

A autogestão digital, levada ao limite, traduzir-se-ia no autogoverno da «inteligência coletiva». E, admitamos, isto mostrou ser, em boa medida, uma ficção.

* Nisto, parece-se com a democracia. Fica-lhe bem o lema de São Valentim nos saldos, que é o dos amores de verdade durante todo o ano. Democracia, Quarto Poder em Rede, amamos-vos mais que ontem e menos que amanhã. Tem de ser em plural, um amor livre. Nem minha, nem nossa... nem sequer sua. Como o poema de Agustín García Calvo. Se não, não serve.

Não temos espaço para tratar disto, mas a «sabedoria das multidões» pouca relação guarda com a espontaneidade ou com o determinismo tecnológico. A inteligência coletiva não responde a leis naturais nem inevitáveis, pelo contrário: cumpre facilitá-la e estimulá-la. Precisa de esforços constantes e estruturas estáveis onde investir esses esforços. Uma arquitetura complexa, como a exigida pelo Quarto Poder em Rede, não pode depender *apenas* do voluntariado nem da colaboração horizontal. E a letra cursiva em *apenas* indica que convém um quarto poder com voluntários a questionarem as hierarquias e as burocracias. Na realidade, o WikiLeaks nunca foi uma wiki, um espaço aberto à colaboração entre iguais. Em 2014 atuava como uma plataforma multimédia de filtrações e produções próprias, com um diretor chamado Assange.

O Quarto Poder em Rede precisa duma determinada institucionalização. Salvo que assuma os limites correlativos a uns colaboradores de baixo perfil. Como acontece habitualmente, estes seriam precários ou estariam explorados. Ou dito mais bravamente: se alguns hackers não têm cuidado, podem acabar por ser piores empresários que os chineses (ou que os valencianos, ponhamos por caso). Isto é o que está por trás de muitas das críticas feitas contra Assange por alguns ex-companheiros. Convém dividir tarefas, especializar-se, distribuir responsabilidades e remunerar competências. De facto, é muito interessante ver como o WikiLeaks passou por etapas diferentes. E que em cada um dos seus saltos apresentasse um perfil cada vez mais parecido com um meio de comunicação. A grande pergunta é que processos e níveis se podem deixar abertos e horizontais, para evitar cair na centralização e no autoritarismo.

Estas críticas não incumbem apenas o WikiLeaks. Sem assumirmos algum grau de responsabilidade da nossa parte, não me parecem legítimas. Sem respondê-las, a estratégia de qualquer organização será limitada demais. O Quarto Poder em Rede conhecido até agora tem capacidade para questionar a credibilidade dos centros de poder. Porém, resta que faça um longo percurso para erigir-se em verdadeiro contrapoder, com capacidade de criação. Não todas as tarefas haverão de ser suas.

As carências que indicámos remitem para outras mais profundas dentro do pensamento hacker. Humildemente, pois seria um generalização excessiva falar em conjunto, e uma temeridade entrar nestes temas, atrevo-me a apontar para cinco vazios de carácter mais teórico. O resumo seria que (1) visibilizar a injustiça não basta para que as denúncias tenham o efeito de higiene democrática. Para isso necessita-se (2) um contexto que as mostre como inaceitáveis, (3) mecanismos de sanção bem dispostos, (4) novas plataformas de representação e (5) uma cidadania com novos valores. Vaiamos por partes.

(1) A antiglobalização estava a sonhar quando acreditava na teoria de Nosferatu. Confiava em converter os vampiros financeiros em cinza apenas por assinalá-los. Duas décadas depois, a lula vampiro (suga e oculta-se)[41] aplica as mesmas mordidas em corpos sociais diferentes. E faz isto com impunidade total. Não é verdade, como especula teoricamente Assange, que uma filtração sobre um tema censurado faça com que o poder seja mais vulnerável. Não provoca fraturas internas ou alternativas automaticamente. Poderá provocá-las se contarmos com os seguintes elementos. Não estão presentes na ideologia mais simplista e estendida da transparência. A transparência está na moda, e não estaria de mais perguntarmos pelos motivos. E quem são os beneficiados, evidentemente.

(2) A injustiça necessita um contexto de exposição e debate, que não a justifique de maneira a ficar impune. Deve apresentar-se com discursos e atores que não aplaquem nem esgotem a indignação. De que servem os noticiários satíricos, saturados de escândalos mas tratados a modo de troça? A quem servem os informativos que expõem tantos crimes sem castigo?

Os horrores desvelados pelo WikiLeaks foram neutralizados pelos contextos em que se publicaram e leram. Os jornais estavam repletos de chamamentos ao consumismo, e neles comprovávamos a impunidade dos denunciados. Convidavam, portanto, a uma leitura acrítica: «que tem isso a ver comigo?» (apatia), «não é tão grave» (banalidade) ou «que esperavas?» (cinismo). São os três comentários que recebi com mais frequência quando falei do que escrevi neste livro. Indiferença. Relativismo. Cinismo. As reações que adotou a maior parte do público perante a denúncia de Snowden, por limitarmo-nos ao mais recente e ao assunto que mais nos atinge.

Não obstante, foi diferente no Magrebe, onde ao tempo que estourava o Cablegate, houve greves e oposição na rua. Nesses países, a mobilização ajudou à queda de vários governos. O detonante no foi uma internet indignada, ainda que com escasso assentamento e facilmente controlável. Porém, serviu de ferramenta adicional, fundamental em determinados momentos e entre a população mais jovem. A verdadeira chave do éxito (por exemplo, na Tunísia) foi o contexto geral de indignación, favorável à mudança, e a oportunidade política aproveitada por alguns atores para modificarem o curso dos acontecimentos.

(3) A injustiça, logo de denunciada, precisa de mecanismos de sanção, instâncias de controlo que não tenham sido esvaziadas de recursos e valores. Boa parte da falta de impacto atribuída aos hacktivistas é explicada desta maneira. Aqueles que

41. Imagem do analista financeiro Matt Taibbi, que definiu Goldman Sachs como «uma lula vampiro a asfixiar a humanidade». O seu livro *Cleptopia* oferece uma magnífica explicação da crise. Alguns trechos são acessíveis em <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2012/06/el-calamar-vampiro.html>.

os acusam de não terem conseguido nada deveriam perguntar-se que assistência receberam dos meios. Deveriam constatar que os governos, tribunais e parlamentos quase não lhes deram atenção. Ou reconhecer que eles também não ajudaram. Nem pessoalmente nem desde os empregos, associações ou instituições ao alcance.

Faz falta um contexto de debate e mobilização favorável, como indicámos antes. Mas também se necessitam câmaras de representação e sistemas eleitorais que apliquem a sanção política. Faltam tribunais nacionais e internacionais que, antes de impor, respeitem as leis. E instituições de governança global com autonomia para vigiarem que as leis se cumprem. As comunicações bélicas mostravam em que medida a guerra antiterrorista tinha arruinado o controlo recíproco entre os poderes estabelecidos. As comunicações diplomáticas revelavam que a lógica da guerra penetrara na globalização, minando a soberania dos estados e a legislação internacional. Snowden, por último, descobriu que os sistemas de vigilância vulneram os direitos humanos e a democracia no nosso próprio lar.

(4) Como consequência do anterior, é óbvio que um regime de transparência precisa de novas plataformas: governos, partidos, meios e empresas afins com um espaço público em rede. O seu código deve ser transparente, aberto à inspeção e desenvolvimento. Os seus resultados deveriam considerar-se livres para serem reutilizados, aplicados de modo diferente em contextos e maiorias mutáveis. Não precisamos começar com grandes dispêndios e pelo mais difícil. Antes o contrário. A experiência demonstra que as comunidades locais, as mais pequenas, podem funcionar como incubadoras para ensaiar novas ferramentas de participação. Precisam, como demonstra o caso islandês, de coesão social e duma alta penetração da internet na população[42].

Se as novas instituições demorarem a chegar, a degeneração das atuais rebaixará ainda mais a democracia. Se não chegarem nunca, a antipolítica logrará o seu objetivo de que desapareçam os mecanismos de representação. Aqueles que já tenham a dispor a sua proteção pessoal (dinheiro, força e poder) quererão prescindir de partidos e parlamentos. Não os precisam para defenderem os seus interesses. Criarão uma falsa democracia direta: uma democracia digital orgânica, enfeitada com termos como viralidade? Não há nada mais orgânico do que um vírus, não é? Agora, como sucede com qualquer epidemia, atacará com força os mais fracos.

E aqui reside o motivo da boa imagem que tem a transparência mais inócua. Essa transparência é aplicada no que respeita a nós, não no que respeita a eles.

42. Sampedro, Víctor. 2013. «La (r)evolución islandesa. No una, sino tres», em Fernández, Joseba; Sevilla, Carlos e Urbán, Miguel (eds.) *¡Ocupemos el mundo!*, Barcelona: Icaria, pp.121-132.

Dizem-no que aceitemos as cookies (rastejadores da navegação) nas suas páginas web, mas não nos mostram as suas contas de resultados, nem os arquivos de dados das notícias... Igual que no Facebook, dizem-nos que nos dispamos para depois cobrir-nos de publicidade. Ou como a NSA, para nos revistar sem serem notados.

(5) Nada do anterior tem sentido se falham os valores e as atitudes duma cidadania de alta intensidade: vigilante e participativa, nas formas e nos conteúdos. Que se sabe titular de direitos e obrigações. Sujeito de pleno direito para desenvolver a comunicação, a política e a cultura mediante ferramentas das quais se torna responsável. Quer dizer, assumindo que são da sua responsabilidade. E que, portanto, deve cuidar delas, melhorá-las e pagá-las. É só por meio desse esforço — económico, pessoal e coletivo — que poderá controlá-las. O compromisso com a defesa da internet assegurará que, igual que os programas livres, sirva para aquilo que nós queiramos.

Haverá que continuar a semear e cultivar novos valores, com diferentes etiquetas. Sem excesso de modernidades, porque o assunto é preservar os mesmos valores que deram origem às primeiras democracias. E todas e cada uma das que vieram depois. O desafio imediato é evitar que a socialização digital dos jovens apolíticos derive em antipolítica. E que os benefícios da esfera pública digital sejam monopolizados pelos seus gestores.

Quem quiser emular os hacktivistas poderia centrar-se nestes alvos. Para resolvê-los parece imprescindível entrar nos campos político e económico. As novas gerações querem tomar as rédeas do poder. Disputam-nas a aqueles que têm mão delas neste momento. Se os hackers se limitam a desenvolver código e protocolos informáticos, prescindindo de aplicá-los ao mundo real, não chegarão longe. E tudo o que foi escrito antes está unido a isto. Cada passo leva ao seguinte.

A falta de adequação dos sistemas de controlo, de representação e da cultura cívica agravariam as duas carências antes indicadas. Insistamos. Não podemos ficar satisfeitos com denunciar. Porque imputar um delito a alguém não basta que receba o seu castigo. E não deveríamos esquecer a participação no debate e a mobilização que impulsam a indignação. Quer dizer, o ciberativismo deve entrar em âmbitos além dos ecrãs e do teclado.

Corremos o risco de chegarmos a um regime de maior opacidade do que o regime que já estamos a padecer. E isso é muito. Porque estamos a ver uma sucessão de escândalos intoleráveis, que ficam sem consequências. Instalam-se como rumores não confirmados e aprofundam no descrédito da vida pública. A avalanche e a gravidade das novas revelações encobrem as precedentes. Não achamos atores que as corroborem e castiguem. Nem que removam os mentirosos. E desfogamos a raiva assinando manifestos digitais.

Esta é a segunda razão para que a transparência inócua seja promovida. Os meios começam a aplicar a transparência, mas só aos representantes políticos e não às elites financeiras, sem assinalarem os grupos dos quais os políticos dependem. Ao padecerem este viés, todas as opções políticas parecem igual de más e sujas. Desta maneira, a cidadania, farta e enojada, deixa a contestação e qualquer pretensão de participar no jogo político. Em definitivo, deixa a via livre aos de sempre. O qual é o que estes desejam: jogarem só entre eles e sem público. Com o campo fechado.

Nós continuaremos obrigados a pagar o espetáculo. Com a permissão apenas para ver a repetição gravada das melhores jogadas. Embora não as retransmitam completas, como quando mataram Bin Laden. E se tudo continuar a correr mal (para os de baixo), o cinismo da população será o resultado mais provável. Ao saber-se vigiada, a gente recorrerá à dupla linguagem, à correção política ou ao autismo. Não dirá o que pensa. Disfarçá-lo-á com convencionalismos de bom gosto. O fingirá não ver, nem ouvir nem falar. Isto parece ser a perigosa situação que os inimigos dos hacktivistas escolheram favorecer. Não nos iludamos. Já não enganam ninguém.

Quando fazem propaganda da transparência referem-se à nossa transparência, não à deles. Na realidade, defendem a sua segurança, à custa da população. É inaceitável que nos obriguem a escolher entre os bons e os maus pastores digitais. Porque coloca a disjuntiva entre dois modelos inadmissíveis. O capitalismo cognitivo promete satisfazer as «nossas» demandas antes que as formulemos. E o neototalitarismo eliminará a dissidência antes de se manifestar. As arquiteturas centralizadas conduzem ao mesmo: maior controlo da população e centros de poder irresponsáveis. O debate não pode centrar-se nas más ou boas intenções dos vigilantes. Na medida em que deixemos de nos comportar como um rebanho digital, seremos capazes de lhes impor limites.

Cabe falar do êxito ou do fracasso do WikiLeaks? A sua continuidade sob o acosso que sofrem é uma prova inegável do seu poder técnico e ideológico. Mas este tipo de vitória é transitória e bastante fictícia. Bastaria para algum refém do hacktivismo que busca justificar-se a si mesmo. Satisfeito com continuar na luta e alheio às consequências para os demais. As críticas aqui expostas foram inspiradas pelo trabalho e as palavras dos criptopunks. Pretendem expandir os seus êxitos em termos de bem comum e justiça social. Advertem que as elites económicas e políticas vão continuar a se apropriarem das suas ferramentas e habilidades. E que aqueles que mais precisam delas não deveriam desprezá-las, e menos ainda ignorar a sua existência.

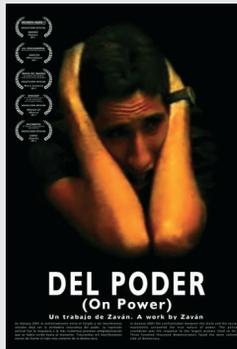
Desinibidores e fortalecedores da colmeia

* Entrevista de Assange com os seus companheiros «cryptopunks». Estejam atentos ao passar de garrafas e bebidas espirituosas segundo avança a conversação.

<http://worldtomorrow.wikileaks.org/episode-8.html>

<http://worldtomorrow.wikileaks.org/episode-9.html>

* Do poder, filme de Záván, autor refugiado no anonimato. Uma nova mistura com milhares de horas de filmagem de inúmeras fontes, sobre a última cimera maciça da antiglobalização (Geneva, 2001) e a morte de Carlo Guiliano. É um filme paradigmático por juntar a gravação distribuída, a autoprodução, o anonimato dos autores – individuais e coletivos –; mistura livre, viralização digital...



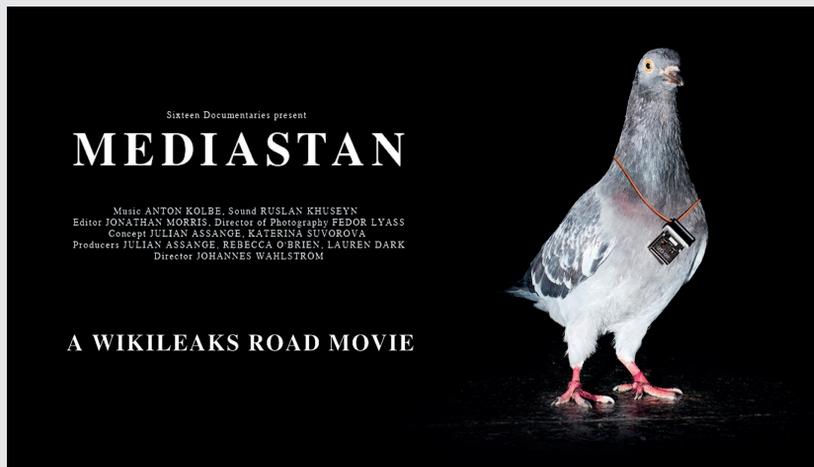
<https://www.youtube.com/watch?v=05H98Yx2ZJIY&list=UUlqG-LLXy9vHdUcIRL-QHKHg&index=13>

* Outro clássico do altermundismo: o romance *Q*, de Luther Blissett, outro autor coletivo e anónimo. Pode-se descarregar em

http://www.aldevara.es/download/Q_LutherBlissett.pdf



* *Mediastan, país visitado pelos colaboradores do WikiLeaks. Aqui vemos os esforçados voluntários o oferecerem as revelações a jornalistas de todo o mundo. E vemos como os jornalistas se reconhecem amordaçados (nos países empobrecidos), assustados ou chateados (no Ocidente). Pode-se achar o filme aqui: <https://wikileaks.org/Watch-MEDIASTAN.html>*



IV. UM BUQUE QUEBRA-GELO E O QUARTO PODER EM REDE

A deputada islandesa Birgitta Jondosttir comparou o WikiLeaks com um navio afundado quando conversámos em Reiquiavique no verão de 2012. Pareceu-me uma metáfora brilhante. A Imprensa congelara-se como contrapoder e os hackers abriram novas rotas que poderíamos percorrer se seguíssemos a sua esteira. Eram a avançada que rompia e abria caminho, com o conseguinte destroço. No entanto, os meios convencionais que publicaram as filtrações gabaram-se como protagonistas dum «novo ecossistema informativo». Sem reconhecerem os seus colaboradores nem se identificarem com os seus objetivos. Tampouco eram conscientes da crise que sofriam. Nem da gravidade, nem das causas. Não queriam aceitar que surgira um Quarto Poder em Rede, que vinha substituir o que eles representavam no século passado. Em vez de cooperarem com ele, ignoraram-no e excluíram-no.

Os hacktivistas queriam abrir canais de informação e de conhecimento livres. E, de seguida, abriram as entranhas dos outros três poderes e da Imprensa. Mostraram a degradação do poder executivo, legislativo e judicial dumas democracias que uniram a vigilância corporativa e a espionagem em massa. A cobertura mediática evidenciou as enormes limitações do sistema comunicativo. Os meios privados provaram que estavam à mercê dos contos oficiais. Empobreceram o debate público, seguindo um guião prefabricado pelos inimigos dos hackers. Isto rebaixava-os, mas satisfazia as suas intenções lucrativas. Personalizaram a informação nas figuras dos hacktivistas, esquecendo o projeto que propunham. Borraram os seus perfis e reduziram o impacto das revelações. Impediram, finalmente, que se espalhasse o seu exemplo e que surgisse uma campanha pública no seu favor. Da sua parte, os meios públicos

estavam encerrados nas suas estruturas institucionais. E os meios de comunicação social nas suas comunidades de referência. Nenhum atendeu a proposta de dar voz a uma sociedade civil transnacional.

Depois de passar o quebra-gelo, o jornalismo convencional mostrava-se incapaz de assimilar o desafio hacktivista. A sua gestão do segredo, como objeto de negócio e troca de favores, ficou em evidência. Assim como os mecanismos de censura mais rotineiros e sistemáticos. Mas também começou a tentativa de captação dos hackers, para aproveitar as suas competências nas redações. Evidentemente, despojando-os da sua carga ética e do seu projeto político. Contudo, o desafio proposto permanece em pé. Ficou claro que o jornalismo pós-industrial deve contar com a colaboração duma sociedade civil onde os hacktivistas estejam por toda a parte. O projeto compromete todos os atores envolvidos. Exige um modelo de negócio diferente. Destinado não ao lucro, mas a salvaguardar a autonomia da profissão e o protagonismo cidadão. O jornalista deveria ser a extensão digital da comunidade, consciente de que a sua autonomia depende da cooperação com o Quarto Poder em Rede. E este depende de alguns cidadãos que defendam o seu direito à informação verdadeira. Não apenas reclamando-a, mas exercendo o dever de colaborar na sua gestação.

O NOVO ECOSISTEMA INFORMATIVO. DE TUBARÕES, PLÂNCTON E O QUARTO PODER

Os diretores dos cinco meios que publicaram as comunicações da diplomacia estadunidenses celebraram a chegada dum *novo ecossistema informativo*. Segundo eles, o *New York Times*, *The Guardian*, *Le Monde*, *Der Spiegel* e *El País* lideravam a cadeia evolutiva, alcançavam o topo do jornalismo do século XXI. Ufanos, jactam-se do seu papel numa proeza cujo alcance demonstraram desconhecer. Quando se reuniram para falar em público sobre o «futuro do jornalismo» evitaram olhar para trás. Nem sequer mencionaram que as filtrações anteriores mostravam o Armageddon, a guerra do Apocalipse, que eles mesmos tinham tapado. Tampouco assinalaram que o conflito se propagava por outros meios, diplomáticos, para todo o mundo através das embaixadas norteamericanas. Ignoraram qualquer tese crítica das comunicações que agora publicavam, e dos seus trabalhos até então. Estavam instalados numa Arcádia feliz. Um Éden povoado apenas com árvores da verdade[1].

1. Debate sobre o futuro do jornalismo: http://www.elpais.com/multigalerias/debate_futuro_periodismo_video/20110224elpepusoc_1/Zes.

O «novo ecossistema informativo» foi o cliché que mascarou com aparência ecologista alguns discursos corporativos imunes à autocrítica. E, pior ainda, alheios à realidade. Anunciavam a chegada da «biodiversidade informativa». Sem argumentos que o avalizassem, afirmavam que desfrutaríamos duma oferta ilimitada, em número e variedade, de novos meios. Todos, sem exceção, encontraríamos o nosso nicho (ecológico, entenda-se). Os repórteres desenvolveriam atraentes visualizações de dados. Nasceria o jornalismo do Big Data (grandes dados), não o das megafiltrações. Importava o tamanho, não a qualidade ou a procedência dos dados. Segundo diziam, o público jovem teria uma oferta informativa renovada e irresistível. Por fim, a Imprensa renovaria o seu público, sem convidá-lo a participar. E os empresários obteriam enormes benefícios, ao serviço dos publicitários, pastoreando-nos como consumidores na Rede. Não convocaram o público, capaz de gerar fluxos de contrainformação, para formar o Quarto Poder em Rede.

Evitaram refletir sobre as implicações sociais, políticas e profissionais das megafiltrações. Não solicitaram que lhes enviássemos mais. Bastava com as que tinham. Só viam benefícios e, como sempre, para todos. Uma pechincha. Ninguém ficaria com fome. Nenhuma espécie se extingiria. Mas na escola aprende-se que um ecossistema se apoia numa cadeia trófica ou nutritiva. *Quem come quem?* é a pergunta relevante. E a resposta também está nos manuais. Se os grandes predadores não evoluem, extinguem-se. E as espécies têm duas opções para se relacionarem. Simbiose; ou seja, cooperam com outras espécies Big com proveito mútuo ou estabelecem relações parasitárias: exploram outra espécie. Nem um único comentário neste sentido. Novo, por quê? Ecossistema, qual? Informativo, como e para quem?

Instalados na ingenuidade ecológico, os jornalistas escamotearam os assuntos fundamentais. Certamente, não trataram de forma explícita quem teria mais possibilidades de mutar e sobreviver no mercado da informação. Com que estratégias nos adaptamos melhor ao novo ambiente? Que papel desempenha o público e como rentabilizariam a sua participação? Que tipo de rentabilidade primava em caso de conflito, a social ou a económica? Se o público tinha o direito de intervir, devia ser reconhecido de alguma forma? Mudaria de alguma maneira a relação dos meios com as burocracias da informação oficial opaca ou adulterada? Atuaram esses meios do mesmo modo que essas burocracias? Não se refletiu sobre nada disto. Porque, precisamente, as infiltrações eram a matéria prima com a que o público podia desconstruir a realidade mediática em vigor.

Emitiram discursos superficiais com ânimo promocional. Revelavam que, por enquanto, bastava com parasitar os hackers. Não fizeram uma única declaração de apoio a Assange ou a Manning. Ficou claro que, antes de tudo, pensavam na audiência

atraída pelas revelações. Interessava-lhes a audiência, ou seja, quantos indivíduos consumiam a «sua» informação. Não o público, as comunidades com capacidade de gerar notícias. Assim, sem reconhecer outro sujeito comunicativo que eles, os profissionais escamoteavam a sua responsabilidade. A cobertura atual, ainda que fosse a cúspide da inovação, era compatível com a oferecida até esse momento. O resultado duma atitude inovadora mantida desde sempre. Não havia motivos para dar visibilidade a outros protagonismos e, portanto, tampouco para estabelecer compromissos com ninguém. Eram a «imprensa livre e irresponsável».

A pobreza do debate surpreendia sobremaneira. É verdade que a precarização e a debacle empresarial não deixam espaço à reflexão. E que não houve contributo dos intelectuais ou, quando houve, foram prescindíveis ou errados. Mas era evidente que os jornalistas tinham sido hackeados. E era lamentável que, pouco depois, se achassem de vanguardistas digitais. As suas rotinas profissionais foram desacreditadas e fingiam que nada acontecera. Os seus livros de estilo e códigos deontológicos foram superados pelos sectores mais avantajados do público e cantavam vitória. Tinham razões para isso. Vendiam mais, contratavam mais publicidade do que nunca... e, além do mais, os que arriscavam o combate e a liberdade eram outros. O triunfalismo impedia-os de reconhecer que vivem um momento em que se materializa a máxima darwinista: «a evolução é o resultado da variação genética e do seu ordenamento mediante a eliminação e a seleção». Pensem numa glaciação que desse lugar a «um jornalismo pós-industrial»[2]. Enxergarão o referido novo ecossistema informativo. Mudem o código genético por código digital ou o código fechado por código aberto, privativo por livre, e ficará mais claro quem vai desaparecer. Melhor dito, quem já está a desaparecer.

A crise económica atual tem o seu paralelo e parte da sua origem numa profunda crise do sistema informativo. Não é por acaso que os grandes media inflaram com empenho a bolha imobiliária e financeira. Torna-se manifesto a mancomunação mediática com os responsáveis da fraude de que fomos objeto. No período de expansão e de vacas gordas eram elogiados por encarnarem alguns líderes desenvolvimentistas, garantes de prosperidade. Quando se manifestaram os problemas, prometeram que refundariam o capitalismo. E, em seguida, todos se esqueceram de lembrar essa promessa. Além disso, garantiu-se a impunidade das suas condutas passadas. Era também a impunidade da Imprensa que não fizera nada para evitá-las.

2. *Post Industrial Journalism* é também o título dum extraordinário relatório elaborado por C. W. Anderson, Emily Bell e Clay Shirky em 2013, para o Tow Center da Columbia Journalism School, e disponível integralmente em: <http://towcenter.org/research/post-industrial-journalism/>

Uma cadeia de disparates levou a resultados nefastos. Por volta da década de noventa, a grande maioria das notícias concebiam-se como um produto que servia para vender outros produtos. Publicavam-se as notícias que eram mais baratas de produzir e que, ao mesmo tempo, gerassem maior retorno. Objetivos: mais audiência e publicidade, sem incomodar os círculos do poder. A principal função duma reportagem acabou por ser que servisse para inserir anúncios. Melhor ainda se era uma publi-reportagem, um anúncio encoberto. Com esta lógica, bastantes diretores chegaram a acreditar que podiam manter um jornal — e o prestígio — com publicidade — manifesta ou disfarçada — e cotizando na bolsa. Em princípio, a publicidade relacionava-se com os seguidores. Mas logo os benefícios especulativos começaram a contar mais, muito mais, nos balanços dos resultados.

Quando estourou a crise, dispararam as dívidas com os bancos. E estes passaram de devedores a principais acionistas dos meios. Acabaram por ser os proprietários. E, no final, aconteceu o que nunca pode acontecer num meio de informação. O anunciante acabou por ser o proprietário. Daí que, quando o Wikileaks sofreu o boicote financeiro e empresarial, os meios não fizeram nem sequer um gesto de apoio. Faziam parte da mesma trama. Não custaria tanto oferecer os servidores ou uma via para doar... O único reconhecimento foi o prémio de algumas associações profissionais, entre as quais se destaca o Colégio de Jornalistas da Galiza. Se havia algum pacto de reciprocidade com o WikiLeaks, a Imprensa não o respeitou de maneira alguma. Enquanto arrecadavam dinheiro com as filtrações, não faziam nada para garantir a sua continuidade. Nem a segurança jurídica ou vital dos colaboradores. Não há registo de que algum jornalista dos que trabalharam com as comunicações de Manning se autoinculpa-se. Autoinculpar-se?

Isto não é explicado na matéria de «Direito à Informação», mas é uma ferramenta profissional imprescindível no jornalismo de código livre. Sempre que seja praticada com todas as consequências. Será uma ferramenta chave nas redações, como é para a autodefesa e solidariedade dos movimentos sociais desde há muito tempo. Explico-me. Autoinculpa-se quem solicita abertamente ao juiz que está a processar um amigo que abra outro processo contra ele. Pode argumentar que o ajudou a violar a lei. E que estaria disposto a fazê-lo novamente. Autoinculpações? Afasta, que Manning carregue com toda a culpa. Nem sequer se sentiram obrigados a uma declaração retórica, quando se falhou a sentença. Não teriam problemas por um editorial que dissesse algo assim: «Obrigado, identificamo-nos contigo e esperamos que outros como tu batam às nossas portas». A maioria nem sequer foi cobrir o julgamento.

Não houve, portanto, reconhecimento nem identificação. Nem com os hackers nem com as suas redes de apoio. Do discurso profissional desapareceram os de-

nunciantes, os criptopunks e os cidadãos como atores comunicativos de primeira ordem. A usurpação do protagonismo foi a linha dominante. E os alinhamentos, os mesmos que já havia. As corporações mediáticas continuaram, no final do assunto, do lado dos tubarões financeiros e dos falcões da guerra. Começou então uma batalha pela sobrevivência, com desfecho incerto e vitórias desiguais. Os grandes esqualos nada podem fazer contra o plâncton ciberativista. E as aves de rapina só conseguem apanhar insetos. Marés de microrganismos e nuvens de mosquitos, internautas e hacktivistas de todo o mundo continuaram a apoiar o WikiLeaks: continuaram a doar dinheiro e a subministrar filtrações. Mas as suas vozes pouco se ouviram. Na esfera pública mediatizada só se ouvia a voz dos grandes.

Os diretores dos cinco meios obsequiados com os cabos diplomáticos explicaram o seu contributo para o pacto com o WikiLeaks[3]. As quotas de mercado representavam a audiência mundial da imprensa de prestígio. Selecionar os dados mais relevantes para não abafar os leitores. Aferiram-nos para garantir a veracidade. E contextualizaram-nos, dando-lhes um sentido cultural e político afim aos seus leitores. Em parte era verdade. Assange requereu a sua colaboração depois de constatar que carecia duma equipa editorial que pudesse gerir tantos documentos. E usava estes meios como canais para alcançar grandes audiências. Mas a sua estratégia também era competitiva. Enquanto oferecia as filtrações, tentou juntar recursos para criar o seu próprio grupo mediático, Sunshine Press. Pretendia instalar-se na Islândia, aproveitando o quadro da Iniciativa de Meios Modernos, e converter-se num grupo «transmídia» com alcance global. Habitaria na internet. As suas mensagens circulariam pelo resto dos meios existentes com formatos híbridos. Atuaria como estímulo e concorrente.

A reestruturação da Imprensa, que o WikiLeaks achava urgente, não se referia ao corte de quadros de trabalhadores. Tal como entenderam nas redações e negócios, as soluções acrílicas nasciam mortas. Os jornalistas teriam que defender competências e valores específicos para poder atribuir-se a sua qualificação profissional. O trabalho informativo abria-se a todos. A aposta era organizar umas redações ampliadas, provistas de extensões digitais. De facto, a planilha potencial seria toda a humanidade. Portanto, o negócio não podia basear-se no papel subsidiário do público e na dependência a respeito das estruturas de poder. Isso é reestruturar, refundar o jornalismo.

A meta, sugeriam os hackers, reside em ganhar autonomia para rebaixar a opacidade institucional. Para negociar desde uma posição de maior força ante as fontes oficiais. E as formas para alcançá-lo eram potenciar o protagonismo do público, coo-

3. Pode ver-se o debate em http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=D-BFauYFy1o e http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Gi-h6XXFfxk#t=0.

perar com as comunidades de especialistas e ativistas... e integrar os programadores nas redações. Parece simples de entender. É como se o WikiLeaks lho tivesse dito. Troquem as fontes burocráticas por outras motivadas com ética hacker. Façam-se merecedores de receber revelações e contribuições (não só económicas) do público ao qual servem. Consigam dinheiro, como nós, antecipadamente; em assinaturas ou doações baseadas na confiança e na reputação que vocês ganharam com a nossa ajuda. Juntemos destrezas e recursos para que a gente consiga gerir de forma conjunta um fluxo permanente de (contra) informação e (contra)poder. Sem dúvida é difícil fazê-lo e viver disso. Quem disse que é fácil? É fácil para um profissional empenhado em trabalhar para o bem comum? E a dificuldade não se corresponde com a importância do seu cometido? Os jornalistas nunca foram ricos nem dóceis. Estas são condições dos escribas sentados, os cronistas oficiais, os comerciantes e os mercenários.

Os jornalistas não entenderam a chamada à colaboração porque tendem a suplantam os atores sociais, em vez de reconhecê-los e dar-lhes mais protagonismo. Fala-se muito em «serviço público», mas no final converte-se o público num boneco nas mãos dos ventríloquos com carteira de informadores. Isto era menos claro quando as fontes eram as instâncias e os representantes oficiais. Mas todos os estudos confirmam que quanto menos status —económico, político, social, cultural— tinha uma fonte, pior cobertura recebia na imprensa convencional. Aceder diretamente à esfera pública com colunas de opinião ou entrevistas era um luxo ao alcance de muito poucos. Mas as coisas tinham mudado. Muito. Se o que agora importa são os dados, não quem os apresenta, este regime de visibilidade mediática derruba-se. Caem as máscaras do poder e emergem os mascarados.

A melhor prova da insegurança que pressiona os meios privados é que nunca reporta as iniciativas informativas surgidas em colaboração com os internautas. Existe uma infinidade delas, e cada vez têm maior alcance, sob a forma de economia mista ou não lucrativa, aplicando software livre... O silêncio é lógico, quando é a competição quem oferece novos formatos. Seria pedir muito que nos informassem contra os seus interesses. Mas os hackers não competiam pelo mercado do passado. Ofereciam-lhes criar outro, nascido da interação entre o público, associações civis, empresas, jornalistas e programadores. Não houve mostras de orgulho nos jornalistas por estarem a realizar um trabalho colaborativo, porque primavam as ânsias de capitalizá-lo exclusivamente. Isto retrata uma profissão presa num universo privativo onde, por exemplo, compartilhar é roubar.

O grande paradoxo, a brincadeira final, é que os jornalistas constituem sem dúvida alguma um dos grupos de trabalhadores mais privatizadores. Vivem apropriando-se das palavras alheias. O número de dígitos do seu salário depende da

grossura da agenda e do estatuto dos seus contactos. Entrevistam e gravam, recolhem registos e elaboram peças que depois as suas empresas convertem em propriedade privada, para a qual defendem direitos de autor. Haverá reconhecimento da fonte e de fidelidade ao testemunho segundo o seu status; ou seja, dependendo das res- presálias que possam tomar e os benefícios que outorguem. O jornalista atual é um «privatizador» e, além disso, com poucos escrúpulos para quem não tem meios (de comunicação ou coação, jurídicos ou físicos) de defender-se.

Voltando à zoologia, a Imprensa reagiu como o avestruz que esconde a cabeça para não ver uma realidade incomoda; neste caso, o facto evidente de que era preciso refundar o jornalismo, voltando aos seus fundamentos e incorporando os valores da cultura livre. Como outros já estavam por diante nisso, havia que começar a caminhar. A maioria comportou-se como bestas com antolhos. Mantiveram intactas as suas inércias mentais e rotinas laborais. Sem se desviar do caminho trilhado. O que era menos evidente, pela encenação triunfal era que se tratava de espécies em vias de extinção. O novo alimento que lhes proporcionavam os hackers tardava demasiado em chegar ao seu cérebro, que não ultrapassava o tamanho duma ervilha, enquanto os seus pescoços eram demasiado longos: grandes dinossáurios.

Como espécies em perigo, os cinco grandes meios refugiaram-se no segredo. Não esclareceram nunca os seus acordos com a WikiLeaks. Já indicámos que os acordos que assinaram, no mínimo com o jornal Público, eram simples pactos entre cavaleiros. Se os tivessem publicado, ficaria claro o altruísmo e idealismo dos hackers e a egolatria e materialismo dos empresários. Do pouco que sabemos que pactuaram com os media convencionais, não foi cumprido. Não liberaram as comunicações depois de usá-las. E lançaram gravíssimas acusações contra Assange, quando as libertou na sua integridade. Tampouco o apoiaram no mais simples. Deram suporte a um assédio judicial com indícios sólidos de se tratar de uma montagem. Não informaram sobre Manning e Snowden duma forma conforme com a contribuição deles para o debate público. Veremos que terminaram apropriando-se do debate e empobrecendo-o.

Não está claro se no futuro as relações entre hackers e meios serão simbióticas ou parasitárias. Não sabemos quem será um obstáculo a avançar à custa do seu companheiro de viagem, segundo o símil dos tubarões. Mas temos razões para afirmar algumas certezas. O WikiLeaks conseguiu situar-se junto os grandes meios para chegar muito longe. E chegou além, onde ninguém sonhara antes. E, uma vez lá, não entendemos que uma glaciação chegava ao fim. Era claro que tinha surgido um novo ecossistema informativo. Porque acontecera algo muito melhor: emergia o Quarto Poder em Rede, o contrapoder informativo duma sociedade civil transna- cional. Embarcada no quebra-gelo, abria rotas desconhecidas até então.

CRISE? VOCÊS NÃO SABEM BEM

Prisa é uma das maiores empresas multimédia em espanhol, proprietária de *El País*. Jesús de Polanco, o seu antigo proprietário, era conhecido como Jesús do Grande Poder. O barão da imprensa, diziam os seus críticos, influía muito nos outros três poderes. Durante os governos do PSOE de Felipe González, os Conselhos dos Ministros, as atas do Congresso dos Deputados e as sentenças judiciais seguiam o compasso das capas e editoriais de *El País*. Depois mudou a maioria eleitoral e mudámos de Jesús para Pedro J. Ramírez: outro J do Grande Poder. O diretor de *El Mundo* fez de aríete em todas as lutas internas e estratégias eleitorais do Partido Popular. O declínio do Prisa* e da Unidade Editorial**, proprietária de *El Mundo*, é paralelo ao declínio dos dois grandes partidos. Em janeiro de 2014, o PP e o PSOE não somavam juntos nem 50% das intenções de voto. E os dois jornais mencionados enfrentavam importantes crises internas.

O Quarto Poder, escreveu Juan Luis Cebrián, diretor de *El País* e mão direita de Polanco, é o poder que não quer poder[4]. Li esta frase quando estudava jornalismo e acreditei nela. Vinte anos depois soube que era pura retórica. Tomei conhecimento, tal como os leitores espanhóis, do Cablegate através de *El País*. Graças a ele também entendi em quem devia confiar. *Crisis? What crisis?* cantavam os Supertramp na anterior depressão económica. Alguém tão insubstancial como aquela banda (desprezada pelos criptopunks que desconhecíamos sê-lo) poderia cantá-la hoje numa redação. É possível que o fizesse Cebrián, enquanto desmontava a redação de *El País*. Com o seu salário, o jornal poderia dobrar o pessoal e contratar outros 341 redatores, respeitando a convenção coletiva[5].

* Entre 2007 e 2013, *El País* perdeu um terço da sua tiragem (32,8%, passou de 435.083 a 292.226). A queda dos ingressos foi o principal motivo dado por Prisa para realizar um ERE que despediu 129 profissionais (27,6% do total). O jornal passou de ter uns benefícios operativos de mais de cem milhões em 2007 a registar uns benefícios antes dos juros e dos impostos de carácter negativo, 54,4 milhões em 2012. Além da queda da difusão e da renda, o valor das ações de Prisa também caiu. Em fevereiro de 2007, o grupo cotizava por cima dos 15 euros. Um ano depois, fechou na Bolsa a 39 céntimos: uma perda do 97,4% do valor. http://www.infolibre.es/noticias/medios/2014/02/16/eL_informe_cano_desata_una_crisis_interna_diario_pais_13590_1027.html.

** Nos inícios de 2014, Pedro J. Ramírez foi destituído, segundo as suas declarações, por pressão do Governo e dos principais acionistas, de nacionalidade italiana. *El Mundo* estava a perder 4.000 milhões de euros por ano. A sua renda por publicidade reduziu-se em mais de 15 milhões de euros desde que começou a publicar informações sobre as contas do PP. O substituto de Pedro J. Ramírez, Casimiro García-Abadillo, foi o principal artífice das teorias conspiratórias sobre o 11M. http://www.infolibre.es/noticias/opinion/2014/02/01/diez_apuntes_una_postdata_sobre_cese_pedro_13050_1023.html.

4. *La prensa y la calle: escritos sobre periodismo* (1980). Nuestra Cultura Editorial.

5. http://www.revistamongolia.com/wp-content/uploads/Mongolia/informeCebrian_02.pdf.

De acordo com o diretor do Prisa, deviam livrar-se da «geração de 68». O tom de purga ideológica era rotundo. Tornava-se difícil demonstrar mais ignorância sobre a natureza dos problemas que sofria o jornal simbólico da Transição. Tratava-se duma crise de credibilidade. O jornal trocara, como o próprio Cebrián, a confiança do público pela confiança dos mercados. Renunciou à credibilidade pública em favor da cotação na bolsa, que não dependia da qualidade nem do número de trabalhadores. No Prisa não tinham nem ideia do tipo de empresa jornalística que podia sobreviver. Porque, quando o dinheiro deixou de fluir, não sabiam a função que devia desempenhar um meio de comunicação.

Em quem acreditar? El País ou Wikileaks?

El País acabou por condenar o Wikileaks, o seu antigo colaborador, num editorial muito significativo[6]. Parece-se com o que dedico ao Che Guevara[7]. Corta amarras com o progressismo de que foi emblema há algum tempo. A causa agora é que Assange publicou na íntegra, sem editar, os documentos do Cablegate de que o jornal tinha a exclusividade em espanhol. Sentença o editorial que a libertação integral das comunicações significa «um perigo para os direitos humanos». Afirma-o um «jornal de prestígio» desses que não denunciaram as guerras (in)humanitárias. As guerras militares e diplomáticas. Não acusa os organizadores. Nem se reconhece como parte da imprensa que contribuiu com a cenografia e o público.

Revendo cada um dos parágrafos medulares do editorial, três ao todo, entende-se por que os meios corporativos atacam agora o Wikileaks. Depois de se beneficiar deles, condena-o por ter feito da Rede um bastião de contrapoder. Mas *El País* foi mais longe do que os outros meios de comunicação internacionais*.

Dizia o primeiro parágrafo do editorial:

– O WikiLeaks tornou-se num eficaz instrumento para as organizações de direitos humanos e para todos os cidadãos cujas demandas foram contra-arrestadas com o segredo de Estado e opacidade.

A afirmação, no mínimo, era indigna e levava à indignação. Rebaixa a dignidade de quem a sustenta e menospreza quem a ouve. Quando impulsionou *El País* a renúncia de responsabilidades? Nunca pediu a demissão da vicepresidente do Governo que, segundo confirmava o Cablegate, pressionou a Audiência Nacional para que abandonasse o caso Couso [jornalista espanhol assassinado em Bagdade

6. http://elpais.com/diario/2011/09/04/opinion/1315087203_850215.html

7. http://elpais.com/diario/2007/10/10/opinion/1191967202_850215.html

* Lamentamos a decisão tomada pelo WikiLeaks de publicar sem editar as comunicações do Departamento de Estado dos Estados Unidos, uma ação que poderia pôr em perigo as fontes que são citadas nessas comunicações. As nossas relações anteriores com o WikiLeaks desenvolveram-se baixo a premissa de que só publicaríamos comunicações que estivessem sujeitas a uma edição conjunta e integral, e a um processo de autorização. Defendemos os nossos projetos de colaboração anteriores. Não podemos, porém, defender a desnecessária publicação da base de dados completa. Ainda mais, condenamos conjuntamente esta ação. A decisão de publicá-la corresponde única e exclusivamente a Julian Assange. E ele é quem deve responsabilizar-se por essa decisão». Assinado: *The Guardian, The New York Times, Der Spiegel, Le Monde e El País.*

pelas tropas norteamericanas]. *El País* tampouco exigiu a demissão da ministra Sinde. Ainda que a lei antidownloads com o seu nome acatava a ordem da indústria norteamericana para cortar a internet aos «piratas» espanhóis. Demonstram-no mais de cem comunicações em poder do jornal.

Note-se que as «organizações de direitos humanos» e os «cidadãos» são mencionados no editorial como impulsores da transparência. Sem mais. Como se pudessem fazê-lo sem a colaboração dos jornalistas. Como se estivesse justificado que estes silenciassem ou encobrissem o assassinato dum colega de profissão. Ou que se alinhassem com a indústria cultural e não com a cultura. A negação de responsabilidades por parte de *El País* na rendição de contas é inaceitável. Sobre tudo em termos de credibilidade. Não sei como faz o leitor, mas eu confio em quem arrisca a sua vida por mim. Especialmente se a arrisca para que um crime de guerra não fique impune. Mais ainda se garante a sua denúncia com arquivos completos. Ainda mais se, ao compartilhá-los, é acusado de criminoso.

Passemos ao segundo parágrafo:

-As fontes citadas nas comunicações passam a ser, de imediato, vítimas potenciais dos mesmos atropelos que se decidiram a denunciar, de modo que o WikiLeaks deixa de ser um instrumento no seu favor e converte-se numa arma contra eles.

É isto verdade? Não. Mentem. Os cabos sem edição circularam durante todo o ano, porque um jornalista do *The Guardian* publicou a senha[8], precisamente, num livro nada complacente com Assange. Depois, as filtrações circularam entre os próprios meios. Por exemplo, ao *20 minutos* chegaram-lhe do jornal norueguês em cuja empresa participa. Não se protegeram «as vítimas potenciais» depois dum ano? O problema de fundo é outro.

O jornal, que se dizia «independente» e agora «global», está subordinado à razão de Estado, ditada por empresas e governos (por esta ordem). *El País* escolheu bandeira e bando. Não respeita que o WikiLeaks rejeite a obrigação de proteger os «nossos» exércitos e os seus colaboradores. Os hackers acham que os mercenários estão muito mais blindados que a população civil. E assim demonstram os números de mortos revelados. O WikiLeaks toma partido, mas não as armas: está com as vítimas. Não com as «potenciais», mas com as reais. As vítimas que outros (por exemplo, *El País*) não contavam ou chamavam «danos colaterais». Até que os hackers chamaram à sua porta e corrigiram «danos» por «assassinatos».

E, por fim, o último golpe do editorialista, que se acha um juiz com toga:

-O erro do WikiLeaks não consiste em renunciar a servir de fonte a alguns dos principais diários e semanários do mundo [...]. Consiste em abandonar depois a deontologia pela qual se rege o jornalismo com que estão comprometidos esses meios.

Uma sentença e uma acusação sem fundamento. Não estão incomodados por que o WikiLeaks não quisesse continuar a «servir-lhes de fonte». Era só o que faltava! Porque fizeram bastante mais que isso. *El País* rebaixa a sua colaboração. Como um namorado despeitado, nega a importância do amor que o abandona. E, numa raiva de ciúme, porque Assange pactara já com outros diários, exige-lhe que respeite o seu código. O pior é que nunca o reconheceu como um igual.

A incongruência revela que em *El País* não entenderam o que aconteceu. Negaram que Assange fosse um jornalista. Só alguém reconhecido como tal – pelos próprios meios? – tem o monopólio do rigor e a credibilidade. E agora repreender aqueles que não gozam dos seus privilégios legais por

8. <http://gallir.wordpress.com/2011/09/04/el-pais-wikileaks-y-exigir-etica-periodistica-que-no-cumplen-ni-ellos/>

incumprir a deontologia jornalística. Acusam-nos de vulnerar um código que, quebrado milhares de vezes, explica a baixa estima social da profissão. E que é o subproduto, o resultado não desejado, dum modelo empresarial moribundo.

Impondo o seu código, a sua deontologia aos demais, os jornalistas renunciam ao que poderia ser a sua tábua de salvação: a cidadania com poder na esfera digital. A sua aliança com o WikiLeaks abriu um caminho de sustentabilidade económica e renovação deontológica. Os cinco meios que compartilharam a exclusiva publicaram mais denúncias do que nunca, multiplicaram as suas audiências e carteiras de publicidade. Por que criminalizam agora o mensageiro?[9] Por que colaboram no assédio a Assange e na repressão do suposto filtrador, Manning? Por que os apresentam como ameaças e não como ícones da liberdade de expressão?

Devem pensar que o jornalismo é só coisa deles. Acreditarão que «informar» sobre os problemas de saias do hacker e os «desequilíbrios» do infante da marinha darão mais benefícios. Ou que o Grande Júri da Virgínia que os aguardava para julgá-los (condená-los) dará lugar a crónicas inesquecíveis. Assim nós esqueceríamos que graças a eles conhecemos os massacres que financiámos. E que já sabemos quem se arrisca por nós. Porque ficou claro quem nos ameaça e nos nega como atores comunicativos com uma ética própria.

A informação classificada não podia continuar a ser património dum milhão e meio de militares e empreiteiros que vivem do negócio da guerra. Os dados por editar já circulavam devido a um erro comum, por filtrações entre os meios e destes para o público (Micah L. Sifry)[10]. Por último, as mortes provocadas pelas filtrações do WikiLeaks é igual a 0. De qualquer maneira, se alguém quiser exercer de juiz de paz em vez de inquisidor, que reconheça que a responsabilidade está repartida (Tom Watson[11] e Jeff Jarvis). Contudo, os factos demonstram quem exerce por enquanto, com as suas contradições mas também com todas as suas consequências, o (contra)poder em rede.

A entrada de ProPolis e o artigo[12] rescrito acima assinalam uma situação kafkiana. *El País* elevou a crítica que os outros meios fizeram ao WikiLeaks. Não se sentiu chamado a intervir na defesa dos direitos humanos, porque esta era uma questão de ONGs e ativistas. Depois escamoteava os factos; ou seja, que todos as comunicações já eram acessíveis há algum tempo. E, por último, em vez de assumir o código aberto, abrindo o jogo a outros, impunha o seu código deontológico a alguém que nunca foi reconhecido como jornalista. Em síntese, a irresponsabilidade social e profissional aliadas à prepotência. Uma fórmula tóxica.

O descontrolo da informação nos circuitos financeiros fez com que chegasse à crise. Agora o WikiLeaks dinamitava o controlo da informação bélica e diplomática.

9. http://elpais.com/diario/2011/09/04/internacional/1315087207_850215.html.

10. <http://techpresident.com/blog-entry/fall-wikileaks-cablegate2-assange-and-icarus>.

11. http://tomwatson.typepad.com/tom_watson/2011/09/the-end-of-wikileaks.html.

12. <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2013/02/cebrian-hacker.html> e <https://www.diagonalperiodico.net/saberes/cebrian-ese-hacker.html>.

Alguns autores tentaram igualar ambas as coisas, equiparando os corsários financeiros com os criptopunks. Mas separaram-nos diferenças enormes. Os lóbis manejam a informação dos mercados submetendo as necessidades da população a alguns interesses privados. O WikiLeaks, ao libertar as filtrações e torná-las do domínio público, gerava um bem comum: o relato coletivo da humanidade. *El País* considerava-se uma peça essencial da História de Espanha (com razão) e um jornal global em espanhol (já com menos razão). Mas ele não pôde entender que o WikiLeaks se sentisse chamado a fornecer um registro histórico do planeta.

A imprensa internacional não soube entender um objetivo no qual não via benefício nem beneficiários. Criticava Assange por incompreensão, mas também tentava ocultar a sua irresponsabilidade. Quando dispusemos das comunicações protegidas pelos cinco meios, pudemos constatar quais delas foram censuradas, redigidas de novo e até apagadas. As comunicações podem ser consultados por país, meio e temática na página oficial do WikiLeaks[13]. A condição estabelecida por Assange de que num ano as libertaria na íntegra era a única maneira de forçar um tratamento exaustivo e não parcial. E de estabelecer o papel desempenhado pela imprensa. Os jornais que se apresentavam como notários da realidade não se queriam expor. Alguns retiraram comunicações das suas hemerotecas para evitarem processos judiciais. Outros escreveram-nos novamente evitando informações essenciais. Muitas comunicações não foram reveladas devido à falta recursos ou coragem.

Com o Cablegate, alguns colegas de Assange acusaram-no de se submeter aos grandes meios de comunicação. Destacou entre eles Daniel Domscheit, que no seu livro[14] criticou que o WikiLeaks quebrasse um princípio básico do hacker: a informação deve fluir sem limites, filtros nem funil. Domscheit rejeitava o trabalho editorial assumido por Assange: decidir que temas tirava à luz, o calendário e onde publicá-los. Não se deveu inclinar tanto perante os seus aliados, quando o desenlace das suas relações foi tão negativo. Três anos depois do Cablegate, Assange mudara completamente de meios colaboradores. Embora também restabelecesse a cooperação com alguns. Além disso, o Openleaks anunciado por Domscheit prosperou. Teria permitido que os filtradores decidissem os prazos e locais de publicação. Mas abandonou o projeto para, segundo ele, assessorar outros projetos semelhantes. Entre outros desatinos, levou arquivos do WikiLeaks e caiu no desprestígio.

Contudo, Assange não respondia uma pergunta mais do que justificada. Quem era ele para se arrojar um papel tão importante e ainda por cima tão ambíguo?

13. <http://www.cabledrum.net/>.

14. Daniel Domscheit-Berg. 2011. *Inside WikiLeaks: My Time with Julian Assange at the World's Most Dangerous Website*, Nova Iorque: Random House.

Acumulava demasiado poder. E era um colaborador difícil. Impunha e mudava as condições de trabalho sem aviso prévio, nem justificação. Sem dúvida a sua arbitrariedade complicou muito as relações. Para piorar as coisas, os jornalistas sabiam que Assange acudia a eles com vontade instrumental; ou seja, para usá-los*. Porque queria aumentar a visibilidade e o impacto político das filtrações. Se, de passagem, deixava as corporações mediáticas em evidência, melhor ainda. Num futuro próximo competiriam com a *Sunshine Press*. E esta última imporá a sua lei na cadeia de alimentos do novo (desta vez sim) ecossistema.

Não é necessário imputar nenhum plano maquiavélico a Assange. Atuava segundo a lei do xadrez de fazer movimentos que aumentem as possibilidades do jogo. Bastava constatar que a informação publicada pela imprensa com o WikiLeaks contradizia a linha editorial anterior. Se faziam bem o seu trabalho, teriam de lidar com novos atores como o WikiLeaks. Caso contrário, esta acabaria arrebatando-lhes o mercado. E não lhes restaria outra saída que evoluir: modernizariam o seu código e as suas práticas. Não éramos darwinistas do Livre Mercado? Não evoluem assim os ecossistemas?

Não era fácil localizar jornalisticamente o WikiLeaks, e decidir que tratamento lhe dar. Não era a fonte originária. Além do mais, não revelava a identidade do responsável pela filtração. Nem assegurava uma relação contínua. Era uma agência de notícias? Ou uma organização de militantes da transparência? Neste caso, seguir a sua estratégia implicava riscos de parcialidade e extremismo. Também não se tratava duma ONG ou um instituto público, académico ou cidadão que pudesse ser considerado com o status de especialista. E se era uma empresa de meios, por que nem sequer tinha o nome registado? A categoria informativa do WikiLeaks era irreconhecível por ser demasiado inovadora. Além disso, a sua companhia tinha perigos. Como vimos no capítulo II, o discurso oficial descreveu os hacktivistas como parte da ciberguerra, a ciberdelinquência e a ciberespionagem.

Os jornalistas não conseguiram tratar com um jovem ator do qual não sabiam se os seus objetivos eram os do ativismo político ou os do jornalismo informativo. Era desconcertante e também os comprometia muito. O último verbo é importante. O WikiLeaks exigia um compromisso com a verdade garantida documentalmente e

* Esta é a versão transmitida pelo autor apócrifo do livro *Assange: biografia não autorizada*. Apesar da amizade que os unia, retrata o hacker como um egocêntrico, manipulador dos seus colaboradores mais próximos. Inconstante nos seus objetivos e de trato muito difícil. A questão reside em se estas são qualidades exclusivas de Assange ou se são partilhadas com outras fontes de maior status, como as celebridades ou os barões da Imprensa. A diferença talvez esteja em que as figuras públicas, que devem a sua notoriedade aos meios e aos seus biógrafos oficiais, entram em trocas de favores mútuos. Pode consultar-se a crónica sobre as condições de Assange na embaixada equatoriana em *London Review of Books* 22/02/2014 <http://www.lrb.co.uk/2014/02/21/andrew-ohagan/ghosting>.

com muitos seres humanos, que não liam aqueles jornais. Estar com os hackers, do lado dos cidadãos mais ativos e críticos, contribuindo com provas que as autoridades escondiam, sem benefícios económicos e com o risco de processos jurídicos e inimizades políticas... demasiados problemas. Para além, os hackers questionavam os seus padrões profissionais. Por via dos factos, rebaixaram-nos e questionaram o seu monopólio. Por fim, tentando o xeque-mate, Assange aproveitava qualquer entrevista para criticar-lhes a falta de coragem. Jovens problemáticos, sem dúvida.

Os grandes meios celebraram a sua ocupação do centro do sistema informativo. Manifestaram-no expulsando o WikiLeaks do debate legítimo, sobre o humanitarismo bélico. O editorial de *El País* subscreve-o ponto por ponto. Por outro lado, um dos seus primeiros aliados, *The Guardian*, demonstrou ter aprendido uma lição. De facto, *The Guardian* desempenhou um papel central na denúncia de Snowden. E voltaremos assinalá-lo como exemplo a seguir. Porque também conseguiu que o *New York Times* voltasse cooperar com ele. No final de 2013, Jacob Appelbaum, a dupla norteamericana de Assange, apresentava-se como jornalista a trabalhar para o *Der Spiegel*. As estratégias estabelecidas por Assange tomavam corpo novamente. Eram vias de intervenção para o jornalismo de código aberto.

Todos os media convencionais sabem que estão presos num processo de decadência irreversível. As suspensões de pagamentos e os expedientes de regulação de emprego estão na ordem do dia. Com formatos e conteúdos tradicionais é impossível renovar o público mais jovem. Porque já faz parte de uma esfera pública digital em rede, ainda que a maioria não seja consciente disso. Aos novos ativistas pouco lhes interessa o jornalismo convencional porque, no fundo, representa interesses alheios antagónicos. Os novos media de comunicação devem encontrar uma viabilidade, não só económica, mas também democrática. Ou o jornalismo integra protagonismos e expressa novos interesses ou fracassará em ambos os planos: fazer caixa e democracia.

CURSO RÁPIDO DE JORNALISMO

Antes de enfrentar desafios, convém revisar a história. A Imprensa constituiu-se em quarto poder, capaz de controlar os outros três, quando foi capaz de se apoiar numa comunidade que o financiava e que proporcionava notícias e relatos coletivos. Isto sucedeu na Ilustração, e é pertinente recordá-lo agora que podemos retomar um projeto racional e humanista, usando a Rede em lugar da imprensa tipográfica. Mas, nos finais do século XX, a economia converteu-se num fim em si mesmo e os meios de massas ficaram sem comunidade de referência. «O jornal global em

espanhol» – como se denomina a si próprio El País – era, antes do mais, parte duma corporação multimédia ao serviço das classes sociais com capacidade de consumo, que atraíam a publicidade. Também devia manter boas relações com os governos que lhe garantissem mercados de proveito. Se este é o panorama da imprensa prestigiosa, a televisão tornou-se, como já indicámos, um gueto de reclusão e estigmatização das classes populares.

A informação converteu-se em infolazer e o comentarista em tertuliano. Os documentários quase desapareceram, e surgiram no seu lugar os *reality shows* (ou a McTevê, um termo mais adequado)[15]. Agora espia-se a vida quotidiana de cidadãos comuns, em vez de controlar aqueles que exercem o poder. Não existe um só programa deste tipo que coloque numa ilha os ex-presidentes do Banco Mundial ou do FMI, e que mostre como fazem para viver com os recortes que eles impõem. Ao mesmo tempo, o analista com conhecimento específico foi substituído por comentaristas gerais que cobram o duplo: das televisões e dos partidos. Atuam como expertos em tudo que não contribuem em nada, fora do ruído. Dizem aquilo que os seus políticos pagadores não poderiam dizer por respeito ao seu cargo. E dedicam mais tempo a impedir que outros falem do que a exporem os seus argumentos. Em definitivo, os humildes são exibidos e os tribunos mercenários aviltam o debate público.

Não surpreende, portanto, que os públicos mais críticos e ativos tenham emigrado a outros canais. Não é por acaso, e sucede durante toda a história, que o público crítico é o verdadeiro criador e destinatário do jornalismo. Quando os nativos digitais alcançarem a maioria de idade, reivindicaram-se como primeiras fontes e recetores prioritários de informação, lá onde podiam sê-lo, na internet. Demandam e praticam um jornalismo deles e para eles. O jornalismo atual ainda não é tal.

Além da questão da credibilidade do meio e dos jornalistas, importa como se concebe o processo informativo e o destinatário. Se o primeiro não se distingue da publicidade e o segundo não se distingue do consumidor, não teremos avançado nada. Os licenciados em Comunicação chegaram a aceitar que a reprodução de declarações e dossiês equivale a fazer notícias. E alguns engoliram a ideia de que a publicidade é outra maneira de informar. A linguagem corporativa identifica *community managers* com jornalistas comunitários, fala-se do jornalista empreendedor e inclusive do jornalista marca. Formas insidiosas e nomear os mercadores, os pastores e os etiquetadores.

15. Sampedro, Víctor. 2003. «La McTele como industria de identidades lucrativas y de consumo. Análisis de Gran Hermano y Operación Triunfo», em Sampedro, Víctor (Ed.) *La pantalla de las identidades. Medios de comunicación, políticas y mercados de identidad*. Icaria. Barcelona. Disponível em www.victorsampedro.com.

A publicidade identifica a participação com o consumo. Mas a precarização salarial impede que funcione como via de integração e reconhecimento. De facto, as marcas excluem. Na rua servem para distinguir aqueles que têm dinheiro. Nos meios, também. O preço dos produtos e serviços anunciados indica o público objetivo. Nos inquéritos, que determinam as quotas de audiência, a pergunta principal é o nível de consumo. Tanto compram vocês, tanto valem, tanta informação merecem. E no campo político, que estabelecia a igualdade radical de «uma pessoa, um voto», o panorama não melhora. A propaganda eleitoral, disfarçada de notícias, deixou de interessar a quem sabe que as urnas já não castigam os políticos corruptos. Não ou pouco importam a McTevê, os debates ou as notícias prefabricadas a quem produz meios na Rede. Não consomem mas produzem conteúdos próprios. Desde 2010, alguns deles —na realidade bastantes— utilizam os teclados e os ecrãs, ocupam as ruas e as instituições, contra o empobrecimento e a exclusão.

O WikiLeaks deu a todos um curso acelerado de novo jornalismo. Ensaiou o jornalismo de código livre numa escala e com uma radicalidade impensáveis. Demonstrou o imenso valor dos três traços que constituem o sistema comunicativo próprio duma sociedade-rede: bens públicos, colaboração e globalização em positivo.

(1) *O código, o canal de comunicação e a informação oficial devem ser considerados bens públicos.* Quer dizer, não podem estar sujeitos a monopólios privados nem estatais. Os programas de anonimato e encriptação usados pela WikiLeaks são de domínio público. Colaboraram no seu desenvolvimento e obsequiaram com eles na Rede. Todas as filtrações acabam por ver a luz integralmente. Os arquivos depositam-se em servidores de intercâmbio de arquivos, que são acessíveis por qualquer internauta, e também no site oficial do WikiLeaks. O formato é aberto, completamente modificável.

Não tenho certeza de que se entenda bem esta primeira lição. Porque é dupla e tem muitas implicações. Primeiro, que a linguagem com que nos comunicamos —o código— é património de todos: quer-se dizer que é universal e neutral. Como a própria internet, o canal deveria ser acessível para qualquer ser humano, em igualdade de condições. Não deveria dar-se prioridade a nenhum ator nem censurar-se temática alguma. Dizia o subcomandante Marcos, quem comparávamos com Assange: «todo para todos e para nós nada». Isto é, ou nós somos parte do tudo ou não faz sentido, quer sejamos movimento social, quer sejamos empresa, quer administração pública.

Se prescindimos dos bens públicos digitais, utilizaremos serviços e ferramentas que farão coisas que nós não queremos. Assim o expressavam os criptopunks no capítulo anterior. Por exemplo, se o software não é de código aberto e livre, pode acumular os nossos dados. E estes dados podem ser cedidos aos políticos que repartem

favores no mercado da comunicação. Os políticos podem transferi-los às grandes corporações que pagam as suas campanhas. E... Ou seja, os intercâmbios circulares e o clientelismo entre a indústria e a vigilância digitais que foi revelado por Snowden.

A segunda parte da primeira lição não é menos importante. Já não se refere ao código ou ao canal, mas aos dados oficiais, gerados pelas administrações e os organismos públicos. Estes devem ser de acesso universal por defeito. Não existem razões para negar isto aos contribuintes, que pagam esses dados oficiais, nem aos eleitores, que teriam de considerá-los no momento de votarem. Aliás, como vimos no capítulo primeiro, não há recursos nem tecnologia suficientes para geri-los secretamente. Se os que governam não se autolimitam, pressionados pela população, governantes e governados, todos, acabarão como Obama instalando tendas de campanha antiespionagem para comunicarem-se. Uma imagem que expressa a vulnerabilidade que implica o afã de controlar tudo.

(2) A segunda lição dum temário apócrifo de jornalismo, impartido pelo WikiLeaks, não vai à zaga quanto a interesse y provocación. A *colaboração* é imprescindível para exercer o jornalismo de denúncia. Nunca foi certa a imagem do repórter investigador como detetive solitário e individualista. Por trás de cada denúncia jornalística há uma comunidade de informantes e colaboradores, que a dota de relevância social e impacto político. Mas o WikiLeaks foi além. Motivou a cooperação entre empresas mediáticas que antes eram rivais. Uma novidade de primeira ordem para uma indústria obsessa com publicar «exclusivas» ou, no seu defeito, fabricá-las.

Antes as notícias eram consideradas propriedade do meio, e não podiam reproduzir-se sem arriscar uma multa. Ainda que, como fonte, uma pessoa lhes tivesse fornecido as declarações ou as imagens, era preciso pedir licença e pagar. O absurdo chegava à máxima expressão quando se tratava dum escândalo que, paradoxalmente, era qualificado pelo próprio meio de «escândalo público». Na realidade, vemos que eram «escândalos seletivos», que perseguiram o dano contra determinados inimigos ou adversários. De passagem, ganham os favores dos seus aliados e o aplauso dum audiência que apenas se interessava pelos pecados alheios, os do outro bando. O resultado seria um antagonismo social e mediático, contrário ao bem comum.

Os processos colaborativos entre empresas —que antes se consideravam competidoras— e com os usuários —que se consideravam passivos— retoma a ideia da informação como bem público. Sempre o foi e sempre será: pelo menos segundo a teoria económica. Igual que o ar ou a água citados como bens públicos ou comuns pelos manuais. Porque pertencem a todos. Porque ninguém pode negar-nos a respiração nem bebermos num rio (ainda que muitos tentem fazê-lo). Da mesma maneira que não se pode proibir comentar as notícias em voz alta ou deixar o jornal, depois

de lê-lo, num lugar visível para que o leia outra pessoa. O problema é que agora compartilhar é copiar. E, para alguns, isso é delito. Quando se enfatizam os bens comuns sobre os públicos é para enfatizar que a sua conservação corresponde a todos. Não apenas aos gestores e planejadores das administrações.

Faria sentido aplicar o copyright a conteúdos produzidos por um repórter que arrisca a sua segurança para dar testemunho de primeira mão. Ou a colonistas que, depois duma árduo trabalho de documentação e análise, explicam em detalhe as causas e o contexto da atualidade. Mas impõem-se licenças privativas a peças compostas de declarações ou de dados que poderiam ser registados pelos cidadãos com um computador, uma câmara ou um telefone móvel. Os jornalistas devem descobrir que tarefas é que o público não pode ou não quer fazer. E aquelas que tampouco podem fazer-se automaticamente, com máquinas. Quando achem tudo isto, achar-se-ão a si mesmos. E serão remunerados por isso. Porque estará claro que acrescentam valor à cadeia informativa. Tornar-se-ão, então, imprescindíveis, e pagaremos com gosto. Não por aquilo que fazem agora, mas por aquilo que vamos fazer juntos.

O WikiLeaks evidenciou que os jornalistas não são os únicos atores que elaboram informação, nem aqueles que elaboram a informação mais relevante. Com permissão ou sem ela —sem estados a expedirem carteiras, nem universidades a venderem o título, nem empresas a pagar—, muitos cidadãos já desempenham tarefas jornalísticas muito apreçadas. Por exemplo: (1) a criação e estímulo de fluxos de informação, (2) proteção das fontes dissidentes, recebendo os ataques por elas, arriscando a vida se for preciso, (3) seleção e publicação da informação e (4) libertação da documentação no registo histórico da humanidade. Isto é o que fez o WikiLeaks. E está cada vez mais acompanhado por fundações, institutos públicos, organizações cívicas... Juntos, com autonomia e agregando-se na rede, criam espaço público e atuam como Quarto Poder em Rede.

(3) Por último, e não menos importante, o WikiLeaks demonstrou que os problemas que afetam as sociedades-rede têm um alcance global, e que portanto devem ser enfrentados nesse nível. A informação mais relevante para a sustentabilidade dos nossos sistemas é de escala transnacional, e o enfoque jornalístico preciso é o *pós-nacional*.

Desculpem os prefixos, mas carecem de sentido. Transnacional significa que questões fundamentais como a degradação ecológica, o crescimento da população e as migrações (relacionadas com o anterior) ultrapassam, pela sua própria natureza, as fronteiras nacionais. Pós-nacional significa que a solução para esses problemas nunca se achará dentro das fronteiras, se as considerarmos impermeáveis e exclusoras. Integrando as duas lições prévias do temário hacker sobre jornalismo concluiríamos:

cumpra cuidar dos bens comuns da humanidade (ecologia, população e liberdade de movimento), e aplicar soluções que sejam fruto da colaboração. O jornalismo de código livre não respeita os muros com alambrado, nem estatais nem corporativas.

Até aqui a teoria que questiona esquemas do passado, que não nos deixam pensar na internet como uma ferramenta e um espaço para a regeneração democrática. E que, levada a sério, daria resposta aos perigos de regressão civilizatória a que estamos expostos. Em termos pragmáticos, a tarefa a realizar é menos alambicada. As ameaças mais graves exigem que a sociedade civil (transnacional e pós-nacional) atue desde plataformas que aproveitem o contexto de (a)legalidade em que se movem os poderes financeiros, militares e digitais. Parece forte e complexo. E é, mas não tanto.

Trata-se de dar a volta à falsa transparência mediática, que não ajuda em nada à rendição de contas nem à sanção política. O objetivo é que sejam outros os despedidos e os escarmentados na esfera pública. Ou, em positivo, que os cidadãos tirem à globalização o mesmo proveito que tiram essas elites que carecem de outra pátria mais que o seu património. O jornalismo de código aberto também é apátrida. Buscará e promoverá a legislação mais garantidora da liberdade de expressão, para atuar desde aí. Por exemplo, a inclusão do *New York Times* primeiro, e do *Washington Post* depois, entre os jornais que receberam as filtrações, permitiu que *The Guardian* apelasse à emenda constitucional dos EUA. Desta maneira evitou o conservadorismo dos juizes do seu país. E já vimos que o promotor desta estratégia, Assange, promoveu uma lei na Islândia, a mais garantidora das existentes, para atuar desde ela.

Assange reivindica um «jornalismo científico», acompanhado dos registos íntegros dos documentos originais, que avalizem a sua veracidade. No capítulo

O chamado é claro para quem queira atendê-lo. Porque é simples de entender.

- Atuar com a mesma impunidade que os mercados internacionais para denunciar as guerras económicas. Resistir e contraatacar com dados os ataques especulativos e as estafas, as políticas de patentes, de propriedade intelectual e industrial...
- Imitar as coligações de exércitos mercenários. Revelar os seus crimes com *delatores*, hackers e colaboradores voluntários. Em resumo, alianças mediáticas para promover um diálogo de civilizações desarmadas.
- Traspasar as fronteiras, tal como fazem as indústrias digitais. Não para evadir impostos e rebaixar custos laborais, mas para exigir que os culpados prestem contas, que restituam o roubado, que paguem o dano provocado e que compartam benefícios com a gente.
- E acumular dados. Não para privatizá-los, mas para fazê-los públicos e de livre acesso. Completando assim, aos poucos e entre todos, um registo universal de informação que aumente o conhecimento livre e reparta as possibilidades de aproveitá-lo.

primeiro vimos que se trata duma proposta com profundidade. Liga o jornalismo de dados ao seu verdadeiro objetivo, que são os dados e não as visualizações. E liga-o ao ativismo que urge pôr em prática: o ativismo de dados.

Oferece às fontes anónimas —igualadas dessa maneira e identificadas com a gente comum— a capacidade de estabelecerem as agendas informativas. Quer dizer, podemos fixar, num processo aberto a outros muitos atores, os temas de debate público. Não há exclusões prévias; tudo pode ser posto em questão. Porque o ponto de partida são os dados, não as fontes, discriminadas segundo o prestígio do poder.

Os dissidentes libertam arquivos, de maneira que o discurso oficial pode ser ignorado ou desmentido. É possível pulá-lo ou denunciar a sua falsidade. Os dados apelam a todos, transmitem imagem de credibilidade e ancoram o debate na realidade observável. Já não se trata de disputar a visibilidade às elites, estetizando o protesto com ações simbólicas, engraçadas e impactantes. A deriva artista (arte + ativismo) do protesto está ao alcance das classes médias e ilustradas. Facilmente podem transformá-lo em fonte de autocomplacência ou negócio no mercado da arte e dos discursos alambicados. O código dos dados abertos e livres é de todos. Constrói mensagens semelhantes aos emitidos pelos centros de poder. E disputa-lhes o controlo dos dados e a sua interpretação.

O trabalho jornalístico, concebido desta maneira, ganha uma autonomia desconhecida até agora, comparável à autonomia das ciências sociais. É verdade, «jornalismo científico» parece uma expressão ribombante demais. Mas insisto em que recupera o princípio fundamental da Imprensa: exercer como quarto poder que não quer poder. E isso significa descentralizá-lo, distribuí-lo, criá-lo desde abaixo.

A condição democrática dum representante político é devida a uma série de traços que devemos recordar. Primeiro, tem que ouvir as demandas cidadãs, atendê-las e acordar um compromisso para satisfazê-las. Segundo, o compromisso há de ser conhecido, controlável pela cidadania. E por último, o representante tem de ser removível, substituível sem derramamento de sangue nem excessivos custos sociais. Estas características foram indicadas por um politólogo italiano que, quando escreveu sobre a internet (igual que quando escreveu sobre a televisão), não tinha ideia do que dizia. Mas encontra-se nos temários de muitas faculdades de jornalismo. O qual não quer dizer, porém, que as suas exigências aos representantes democráticos sejam, estas sim, insubstituíveis.

Yohai Benkler não é Giovanni Sartori, nem precisa. Não dá aulas de comunicação nem de ciência política, ainda que seria bom que o fizesse. Codirige o instituto Berkman de Internet em Harvard, e foi testemunha da defesa no caso de Bradley Manning. Sua é a definição mais contundente do Quarto Poder em Rede. O facto de

que a expressasse perante um tribunal de justiça militar denota o medo que gera, e a quem incomoda mais. As citas que transcrevo foram colhidas da Rede, não dum meio de comunicação. Confirmam quem atou como Quarto Poder. Não havia transcrição oficial do juízo a Manning, e portanto os jornalistas não as ofereceram: teve de ser uma organização dos direitos civis.

Afirma Benkler perante a juiz militar (como não havia de ser uma mulher? As mulheres ficam muito bem à frente das tropas nos governos «progressistas»):

O quarto Poder é o conjunto de práticas e modelos de organização tecnológica que desempenham juntos o papel que no século XX associávamos com a imprensa: proporcionar um controlo público das três ramas do governo.

P: É o WikiLeaks membro do Quarto Poder em Rede?

R: Sem dúvida.

P: Por que acha isso?

R: [O WikiLeaks] é um componente do que na história do jornalismo vemos como momentos máximos, nos quais os jornalistas são capazes de dizer: «aqui há um sistema que opera de maneira obscura para o público, e agora vamos ligar a luz». Isto é o que o WikiLeaks ensinou a fazer na esfera pública em rede. O WikiLeaks talvez fracasse no futuro por todos estes factores [acoso, ataques, o juízo contra Manning], mas o modelo numa via de filtração descentralizada, segura tecnologicamente e que permita a colaboração dos meios de vários países, vai sobreviver e será construído por outrem.

O WikiLeaks teve um papel fundamental nessa posição crítica que o jornalismo de denúncia e investigação desempenhou sempre[16].

OS TRÊS PODERES RASGADOS DE CIMA A BAIXO

O Quarto Poder em Rede é, segundo Benkler, uma rede de *práticas e modelos de organização tecnológica*. Note-se que não se fala em profissionais nem empresas. Há milhões de pessoas e máquinas no mundo, por separado ou de maneira mais ou menos organizadas, que realizam tarefas jornalísticas. Desempenham atividades com mais rigor e mais prolongadas, na maior parte, do que as «práticas» dos alunos

16. In The Matter Of: United States vs. PFC Bradley E. Manning. Vol. 17 July 10, 2013 unofficial draft – 7/10/13 Morning Session. Provided by Freedom of the Press Foundation, cofundada por John Perry Barlow, letrista dos Grateful Dead e mentor da internet mais rebelde. Deu uma conferência de imprensa com Assange, em favor de Snowden, e provando a relação entre a contracultura da década de 1960 e contracultura digital atual. <https://pressfreedomfoundation.org/sites/default/files/07-10-13-AM-session.pdf>.

de Comunicação. Não são bolsheiros nem trabalhadores em precário, pelo menos não nos meios. Atuam desde outros «modelos de organização tecnológica»: agregadores de blogues e notícias, redes sociais, portais coletivos, comunidades livres na rede com espaços colaborativos («wikis») ... De vez em quando, os seus trabalhos aparecem nas indústrias da comunicação, quase sempre sem cobrarem. E, como vimos, sem a proteção legal dos jornalistas.

O profissional é outro ator, e a sua empresa outro nodo mais numa rede que exerce, recorda Benkler, *o controlo público das três ramas do governo*. Esta rede, segundo o mesmo autor, filtra de modo *descentralizado e tecnologicamente seguro* dados que exigem a *colaboração dos meios de vários países*. Ora bem, o WikiLeaks, com a sua estratégia, demonstrou que os três poderes clássicos sofriam uma fase regressiva. Durante o século XX os governos, os parlamentos e os juizes estiveram submetidos à pressão dos outros dois poderes: o quarto poder da imprensa e a «mão invisível» do Mercado. Para sermos exatos, esta última foi a que acabou por impor-se: não de modo invisível, mas invisibilizado por uma cobertura mediática afim. A economia, convertida na única lógica que movia os meios, introduziu a «espetacularização», o escândalo seletivo e os conta-contos em todos os âmbitos.

O século passado despediu-se mostrando a degradação dos três poderes clássicos. Os líderes políticos transformaram-se em estrelas pop ou em barões mediáticos. Os partidos-máfia dominavam as administrações[17]. Os líderes impunham a disciplina de partidos desenhados à sua imagem e semelhança. Os candidatos serviam os interesses dos financiadores das suas campanhas e as doações tornaram-se a melhor referência das suas decisões de governo futuras. Os governos demonstravam que foram colonizados pelas corporações, e entre elas as corporações mediáticas e digitais. Os parlamentos mostravam-se esvaziados de poder, silenciados pelas tertúlias e seguindo o ditado dos lobbies. Estes atuavam desde instâncias internacionais, e eram alheios à pressão popular. A esta mediatização do poder legislativo havia que sumar a mediatização dos tribunais, com os juizes estrela, os macroprocessos mediáticos, transmitidos em direto...

A partir de 2008, os meios corporativos (e o capitalismo) entraram em crise. O WikiLeaks começou a publicação de filtrações em países não ocidentais, e três anos mais tarde evidenciou até que ponto os poderes herdados da Ilustração estavam corrompidos. Indiquemos as evidências, na maior parte já mencionadas.

17. «Pop-Politics», a política pop, «mafia parties», partidos-máfia, são expresiones da comunicação e da ciência política dos finais do século passado. Veja-se Van Zoone, Lisbet. 2005. *Entertaining the Citizen: When Politics and Popular Culture Converge*. Rowman and Littlefield Pub. Oxford.

As comunicações bélicas e diplomáticas indicavam que os *governos* ocultavam o fracasso das guerras em curso mentindo à opinião pública, violando a legislação internacional e os direitos dos cidadãos nacionais e estrangeiros. Isto ficou absolutamente claro, mas progressivamente, com as revelações posteriores sobre serviços de intercetação e espionagem. O «diálogo das civilizações» afogava nas celas de Guantânamo que, cada vez mais próximas, ampliavam o perfil e o número dos inquilinos possíveis. Os suspeitos que ainda não eram ficam expostos à vista dos drones.

Quanto aos *parlamentos*, pudemos constatar que se convertiam em extensões dos interesses corporativos, dirimidos numa guerra geoestratégica que, sobretudo, era de carácter económico. A economia do petróleo impulsava guerras que nem sequer eram votadas pelas câmaras de representantes. A propriedade intelectual e industrial justificava a guerra global contra a pirataria. Promovia quadros legais favoráveis às corporações, mediante a pressão das embaixadas norteamericanas. Os parlamentares tampouco decidiam a respeito do sistema de vigilância em massa, nem conheciam os juízes ou os tribunais responsáveis pela supervisão. A espionagem estatal e económica era exercida a través de empresas digitais, em teoria ao serviço dos usuários. Mas serviam para que os estados monitorassem os cidadãos e as empresas, os consumidores. Os primeiros seguiam o rasto, as segundas comerciavam com os dados.

O *poder judicial* mostrou também a sua degradação. A justiça privatizou-se de três maneiras. Primeiro, mediante tribunais secretos secretos (na sua composição e procedimentos), para aplicar a legislação antiterrorista. Segundo, mediante a denegação de serviços digitais ou de pagamento eletrónico aos dissidentes, por parte das corporações privadas (que, como os governos e as milícias, estão exentos de comparecerem perante os juízes). E, terceiro, mediante os juízos que se centram em assuntos privados dos hackers, dos jornalistas e dos seus colaboradores.

Os meios contribuíram a despolitizar um debate fundamental para as nossas democracias, ao tratarem a luta pela transparência como uma saga de casos e pleitos jurídicos individuais. Ignoraram a desobediência civil e o trabalho de higiene pública dos filtradores. Desviaram a atenção (primeiro dos juízes e depois do público) sobre os crimes de guerra, a ilegalidade internacional ou a corrupção administrativa. O conteúdo das filtrações foi esquecido, suplantado pelos acontecimentos judiciais e diplomáticos de Assange, Manning e Snowden. Sobre eles caiu um acoso sem precedentes. Não serviu para proteger os denunciantes de Assange. Nem para aclarar as falhas na segurança nacional quanto às informações confidenciais. Nem sequer para pensarmos, como seria lógico, se deveríamos legislar a respeito da tecnologia de espionagem em massa de maneira parecida à legislação sobre armamento nuclear ou sobre armas de destruição em massa.

O rumo de degeneração confirmou-se com o caso de Snowden. O Governo de Obama condenou-o sem matizes. Ignorou os pedidos de indulto, os inquéritos favoráveis e esmagou o quadro internacional de direito a asilo político. O Executivo do Reino Unido fez cair o peso da legislação antiterrorista sobre o companheiro sentimental de Glenn Greenwald, o jornalista colaborador de Snowden. Um namorado de nacionalidade brasileira, sem carteira de imprensa, correria a mesma sorte que o presidente da Bolívia, retido também o mês anterior num aeroporto, suspeito de transportar Snowden. *The Guardian* recebeu a visita do serviço de inteligência, que destruiu os arquivos entregues por Snowden. Um gesto inquisitorial: não os conservaram como prova. Tratava-se de destruí-los, como numa queima de livros: uma prática neonazista. Há poucos dias, enquanto escrevia, recebi a notícia de que a detenção do companheiro de Greenwald fora declarada ilegal. Infelizmente, isto não recebeu a mesma atenção que quando fora detido. O apoio judicial aos hacktivistas não merece a mesma cobertura que a repressão de que são objeto. Não sucederia o mesmo se os jornalistas os considerassem como uns iguais.

O auto-exílio de Snowden foi a manifestação mais evidente de que a democracia estadunidense não fornece um quadro legal que garanta realmente a legítima dissidência. Snowden não voltou ao seu país porque, ao ser-lhe aplicado o isolamento das leis antiterroristas, não lideraria nunca uma campanha na sua defesa. Comparada a sua situação com a que teria na década de 1970, a regressão democrática é patente. O que se trasladar ao âmbito internacional. Snowden também não encontrou asilo nos países iberoamericanos (nem do eixo bolivariano nem no Brasil) ou europeus (Islândia e Alemanha, sobretudo) onde solicitou (até em vinte democracias)[18]. Lá onde não chegaram as leis antiterroristas, os EUA recorreu à pressão económica, como na UE.

Snowden demonstrou a falta de controlo parlamentar sobre as intervenções «irregulares» da NSA, transformadas em norma de funcionamento. Obama foi obrigado a apresentar uma série de iniciativas que, embora fossem recebidas com cepticismo, revelam a pressão política causada pelo hacktivista. Meio ano depois de conceder a sua primeira entrevista, ainda não se concretaram em compromissos institucionais nem protocolos legais estabelecidos devidamente. Todo continua aberto no momento de escrevermos estas páginas. E continuará a estar por um tempo considerável. Como mantinha Benkler, se não for o WikiLeaks, as suas réplicas (GobaLeaks, BalkanLeaks...) e outras organizações continuarão as rotas traçadas pelos pioneiros.

18. Para seguir o caso Snowden, o recurso mais atualizado e completo é <http://edward-snowden.net/>.

O emergente Quarto Poder em Rede denunciou a maltratada condição e a insuficiente separação entre os outros três poderes. Cumpre atender a evidência das carências ao respeito da Imprensa anterior.

O QUARTO PODER EM REDE AJUSTA CONTAS COM A IMPRENSA

Pelo seu modo de proceder, o WikiLeaks deitou críticas iniludíveis a todos os meios de comunicação. Todos recebem a sua parte de crítica: os meios privados, os meios público-estatais e até os chamados meios sociais. O qual indica, mais uma vez, que estamos perante uma mudança de época. Os desencontros entre os meios e os hacktivistas apontam para uma falta de encaixe entre visões e práticas muito diferentes a respeito do que é e deve ser o jornalismo. Por deferência, e para sermos coerentes com o que dissemos, começemos com a autocrítica académica.

Jornalismo de dados e cidadão. Como o punk: passível de ser feito por qualquer pessoa

O jornalismo de denúncia, redigido com código livre, questionou as etiquetas que até há pouco geravam as faculdades de comunicação. Transformou em letra morta centos de escritos sobre «jornalismo de precisão», «jornalismo cidadão» e o atual «jornalismo de dados». Por melhor dizer, integra-os e dá-lhes sentido verdadeiro, profissional e socialmente. O *jornalismo de precisão* propunha que os jornalistas trabalhassem estatisticamente as bases de dados. Os métodos sociológicos permitiam deixar constância de realidades ocultas e dar voz a determinados sectores sociais. A precisão e o rigor científicos proporcionavam autonomia e solidez a um jornalismo de investigação de oficina. Em vez de andar a rua e recolherem declarações, os repórteres analisavam e cruzavam dados graças aos computadores pessoais e à digitalização de registos documentais. O WikiLeaks superou este modelo. Os hackers outorgam uma ética insubornável ao corpo social, e os criptopunks ferramentas de longo alcance.

As bases de dados já não são fornecidas pelas burocracias. Não é preciso aguardar por elas. Se não as publicarem, será o público a divulgá-las. Se forem censuradas, os internautas completarão os dados que faltem. Se não puderem ser analisadas, outras pessoas modificarão o formato dos documentos para que se possam visualizar e procurar nelas. E, se não houver bases de dados, criar-se-ão colaborativamente. O debate público já não depende de quem regista, armazena e (des)classifica. Quer dizer, já não depende de quem ostenta o poder. Os criptopunks democratizaram o jornalismo de dados, garantindo privacidade e anonimato para qualquer indivíduo. E puseram-no ao alcance de todos aqueles que tenham um computador conetado à

internet. Como diz o responsável por este assuntos em *The Guardian*: «O jornalismo de dados é como o punk. Pode ser interpretado por qualquer um»[19].

Para aqueles que, como o autor destas linhas, encontraram no jornalismo de precisão a tábua onde se agarrar depois de obterem o diploma de jornalista, o WikiLeaks deu-nos o prémio do século. A análise de dados era uma via para fugirmos do «jornalismo de declarações». Expressão que aludia, com tacto, às mordanças oficiais e ao «jornalismo de dossiê» que se pretendia de investigação. Porque a maioria das denúncias mediáticas provinha, até há pouco, de filtradores com cargos ou responsabilidades nas administrações e partidos. O escândalos surgiam das lutas intestinas e das perdas de maiorias absolutas. Os jornalistas afins seguiam o roteiro do dossiê para fazerem uma encenação pública. E assim, em comandita, davam entrada a uma nova equipa, um projeto de lei mais conveniente para os filtradores ou uma purga simbólica dos supostos responsáveis pelo desaguisado.

O jornalismo de precisão era a nossa resposta laica, científica e crítica ao jornalismo «de valores» que nos foi ensinado em Navarra. Valores que mais tarde a profissão traduziu por «favores». Era também a nossa maneira de fugirmos do bipartidismo imperante, da falsa ideia de que se és jornalista em Espanha debes usarás ou fontes do PP ou fontes do PSOE, e ponto[20]. Depois chegou a seguinte moda académica, a moda do *jornalismo cidadão*, e a precisão caiu em desuso. Nas faculdades começou a falar-se da cidadania para fazer referência ao uso de inquéritos para identificar a agenda de notícias demandadas pela audiência. Agora, depois do WikiLeaks, já não parece necessário perguntar-lhes nada. Os governados podem falar por si mesmos, dar ao debate os temas que conhecem melhor, porque têm acesso documental a eles e a capacidade de publicá-los.

Mais tarde, com o auge dos blogues, veio a temporada pret-à-porter do *jornalismo cidadão digital*. Os teóricos da Comunicação e da Informação (ninguém explica a diferença, mas vão em maiúscula) são muito dados a cunharem termos. Tais termos expressariam «mudanças de paradigma», como estas se dessem cada cinco anos. E inventam-nos a cada momento, metendo mais objetivos. A moda do jornalismo cidadão digital vinha a propósito para ocultar uma precariedade laboral e uma degradação de conteúdos sem precedentes. Os blogues ofereciam informação

19. http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2013/11/el-periodismo-de-datos-es-como-el-punk_27.html.

20. José Luis Dader foi o introdutor do termo em Espanha, quando traduziu o livro *Precision Journalism* de Philip Meyer em 1993 (Bosch) e publicou um próprio em 1997 (Síntesis). Inclusive, conseguiu adicioná-lo como matéria optativa no plano oficial de estudos da UCM. Mas tarde, com Xabier Meilán e José Juan Toharia chegamos a impartir cursos de verão para o Grupo Prisa, nos quais convidámos Meyer. Lográmos convencer alguns jornalistas (não os empresários) de que uma folha de Excel (de cálculo) poderia ser mais valiosa do ponto de vista informativo que uma declaração exclusiva. Pergunto quantos (a incluir J. L. Dader) terão relacionado o WikiLeaks com tudo aquilo.

e opinião gratuitas que, publicadas depois num meio, eram fonte de ingressos. As gravações de áudio, as fotos ou os vídeos enviados pela audiência rebaixam custos salariais e eliminam postos de trabalho. A propósito, não recordo um único debate sobre os direitos de autor destes materiais informativos que, custeados por cidadãos, são privatizados pelos meios.

Na realidade, as empresa usaram as tecnologias digitais para precarizar mais ainda as condições de trabalho, e em consequência a qualidade do jornalismo. Ofereciam miscelâneas refeitas, textos de cortar e colar, com o material enviado pelo público, ou com o que rapinavam na rede. E convertiam os profissionais jovens em párias. Acabariam, como os meus alunos, pagando por trabalhar. Depois de ganharem uma miséria por uma peça extensa («se houver sorte»), pagam do seu bolso a tarifa do móvel, a conexão à internet e a atualização tecnológica dos seus equipamentos... e ainda pagam impostos como autónomos. Para a minha escusa (não é grande), posso dizer que jamais enviei nem recomendei alguém para entrar numa redação sem cobrar. E que, por falarmos em jornalistas cidadãos e digitais, citei o 11M de 2004 e os espanhóis que «filtravam» as notícias estrangeiras sobre as bombas de Al Qaeda em Madrid. Como prova, fique um texto nas atas dumas jornadas, com um titular explícito: «Jornalismo cidadão, precariedade laboral e depauperação da esfera pública»[21].

Os hackers ultrapassaram todas estas propostas. Nem sequer parece que a levassem em conta. Fusionaram o jornalismo de precisão, o jornalismo cidadão e o jornalismo de dados num só, ao alcance de todos. Podemos contribuir com donativos, que são a única maneira de financiamento para muitos projetos informativos de bem comum. Podemos participar do intercâmbio dos seus arquivos nos nossos blogs e baixá-los doutras webs de intercâmbio de arquivos. Podemos colaborar na proposta e financiamento de determinados documentários e reportagens. Podemos construir e analisar colaborativamente os bancos de dados. O leque é imenso. As formas de participação no Quarto Poder em Rede existem, e são abertas e livres.

Pecados privados e o negócio dos segredos

Os medos e incertezas que provoca esta situação nos meios corporativos resultou em indiferença, desconfiança ou ataques. Acrescentemos a falta de rigor. E,

21. Sampedro, Víctor. 2009. «Periodismo ciudadano, precariedad laboral y depauperación de la esfera pública», em Pérez Herrero, P., Rivas Nieto e R. Gelado Marcos (coordenadores). *Estudios de Periodística XIV – posibilidades y riesgos para el discurso informativo*. Ed. Universidad Pontificia de Salamanca. Salamanca. Disponível em <http://www.ciberdemocracia.net/victorsampedro/capitulos-de-libro/>.

com isso, a crítica infundada está pronta. Benkler indica que, segundo a sua análise, só o 20% dos jornais anglo-saxões informou de que as comunicações do Iraque e do Afeganistão não eram centos de milhares, como se difundiu aos quatro ventos: era apenas uma seleção mínima, filtrada e redigida, não mais de 300 comunicações entre um total de 250.000[22]. Chama a atenção que os meios aliados incorressem neste erro. Talvez não fosse. Desta maneira exageravam a envergadura dos arquivos para promoverem-se. E atribuíam-se o «impressionante» trabalho de espremerem a informação que eles continham. Os jornalistas magnificaram o seu papel, e desvalorizaram o papel dos hacktivistas. E depois personalizaram o debate em Assange, primando um enfoque biográfico como delinquente sexual.

A temática sexual teve como primeiro efeito o afastamento da personagem do âmbito dos delitos de opinião ou expressão. Se não fosse assim, as imputações contra ele teriam de fazer-se também aos seus colaboradores nos meios. A identificação teria sido inevitável. O apoio da imprensa envolvida também. Era o que o WikiLeaks procurava, que a imprensa global desse a bem-vinda e o apoio ao Quarto Poder em Rede. Mas aceitou-se que Assange cometera delitos doutra natureza, duma natureza desviada. Não era perseguido pelo exercício da liberdade de expressão, mas por forçar a liberdade sexual doutras pessoas.

Foi uma estratégia de intoxicação muito sofisticada. Não planificada pelos meios, mas sim assumida, se calhar inconscientemente, e com plena efetividade. Os jornalistas elevaram o herói ao máximo, e depois abaixaram-no. A primeira entrevista com Assange publicada no *New York Times*, que fora o último trabalho assinado pelo seu diretor na altura, Bill Keller, são dos excelentes exemplos. O primeiro texto conferia valor ao «jornalismo de filtrações» que tantos réditos deixaria em termos económicos e em prestígio. O titular atribuía uma missão louvável aos companheiros: «Quando revela documentos secretos, o WikiLeaks procura a transparência»[23]. O segundo texto, porém, rebaixava a imagem do inventor das macrofiltrações e anulava estas como ferramentas democráticas: «WikiLeaks, epílogo. O legado das filtrações é que os EUA se têm tornado mais herméticos que nunca»[24]. Em fevereiro de 2012, e quatro meses mais tarde, Snowden certificava que a espionagem maciça tinha começado

22. Yochai Benkler, 2011. «A Free Irresponsible Press: Wikileaks and the Battle over the Soul of the Networked Fourth Estate». *Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review*, Vol. 46, pp. 312-397.

23. «In Disclosing Secret Documents, WikiLeaks Seeks 'Transparency'», por Eric Schmitt, 25 de julho de 2010 http://www.nytimes.com/2010/07/26/world/26wiki.html?ref=julianpassange&_r=0. Para a melhor entrevista inaugural de Assange na imprensa recomendo «No Secrets. Julian Assange's mission for total transparency», por Raffi Khatchadourian, 7 de junho, 2010. http://www.newyorker.com/reporting/2010/06/07/100607fa_fact_khatchadourian.

24. Reproduzida por *El País*, 23 de fevereiro de 2012, p. 6.

em 2005. Atribuiu-se aos hacktivistas um impacto oposto a aquele que anunciavam. Ainda que o hermetismo administrativo começara sete anos antes. Além de que a planificação duma estratégia tão nova teria levado mais. E, como sucede habitualmente, a imprensa não assumia nenhuma responsabilidade. Mais outra vez declarou-se inocente do escasso impacto que tiveram as suas notícias (e não tanto as filtrações).

É doloroso constatar que foi a crise nas exigências profissionais o que permitiu que os meios fossem tão vulneráveis ao conta-contos do Pentágono. Eram histórias para adultos, com um ponto safado. Logo que foram dadas por verdadeiras, trazê-las à colação era inevitável. E cada vez que isto sucedia, distanciava o jornalista do hacker, demorava os assuntos importantes a tratar e deslocava-os *sine die*. Depois de estourar o Cablegate, duas mulheres acusaram-no de ter mantido com elas relações sexuais não consentidas. A coincidência no tempo e as incoerências das mulheres, que se foram vendo como evidentes, deveriam ter alertado qualquer redator da possibilidade de montagem. Mas o relato erótico-violento-pornográfico continha todos os ingredientes duma «grande história». Sem complicações e com muitos benefícios. Aumentaria as vendas, satisfaria os importantes inimigos do WikiLeaks.

A imprensa «topou» um cevo irresistível: as declarações das mulheres que apresentaram a queixa sobre a sua atividade sexual desmedida. Dois assaltos de cama numa semana. De repente, fomos assediados com relatos sobre forcejos, insistências, negativas não aceitas, preservativos rotos ou retirados subrepticamente... Mulheres feridas na sua dignidade por um macho alfa de impulsos irrefreáveis. Algumas crónicas pareciam tiradas dum canal pornográfico[25]. Era difícil evitar o relato ou, por melhor dizer, deixar de transcrever os dossiês judiciais, com todo o detalhe. O contexto jurídico permitia introduzir passagens escabrosas que noutra circunstância seriam inadmissíveis num jornal. Que personagem! Entrava nos dormitórios alheios igual que em arquivos secretos! Com que prepotência! Etc.

Outra função adicional daquele porno escandinavo era distanciar o público feminino e «progressista». Eliminar as mostras de simpatia ou apoio que pudesse ter nesses sectores. Estimulou-se um discurso politicamente correto que exigia a Assange resolver as suas contas pendentes antes de continuar com a sua cruzada... ainda que pudesse acabar como Manning. O mais importante era isso. Uma sorte de fundamentalismo jurídico de género. Tempo haveria para ver as consequências. Assange devia apresentar-se perante a justiça sueca, ainda que esta fosse a única no mundo a perseguir este tipo de delitos. Sem importar que constasse a existência de

25. Eis um breve exemplo: http://internacional.elpais.com/internacional/2011/11/02/actualidad/1320231824_432305.html.

torturas em extradições anteriores por motivo de terrorismo. Ou que o ministro de Exteriores tivesse colaborado com a CIA... ou que a intransigência processual exigisse uma entrevista presencial na Suécia e não bastasse declarar desde a embaixada do Equador. Antes do mais, a aplicação estrita da lei. Só nesse caso? E apesar da desproteção para as afetadas num processo que levava anos paralisado? Recordemos: não há acusação firme contra Assange, apenas o requerimento de declarar e uma ordem de detenção por negar-se a fazê-lo na Suécia.

Se não bastasse o anterior, o conta-contos do violador dava consistência à maior objeção que pesava sobre o fundador do WikiLeaks. Quem era ele para pedir conta a ninguém, se era incapaz de dar conta de si? Alimentou-se a confusão entre âmbitos privados e públicos, concedendo a ambos a mesma transcendência. E a imprensa de prestígio assumiu como próprio o assalto à intimidade, até aquele momento praticado pelo jornalismo sensacionalista. Aplicavam o lema criptopunk na contra de Assange: privacidade para o humilde e transparência para o poderoso». Não era ele um dos homens (e muito homem) mais poderosos do mundo? É verdade que o seu maximalismo e prepotência ajudaram. Mas o tratamento dado a Assange e a qualquer outra celebridade envolvida em tais problemas de saias não têm comparação possível. O caso de D. Strauss-Kahn, diretor do FMI e acusado de delitos sexuais em 2011 forneceria um bom exemplo a contrário.

Em resumo: vendas pornográficas (por conteúdo e por cifras), censura disfarçada de correção política e crítica vulgar. Exigia-se maior transparência num delito privado ainda por confirmar do que em crimes de lesa humanidade constatados documentalmente. O qual encaixava à perfeição na defesa neoconservadora dos direitos privados e no desprezo pelos direitos civis. O Pentágono e o Departamento de Estado puseram-se finalmente de acordo em responder ao WikiLeaks, depois que este os tivesse golpeado consecutivamente. Ambas burocracias acharam o conta-contos adequado para que os meios celebrassem aquele ecossistema-em-que-todos-ganhavam-e-medravam. Todos, menos os hackers.

Como resultado, o debate sobre os assunto íntimos adiado e terminou por substituir outro debate muito urgente sobre o significado das filtrações. As alusões às «violações» precediam as entrevistas. O, ao fazerem-se no final, suspendiam o juízo do leitor sobre a honestidade daquela personagem. Encaixado na correção política, produziu-se um pseudodebate, que só poderia ser reconduzido dando novamente importância ao conjunto de informações que estavam a ser ignoradas. Porém, o papel que o WikiLeaks poderia ter desempenhado na emergência do Quarto Poder em Rede ficou rebaixado. Na memória coletiva talvez tenha ficado mais sexo que mentiras oficiais e vídeos de massacres.

«O hacker é aquele capaz de abrir, de entrar onde em teoria não é possível ou não está permitido, e modificar o que está, deixando algo de quem entra; ou seja, um coito!» A cita do meu amigo Ignacio Collado demonstra que a sexualidade e o hacktivismo, concebido como criação ou arte (por que não?) compartilham uma dimensão criadora. Permitem aceder a uma realidade inacessível e modificá-la. A cruzada de correção política contra Assange revela uma imprensa que teria questionado a obra de Pablo Picasso por culpa da sua conhecida incontinência sexual. Os jornalistas parecem prisioneiros de discursos estandarizados e moralistas. Estigmatizam qualquer desvio, ao tempo que querem fazer-se de alternativos. O jornalismo já não reconhece o amor pelo conhecimento, porque desterrou das redações o desejo de entrar no proibido e mudá-lo. Se o leitor acha que isto é uma breguice, imaginem o que os conta-contos oficiais pensaram daqueles jornalistas dos quais se serviram. Dando-lhes alguns fios, deixaram que tecessem o manto com que tapar a mensagens hacker. E, por cima, fizeram com que se sentissem feministas e muito profissionais.

A homossexualidade de Manning e o seu pedido para mudar de sexo também foram motivos para denigrá-lo. Manning desafiara a homofobia nos seus tempos de liceu e de milícia, manifestando a sua orientação sexual quando o tinha proibido. No juízo só se declarou arrependido no último momento, para rebaixar a sua condena. E quando a recebeu voltou a abrir a boca sem licença. Para demandar uma coisa para a qual não tinha autorização. Demandou receber um tratamento que o tornasse mulher; aproveitou o seu encerramento para migrar a um corpo feminino. Declarou-se livre e disposto a crescer em liberdade. Porém, a sua pessoa ficou associada com a falta de coragem. O pedido de mudança de sexo foi a escusa para difundir uma imagem dele com peruca feminina, a acompanhar a notícia da sua condena. Mensagem implícita: a desvio recebeu o seu castigo. Errámos quando o enviámos para a frente. Em ProPolis[26] modificámos o contexto e publicámos essa fotografia com o seguinte texto de J. Galtung:

26. <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2013/08/loving-chelsea-manning.html>.

Cinco teses sobre Assange, Manning e Snowden

Por Johan Galtung*

Tese primeira

O elemento fundamental da divulgação de informação confidencial não é a revelação de segredos, mas a não-violência e a luta da desobediência civil contra os grandes males sociais.

Revelar informação secreta pressupõe que se pode alertar alguém, que de facto quer ser alertado e que está em posição de fazer alguma coisa ao respeito.

Obviamente, aqueles que podem fazer algo a respeito da política exterior dos Estados Unidos, aqueles que têm o poder (o legislativo, o Congresso e sobretudo o Senado; o executivo, o Departamento de Estado, o Pentágono e a Casa Branca; o judicial, a Corte Suprema, o económico, os grandes bancos; o cultural, os grandes meios de comunicação) sabem muito bem o que está a suceder.

Todos são esforços para conservar o poder imperial económico, militar, político e cultural.

Mas não querem mudanças. E aqueles que as querem – uma boa parte da população estadunidense, dos países aliados e da maioria do resto do mundo – foram alertados, mas em boa grande medida são impotentes. Pelo menos isso é o que pensamos. Mas sobre este ponto veja-se a tese quinta.

Tese segunda

A questão básica não é o interesse político-mediático sobre Julian Assange, Bradley Manning e Edward Snowden, mas o interesse sobre a informação que eles divulgaram.

Manning divulgou um vídeo sobre o ataque dum helicóptero contra várias pessoas no Iraque, a maioria das quais estavam desarmadas e não eram combatentes. Entre elas havia dois jornalistas da agência de notícias Reuters.



* Professor de estudos sobre a paz, é reitor de TRANSCEND Peace University – TPU. Também é autor de 150 livros sobre paz e assuntos afins, entre eles *50 Years – 100 Peace and Conflict Perspectives*.

O resultado: o parlamento iraquiano rejeitou a proposta do governo de George W. Bush (2001-2009) para manter uma base militar nesse país. Os Estados Unidos retiraram-se do Iraque o 31 de dezembro de 2011.

Manning também revelou a magnitude total da corrupção do ditador da Tunísia, Zine el-Abidine Ben Ali, o que avivou a revolta juvenil.

Também revelou que o ditador do Iémen, Ali Abdullah Saleh, aceitou os ataques com aviões não tripulados dos Estados Unidos no seu país, o que levou à sua demissão.

Manning revelou que a secretária de Estado dos EUA, Hillary Rodham Clinton, ordenou a diplomáticos da Organização das Nações Unidas que espiassem as suas contrapartes no foro mundial em busca de informação detalhada sobre os líderes da ONU, com contrassinais e chaves encriptadas.

Manning revelou que o atual secretário de Estado, John Kerry, pressionou Israel para que estivesse disposto a devolver as Colinas de Golã a Síria como parte das negociações de paz.

Manning revelou que a corrupção do governo afegãos era «abrumadora».

Manning revelou a natureza autoritária e corrupta do regime de Hosni Mubarak (1981-2011) no Egípto.

Manning revelou que o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, era contrário a atacar as instalações nucleares do Irã, porque seria contraproducente.

Manning revelou a política israelita de «manter a economia de Gaza funcionando na sua mínima expressão possível enquanto se evitasse uma crise humanitária».

Manning revelou que o presidente da Síria, Bashar al-Assad, e a sua esposa compraram jóias e levavam um estilo de vida luxuoso na Europa, enquanto a sua artilharia matava em Homs.

Tomemos o exemplo de Snowden: as suas revelações, que os Estados Unidos espriavam os seus aliados tanto quanto o Afeganistão, puseram em risco os planos de Washington para criar dois grandes blocos comerciais, um transatlântico e outro transpacífico, com a finalidade de excluir o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

De ser assim, esta é a história do mundo, com os Estados Unidos a ganhar tempo.

Tese terceira

A diplomacia em geral, não só a dos Estados Unidos, ficou ao descoberto. Quando Assange publicou as primeiras informações no WikiLeaks, escreveu: «O imperador está nu. E não apenas o imperador estadunidense, mas também a imperatriz diplomática».

«Que classe de discurso ridículo é este, tão concentrado no negativo, nos atores, geralmente pessoas da elite nos países de elite? Bisbilhotices, caracterizações pueris, o tipo de «análise» de poder típico da imaturidade. Onde está a análise da cultura e a estrutura, que é de longe mais importante que os atores que vêm e vão?», acrescentou.

«Onde estão as ideias positivas? Onde estão as ideias sobre como converter os desafios do aquecimento global em cooperação para um benefício mútuo e equitativo, como os projetos para destilar água na fronteira de Israel com o Líbano e a Palestina, alimentados por espelhos parabólicos, e a positiva cooperação entre os Estados Unidos e o Irã sobre energias alternativas?», aprofundou.

«A democracia morre a porta fechada, e o WikiLeaks abre essa porta; um enorme serviço à democracia», afirmou.

O que Manning e Snowden revelaram é a agonia do império dos Estados Unidos. O que revelaram Assange e outros é a agonia do sistema estatal conhecido. Ambos processos demorarão um tempo, o

primeiro mais que o segundo. Mas não se confundam: estas três pessoas fizeram história.

Três nomes que serão recordados quando alguns presidentes dos Estados Unidos sejam esquecidos merecidamente. Quem recorda as grandes autoridades inglesas na Índia, os virreis e os seus delitos, reis dos vícios? Mahatma Gandhi mantém a sua vigência.

Quem conhece os nomes dos ingleses que tentaram manter as colónias sobre o litoral do oceano Atlântico? George Washington, Thomas Jefferson e Benjamin Franklin eclipsam todos eles.

Talvez até contribuam para a diminuição dos exércitos e, se os Estados Unidos mudam, para o entendimento entre as nações. Um prémio Nobel da paz compartilhado entre os três. Não é provável, por a Noruega é cliente dos Estados Unidos.

Tese quarta

Os aliados dos Estados Unidos obedecem por medo, não por estarem de acordo. Especificamente: obedecem para evitar que um dia a Força Aérea dos Estados Unidos aterrissem nas muitas bases que estão ao seu dispor, «pois o governo é incapaz de proteger a sua própria população».

Vêm os estadunidenses, não os russos nem os muçulmanos. Quanto mais passível se torna isto, mais se deslizam os Estados Unidos para a sua predisposição ao totalitarismo aceite. O próximo passo, provavelmente, sejam os campamentos da FEMA (Agência Federal para a Gestão de Emergências) para suspeitos –por categorias, metadados–, como os campamentos para japoneses durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Tese quinta

Todo o mundo, e especialmente os meios, pode acelerar o processo. As maçãs podres devem cair da árvore: uma sacudida ajudaria.

Os meios chave, com *The Guardian* e *The Washington Post* na cabeça, merecem os nossos parabéns. Depois, deixemos que milhões de pessoas rodeiem os ministérios das Relações Exteriores e as embaixadas, reclamando o fim da espionagem, que ponham os seus servidores longe dos grandes traidores nos Estados Unidos, que suspendam a cooperação futura, que tornem as relações diplomáticas mais frias até que aconteça uma «desespionagem», semelhante ao desarme.

A profundidade do olhar de Galtung contrasta com a puerilidade e simplismo mostrados pela imprensa. O avô dos Estudos da Paz indica tudo o que os meios se negaram a reconhecer e atribuir aos hacktivistas. Destapa o objetivo da personalização mediática: censurar o realmente importante, por sobre-exposição a umas historinhas individuais, aliás prefabricadas por outros. Quando publicaram as palavras «Sou Chelsea Manning, sou uma mulher», os jornalistas não se sentiram incitados a tratar o problema que esses casos representam para o exército norteamericano. Os EUA situam-se na posição 40ª, numa relação de 103, quanto ao respeito aos direitos dos gays, lesbianas, bissexuais e transexuais[27]. A homossexualidade reaparece no

27. <http://www.theguardian.com/world/2014/feb/20/us-ranks-low-global-index-lgbt-inclusion-armed-forces>.

caso Snowden, através de Glenn Greenwald e do seu namorado, açoitado pela polícia. A geração *queer*, sem inclinações sexuais limitadas pelos seus corpos, entrava na esfera pública. Não nos suplementos de moda, mas na primeira página. Ninguém o percebia, ninguém o notou.

O conta-contos contra Assange e Manning combina, respetivamente, a correção política feminista e o discurso homófobo. Ambos igual de caducos (ainda bem que Snowden tinha uma namorada de passarela). O conto devia chegar a todos os públicos, com qualquer inclinação e tendência sexual. Não tem que ser plenamente coerente. Nem pode ser em tempos posmodernos. Funcionou. Mas a falha de sintonia entre os jornalistas e a contracultura atualizada pelas novas gerações é suicida. Agora, a homossexualidade, a bissexualidade e transexualidade são as seguintes barreiras a saltar; nos altares e nos calabouços. Foucault não caberia em si de alegria se pudesse analisar como os hacktivistas desafiam a biopolítica do poder (a sua intromissão em todos os aspectos vitais).

Quem muda o código informático também sonha com reprogramar o seu corpo. O quebra-gelo vem carregado de libertários, libertarianos e libertinos. E faz parte duma cultura digital que chegara antes ao cinema. A diretora Lina Wachovsky também mudou de sexo. Digira, com o seu irmão, *Matrix*, o filme icónico dos hacktivistas que têm agora anos (Manning), trinta (Snowden) ou quarenta (Assange). A pílula vermelha permite entrar no video-jogo e mudá-lo para que ganhem os bons. Transformar o mundo, as regras de jogo de transformar-se a si mesmos. Esse é o programa, por excelência, duma revolução contracultural.

Domesticando filtrações selvagens

Com o viés assinalado na cobertura, mais os que veremos a seguir, a Imprensa conseguiu rebaixar o impacto das filtrações. Daí a armadilha do debate sobre a utilidade ou pertinência da sua estratégia. É impossível determiná-la sem considerar o papel dos meios aos quais lhes foi confiada a gestão. E ainda não insistimos bastante no que implica uma megafiltração. As diferenças face à filtração protagonizada por Daniel Ellsberg com os papéis do Pentágono são notáveis, e mostram a sua novidade.

Ellsberg filtrou uns documentos que provavam o engano oficial da opinião pública a respeito da guerra do Vietnam. Entretanto, as comunicações liberadas por Manning eram relatórios realizados de forma rotineira, em trabalhos bélicos e diplomáticos. Eram, portanto, mais fidedignos. Não se tratava de comunicações ou relatórios de altos cargos, mas da documentação gerada no dia-a-dia. Além do

conteúdo, as diferenças de contextos tecnológicos são abismais: Ellsberg carecia de fotocopadora e necessitou recorrer a diferentes estabelecimentos de copiadoras. Passou perto dum ano a dissimular o trabalho em pequenas quantidade, que duplicava para os seus contactos jornalísticos. Manning serviu-se dum computador com drive e internet. Aliás, valeu-se da rede de anonimato e encriptação dos criptopunks.

Ellsberg era um herói de guerra e um dos cargos mais altos no *think tank* da elite militar onde trabalhava. Os seus papéis estavam classificados como ultrassecretos. Pela sua parte, Manning era um dos 1,2 milhões de estadunidenses com acesso à informação secreta do Cablegate e um dos quase quatro milhões de credenciados para a informação reservada. Antes as filtrações provinham dos altos cargos. Grande parte delas estavam permitidas ou autorizadas. Usavam-se para sondar, consultar a reação ou recetividade de alguma medida futura. Se eram revelações «ilegais», os altos cargos podiam confiar no seu rango e status como garantias da sua defesa legal.

As megafiltrações, porém, têm algum carácter selvagem: podem ser responsabilidade de centenas de milhões de pessoas, que estão qualificadas para geri-las. Aliás, contam com equipamento próprio. Podem filtrar desde a sua casa ou trabalho, até deslocando-se, e com impunidade. Recordemos que não existe um só registo informático de que Manning tivesse entregado nada ao WikiLeaks. Não obstante, o seu expediente e o expediente de Assange estão formados por milhares de documentos recolhidos na rede. Mais concretamente, fornecidos pelas companhias que lhes ofereciam chats, mensagens ou outros serviços.

Quando dizemos que as megafiltrações selvagens foram domesticadas, dizemo-los num sentido amplo. Estamos a falar de que se acalmou a sua mordida crítica. E que o novo quarto poder foi tratado de forma provinciana, paliado o seu efeito em corros de vizinhas. Os meios rebaixaram o significado das megafiltrações bélicas, limitando-as a debates insustanciais ou ligados à política nacional. As notícias sobre os abusos de direitos humanos e a legalidade internacional das comunicações diplomáticas foram racionadas. De vez em vez publicavam-se crónicas de acontecimentos mais ou menos escandalosos. Demoradas no tempo e isoladas do seu contexto, essas notícias fragmentadas faziam com que se perdesse a visão de conjunto.

Grande parte das peças publicadas sobre as embaixadas estadunidenses centravam-se em anedotas e comentários pessoais sobre outros cargos ou líderes políticos. Novamente as celebridades, a pantomima das elites deslocava a informação de fundo. A crítica individual tapava umas instituições cuja degradação se comprovava de maneira irrefutável. Em pouco mais de meio ano, os meios da coligação forjada por Assange deixaram de explorar o Cablegate. A sua capacidade para esgotar temas inesgotáveis ficou em evidência.

O WikiLeaks não ficou parado, mas as filtrações posteriores a 2011 não tiveram a atenção que mereciam. Poderíamos conhecer em detalhe os antecedentes da guerra na Síria se acedermos aos *Syrian Files*, disponíveis desde julho de 2012. O que talvez teria provocado uma campanha de «não à guerra» como foi em 2004 contra a invasão do Iraque. O leitor poderia conhecer também o servidor da internet que armazena os seus dados e regista o seu historial de navegação. Isto é informação contida nas filtrações posteriores ao Cablegate. Em outono de 2013, os *Spy Files* (arquivos de espões) estavam na terceira entrega. Depois de rachar com Assange, os cinco meios aliados no início deveram sentir-se despeitados e não deram a mesma atenção. Amor que te abandona, perde importância. Quando Assange mudou de aliados, os novos meios tinham menos público e influência.

Não houve uma exploração exaustiva nem intensiva das revelações, devido à falha de recursos e equipas, ou a um conceito errado do que era uma notícia. Apenas *The Guardian*, que colaborara com o WikiLeaks desde os primeiros momentos, continuou a ser coerente. Foi o primeiro meio em expressar os seus desacordos, mas também foi o mais constante. A sua cobertura do WikiLeaks continuou a ser a mais completa e arriscada. Se ofereceu peças que criticavam os hackers, também publicou as defesas mais enérgicas e os chamados mais atrevidos para apoiá-los. A proposta de constituir um Edward Snowden Aviation Club (Clube de Aviação de E. Snowden), que o ajudasse a sair da Rússia, é um bom exemplo do chamado de ajuda feito à sociedade civil[28]. Esta estreita conexão com os círculos próximos ao WikiLeaks converteu *The Guardian* no canal mais confiável, embora também mais crítico com esta organização. É imprescindível, por exemplo, para seguir os problemas desencadeados no partido WikiLeaks[29].

Ao integrar na sua redação antigos colaboradores de Assange, *The Guardian* empreendeu operações mais arriscadas. De facto, substituiu o WikiLeaks como plataforma de difusão da macrofiltração de Snowden. Além de oferecer-se como es-cudo, dirigiu a encenação. Publicou as suas primeiras declarações, obtidas por Glenn Greenwald, e acompanhou com avanços informativos todo o processo. Demonstrou que entendia e praticava os princípios do jornalismo digital.

A crítica contra os três poderes clássicos e contra o quarto poder foi tão contundente e completa que a cobertura mediática, no final, tinha de ser prejudicial para os hackers. Por ativa ou por passiva. Pelas rotinas e a ideologia profissional,

28. «The 'Edward Snowden Aviation Club' and other ways to beat US persecution». Mark Weisbrot, 1 de julho, 2013. <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jul/01/edward-snowden-aviation-club-nsa-whistleblower>.

29. «Why I resigned from the WikiLeaks party», Daniel Mathews, *The Guardian*, 22 de agosto de 2013. <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/aug/22/wikileaks-julian-assange>.

tão caducas. Ou pelas suas relações com os centros de poder, tão estreitas. Incluso os meios colaboradores fizeram crítica deles com dureza. Sem fidelidade aos dados e dando apoio ao conta-contos oficial. Talvez com isso quisessem marcar as diferenças e dar provas de independência (a respeito do WikiLeaks, quero dizer).

Boa parte das notícias negativas sobre esta organização não ofereciam documentos que lhes dessem suporte. O rigor era menor que o demonstrado pelos hackers. Os exemplos são incontáveis, e recolho apenas um, denunciado por Greenwald. A informação de que o computador pessoal de Snowden fora analisado por expertos chineses durante a sua estadia em Hong Kong apoiava-se só em duas fontes anónimas[30]. E, como esta, houve centos de notícias feitas sobre elucubrações sem fundamento, falsas e falazes.

Podariam fazer-se centos de teses de doutorado com algumas perguntas de investigação que têm ficado no ar. Não é por acaso que o WikiLeaks planejou a sua estratégia como um experimento. As suas filtrações entraram nos meios como uma variável independente; quer dizer, uma coisa que faz variar outra. Alterou a cobertura mediática, e provocou um antes e um depois. Assange escolheu com cuidado os meios colaboradores, considerando os seus contextos legais, culturas e públicos. Podemos, portanto, analisar o modo em que uma mesma filtração acabou por ser apresentada em diferentes meios e momentos. Fiel ao seu perfil científico, Assange desenhou o operativo como um analista de meios. Outro grande presente. E uma condena: necessitaremos décadas para responder estas questões.

Perguntas e hipóteses

Em que medida as filtrações foram anuladas pela info-propaganda bélica? Praticaram os meios que criticavam Assange a transparência que lhe exigiam? Houve outros temas ocultados pela obsessão sobre as suas desventuras pessoais? Centram-se os meios em histórias nacionais, de interesse para o público doméstico, esquecendo a perspetiva global? Exigiram que os governantes prestassem contas? Deram-se pautas e indicações ao público para que participasse na análise ou no debate? Quem apoiou os aliados hackers? Houve temas que não foram tratados em nenhum meio? Houve algum evitado por todos? Há diferenças entre os meios europeus e os meios anglo-saxões? Entre os do norte e o sul da Europa? Entre linhas editoriais e modelos empresariais? Os meios marginados da aliança inicial com o

30. Este é o blogue de G. Greenwald: <http://www.theguardian.com/commentisfree/series/glenn-greenwald-security-liberty>.

WikiLeaks questionaram ou silenciaram as filtrações que tiveram vedadas por um tempo? E quando se difundiram as comunicações, como se comportou a imprensa do resto do mundo? Havia diferenças na cobertura entre os países desenvolvidos e os países empobrecidos?

Responder o anterior implica avaliar o jornalismo que o WikiLeaks veio reinventar. Quase ninguém, na indústria ou na profissão, parecia disposto a repensar o seu papel. Contudo, ditaram sentenças antes de celebrados os julgamentos. E continuaram, passo a passo, o acoso, processamento, encarceramento e exílio dos protagonistas. Por pura reiteração de rotinas profissionais, o castigo à dissidência foi sempre mais visível que as suas motivações e éxitos.

Em resumo, e à falta dos estudos indicados antes, podemos concluir provisoriamente algumas coisas. Poderiam tomar-se como hipóteses de partida. E oxalá fossem desmentidas.

- Os meios privilegiados por Assange na sua aliança informaram, sobretudo, de processos de figuras de alcance nacional. Dirigiram-se, como faziam antes, às audiências que criam conhecer bem. Esqueceram que os temas eram transnacionais e que os atores interpelados para atuar eram pós-nacionais.
- Este enfoque doméstico e provinciano solapou-se num tratamento comercial que personalizava, fragmentava e normalizava as informações com o objetivo de torná-las mais atrativas para o público, e menos críticas com as elites.
- Sobretudo, trataram-se questões pessoais, de chefes de Governo e líderes políticos, dos ativistas, não de instituições e organizações. Os fundos documentais foram esquartejados, de modo que se diluiu o enorme impacto do conjunto. E, aliás, normalizou-se a situação. Apresentavam-se as declarações oficiais (quando havia) sem comprová-las nem desmenti-las. Quando eram falsas ou contraditórias não se exigiam purgas nem demissões. Aceitou-se o silêncio oficial como resposta válida, não como indício de culpabilidade nem como um primeiro passo para demandar responsabilidades.
- Também houve normalização por saturação. Porque um pequeno escândalo era sucedido por outro, e ficava assim enterrado no esquecimento. E, metendo tudo no mesmo saco, gerou-se um fluxo de informações escandalosas. Sem desmentidos nem confirmações. Quase sem repercussão se considerarmos o seu volume e a sua gravidade. A corrupção dos valores e das práticas das elites apareciam normalizadas.
- Essa normalização começara quando os meios apresentaram às autoridades as filtrações do WikiLeaks antes de publicá-las. Isto era algo inédito no

jornalismo de investigação. Pelo menos, era inédito que o confessassem tão abertamente e sem vergonha. Consultaram o ator implicado sobre a conveniência de fazer públicos os seus assuntos sujos. O processo, até agora, fora publicar e, simultaneamente, pôr os documentos a dispor dos juízes.

- As fontes oficiais tiveram sempre prioridade, incluso impunidade. Até ao ponto de não estarem obrigadas a demonstrarem os seus contos sobre ciberterrorismo, ciberdelinquência, ciberespionagem. Nem a argumentarem em detalhe a condenação por assalto de camas alheias e por desejo de ter outro corpo.

Meios digitais e globais

Que se pode dizer sobre os meios digitais mais conhecidos? Talvez base com ver a função desempenhada pela revista *Wired*, um emblema para os fanáticos da tecnologia digital. Graças a um dos seus «repórteres», o ex-hacker e agente do FBI, Adrian Lamo, conseguiu-se o processamento de Manning. Não é por acaso que Lamo fosse um dos hackers mais famosos entre os jornalistas. Entregou às autoridades os conteúdos do chat em que um ingénuo marine lhe perguntava o que devia fazer com o horror que conhecia. Mas o colaborador do *Wired* era outro jornalista embutido: estava acamado com as tropas da ciberguerra.

Como atuaram os meios considerados globais? A revista *Time* não se lê em todo o mundo, mas a sua capa sobre a pessoa do ano é reproduzida em quase todos os meios. *Time* não hesitou em apresentar Mark Zuckerberg, proprietário do Facebook, como pessoa do ano em 2010. Impôs o seu critério sobre o critério dos seus leitores, que escolheram Assange. Fica claro que o público não é quem manda. E é diáfano com quem está a indústria mediática.

Como negócio privado que é, a *Time* primava uma empresa digital sobre uma organização que nem sequer tem o seu nome registado. Quem se arriscaria a suplantar o WikiLeaks? A imposição de Zuckerberg era uma troca entre empresas. A *Time* afiançava as suas alianças publicitárias, promovendo a rede social que oferece a maior plataforma de marketing digital. A revista dirigia ali os seus leitores. Talvez em troca de alguma coisa? Que terá o Facebook que não tem o WikiLeaks? Em definitivo, constatamos mais uma vez em que função nos colocam os meios: antes propagandista viral do que hacker. E, se restavam dúvidas, um repórter da *Time* teve a desvergonha de pedir o assassinato de Snowden no Twitter[31]. Glenn Greenwald

31. <http://www.infowars.com/time-reporters-call-to-kill-assange-typical-of-political-class/>.

chamou este tipo de indesejáveis «presstitutes». É pena que não haja uma boa tradução portuguesa. Aditem-se propostas.

A *Time* não deseja uma audiência de ativistas, que boicotam marcas ou aplicam o decréscimo nos seus níveis de consumo. Enviava o seu público à «mineração de dados». A mina e os mineiros somos nós. O que nos extraem, os dados que entregamos aos Facebook e a qualquer empresa digital para que os acumulem, explorem e vendam. Se um discurso (auto)crítico, os «novos» meios corporativos continuarão (e quererão que continuemos) ao serviço do marketing viral. Viam-nos como leitores silenciosos que nem sequer compartiam o jornal depois de lido. Se fosse por eles, o jornal autodestruir-se-ia trás o seu uso: desse modo poderiam vender mais. Ou consideravam-nos tão acomodados face ao ecrã, soberanos do controlo remoto. Agora devem-nos imaginar como ovelhas para ser pastoreadas pelos «community managers». Ou, igual a eles, em vez de *presstitutes* prostitutas que vendemos a nossa intimidade despindo-nos nas redes sociais.

Para acabar esta sorte de autópsia do velho quarto poder, resta fazer referência aos meios sem ânimo de lucro: os estatais e os sociais. Tampouco se pode dizer que gozem de boa saúde.

Meios estatais e sociais

As rádios e televisões foram desbordadas pelo alcance global das filtrações. Encerrados no mapa mental das suas nações, defendiam uma razão de estado que não encaixava no mundo hacker, que é global. As dependências governamentais tampouco facilitaram a cobertura de materiais que criticavam os Governos de qualquer signo, sem exceção. Não obstante, foram as televisões estatais, sobretudo nórdicas, as que produziram os primeiros documentários sólidos sobre o WikiLeaks. E, por exemplo, a Televisão Russa Internacional (RT) emitiu as entrevistas feitas por Assange. Armando uma produtora e com meios próprios. Depois de cobrá-las a preço de ouro (como era de esperar, porque o seu valor é alto), foram cedidas depois a outras muitas emissoras.

A colaboração com a RT sugerirá a algum leitor que Assange (como Snowden) está ao serviço de Putin. Seria outro engano, fomentado pela personalização que antes criticávamos. Outra maneira de não ver o importante. Assange manteve uma série de entrevistas digitais, enquanto sofria detenção domiciliar. Outro exemplo de que para um hacker não há paredes. Com altos e baixos, as conversas oferecem-nos uma visão muito crítica do mundo, embora esperançada. Com uma conexão à internet e com um par de computadores, Assange foi capaz de arrecadar o testemunho de

algumas figuras que serão consideradas como protagonistas de execução do início do novo século. A entrevista com Correa foi uma das piores, mas serviu para conseguir o seu apoio. A entrevista com Tariq Ali e Chomsky, a três vezes, é imperdível. Igual que a entrevista com os Occupy de Londres e Nova Iorque. E com o líder do Hezbollah, Sayyid Nasrallah, o que ninguém conseguira antes. Além do conteúdo[32], a forma de produção ajuda-nos a repensar a função dos serviços públicos de rádio e televisão na era digital.

A tarefa que pode desempenhar o Estado agora é formar ou apoiar tecnologicamente a cidadania para que gere informação. Isto é imprescindível no caso de comunidades arrasadas. Mas nos países desenvolvidos existem cidadãos de alta intensidade política e comunicativa. Produzem os seus conteúdos, e o que precisam em realidade dão plataformas de visibilidade e difusão. Esse deveria ser um objetivo prioritário das rádios e televisões públicas no século XXI. Estimular e dar a conhecer a autoprodução informativa dos cidadãos. O que, aliás, permitiria oferecer conteúdos distintivos num mercado global... e a baixo custo. Seria o contributo do Estado à informação concebida como bem comum, autogerido pela população. E ajudaria o Quarto Poder em rede a ultrapassar a hegemonia da televisão como meio principal.

Por último, os meios sociais receberam algumas lições das quais talvez deveriam tomar nota. A primeira lição indicaria que o ponto de partida do jornalismo são os dados, as evidências... não os discursos. E menos ainda se o fim deles é identitário. Manter uma identidade coletiva vibrante não se consegue com uma retórica vazia. As frases feitas e os discursos ideologizados apenas servem para o autoconsumo. Ou são usados como aríetes contra as fações dissidentes. O WikiLeaks ensinou outra forma de comunitarismo. É o que praticam as comunidades livres na rede: sem outra fronteira que uns valores e um projeto para torná-los realidade. Mas que só se desenvolve plenamente se ganha dimensão global.

Entre tanta crítica, podemos afirmar que o WikiLeaks reafirmou o compromisso profissional de muitos jornalistas em todo o mundo e em muitas empresas. A geração que votou em Obama chegou às redações desenganada das suas promessas de transparência e governo aberto. Já assinalámos que estão ameaçados pela perseguição, mas a batalha política tão só começou com Snowden. Também alguns meios, como *The Guardian*, demonstraram ser capazes de colaborar com o WikiLeaks. E com alguns meios sociais, por exemplo *Democracy Now*, constituem uma aliança de afinidades. Isto outorga-lhes muita presença entre o público jovem, além do Reino Unido e dos EUA. São vanguarda na defesa das liberdades civis na Rede em novos modelos de

32. Todas as entrevistas estão disponíveis em <http://rt.com/tags/the-julian-assange-show/>.

negócio. Ambas coisas vão juntas, exceto para aqueles que ainda não sabem fazê-las compatíveis: liberdades e negócios. É natural, pois acabaram por negociar com os negócios em vez de promover a transparência.

NEGÓCIOS SECRETOS E O ICEBERGUE DA CENSURA

Há tempo que explico isto nas aulas de Opinião Pública. É o quadro do segredo. Parte da antropologia (desde E. Goffman), porque ajuda a interpretar o modo em que vestimos e nos apresentamos publicamente. Isto interessa aos alunos, falamos de nudez. Mas como estamos na universidade, introduzimos também a sociologia das organizações: toda boa organização delimita bem uns espaços de visibilidade e oculta outras. Aqui começa a desligar a maioria da turma. E, então, conto-lhes que aqueles que forem jornalistas acharão que todas as fontes com que trabalharem farão estratégias com esse quadro na cabeça. Conetam novamente aqueles alunos que pensam que serão jornalistas algum dia. Infelizmente não são muitos. E no final, para retomar a atenção dos menos dispostos, digo que tudo se resume com o conto dos três porquinhos. Funciona, mais ou menos. Ou por melhor dizer, funcionava. Até que chegou Assange.

Acontece que todos os que falam com um jornalista têm duas zonas: uma visível e outra invisível. A zona visível num indivíduo bem socializado é a vestimenta. O invisível é a carne que não mostra. Uma organização também se divide em zonas que estão à vista e outras ocultas. Igual que uma casa, tem uma fachada e por trás um pátio. Depois, é verdade, mostram-se algumas coisas ocultas a determinadas pessoas, ou tapam-se outras coisas, até nos momentos de maior intimidade. E as organizações abrem ou fecham as suas portas, por diante e por trás, segundo lhes convém.

Por isso recomendo ter este quadro na cabeça quando estivermos com uma fonte. Primeiro, porque a fonte vai querer mostrar apenas o que lhe interessa. E não deixará que lhe levantem a roupa, o que lhe abram uma porta, sem ter garantia de que não corre riscos. Segundo, porque a fonte vai querer falar das zonas ocultas de todos o demais, exceto das suas próprias.

Cuadro do segredo	Corte de informação	Fluxo de informação
Pátio (zona privada)	Segredo	Confidência
Varanda (zona pública)	Censura	Publicidade

Podemos entrar já na casa dos segredos, que vem sendo a casa dos três porquinhos. Todas as pessoas e organizações delimitam os seus âmbitos de segredo, confiança, publicidade e censura. O segredo é a parte não visível e inacessível para aqueles que são de fora. Mas se elas garantem a sua lealdade, poderão entrar. Igual que qualquer pessoa permite que outros entrem no seu dormitório. Visitantes regulares que guardam os segredos, que demonstraram que sabem fazê-lo e que são fiéis. Outras visitas são esporádicas. Deixa-se que entrem, e podem ver coisas de vez em quando, num âmbito de confidências. O segredo torna-se público apenas para uns poucos, quando podem ver uma pequena parte... E, claro, em troca de alguma coisa.

Sempre que uma fonte faz uma confidência, quer algo concreto em troca. Pode pedir que lhe guardem a confidência, e que dessa maneira o partícipe fique comprometido, assinando um pacto de silêncio. Ou pode fazê-la para que se propague aos quatro ventos. Quer dizer, para receber ajuda na encenação, ou para que alguém lhe arme o espetáculo publicitário. Quando se trata de algo ilegal, indecoroso, que afeta outrem... então o que se arma é um escândalo. O jornalista continua a fazer de anotador anónimo. Ninguém o vê, mas vai lendo o roteiro aos atores.

Eu contava isto porque deste modo é como se gravavam, montavam e desmontavam os escândalos, até que chegaram as megafiltrações. Um escândalo é o melhor espetáculo da comunicação política, fora dum magnicídio, é claro. Ambos parecem-se em que tratam de eliminar os inimigos políticos. O drama suma audiências e os inimigos decapitados facilitam os favores dos seus adversários. Refiro-me aos favores das fontes com poder, que começaram por mostrar um pouco ao jornalista, fazendo-lhe confidências, e terminaram por colocá-lo no cenário (o meio de comunicação) para que divulgasse os assuntos sujos da concorrência.

Porém, uma advertência: o pano há de ser baixado em algum momento. Estas coisas têm sempre um final. Melhor se for um final anunciado, reconhecido por todo o mundo quando chega. É a censura. Todos veem que a função acabou, e entendem-no. Porque já aconteceu o que tinha de acontecer. Invoca-se a razão de estado, as leis de privacidade ou o direito à própria imagem... E, então, dizem ao jornalista que quer continuar a fazer escândalo que seria melhor se deixasse a profissão. E se não se for, não sairá do julgado no resto da sua vida.

Eu explicava isto e todos entendiam. O, depois da surpresa, punham cara de saber. Porque vivemos onde vivemos. E eles sabem. Eu falava-lhes dos GAL, e recordava que não resta já ninguém na prisão por quase trinta assassinatos sob a responsabilidade do Estado. E que, entre aqueles que passaram pela prisão, quase ninguém era alto cargo. E que aqueles que destaparam o escândalo foram os mesmos que o enterraram. Ou falava das bombas do 11 de março de 2004, mais próximas no

tempo. Alguma vez, remontando no tempo, algum aluno chegou a perguntar-se que acontecera «de verdade» no 23 de fevereiro de 1981... Aconteceu que teve que chegar um autor de romances, Javier Cercas, para narrá-lo em *Anatomía de un instante*. A obra recebeu o Prémio Nacional de Literatura, à falta de prémios jornalísticos que não sejam concedidos por empresas ou administrações públicas. Infelizmente, os romances —mesmo que sejam históricos e tão bem documentados— não se consideram parte do quarto poder.

Enfim, o escândalo associado à censura, à troca de favores e ao silêncio devido entende-se perfeitamente. Até por aqueles que não leem jornais nem romances, como a maioria dos meus alunos. Menos compreensíveis eram já, para eles, os dois apêndices que seguiam na minha lição. Queriam dizer que o público chegaria a fartar-se um dia e que romperia o baralho. Como anota Benkley, igual que fez o WikiLeaks, alguém diria: *aquí há um sistema de opera de maneira escura para o público, e agora vamos ligar a luz.*

Alguns de nós (nas aulas não preciso quem para parecermos mais) estamos cansados de que os jornalistas entrem a saquear a intimidade na casa do porquinho mais novo. Coitado, só era o menor, não o mais preguiçoso. Como não tinha dinheiro nem força, tão só foi capaz de fazer uma casa de palha. E, evidentemente, com ele é muito fácil ser jornalista de investigação. Pode-se entrar num campo de refugiados ou num barraco dum par de tunantes que querem vender a sua filha. E pronto: fazem-se algumas reportagens de «investigação» sobre a miséria de ser expatriado ou sobre um pai mesquinho.

Porém, na mansão do porco mais velho nunca entrarás. Salvo nas receções oficiais: a comer petiscos e pôr cara amável. Demasiada segurança, equipas jurídicas... é preferível falar com o gabinete de imprensa, levar as notas elaboradas, o dossiê e as fotos oficiais que entregam na saída. Ou melhor ainda: que as enviem por correio; já darás depois o formato. Porque se entrares em licença no âmbito secreto, ou se dás o espetáculo fora de tempo e «perdes as maneiras», podes despedir-te desta profissão. Que não é feita para ti, que não sabes guardar um segredo nem agradecer tudo o que compartimos contigo, nem o bem que te demos de comer.

Aqui o conto funciona já por si só. Posso conferi-lo. Vou-me esquentar de ânimo e passo às advertências: devo reconhecer que havia tempo que avisava aos alunos que desejavam ser jornalistas. Dizia-lhes que alguns de nós (nesta altura já parecíamos mais, embora eu não soubesse a quem me referia) íamos mudar isto por fim. Que acabara o segredo profissional e o *off-the-record*. Já bastava.

Off-the-record significa isso, a ordem de desligar a gravadora. Uma ordem emitida pela fonte, porque não permite que isso que vai contar seja publicado citando o seu

nome. O jornalista tem de «guardar-lhe o segredo». O segredo profissional aplica-se a atividades de importância vital. Não declarar perante um juiz sobre um delito, não delatar o delinquente conhecido e não ser processado como cúmplice... semelhante privilégio era para os curas salvadores de almas, os médicos que salvam vidas ou os advogados que permitem aos seus clientes continuarem livres ou vivos. Coisas importantes, em definitivo. O segredo profissional não é para fazer falcaturas, purgas controladas, promoções de corruptos por estreitar, acosos, derrubamentos... Nestas alturas eu já não sabia como continuar. Acabava com essa ameaça pouco crível de acabar com este estilo de jornalismo.

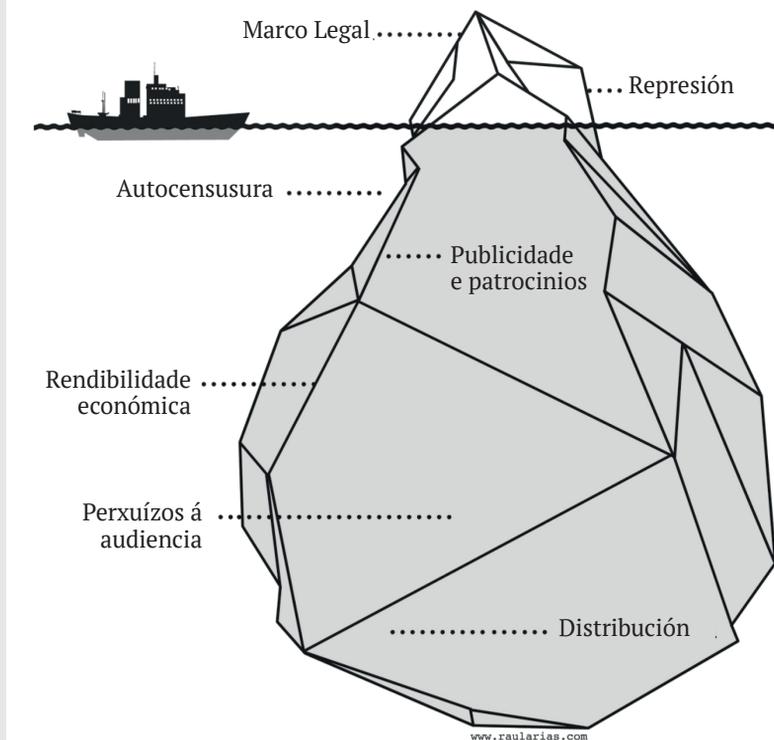
Mas agora sim. O WikiLeaks ofereceu o modo, e entra no meu temário desde há dois anos. Acabou o anterior, senhores jornalistas. Nós mostraremos o que vocês não ensinam. As portas que vocês fechem não servirão para nada. Utilizaremos filtrações, que se expandirão para baixo. Não haverá eclusa a parar-nos, nem escusa que lhes seja útil. Quem somos? Uma legião sem uniformes, mas com máscaras. Sabemos bem como vocês operam, como são postos a funcionar.

Esta era a lição dos negócios secretos, ou o segredo dos negócios. Um fóssil dum ecossistema informativo extinto. Até que o quebra-gelo do WikiLeaks abriu um mar de icebergues. Tão só vemos uma ínfima parte do seu tamanho, mas ensina muito. Chamaremos icebergue isso que Assange chama «a pirâmide da censura».

O icebergue da censura

A censura é como um icebergue. Nesse icebergue só a cúspide emerge da água, e isso é feito de propósito. A cúspide é pública (queixas por difamação, assassinatos de jornalistas, câmaras confiscadas pelos militares...); censura reconhecida publicamente. Mas essa é uma parte ínfima. Baixo a cúspide, temos a seguinte capa, formada por todos aqueles que não querem estar na cúspide, constituída por tudo aquilo que se autocensura para não terminar aí. A terceira capa abrange todas as formas de incentivos económicos ou tratos de favor dispensados a determinadas pessoas para que escrevam sobre tal ou qual coisa. A quarta capa é a capa da economia pura e dura: aquilo sobre o que é rentável escrever. A seguinte capa é feita pelo preconceito dos leitores que possuem um nível limitado de educação. Por um lado, podem ser manipulados facilmente mediante informação falsa; por outro, dadas as suas limitações, não podem receber verdades demasiado complexas. A última capa é a distribuição, que se traduz em que algumas pessoas, por exemplo, não podem aceder à informação em determinados idiomas [...].

Não obstante, geralmente tende-se a negar a existência deste tipo de censura, bem porque não sai à luz bem porque existem instruções concretas para censurar determinados assuntos. Os jornalistas raramente recebem instruções deste tipo: «não publique nada sobre tal assunto» ou «não publique este acontecimento». Antes, são eles mesmos os que sobre-entendem que não devem fazê-lo. Porque



compreendem os interesses de aqueles que desejam apaziguar, ou cuja amizade convém. Se você se comporta bem, receberá uma palmadinha nas costas, e a sua compensação; caso contrário, não receberá nada. É tão simples como isso.

Para ilustrá-lo, gostei sempre de usar o seguinte exemplo: a notória censura havida na União Soviética, censura da qual tanto se falou no Oeste – passos de botas que vinham em busca dos jornalistas no meio da noite para levá-los presos – apenas sofreu uma ligeira mudança de doze horas. Agora esperamos à luz do dia para tomar o lar daqueles jornalistas que perdem o favor dos seus mecenas e não podem saldar as suas dívidas. Os jornalistas são expulsos das suas casas porque estão embargadas. As sociedades ocidentais são especialistas em enfeitar a censura e em estruturar os assuntos dos poderosos. De modo que qualquer discurso público que consiga ganhar espaço tenha que enfrentar grandes dificuldades para poder impactar nas relações de poder duma sociedade altamente fiscalizada. Porque essas relações estão agachadas em capas de complexidade e secretismo.[33]

Eram palavras de Assange aos seus companheiros criptopunks. A falar com E. Schmidt, diretivo da Google, precisou que o WikiLeaks tentava eliminar os dois primeiros níveis de censura: «a violência e a ameaça postergada de violência que representa o sistema legal». As soluções avançadas foram as ferramentas para anonimizar e encriptar a entrega de filtrações, além da rede de colaboradores transnacionais. E triunfaram na Rede, mas não fora dela. Contudo, surpreende a sua capacidade de resistência digital. Como apontava o australiano, os inimigos do WikiLeaks não conseguiram abatê-los, porque carecem de sede física. Não podiam embargar-lhes a casa. O seu capital é imaterial: conhecimento e valores. Mas o impacto político e institucional das megafiltrações não está à altura das expectativas levantadas. Há, sem dúvida, alguma arrogância na vitória atribuída nas palavras anteriores. Assange cometeu erros perante os «jornalistas hipotecados». Vejamos alguns deles.

A estratégia do WikiLeaks está caracterizada pelo excesso. É verdade que queria desbordar os canais tradicionais de informação, mas também foi desbordado no seu empenho. As expectativas criadas por Assange, a respeito das suas alianças mediáticas, foram altas de mais. Os jornais tinham uma enorme envergadura e a relação entre vários. Não só entre o WikiLeaks e cada meio, mas também entre eles. No final, as lógicas corporativas impuseram-se às intenções dos hacktivistas. Se os que estão por vir acham que os barões da Imprensa se vão render a eles, e oferecer-lhes uma plataforma neutral para as suas filtrações, pecam de prepotência e ingenuidade. Ainda que os seus dados tenham a relevância do Cablegate. Os grandes meios continuam a receber a atenção pública principal, e sabem o que vale isso. Não vão servir à sociedade civil transnacional quando ainda está por ver quem são os representantes dela. Menos ainda se carece de mercados unificados e de instituições para a sua governança. Porque o jornalismo precisa, no mínimo, de assinantes, anunciantes e fontes estáveis.

Também faltou, no WikiLeaks medida nos trabalhos que se propôs. Proteger as fontes com o anonimato e publicar as filtrações na sua plataforma eram coisas assumíveis. De facto, já estava a fazê-las com êxito. Mas é excessivo tentar controlar o processo de publicação logo que as filtrações já foram entregues. Os colaboradores de Assange criticam-lhe as suas mudanças estratégicas. Tentava alterar rotinas muito assentes e, sem dúvida, chocou contra elas. Talvez devesse concentrar-se em motivar outros atores — ONGs, organizações dos Direitos Humanos, etc. — para conseguir o impacto político que os meios iam amortecer. Assange também deveria ter antecipado que se converteria numa personagem mediática, com o viés esperável. A falta de delegação representativa noutros porta-vozes prejudicou a organização. E aumentou os receios dos jornalistas, que não sabiam que protocolo aplicar a alguém que concentrava tantas funções.

Os erros estratégicos referem-se também aos aliados mediáticos que Assange escolheu, e às muitas frentes que abriu. A aliança inicial, das comunicações bélicas, era mais plural que a segunda sobre a diplomacia. A primeira incluía, por exemplo, Al Jazeera e alcançava portanto um público não ocidental, atendido por meios audiovisuais. A segunda aliança limitou a difusão dos documentos das embaixadas dos EUA a meios escritos, e à sua audiência de elites. Se o que procurava era ampliar a ressonância das filtrações na população, não parece ter sido uma decisão acertada. Se esperava que os meios de referência exercessem de contrapoder, foi impossível. As dependências políticas e financeiras explicam a domesticação das megafiltrações. Com a exceção, talvez, de *The Guardian*. Por algo é uma fundação sem vontade de lucro. E, mesmo assim, este jornal foi criticado duramente pelo WikiLeaks.

A falta de institucionalização do WikiLeaks borrou-o como interlocutor ou colaborador. As suas táticas de resistência e desobediência delatam-no como um pólo de contrapoder que serve mais para liberar a informação oficial do que para processá-la e publicá-la. Os seus círculos de apoio funcionaram para resistir o boicote e manter o desafio. Mas não foram eficazes para conseguir um impacto institucional. O curso dos acontecimentos confirmou as críticas que fazíamos a aqueles que pensavam que «o código é a lei», como dizia Lawrence Lessig, pai das Creative Commons (licenças de uso livre). Lessig chegou à conclusão de que é necessário mudar o sistema político no seu conjunto[34].

De maneira semelhante, por muito libertários ou libertarianos que se declarem, os hacktivistas começaram a pensar que a sua luta adquire sentido num quadro legal e político que está por construir. Talvez aprendessem isso ao revisarem o início e o final da história que contamos neste livro. A função desempenhada pelos partidos piratas sueco e suíço foi fundamental para manter os arquivos do Cablegate na Rede. O apoio do Equador ofereceu a única retaguarda diplomática e um apoio estatal para avançar à Sociedade do Conhecimento Livre e Aberto.

O futuro do WikiLeaks é incerto. A sua evolução definia-o, nos inícios de 2004, como uma agência e um meio de comunicação multimédia. Era capaz de manter filtrações e alianças com os meios, à vez que produzia filmes, livros e videoclipes. Porém, sobreviverá na medida em que se livre da dependência personalista, e estabeleça padrões estáveis de colaboração. Os protocolos de participação externa e de toma de decisões internas serão fundamentais para criar confiança. Será que o seu modelo foi superado pela colaboração direta entre tecnocidadãos, como Snowden, e

34. Poe ver-se a sua intervenção em <http://www.youtube.com/watch?v=hzFEbm1C0yU>. E, sobretudo, ler a última versão de *El código 2.0*. Madrid: Traficantes de Sueños. 2009 (v.o. 2006).

jornalistas com coragem, como Greenwald? De facto, deveria evoluir (talvez o façam outras iniciativas semelhantes) na mesma medida em que evoluam as instituições que critica. E a convergência poderia está já a acontecer.

O jornalista teria de evoluir de *gatekeeper* (o guardião das portas) a *gateleaker* (o guardião das filtrações). Essa é justamente a função desempenhada por Greenwald com Snowden. O primeiro termo, *gatekeeper*, é um clássico da teoria da informação. Tenho-o ouvido em todas as traduções possíveis e com significados contrários. O mais clássico refere-se a quem guarda as portas do acesso aos meios, selecionando algumas notícias e descartando outros. E remete para a imagem do jornalista como cão de guarda da democracia: abre e fecha as portas do esquema do segredo, da casa onde se concentra o poder. Seja como for, seria quem seleciona o fluxo de informação e a deixa passar ou não. Mas uma vez um professor, cujo nome esqueci de propósito, traduzia o termo como «portero». Era um fã do futebol e esqueci a sua calinada, mas recolho a sua palavra e assumo o duplo sentido em espanhol: como goleiro e como porteiro dum local.

O jornalista convencional converteu-se num goleiro que recebe demasiados golos. Atua em favor das fontes mais poderosas, sem reconhecê-lo, e acabou por atribuir ao público as suas próprias limitações. Trará à tona antes um escândalo sexual duma pessoa desconhecida e desprotegida do que as mentiras dum governante. E fará isso a dizer que os assunto da entreperna são mais interessantes para a gente. Mas o verdadeiro motivo é que para ele é menos problemático. De facto, comporta-se como um porteiro zeloso da mansão que cuida: a casa do poder. Evitará a entrada dos alheios. Vigiará as portas da propriedade (segredos, confidências, publicidade e censura), que não é sua, e vigiará com mais empenho, se cabe, que os inquilinos. E não farei analogias com os porteiros de discoteca... Em definitivo, os profissionais do jornalismo acabaram por meter golos na sua própria meta e por custodiar os segredos dos atores sociais mais poderosos. Daí a sua perda de credibilidade —sabemos que não contam o importante— e a sua identificação com os círculos de poder —o público associa-os com eles—.

Deixemos de parodiar o jornalismo hipotecado e colaboremos para a sua transformação. Impõe-se reconhecer que já ninguém guarda portas infranqueáveis. Um *gateleaker* seria o porteiro das filtrações, aliado com o delator e com o tecido social que promove as revelações. Deveríamos pensar em estratégias colaborativas, pois a realidade impõe-se. Já dizemos nas aulas: «Acabou o anterior, senhores jornalistas. Nós mostraremos o que vocês não ensinam. As portas que vocês fechem não servirão para nada. Utilizaremos filtrações, que se expandirão para baixo. Não haverá eclusa a parar-nos, nem escusa que lhes seja útil». Mas seria ridículo negar que nos neces-

sitaremos. Sem uma cobertura mediática adequada, as revelações ficam desativadas. E, sem filtrações desde baixo, o jornalista estará à mercê das confidências das elites. Chegou a hora de estabelecermos relações mais equilibradas.

HACKERS E JORNALISTAS: JUNTOS NAS REDAÇÕES?

O direito a receber informação veraz é um direito universal. Alcançou essa posição depois da Segunda Guerra Mundial, quando a ONU o incluiu no artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos. O jornalismo comprometido com a transmissão da verdade para o público não é uma coisa caduca, mas um direito cívico. A causa real da crise é que os meios acabaram por ser finalidades em si mesmos, e os cidadãos têm de defender os seus direitos com os seus próprios meios. Com a tecnologia digital, as audiências tornaram-se públicos que, com iniciativas próprias, desbordaram o jornalismo nas funções que este devia ter desempenhado.

Antes, a imprensa ajudava a escolher entre as opções eleitorais existentes. Mas agora deveria ajudar à construção doutras novas opções, que estão a ser erguidas pelos novos votantes. A imprensa é refém dos seus credores bancários e das carteiras de publicidade. No entanto, as cibermultidões lideram o protesto contra os poderes financeiros e as corporações. Os jornalistas autocensuram-se com medo dos julgamentos que poderiam provocar as fontes com mais recursos. E a sociedade civil internacional reabre processos de Justiça Universal, face a uns meios incapazes de tratar os problemas transnacionais. O Quarto Poder em Rede inicia processos para destituir as estruturas do poder. Umas das quais é a imprensa.

Aqueles que lideraram a inovação informática lideram agora a inovação informativa. Organizações como o WikiLeaks têm o valor dum protótipo, do qual apenas podemos «aprender enquanto fazemos», como dizem os hackers. Não são pessoas dóceis, e têm um perfil rude. Como no filme de Tarantino, *Inglourious Basterds*, querem gravar ao poder ilegítimo, oculto na opacidade, uma esvástica indelével que simbolize a sua tendência totalitária. Ainda que imprescindível, este é só o primeiro passo da lavoura dum jornalista. O passos seguintes devem formular-se em positivo. Fomentar a participação política, dotando-a da maior autonomia possível. Fazer avançar a transparência, com a livre circulação de dados e documentos indiscutíveis. Colaborar horizontalmente, em redes descentralizadas para aumentar o impacto político das maiorias sociais. Tentar que estas sejam mais inclusivas e consensuais... Esse, e não outro, é o projeto profissional de qualquer pessoa que se queira chamar de jornalista.

Como tornar compatíveis desafios de tanta profundidade com um projeto empresarial? Se não admitirmos, como defendem os especialistas, que «o modelo de

negócio do jornalismo pós-industrial está morto»[35] não saberemos o que responder. E a resposta vai depender *do volume e das pessoas com quem se deseja fazer negócio*.

Seria conveniente assumir, duma vez por todas, que a taxa de benefício não pode ser como a que houve nas últimas décadas. Nem deveria ser. Demasiada renda converte um meio de comunicação num poder em si mesmo, não num contrapoder. Fica vinculado, obrigatoriamente, aos outros três poderes, os quais lhe emprestam o contexto legal e jurídico propício para a sua expansão. Transformado numa marca que cotiza na Bolsa, qualquer meio atenderá antes os fluxos financeiros que os fluxos informativos, e supeditará os segundos aos primeiros. Além desta obviedade, são legítimos os objetivos dos amos da comunicação? Porque ao expandirem as suas corporações multimidiáticas, pretendem estabelecer monopólios, controlar toda a oferta informativa. Isso implicaria o final da liberdade. Por isso, incluso os políticos mais liberais concebem limites à propriedade dos meios. Por isso também afirmamos com tanta contundência que o modelo atual é, no final, antidemocrático.

A chave reside na sustentabilidade. Manter um volume de negócio suficiente para permitir a autonomia dos profissionais e da empresa. E ensaiar modelos que reconheçam que a cadeia de valor — o processo que dá valor às notícias — está participada pelos públicos mediático-ativos e recursivos[36]. São duas palavras importantes. As audiências passivas tornaram-se públicos ativos, que fazem algo mais do que ligar ou desligar ecrãs a projetarem uma programação fechada. Agora criam, distribuem, outorgam relevância e misturam produções próprias e alheias. Não se limitam a reagir, são proativos, tomam a iniciativa. Contam com habilidades e equipamentos que permitem intervir, hackear, mudar o código da informação. E também são públicos recursivos, criam as suas próprias ferramentas e meios de comunicação. Vimos isto com os criptopunks, que de encriptarem passaram à construção de plataformas para megafiltrações.

O monopólio rompeu em vários pontos da cadeia informativa. Desapareceu na geração de conteúdos, porque o capital físico necessário — um dispositivo conetado à Rede — está repartido entre a população. E os internautas assumiram a tarefa de dar visibilidade e gerar atenção nas redes sociais. De maneira progressiva, as redes sociais transformaram-se em janelas de acesso aos meios. As recomendações e comentários, avalizados mediante a confiança interpessoal, substituem os anúncios. Contrarrestam a falta de credibilidade. Em consequência, o novo modelo de negócio

35. *Post Industrial Journalism*, veja-se a nota 2.

36. «Mediactive» é um termo de Dan Gillmore; pode consultar-se o seu livro com o mesmo título em <http://mediactive.com/introduction/>. «Recursive publics» é da autoria de Kriss Kelty no seu livro *Two Bits*, acessível na rede.

deveria variar de aliados. Em vez de trocar favores com políticos, juízes e corporações deveria fazê-lo com o Quarto Poder em Rede.

Precisamos de profissionais que impulsionem e coordenem os trabalhos jornalísticos que muitos outros já realizam sem credenciação. Os novos jornalistas disporiam dos recursos e destrezas próprias das comunidades para as quais trabalhassem. Assumiriam a responsabilidade e a continuidade exigidas por uma informação merecedora desse nome. Mas esta tarefa só poderá ser exercida se o jornalista reconhece o público numa relação paritária, como iguais.

A indústria das notícias está agonizante. Sabedores disso, os magnatas da imprensa anunciaram que iriam «hackear as redações». É curioso que o anunciassem quase ao mesmo tempo que *The Guardian* substituía o WikiLeaks para publicar as denúncias de Snowden. Chegam mal e tarde.

Cebrián, um hacker?[37]

GEN News Summit 2013: os «chefes» mediáticos citam-se em Paris, sob o lema «Hackeie a redação»[38]. Em nome de Espanha assistirá um académico da RAE: Juan Luis Cebrián, mais conhecido pelas suas ações (bursâteis) que pelas suas obras (literárias?). Agora é hacker. Com outros empresários da comunicação, ergue a bandeira dos cibernautas irredentos. No começo foram criminalizados como inimigos da «cultura» (entenda-se, da indústria cultural). Depois foram usados para elaborar uma informação crítica que o jornalismo de declarações e relações públicas desterrara das suas páginas. Repartiram o bolo da exclusiva das filtrações. Cobraram por vender o que os hackers lhes deram grátis e que agora pagam com a sua liberdade.

Utilizaram à sua vontade os bancos de dados. Filtraram-nos não na contra dos Governos, mas através deles. Antes de publicá-los, pediram licença e eliminaram o mais inconveniente. Cortaram em pedacinhos a informação, e transformaram-na em banalidades domésticas, bisbilhotices sobre os que nos desgovernam. E assim, com aventuras sexuais e pornografia judicial, enterraram o protagonismo das comunidades livres na Rede, como o WikiLeaks. Personalizaram-nas num suposto violador. E, sobretudo, os três em cada quatro inocentes mortos do Iraque e do Afeganistão ficaram sepultados no esquecimento.

Negaram a condição de hackers aos jornalistas. Agora trata-se de substituí-los. Admiti-los nalguma ordem profissional tê-lo-ia livrado do acoso. Nem sequer lhes reconheceram a condição de tecnocratas, de atores chave do jornalismo de investigação e denúncia. Aqueles senhores e senhoras cuja autoridade intelectual, técnica e moral deixa qualquer poder nu. Não reconhecem os hackers como colaboradores de fluxos de informação que, libertados por uma cidadania insubmissa, confere mais autonomia e poder (à cidadania e ao jornalismo, entenda-se).

Os meios corporativos anunciaram que criariam caixas de correio para receberem filtrações. Continuamos a aguardar. Não entram filtrações nas redações? Se calhar é que nunca saem delas. O que

37. <https://www.diagonalperiodico.net/saberes/cebrian-ese-hacker.html>

38. <http://233grados.lainformacion.com/blog/2013/02/gen-news-summit-2013-los-jefes-medi%C3%A1ticos-vuelven-a-citarse-en-par%C3%ADs-esta-vez-bajo-el-lema-hackea-la.html>

sai são os dossiê dos partidos, entregues em mão. É normal, pois são inócuos. Com o seu, Bárcenas faz um manguito, e Jesús Caldera diz que ele não tem nem «Ideas». O que não é publicado pelos grandes meios são os bancos de dados que enviariam à prisão alguns banqueiros. Imaginem uma filtração em massa sobre Bankia. Pois é, um sonho que parecia possível há bem pouco tempo.

É o momento da cooptação. Se as filtrações não chegam às redações, que os hackers entrem nelas e que os empresários se façam passar por hackers. O sistema, mais uma vez, tenta alimentar-se dos antissistema. Os grandes meios aniquilam simbolicamente aqueles que lhes deram de comer. Tão potente era o menu que fez estourar o seu modelo de jornalismo caduco. Agora autohackeiam-se... Vamos ver se terminam por se fazerem o haraquiri.

Porque hackear o jornalismo a sério é abrir a caixa de Pandora: reclamá-lo, pelo menos, como bem comum (nunca como mera mercadoria), com código aberto (comprovável) e livre (modificável, reproduzível e reutilizado sem obstáculos). Quer dizer, a informação entendida como fluxo de contrapoder mancomunado. Em definitivo, o jornalismo de toda a vida, mas agora em redes livres e distribuídas. A sua rentabilidade económica procuraria apenas garantir a sustentabilidade e a autonomia. Os seus vínculos políticos seriam com as comunidades de apoio, que encontrariam uma plataforma de expressão útil para conseguirem consensos, denunciarem a fraude e dotarem-se duma narrativa comum.

A reunião de expertos sobre o «novo ecossistema informativo» de Paris reunirá os dinossauros que estavam em extinção quando caiu o meteorito do WikiLeaks. Um outro de tamanho semelhante deveria impactar contra os Conselhos de Administração antes que comece a conferência anunciada. Alguém lhes deveria exigir que a comessem reclamando, como mínimo, liberdade de movimento para Manning e Assange. Porque a liberdade de expressão ainda é de todos. Graças a aqueles que se acham com o direito de fazer e desfazer o que queiram com a informação que têm nas mãos. Segundo lhes ditem a sua consciência, gostos e ideais.

A conferência de barões mediáticos não recolheu uma única menção aos hacktivistas na sua página web nem, evidentemente, a Snowden. Queriam atrair hackers sem uma dimensão ativista: apenas interessavam as suas habilidades. Aquele encontro tampouco ofereceu nenhuma sessão sobre ética hacker. Não buscavam valores, mas conhecimentos. Competências para serem dirigidas com segundo os propósitos corporativos. Conhecimentos para serem privatizados.

Ao mesmo tempo que isto, *El Mundo*, máximo competidor de *El País*, publicava na capa a «primeira reportagem» do seu Mestrado de Visualização de dados. Já indicámos que esta é a função privilegiada pela imprensa privada, como receita mágica para encontrar novos formatos. *El Mundo* nem sequer oferecia isso, mas a reportagem (na realidade entrevista) a um dos mercenários dos GAL. Outra garganta profunda, típica desse jornal. Outra vergonhosa confissão dum assassino arrependido. Nas antípodas do que seria um gráfico a mostrar as vítimas e as condenas dos GAL[39].

39. <http://www.elmundo.es/elmundo/2013/04/15/espana/1366040385.html>

Os espectros do passado fazem jornalismo zombie. E continuam sem reparar no que acontece no seu redor. Os meios convencionais deram a notícia sobre a filtração feita pelo Anonymous ao ficheiros da contabilidade do Partido Popular, ficheiros que estavam a ser procurados pelos juízes. Mas, como era previsível, não informaram de que foram depositados numa web de *Diagonal* para a sua consulta pública[40]. Era a primeira vez que um meio espanhol convocava os seus leitores para que o ajudassem a gerir uma filtração. E *Diagonal* não é imprensa convencional, mas ligada à mobilização social. O que aconteceu foi algo que eu achava impossível quando escrevi o artigo anterior. Os papéis de Bankia, antiga Caja Madrid, foram publicados pelo Partido X. Este filtrou os correios eletrónicos do ex-presidente, o qual provocou um caso de corrupção com um grande número de derivações[41]. A política hacker começava a dar frutos. Fazia campanha a colaborar com jornalistas, que dessa maneira conseguiam «exclusivas». Um termo em desuso, pois a filtração rapidamente ficou disponível em todas as redações que a pediram.

Os hacktivistas estão já por toda a parte. E será impossível exercer o jornalismo pós-industrial sem incorporar o seu trabalho. Não se trata, como pretendiam os empresários, de «hackear as redações», se entendemos isso como lugares de trabalho que no futuro próximo estarão cheias de hackers assalariados. Num futuro não tão longe, talvez esses hackers estariam hipotecados, como os jornalistas criticados por Assange. A tarefa que temos pendente todos é a armarmos uma redação no nosso trabalho. Isto ocorrerá quando o desenvolvamos também como uma atividade aberta ao bem comum. E compartamos informação com os jornalistas por meio do código livre que iremos escrevendo juntos. O desafio dos empresários será a construção de *redações expandidas*. Isto é, com profissionais que atuem como extensões digitais da comunidade à qual servem. Que reconheçam que os hacktivistas já estão em toda a parte, dispostos para a colaboração. E que os hackers não batem às portas: entram sem pedirem licença. Pela sua parte, os hacktivistas têm por diante a tarefa de tornarem compatíveis o hacklab (laboratório de hackers) e a redação. Isto exige respeitar os trabalhadores com hipotecas, obrigações de contrato, hierarquias laborais... Todos estão obrigados.

Hackear o jornalismo implica abrir novas vias de transparência e participação. A gente anónima, a cidadania, transitaria por elas quase sem deixarem as suas

40. A publicação quinzenal *Diagonal* ofereceu este espaço colaborativo para a análise: https://www.diagonalperiodico.net/wiki/Diagonal_wiki. A isto somou-se outra iniciativa cidadã, Cuentas Claras, vinculada a iniciativas de transparência: <http://cuentas-claras.org/>. Surpreende a ausência de meios com maior impacto e recursos, que estavam pendentes simultaneamente de outros temas relacionados, de muita menor importância.

41. <http://www.eldiario.es/loscorreosdeblesa/>

assinaturas. É claro que os jornalistas continuariam a assinar as suas notícias, mas teriam a colaboração do seu público. Este entraria nos colégios eleitorais para votar os seus representantes institucionais. Não sem antes ter participado em plataformas de (auto)informação e (auto)governo. Acederiam lá onde antes era proibido, para deixar algo novo dentro: um código para atualizar, revitalizar, a democracia.

V. O JORNALISMO QUE VEM QUE VOLTA ÀS SUAS ORIENS

A viagem proposta pelos hacktivistas é de ida e volta: o jornalismo que vem é aquele que volta às suas origens. Cumpre refundar os meios para que recuperem a sua finalidade. Pois disso se trata: de que retomem os objetivos que conferiram legitimidade democrática a esta profissão. Nada do que aqui foi exposto é fácil. A proposta do WikiLeaks mostra pontos aspetos muito criticáveis, mas no seu conjunto representa o maior protótipo de jornalismo pós-industrial que foi desenvolvido até hoje. A Imprensa integrar-se-á no Quarto Poder em Rede na medida em que conte com agentes como o WikiLeaks, que sejam herdeiros do seu legado. Já existem experiências e iniciativas que, em menor escala, deram frutos importantes. Os seus valores e práticas, como veremos, aproveitam as vias abertas pelo quebra-gelo do criptopunk australiano.

Já está dito quase tudo, resumido no argumento central.

O jornalismo tem de refundar-se como bem comum, com código aberto e livre. O resultado será um fluxo de contrapoder mancomunado e colaborativo; mantido por muitos atores, não todos jornalistas.

Mas sim alguns. Que aliás são indispensáveis. Serão os jornalistas aqueles que demonstrem servir uma comunidade e ganhar assim a sua confiança. Impulsarão, peneirão e tornarão visíveis os seus arquivos digitais e relatos coletivos. O ideal seria, como assinala Bernardo Gutiérrez, «o primeiro pós-jornalista espanhol», que o jornalismo fornecesse uma caixa de ferramentas ou dispositivos para que a comunidade pudesse controlar os seus representantes (incluído o jornalista) e narrar-se a si própria.

A Imprensa dum Quarto Poder em rede seria uma plataforma de encontro para cidadãos com a capacidade de liberar, gerar e processar informação. Alguns serão insubmissos digitais, como Manning. Outros, tecnocidadãos como Snowden. A desobediência dos primeiros e os conhecimentos dos segundos outorgarão autonomia ao profissional que colaborar com eles. Outras pessoas ajudarão a que estes registos sejam acessíveis e analisáveis. Como fizeram os voluntários que permitiram pesquisar nos relatórios do Congresso norteamericano, nos papéis de Kissinger e no fundo documental do Cablegate. Precisa-se também de universidades, centros de investigação e associações profissionais que dotem de expertos analistas. E, não menos importante, precisa-se também de representantes públicos que garantam que toda essa informação implica um impacto institucional. Podemos imaginar o papel que teriam desempenhado os jornais que colaboraram com Assange, em caso que tivessem feito um pedido semelhante a todos esses atores? A abertura à colaboração geraria muitas mais notícias. As análises seriam mais exaustivas e apresentariam perspectivas mais plurais. Ampliar-se-iam as funções e a quantidade de jornalistas necessários para articularem toda essa participação. E, não duvidem, se outros atores se vissem refletidos nas notícias, lê-las-iam e dariam difusão com maior intensidade.

Benjamim Bayart mantém que a imprensa nos ensinou a ler. E que com a Rede aprendemos a escrever em vários formatos. Ora bem, acrescentamos que o jornalismo de código livre nos ensinará a editar e publicar, a compartilhar em público e a fazer visíveis as nossas mensagens. Repasemos as bases teóricas desta proposta e alguns exemplos do modo em que se aplica.

BEM COMUM, CÓDIGO ABERTO, LIVRE E COLABORATIVO

Que a informação seja concebida como um **bem comum** não impede, antes promove, a busca de modelo híbridos com a economia privada, estatal ou não lucrativa. Contando com jornalistas profissionais e amadores. O WikiLeaks admitiu uma privatização parcial, e aceitou embargos e exclusivas provisórias nos meios colaboradores. Isto é o que se conhece como *Freemium* (o privilégio de usufruir antes, ou em maior medida, do gratuito) nalguns meios digitais: adiantamentos de conteúdos para os seus assinantes que, depois dum tempo, liberam nas webs. Recordemos que Assange colaborou com meios estatais e sociais, com associações profissionais, grupos cidadãos, centros académicos, fundações... Seria competência destas instituições a criação de departamentos que publicassem os seus arquivos e os diretórios de tecnocidadãos que pudessem contactar com os meios. O direito à informação será efetivo se for exercido o dever de contribuir para o Quarto Estado

em Rede. Este dever não é competência exclusiva de hacktivistas e jornalistas, mas de todas as organizações e indivíduos que se sintam sociedade civil.

Os bens comuns costumam estar associados a comunidades pequenas: aldeias e municípios, comarcas... Porém, é evidente que a perspectiva local é básica. Trabalhar a informação no nível concreto, no aqui e no agora, deve ser feito olhando para a escala global em que está inserida. Acabamos de ver um bom exemplo disto. A aliança entre Assange e Garzón foi um bom golpe de efeito sem maiores consequências. Mas persistirá a tentativa de associar a transparência global e a justiça universal. Ainda que esta seja cerceada e não encontre o apoio dos governos, as iniciativas em favor duma «justiça transicional» não cessam. Essa justiça que persegue abusos e violações dos direitos humanos em sociedades fraturadas, por meio de Comissões da Verdade, Tribunais da Memória, etc.

A sociedade civil transnacional demanda um sistema de governação dos Direitos Humanos que está por construir. O caso dos «falsos positivos» na luta antiterrorista colombiana, revelada pelo WikiLeaks e sancionada pela Corte Penal Internacional é outra boa amostra. O exemplo poderia extrapolar-se a temas económicos ou meio-ambientais. Caberia pensar em meios de alcance global que tratem sobre o aquecimento global ou a crise financeira? Veremos que é possível. E já vimos que o WikiLeaks libertou informações sobre ambos temas. Mas não houve instâncias onde transformar estas informações em sanções, em leis ou em novos tratados internacionais.

A Iniciativa de Meios Modernos Islandeses é um bom exemplo da emergência de estruturas institucionais ao serviço duma informação considerada como bem comum global. É o quadro legislativo promovido por Assange, antes do Cablegate, para desenvolver o seu modelo de jornalismo. Nesta ilha do tesouro do jornalismo pirata, os repórteres apátridas achariam o seu refúgio. Seria mais apropriado chamá-los jornalistas bucaneiros, porque teriam um território livre onde assentarem. Disporiam de cobertura para combaterem o jornalismo corsário, a soldada das grandes corporações e dos estados. Longe de ser um sonho, a IMMI foi aprovada no parlamento por consenso, forçado pela «revolução das caçarolas». E indica a necessidade urgente de que a cidadania promova iniciativas semelhantes. Os gestores da IMMI ofereceram apoio incondicional a Snowden. Este não se pôde concretar no asilo político, devido à mudança eleitoral de 2013. Mas, segundo B. Jondosttir, continua com um desenvolvimento lento e imparável.[1]

1. Pode-se conferir o apoio explícito a Snowden: <https://immi.is/index.php/86-statement-regarding-involvement-of-immi-in-edward-snowden-asylum-request>. E, como complemento, veja-se o documentário de Paula Lázaro, graduada em Comunicação Audiovisual na Universidade Carlos III: <https://www.youtube.com/watch?v=dHwVjWbAVn4>.

Quando apelamos para um jornalismo de **código aberto**, estamos a dizer que os cidadãos possam exercer como interventores dos outros três poderes, e da própria Imprensa. Se os jornalistas se autoimpusessem a obrigação de oferecerem todos os registos que avalizam a veracidade das suas notícias, garantiriam duas coisas importantíssimas. A primeira, que desapareceriam os contos sem apoio documental. Não teríamos de continuar a ler uma entrevista que não incluisse a gravação original, nem uma notícia sem o banco de dados a apoiá-la. E, em segundo lugar, tornar-se-ia possível uma participação das massas, graças aos mecanismos de anonimato e encriptação desenvolvidos pelos criptopunks. A peneira e interpretação correspondem aos tecnocidadãos, que atuariam como expertos junto com os jornalistas, e credenciados na meritocracia.

O jornalismo de código aberto transcende a função de controlar o poder. Tem um valor incalculável para construir, nas sociedades digitais, um relato coletivo da humanidade em tempo presente. Serve para recordar ao jornalista essa função de historiador contemporâneo que se costuma atribuir aos mais grandes na profissão. Não esqueçamos que as revelações não são declarações nem documentos secundários. O Cablegate eram registos de incidentes bélicos e correspondência diplomática, que só estava pensada para ser lida pelos seus destinatários. Se não existisse o WikiLeaks, estes documentos teriam ficado ocultos durante décadas. Não só teríamos estado impossibilitados de reagir, como também teria ficado em pé uma versão falsa da realidade.

O código do jornalismo do século XXI porta um terceiro adjetivo: **livre**. Portanto, deve poder ser mudado, copiado e reusado sem trava. Isto obriga a repensarmos radicalmente que é que entendemos como propriedade intelectual e industrial. Grande parte do jornalismo pós-industrial, por não dizer todo ele, terá autoria coletiva. Derivará de trocas comunicativas entre muitos atores. No plano industrial, será necessário distinguir entre conteúdos de circulação maciça e conteúdos de circulação mais restrita. Os primeiros deveriam oferecer por defeito toda a informação oficial. As exceções estariam justificadas por exigências da segurança nacional e pelos direitos individuais à privacidade e à própria imagem. Nenhuma lei de transparência será total e absoluta. Tampouco a regulamentação das revelações pode deixar o caminho livre à delação ou à difamação. Mas a opacidade do poder e a centralização do controlo corrompem. A sua proteção atual, contrária ao desenvolvimento tecnológico e à apropriação pela população, provoca tensões que hão de caracterizar as próximas décadas.

O código livre servirá para que o novo jornalismo apoie a multidão dispersa que se erigirá em Quarto Poder em Rede. E, simultaneamente, servirá para que o

novo jornalismo se apoie nessa multidão. Quanto mais nodos tiver essa rede, e quanto mais espalhada estiver, maior será o seu poder e mais democrática será a sua origem. Os contributos viriam das pessoas que fizerem as revelações (*leakers* ou *whistleblowers*) e daquelas que reformatam os arquivos para analisá-los (*scrapers*). Haveria nodos de tecnocidadãos que se ocupariam da verificação e da análise, e participariam também na elaboração das políticas públicas. A distribuição livre garantiria a conexão entre informação e debate público, graças ao ativismo de dados. Este ativismo poderia dar lugar a movimentações, iniciativas legislativas ou de autogestão comunitária. A informação disporia desse modo de inúmeras vias para tornar-se ação coletiva.

O código livre do novo jornalismo enviaria ao passado o negócio dos segredos, da censura institucionalizada e a opacidade mediática que denunciámos. Se libertamos a informação e as suas bases documentais, acabam-se as declarações *off the record* e os pactos de silêncio selados com segredo profissional. O jornalismo perde a chave da caixa dos segredos, dos trovões. As chamadas «tormentas políticas» estariam mais ligadas ao clima social do que a manobras mediáticas na escuridão. As «crises económicas» refletiriam as condições da população e não dos Mercados, sem rosto nem pátria. E nesse contexto o jornalista, em vez de perder, ganha. Recupera autonomia ao não se subordinar a confidências interesseiras nem dobrar-se perante encenações: cessamentos aparentes e demissões programadas, vitórias bélicas fictícias, sendas de recuperação económica no meio da debacle...

Pendente dum fluxo de comunicação distribuída, o repórter já não precisa de declarações exclusivas, notas de imprensa nem dossiês. A sua autonomia é proporcional à autonomia da comunidade à qual serve. Por ela, como ilustra G. Greenwald, o repórter expõe-se à represália e interpõe-se, protegendo-a, frente ao poder. Oferece a sua imunidade legal e o seu status para que Snowden e os seus círculos de apoio publiquem as suas denúncias e manifestem a sua desobediência civil. Se algum dia as caixas de correio para revelações anónimas chegassem a funcionar nos medios, o jornalista nem sequer teria que enfrentar um julgamento. Quaisquer de nós poderia ser o delator. E, se formos caçados, a autoinculpação do jornalista aliado seria a nossa blindagem.

O Quarto Poder em Rede perfila-se como uma instância emergente, geradora de fluxos constantes de contrapoder mancomunado. É o jornalismo de toda a vida, que controla os outros poderes sem querer substituí-los. E que, aliás, coloca a sua lógica híbrida de economia privada e pública orientadas para bem comum frente ao poder corporativo e financeiro. Se o jornalismo conceder protagonismo às redes livres e distribuída, evitará ficar supeditado aos centros do poder. Por outra parte,

recuperaria do jornalismo pré-industrial — anterior à imprensa comercial de massas — a norma de que a rentabilidade económica esteja subordinada à sustentabilidade. Não busca grandes benefícios, apenas a garantia de independência e a continuidade do projeto. E acrescenta o objetivo do retorno social. Todo o negócio da Imprensa deve aumentar ou, no mínimo, não prejudicar o bem comum.

A noção de **contrapoder mancomunado** implica que as vinculações políticas prioritárias do jornalismo pós-industrial não são com as massas anónimas de votantes e consumidores, mas com usuários ativos mediáticos. O que mais surpreende no caso Snowden talvez seja a inóxia e a miopia da Imprensa escrita quanto aos seus próprios interesses. Será que não entendem? Não estão a ver o que se passa? A Imprensa escrita recuperaria o seu valor se reproduzisse as denúncias sobre a NSA e sobre as indústrias digitais. Por ser em papel, garantiria aos seus leitores não serem espiados. Atrairia públicos zelosos da sua intimidade e privacidade. Demonstraria que não estão subordinados aos gigantes digitais. Não é descartável que a Imprensa em papel recupere o seu interesse, com novos modelos de negócio para leitores com tempo e recursos. Alguns casos de jornalismo de formato longo demonstram que as edições digitais e impressas são compatíveis. Para se diferenciarem, a versão em papel oferece uma seleção ou formatos de maior desenvolvimento.

Entender o jornalismo como uma plataforma de publicações da sociedade civil e como caixa de ferramentas de comunicação, abertas e livres, empraça-o como uma das profissões mais valiosas do século XXI. O jornalista faria de catalisador para que a esfera pública em amadurecimento não se converta num terreno baldio nem num campo de batalha. Incentivaria a participação e estimularia os processos de debate e os consensos. Cuidando que a autocomunicação digital de massas não desemboque numa sucessão de monólogos confrontados. Se eles se retroalimentassem, cindiriam a sociedade, e agravariam as tensões. Seria trabalho dos novos profissionais evitarem que defesa da comunidade fosse entendida como ataque e denúncia da minoria. Isto erodiria a coesão social. Quer queira quer não, o jornalista terá de alternar a função de ativista, envolvido no que narra, e a função de analista, distanciado dos protagonistas da notícia. Foi como fizeram os repórteres que conseguiram ser reconhecidos como clássicos. Todos eles participaram dos movimentos transformadores do seu tempo. Mas não se deixaram pegar por eles.

O jornalista é um ativista quando colabora num projeto e numa estratégia de mudança social. Para não cair refém dos seus companheiros de viagem e transformar-se num propagandista deverá tomar distância mediante valores e práticas profissionais. *Independentes, mas não neutrais. Objetivos, mas comprometidos.* Dessa maneira é que se definem os membros do Nawat, o portal tunisiano com que o WikiLeaks colaborou

para animar o derrocamento do ex-presidente Ben Ali[2]. A fórmula do jornalismo que tanto precisamos não pode ser mais clara nem mais contundente.

A independência jornalística traduz-se em margens para determinarmos com autonomia os temas e as perspetivas do debate público. Não implica a *neutralidade*, entendida como indiferença à mentira, à censura ou à injustiça. Se tivermos que escolher um lugar desde onde falar, sempre do lado de quem sofre. Mas se jornalista quer continuar a chamar-se de profissional, deveria ficar controlado por uns protocolos de *objetividade*, que o previnam dos sesgos do seu próprio carácter e valores. O *compromisso* é duplo. Por uma parte, com os factos, para vigilar os excessos da militância. Por outra, com a defesa dos Direitos Humanos, para não tornar a objetividade numa coartada da indiferença. O assunto daria para outro livro. Baste anotar que reclamamos profissionais que sirvam uma comunidade sem que isso implique que sejam os seus porta-vozes. Quer dizer, sem que sirvam de meros amplificadores de tensões e adesões. Ou propagandistas das suas essências.

Não é infrequente que um bem comum seja acaparado por uma comunidade fechada e que se converta numa ameaça para outras comunidades. Porque como, mais uma vez, assinalava o subcomandante Marcos, a militância é um menoscabo para a liderança comunitária. Quando a militância é intensa (e mais ainda se for armada), faz com que se percam perspetiva e sensibilidade. Os militares e grandes ativistas perdem-se na batalha. A gente do comum não apenas empunha as armas ou ergue barricadas, como também está chamada a se dotar dum Bom Governo. Isto corresponde-se com um jornalismo identificado com o ativista na sua radicalidade, mas não no seu frequente extremismo. O bom jornalismo irá à raiz das coisas, mas não se colocará em extremos que o impeçam de continuar o diálogo com todos. Pois deve reconhecê-los como interlocutores legítimos, concedendo-lhes a sua parte de razão se a tiverem. Porque a função última do jornalismo reside em estabelecer debates que sejam o mais inclusivos possível.

Pode haver razões mais sólidas para reivindicar jornalistas profissionais no século XXI? Necessitaríamos muitos mais dos que existem atualmente. Não precisariam de estar nas redações, como queriam os barões da Imprensa. A sua presença é imprescindível dentro das organizações que queiram integrar-se no Quarto Poder em Rede. De facto, é a posição laboral conveniente para os responsáveis pela comunicação das ONGs, das fundações, das ordens profissionais e doutras organizações sem ânimo de lucro. Deveriam diferenciar-se claramente dos publicistas, diferentemente a como tem acontecido até hoje. E sem estarem integrados nos departamentos de Relações

2. <http://nawaat.org/portail/>

Públicas que se mascaram como Gabinetes de Imprensa. A sua tarefa é totalmente imprescindível, dentro e fora da organização. A proposta não é disparatada, mas urgente. Reparemos em que há tempo que os círculos de poder têm estabelecido *think tanks*, quer dizer, fundações de pensamento, pensadas para livrarem a batalha das ideias e introduzi-las no debate público. Estas fundações fazem relatórios e celebram atos que se convertem em notícias de ampla difusão.

Igual que os jornalistas dos meios, os jornalistas da sociedade civil assumiriam os compromissos próprios duma profissão: a responsabilidade e a continuidade na gestão dos fluxos informativos da sua comunidade. Atenção: escrevo *comunidade* e não *junta diretiva* que paga os salários. Os jornalistas contariam com os recursos e a proteção institucional necessária para cumprirem as suas funções. E atuariam tanto para dentro como para fora das suas instituições. Duma parte, a denunciarem os incompetentes, corruptos e mentirosos. Da outra, a ajudarem na construção de narrações coletivas com o maior número possível de interlocutores e com o maior nível de acordo.

O trabalho é enorme. Não atinge apenas aos meios: precisa também dum redesenho institucional do conjunto da sociedade, que demorará décadas. Por isso tem de fazer-se de **maneira colaborativa**. Não chega, pois, com reclamar a empresários e jornalistas que assumam a perda do seu monopólio. Já o perderam de facto. O que deveriam fazer é tirarem de si o medo à perda do controlo, num sentido amplo. Deveriam ser conscientes de que não voltaremos delegar a nossa liberdade de expressão apenas neles. Ao exercermos essa liberdade, aprendemos que se for de todos (pelo menos de forma potencial), ficará degradada. O Quarto Estado em Rede precisa duma cidadania de alta intensidade, que se assuma e que exerça como sujeito político e comunicativo. Com todos os seus direitos, correlativos às suas obrigações.

A tarefa específica do profissional dos meios será editar e publicar as mensagens das suas comunidades. Torná-las visíveis através dos meios —em todos os formatos e canais possíveis—, introduzi-las no debate das redes sociais —sejam digitais ou não— e apoiar o seu impacto institucional. Se atuarmos como jornalistas, o profissional será o nosso editor. Exigirá a qualidade e o rigor de que carece boa parte do jornalismo cidadão. Manterá o compromisso de garantir um fluxo contínuo. E, para aumentar o paradoxo, a sua tarefa principal será fazer a mistura que tanto critica a indústria hoje. Aqueles que se acham amos da comunicação não toleram que as suas mensagens sejam copiadas, divididas ou reformuladas. O jornalismo mancomunado de código aberto e livre não vê isso como ameaça. Integra-o como motor básico do seu funcionamento. O jornalista do século XXI será um DJ: mistura de melodias alheias, sugeridas pelo público ao qual se deve.

Dá a importância de evitar que o único legado a aproveitar dos hacktivistas seja o Jornalismo de Grandes Dados. Com certeza o dizem em inglês: *Big Data Journalism*. De passagem esquecerão mencionar que a origem esteve nas revelações. E não assumirão que a sua principal função é serem *gateleeker*: custódio dos dados que partilhamos com eles. Nunca se repetirá isto suficientes vezes: interessam os dados, não o seu número nem a forma de visualizá-los. E, já agora, se não oferecem a base dos dados, podem ficar com ela. Ignorá-los-emos. A condena a Assange, quando liberou totalmente o Cablegate, procurava ocultar os processos de rescrever, censurar e apagar dos meios. A visualização de dados pode ser tão falaz como a infografia digital, que entrou nas redações há duas décadas. Não vale a pena que transcorram mais duas para toparmos admiráveis notícias numéricas que encubram a realidade ou sejam puro engano. Os hackers, os criptopunks e os hacktivistas ensinaram-nos a importância de gerarmos os dados e de partilhá-los colaborativamente. E aliás, ofereceram-nos uma arquitetura descentralizada, que distribui o poder e as competências em favor de quem contribui com os dados mais fidedignos e de quem se abre à cooperação.

Ante tais desafios, quase não ensaiados nas redações, é inegável que o público, os hackers, os jornalistas e os empresários deveríamos somar as nossas forças. E outra lição importante dos hackers é que aceitemos que o resultado será surpreendente. O qual é lógico, se antes temos assumida a perda do controlo. E admitamos também que o enfrentamento competitivo há de ser mudado pela sinergia. É uma palavra muito na moda, embora usada sem conhecer-se o seu significado. Diz a Wikipédia: «**Sinergia** ou **sinergismo** (do grego συνεργία, συν- (syn-) “união” ou “junção” e -εργία (-ergia), “unidade de trabalho”), é definida como o efeito ativo e retroativo do trabalho ou esforço coordenado de vários subsistemas na realização de uma tarefa complexa ou função.» Criar sinergias é juntar causas —pessoas com ideias, projetos, recursos e habilidades— com consequências imprevistas. Mas com resultados que, de qualquer maneira, superam a agregação. O que obtivermos depois da união será mais do que a soma dos nossos contributos. A etimologia grega não pode ser mais explícita: «cooperação». Quem a tenha praticado com reciprocidade sabe que a surpresa é um dos seus maiores benefícios, pois é sempre de maior envergadura e mais assombrosa do que o esperado.

ROMPENDO A CAMINHAR

Seria tempo de pôr os pés no chão e começar a caminhar. Nada do que foi exposto aqui é impraticável nem utópico. Em qualquer caso propomos uma utopia positiva, como o jornalismo ou a própria democracia. Um ideal sempre inacabado. Isso é que

sente um votante honrado quando emite o seu voto. Ou um político competente quando deixa o seu cargo. «Resta tanto por fazer!» Daí a importância de incorporarmos políticos e jornalistas amadores, amantes da gestão e da comunicação públicas. Quer dizer, pessoas comuns que desejam que a política e a informação tenham mais participação do que ontem e menos do que amanhã.

Muitos profissionais e empresários da comunicação compartilham esse ideal. Por convencimento ou por necessidade, foram obrigados a ensaiarem fórmulas que ainda são instáveis. Os icebergs que deixa um quebra-gelos atrás de si não podem ser habitados. E em terra de ninguém estão a surgir iniciativas que deveriam infundir esperança e alento. E dar-nos indícios sobre por onde continuar. Quisera acabar mencionando o panorama de novos jornalismo no âmbito espanhol e hispanoamericano. E, a seguir, abordar três exemplos que seguem a esteira do WikiLeaks.

O novo, novo jornalismo em espanhol

Susana López-Urrutia, aluna do Máster em *Comunicação, Cultura e Cidadania digitais*, analisou quinze projetos de jornalismo digital em espanhol[3]. O seu trabalho aborda as iniciativas mais relevantes, apresentadas no Congresso de Jornalismo Digital de 2013. Dele tiram-se algumas conclusões, que reproduzo e comento a seguir.

A maioria dos profissionais constatam que o seu contexto profissional tem mudado radicalmente. A transformação das regras de jogo deve-se ao protagonismo adquirido pelo público. Os informadores intuem a mudança que devem protagonizar, mas desconhecem as saídas. Carecem de recursos para encontrá-las, ou não acham o modo de viverem delas.

O jornalista é consciente da mudança atual nas «normas» —mesmo que apenas a intua—, e do renovado poder das audiências. Mas ou bem ignora as fórmulas para integrar essas alterações, ou não tem tempo para refletir sobre elas —«cumpre comer—, ou, simplesmente, não acha rentável fazê-lo.

Urrutia assinala uma diferença importante entre Espanha e Hispanoamérica. Na primeira identifica

[u]ns profissionais desbordados pela sua própria necessidade de sobrevivên-

3. «Periodismo periférico: alternativas profesionales y desde la base para un periodismo de código abierto». Tese de mestrado para o *Máster em Comunicação, Cultura e Cidadania Digitais*. URJC-MediaLabPrado, www.ccccd.es. Setembro de 2013. Tutor: Víctor Sampedro.

cia, incapazes de oferecerem respostas suficientemente criativas à «crise» do jornalismo, porque atuam (e atuam muito) mais desde a necessidade («cumprir comer») que desde a paixão profissional. Esta situação inverte-se, até certo ponto, na Iberoamérica, onde, tal e como afirmam os jornalistas, «sempre estivemos em crise»; motivo que [...] impede que, como sucede em Espanha, o problema económico (o «modelo de negócio») seja o que domine os debates, em vez da questão criativa.

Os trabalhadores da informação compartilham uma terrível situação laboral. São um sector submetido a uma reconversão drástica, que deveria ser aproveitada para tentar a sua refundação profissional. Mas as diferenças geográficas remetem para diferentes culturas jornalísticas. Correspondem com diversas aspirações económicas e com o grau de crítica a respeito do jornalismo convencional. Entre os espanhóis a ênfase no negócio prima sobre a criatividade. Comenta Susana que

[a]bundam as «histórias de sobrevivência». Muitos jornalistas reconhecem que os seus projetos nasceram da absoluta necessidade (fechamentos, EREs...): não se sentem empreendedores, mas não têm outro remédio para (sobre)viverem. Enfrentam a nova situação, que percebem muito preta, com medo e insegurança. Esta percepção é diferente na Iberoamérica, onde a crise é a norma. Os jornalistas de lá não recorrem ao empreendimento por «obrigação», mas por uma profunda frustração com o jornalismo «corrupto» e vendido aos interesses do estado e das empresas, a corrupção que eles conhecem nos grandes meios de comunicação.

O WikiLeaks teve um impacto muito maior em Iberoamérica do que em Espanha. A colaboração com os meios foi muito mais intensa lá. E também o seu impacto político e a reflexão dos profissionais. Também se aliaram com o WikiLeaks várias fundações e organizações cidadãs, o que Espanha não aconteceu. Estes factos confirmam a hipótese de que os jornalistas ocidentais se autocensuram, sobretudo, por pressões e necessidades económicas. Entre nós parece abundar isso que Assange chamou de jornalistas «hipotecados». Há pouco ouvi dum deles que cada redator devia ser o melhor propagandista da sua empresa. Comprara ações do grupo onde trabalhava, antes que lhe fosse aplicado o ERE. A crua realidade americana relativiza a urgência económica dos profissionais e agudiza o sentido crítico. Também em relação com as corporações mediática, que naquele continente estão claramente alinhado com determinadas capas e interesses sociais.

Os profissionais espanhóis não são os únicos responsáveis por estas diferenças. Teríamos de comparar a produção intelectual das faculdades de comunicação num lado do Atlântico e noutro. Ou as culturas políticas que nos diferenciam, fruto das ditaduras sofridas e das transições feitas. Melhor não façamos esta comparação para não ficarmos envergonhados, e para continuarmos a ter amigos aqui. Mas a quase completa erradicação do jornalismo crítico e de denúncia explica que a Imprensa espanhola rebaixasse o impacto do Cablegate em comparação com a Iberoamérica. Lá provocou a expulsão dos embaixadores estadunidenses no México e no Equador. Um acontecimento inédito na história desses países e do continente. A propósito, os motivos eram de muita menor importância do que poderiam ter sido alegados em Espanha. E, se não acreditam, repassem os casos com que fechámos o capítulo primeiro.

Susana Urrutia concluía:

O jornalista parece considerar-se a si próprio como uma sorte de herói em baixa. Sabe que está em crise, para reclama-se como interlocutor «da realidade» [que] procura alcançar «um pacto com o leitor — assim é que o denomina—, com o qual mantém uma relação de estranheza dominada pelo medo que emana da sua crise de identidade. Pede apoio económico dele —o único que pode garantir a independência dos projetos do jornalista—, mas não convida o leitor a participar ativamente.

Há, portanto, uma reivindicação profissional dum protagonismo específico e uma tentativa para estabelecer novas relações com os leitores. Mas a função de jornalista entende-se como «interlocução» ou «interpretação» da «realidade». Não como diálogo com a comunidade para, precisamente, interpretar juntos a realidade. Ainda pior e falando claro: o único que se pede ao leitor, ou o que se pede com prioridade, é dinheiro. Não que participe. Entre as prioridades profissionais não está o diálogo com o público nem, menos ainda, que tome a palavra. Reconheço que isto não dá um retorno económico nem tampouco imediato. Mas no contexto atual é a condição para qualquer modelo de negócio futuro. Como tantos outros produtos, o produto jornalístico terá de converter-se num serviço. Não queremos comprar discos: ao contrário, queremos inscrever-nos numa plataforma onde possamos ouvir muitos discos. Para oferecer serviços, a Imprensa deverá dar protagonismo ao público.

A principal reclamação dos jornalistas em Espanha e Iberoamérica é a autonomia. Mas aqui a autonomia reduz-se ao âmbito económico: controlar a propriedade do meio e as carteiras de publicidade. Eis onde se pede a participação do leitor, assinan-

do, participando em ações, financiando as reportagens... e na difusão viral. Dos quinze projetos analisados por Susana, apenas dois conservavam o copyright. O resto aceita o código livre porque aumenta a circulação e o retorno publicitário. Ao circularem nas redes sociais, os meios ganham visibilidade, seguidores e posicionamento. Mas a função do público como colaborador termina aí: em dar destaque às coisas feitas por aqueles que se consideram jornalistas «verdadeiros».

Os públicos que chamávamos «mediático-ativos» e «recursivos» não têm penetrado ainda no imaginário profissional. A sua capacidade de iniciativa, as suas habilidades e os seus desenvolvimentos informáticos são ainda menosprezados. Os profissionais ainda não valoram os benefícios de fazer o público participe dum poder mancomunado. Um achado «fortuito» de Susana confirma que o código livre não se aplica de maneira coerente. «Embora a maioria dos projetos analisados se distribuam sob licenças *Creative Commons*, quando os jornalistas apresentam as suas iniciativas a outros colegas, omitem por completo este detalhe».

O medo a perder o controlo, a exclusiva, permanece. O que não impede que tenha havido progressos importantes em questões como a transparência dos meios, os códigos éticos sobre publicidade ou as cooperativas fundadas. Porém, todas essas medidas não são requerimentos específicos da cultura digital. Eram medidas que deveriam ter sido tomadas há tempo, na Imprensa do século passado. O que é novo é o código aberto, mas as suas possibilidades ficam desaproveitadas. Apenas *La Silla Vacía* da Colómbia praticava isso que chama «jornalismo transparente». Às vezes publica todos os documentos e materiais brutos recolhidos pelos jornalistas (incluídas as gravações das entrevistas). Para além, compartilha com os leitores as bases de dados em que se apoiam as reportagens[4].

O panorama, pelo menos o panorama do jornalismo digital em espanhol, mostra claro-escuros. Consta a necessidade de transformar-se, mais por necessidade que por convicção, sobretudo em Espanha. Reconhece-se o protagonismo do público, mas este continua a ser convocado por motivos económicos. Uma lógica que também se aplica às licenças livres, que se usam devido à rentabilidade da difusão viral das notícias. Mas estas licenças ocultam-se ou não se mencionam perante a competência, por temor ao plágio. Parece evidente que precisamos de incorporar o código livre com todas as consequências. Especialmente aquelas que têm a ver com a interlocução e com a participação social.

4. <http://lasillavacia.com/> e <http://via52.com/>. Em Espanha, apenas a publicação mensal digital *Via 52* aplica esta prática de maneira regular.

Dois casos na esteira do WikiLeaks: evasão fiscal e ciberturbas

O labor de denúncia começado pelo WikiLeaks e pelo seu modelo de trabalho tem sido objeto de imitação. Também a sua tentativa de fornecer um registo histórico em tempo real. Exporei dois casos dos vários existentes, os quais demonstram que, longe de ser um sonho, o Quarto Poder em Rede é uma realidade emergente.

O primeiro caso centra-se na praga da fraude fiscal. Aplica as revelações e as alianças internacionais de meios para enfrentar problemas que ultrapassam o âmbito estatal e o âmbito da Imprensa nacional. Nele colaboraram atores espanhóis: uma ONG defensora da transparência e meios digitais. O segundo caso recolhe um assunto doméstico do Reino Unido. Mostra o dispositivo em rede usado por *The Guardian* para oferecer um relato jornalístico dos distúrbios que afetaram Londres e outras cidades em 2011.

O International Consortium of Investigative Journalists (Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação) é uma fundação sem ânimo de lucro onde participam destacados profissionais da informação. As suas reportagens sobre paraísos fiscais[5] valeu-se duma mega-revelações de 2,5 milhões de arquivos a respeito de mais de 120.000 companhias que operam em paraísos fiscais. A informação gerada atingiu mais de 170 países. Foram objeto de denúncia, com nomes e apelidos, políticos, homens de palha e multimilionários de todo o mundo.

La ICIJ colaborou com repórteres de *The Guardian* e da BBC no Reino Unido, com *Le Monde* na França, com *Süddeutsche Zeitung* e *Norddeutscher Rundfunk* na Alemanha, com *The Washington Post*, *Canadian Broadcasting Corporation* e mais 31 meios de todo o mundo. Entre eles, reconhecemos vários que fizeram parte das alianças do WikiLeaks. Os hacktivistas introduziram, nessas redações, práticas colaborativas que antes eram impensáveis. Salvo que compartissem uma carteira de publicidade ou o patrocínio dalguma corporação ou instituição de alcance global. Em total, 86 jornalistas de 46 países fizeram uso de ferramentas digitais e do jornalismo de rua para indagar em correios eletrónicos, registos de contas bancárias e outros arquivos.

Em Espanha, o projeto foi responsabilidade de Mar Cabra, quem publicou os seus relatórios em vários meios digitais[6]. Longe de oferecer uma informação tediosa, repleta de cifras e nomes desconhecidos, os relatórios adotaram formatos muito atrativos. Por exemplo, a personalização e o espetáculo acompanharam o rigor nos

5. <http://www.icij.org/offshore>

6. <http://www.elconfidencial.com/especiales/paraisos-fiscales/2013/04/04/la-baronesa-thyssen-oculta-su-patrimonio-a-traves-de-varios-paraisos-fiscales-118138/>

mapas feitos a partir do Google Street View, que permitem o leitor «visitar» mansões e chalés e saber como e por quanto foram comprados por alguns evasores de capital[7].

A web da ICIJ oferece uma fonte de inspiração inesgotável. Apresenta investigações sobre o tráfico de órgãos humanos para transplantes no primeiro mundo, ou sobre o negócio do coltan, um mineral básico para a indústria digital. Ambos mercados estão controlados por máfias internacionais. Igual consideração, segundo o ICIJ, deveriam ter as multinacionais pesqueiras que arrasam espécies protegidas, as companhias de tabaco que incumprem sentenças judiciais, os lobbies que negam o aquecimento global, as companhias privatizadoras da água ou os contratistas das guerras. Estes são os temas que aborda uma sociedade civil consciente de que não há fronteiras para os seus inimigos. A colaboração entre meios lucrativos, estatais e uma fundação sustentada por profissionais prestigiosos junta a iniciativa privada com a iniciativa pública e com o bem comum. Com resultados que não se poderiam atingir se atuassem por separado.

Lendo as revoltas é o título duma série de reportagens que *The Guardian* dedicou aos saqueios e revoltas havidas em várias cidades do Reino Unido durante o verão de 2011[8]. Imaginem que o 15M se tivesse manifestado com violência e com atos delitivos contra a propriedades. Imaginem que o acampamento na Porta do Sol prejudicasse mais que ao comércio do lugar, como disseram alguns lojistas e repetiu a câmara municipal. Pensem em hordas a destroçar as vitrinas da Rua Preciados num saqueio em massa. E, depois, que o saqueado não fosse comida, mas consoles, ecrãs de plasma, os últimos modelos do iPhone... Como teria apresentado isso a Imprensa? Não é preciso imaginar nada. Podem conferir centos de reportagens que criminalizam os acampamentos do 15M, as ocupações e as concentrações da Plataforma de Afectados por la Hipoteca. Ou as «confiscações» de comida e material escolar do Sindicato Andaluz de Trabajadores nalgumas áreas comerciais.

Ora bem, várias cidades do Reino Unido —especialmente Londres— foram agitadas por uma ciberturba convocada por Whatsapp. Em vez de criminalizar o corpo social, *The Guardian* criou um projeto jornalístico próprio deste século: «Reading the riots». Ler o protesto. Esta é a chave, descobrir o que há, o que está a acontecer. E, a seguir, formular um debate razoado sobre o que se pode fazer. Transformar o protesto, por muito incontrolado e desmedido que seja, em proposta.

A fórmula escolhida por *The Guardian* foge da banalidade e do sensacionalismo. Poderíamos considerar banais titulares como «todos à cadeia» ou «todos à rua». O

7. <http://www.icij.org/offshore/interactive-we-reveal-whos-buying-britain>

8. <http://www.theguardian.com/uk/series/reading-the-riots>

primeiro seria próprio dum jornal espanhol convencional. O segundo numa web extremista (que não quer dizer radical) contrária à propriedade privada. O sensacionalismo seria esperável em qualquer desses dois meios. O primeiro publicaria a foto ou o vídeo dos referidos lojistas e dos polícias agredidos. O segundo publicaria a foto dum «manifestante», suposto símbolo do lumpemproletariado, machucado pelos uniformados. Ambos meios jogam a estratégias que se retroalimentam e justificam mutuamente. Ambos colaboram na escalada de violência e de repressão.

A cobertura dos meios convencionais e dos contrainformativos, ancorados no passado, leva o protesto social a um beco sem saída. Para sairmos dele devemos procurar novos atores e práticas. Mais uma vez, não as acharemos nas redações. *The Guardian* pediu a colaboração numa universidade de prestígio, a London School of Economics, para participar no estudo das redes sociais. Resgatou-se um jornalista de raça e muito saber, que já citámos como pai do «jornalismo de precisão», Ph. Meyer. Este participou numa iniciativa semelhante na época dos distúrbios de Detroit, em 1967. O estudo demonstrou a continuidade entre aqueles tempos e os tempos presentes. Por último, *The Guardian* solicitou financiamento a fundações filantrópicas. Neste caso contou com a fundação de George Soros.

O trabalho de *The Guardian* oferece a cobertura das cibermultidões numa sucessão apaixonante de crónicas, visualizações de dados, bancos documentais abertos, registos de conversas sociais, colunas de opinião repletas de propostas, assentes em dados e onde participam expertos, ativistas, políticos, gente da rua... Em suma, o jornal atende, depura e fomenta o diálogo entre instituições e cidadãos. Parte dum modelo privado de negócio, o seu, e lança-se a colaborar com universidades públicas, fundações e jornalistas estrangeiros doutras redações. *The Guardian* foi também o meio escolhido por Snowden para dar a conhecer as suas revelações, da mão de G. Greenwald. Isto representa outro legado do WikiLeaks, e um exemplo mais de que, apesar da repressão que planeja sobre eles, os hacktivistas, os jornalistas sem carne e alguns meios entenderam a lógica digital. E não deixam de dar-nos surpresas inesperadas. Não esqueçamos, isto é algo intrínseco aos processos colaborativos.

JORNALISTAS BASTARDOS E FILANTROPOS DIGITAIS

É muito provável que a herança da organização de Assange não seja reivindicada pelos seus seguidores. O nível de estigmatização e acoso não aconselha identificar-se. Nos finais de 2013, o governo de Obama deu um passo além neste sentido, e tentou legislar a respeito da proteção legal dos jornalistas, de modo a excluir de raiz as plataformas de filtrações como o WikiLeaks.

Obama outorgará a sua credenciação de jornalista[9]

O direitos associados com a liberdade de expressão passarão a ser concedidos pelas corporações mediáticas e pelas universidades. Está a ser tramitada nos EUA uma lei que nega a sua liberdade de expressão na internet. Querem impedir que você seja a próxima Chelsea Manning ou o seguinte Edward Snowden. Querem acessá-lo, inclusive de for apenas o namorado dum jornalista comprometido e colabora com ele, como aconteceu com David Miranda. Decretam a guerra eterna contra todos nós. Já lhe foi aplicada a José Couso. Agora apontam contra a cidadania, que demonstrou ser capaz de tomar a palavra na Rede.

A proteção dos direitos constitucionais ligados à liberdade de expressão será limitada aos assalariados dos meios, o a quem estiver inscrito nas Faculdades de Comunicação. Aqui têm a redação completa da proposta[10]. Podem conferir que onde dizia «person» agora querem que diga «journalist». Para que este último –aquele que seja reconhecido como tal por eles– seja o único titular do direito de denunciar o poder. Esse terá as credenciais, outorgadas por quem lhe pague o salário ou expida o seu diploma.

A iniciativa responde o desafio colocado pelo WikiLeaks, e contém a conhecida como «cláusula Assange»[11]. O que agora chamam de «covered journalist» (jornalista coberto) exclui explicitamente «toda pessoa ou entidade [...] cuja função principal [...] seja publicar documentos de fontes originais que lhe tenham sido reveladas sem autorização». Quer dizer: só blinda os gabinetes de imprensa e de relações públicas. Ou dito doutra maneira: só blinda aquilo em que se converteram a maioria dos meios convencionais. Isto vai diretamente contra o Quarto Poder emergente, inaugurado pelo WikiLeaks.

O «embedded journalist», que o Pentágono «embutia» (literalmente, acamava) entre as suas tropas na frente, completa-se agora com o jornalista «coberto». Quem receba um salário ou pague a inscrição universitária para ser jornalista será o companheiro sem uniforme, na retaguarda, dos soldados. Querem assim que as redações sejam os batalhões de reserva. E as faculdades academias militares. Jornalismo especializado em desinformação, guerra psicológica e espionagem.

Depois do Vietnam, O Pentágono começou a autorizar os repórteres mais dóceis para serem testemunhas (melhor dito, propagandistas) das suas façanhas bélicas. Então, os excluídos como Couso e tantos outros passaram a ser danos colaterais do fogo amigo. Alvos a abater por parte das tropas «humanitárias». Agora, a guerra eterna estende-se ao lar. A retaguarda civil somos ou tropa –uniformada de militar ou de jornalista– ou o próximo objetivo.

A militarização da vida quotidiana, denunciada pelos hacktivistas, chegou ao jornalismo. Se esta iniciativa prosperasse, o jornalismo não poderia ser exercido na Rede por ninguém que não tenha feito a carreira, ou que não trabalhe para um meio de comunicação reconhecido como tal. Esta é uma estratégia que tenciona desativar o Quarto Poder em Rede. Consciente da capacidade que tem para atuar de contrapoder em favor do bem comum. Se fosse o sonho infantilóide ou o jogo estéril que alguns pensam, medidas como esta não estariam em curso. Os seus propósitos são diáfanos. Privatizar o direito à liberdade de expressão, ligando-o às empresas jornalísticas,

9. Post de *ProPolis*: <http://propolis-colmena.blogspot.com.es/2013/09/obama-te-dara-el-carnet-de-periodista.html> e artigo de *Público*: <http://blogs.publico.es/otrasmiradas/973/obama-te-dara-el-carnet-de-periodista/>

e estatalizar, mediante o reconhecimento dum título universitário, a credenciação necessária para exercer como jornalista digital. Apenas me permitirei acrescentar que este tipo de condições foi estabelecido pelo nazifascismo. Por último, a proteção legal do «covered journalist» exclui, sem lugar a dúvida, as plataformas de filtrações.

Quando escrevi o artigo anterior pensei que só cabiam duas soluções. Uma, não reconhecer como meio informativo aquele que não tivesse uma caixa de filtrações ou jornalistas que trabalhassem com elas. Outra, abandonar a docência do jornalismo. O relato que segue, como todos os deste livro, está incompleto. Continua o seu curso, mas indica que a esfera pública digital ainda não perdeu a sua capacidade para nos surpreender.

Edward Snowden, Glenn Greenwald e *The Guardian* representam o tecnocidadão, o jornalista sem credenciação e o meio digital que melhor encaixam na proposta feita aqui em favor do Quarto Poder em Rede. Snowden, à vista do ocorrido com o WikiLeaks, rejeitou a possibilidade de empregar esta plataforma para fazer pública a sua denúncia. Procurou, em troca, o jornalista que mais se envolvera na defesa do projeto de Assange. Nascido em Nova Iorque, herdara o compromisso do seu avô, um socialista judeu defensor da sua comunidade. Mais ou menos, uma sorte de *yayoflauta* da PAH no seu bairro.

Segundo Greenwald, quando aceitou a sua homossexualidade isto foi um impulso para decidir-se a

[f]azer a guerra contra este sistema e contra a autoridade institucional que me tentara marginalizar e condenar. Foi como dizer-lhes: vão tomar no cu. Em vez de julgar-me vocês, eu vou julgá-los, porque nem sequer aceito que estejam em posição de emitirem juízos sobre mim.[12]

Aparecem aqui os rasgos que vimos noutros hacktivistas. A herança da militância e o compromisso familiares. A contestação de quem é assinalado por implicar-se, contestação que, porém, dá significado à sua vida, fazendo denúncia daqueles que o proscrevem. Um ativismo impulsado antes por um carácter do que por um ideário ou uns dogmas...

10. <http://www.judiciary.senate.gov/legislation/mediashield/Feinstein/ALB13767.pdf>

11. <http://www.thewire.com/politics/2013/09/terrorists-and-julian-assange-arent-considered-journalists-senate/69355/>

12. A biografia e as citas correspondem com uma entrevista concedida para a *Rolling Stone*: <http://www.rollingstone.com/politics/news/snowden-and-greenwald-the-men-who-leaked-the-secrets-20131204page=2#ixzz2n0quDVeK>

Licenciou-se em Direito em 1994. Fundou o seu próprio gabinete, como advogado constitucionalista, especializado em liberdades civis. E passou anos a defender o direito à liberdade de expressão por parte dos neonazistas. Argumenta isto desta maneira:

Para mim é uma característica heróica estar tão comprometido com um princípio que defendes quando não é fácil, quando não é para te ajudar a ti mesmo. Não quando proteges gente como tu, mas quando defendes e proteges gente que odeias.

Conheceu a sua parelha atual, David Miranda, em 2005, nas favelas do Rio de Janeiro. Por carecer de visado e por estar com uma pessoa do seu mesmo sexo, desde então Greenwald mora entre Nova Iorque e a cidade carioca.

Mais paralelismos com as personagens que conhecemos. A adesão incondicional ao exercício dos direitos civis e, nomeadamente, da liberdade de expressão. Até quando essa liberdade se exerce contra o próprio defensor. E uma morada nómada, obrigada pela discriminação do estilo de vida escolhido. O autoexílio, uma condição forçada pela coerência pessoal. Elementos prepolíticos, prévios à militância formal, que impelem a um ativismo integrado no modo de vida.

Foi naquele mesmo ano, 2005, quando abandonou a advocacia para buscar uma profissão que «tivesse mais impacto» ou «utilidade para a sociedade». Então começou a escrever o seu blogue[13]. Oito anos depois seria o jornalista mais famoso da sua geração. Desde o início centrou-se em assuntos políticos, e já naquela altura começou a denunciar as operações da NSA e da Casa Branca contra os direitos constitucionais. Continuou com esta tarefa desde *Salon.com*, e depois, em 2012, entrou em *The Guardian*. Nos finais desse ano, Snowden contactou com Greenwald e com a documentalista Laura Poitras para botar à luz os documentos (arredor de 58.000) sobre a espionagem maciça da NSA e do Governo norteamericano.

Sem nem licença nem credenciamento, Greenwald buscou um impacto que ele identificava com a utilidade social, não com o dinheiro ou o reconhecimento público. Encontrou na internet o lugar onde fazê-lo sem obstáculos. Lá, desde um blogue pessoal, atraiu os meios digitais e depois o jornal europeu que melhor integrado estava no mundo digital. Em menos de dez anos conseguiu ser merecedor de conseguir as filtrações sobre a espionagem em massa. No início receava de Snowden, e este acudiu a Poitras, uma documentalista norteamericana, candidata aos Oscars e

13. <http://glenngreenwald.blogspot.com.es/>

premiada em Sundance. E, contudo, autoexilada em Berlim. Poitras pus em contacto Snowden com Greenwald. Os nativos digitais têm o seu próprio Olimpo mediático, formado por aqueles que atuaram como focos de contrapoder.

Greenwald define a sua visão sobre os meios convencionais do seguinte modo: «Fundamentalmente, a minha estratégia foi irromper em cada lugar onde possa entrar e criar o meu próprio acesso». Premiada na sua juventude em torneios de retórica, aproveitou qualquer ocasião para enfrentar-se em várias televisões com os *presstitutes*, que lhe negaram a condição de jornalista e que o acusaram de ameaçar a seguridade nacional. A sua parelha, o brasileiro David Miranda, foi detido durante onze horas no aeroporto londinense de Heathrow, quando voltava desde Berlim (onde se vira com Poitras) ao Brasil. A detenção fazia parte dum processo de investigação criminal contra o seu namorado. E também era uma mensagem dirigida a Greenwald, através de Miranda.

A definição de jornalismo mantida por Greenwald expressa-se no seu duelo com Bill Keller, o diretor do New York Times que escreveu o epílogo do WikiLeaks antes comentado. Afirmava Keller que o único efeito das filtrações fora um maior «hermetismo na administração». É um caso de manual no jornalismo[14]. Na sua última estocada, Greenwald afirma:

O New York Times, pela maneira em que foi desenhado ou pelo motivo que for, serve os interesses da mesma elite e fações do poder. O seu modo de informar não é menos «ativista», subjetivo ou parcial do que os novos meios que às vezes ele despreza com condescendência.

Na sua despedida para os leitores de *The Guardian*, em outubro de 2013[15], Greenwald assinalava o que mais valora da Imprensa na internet, e anunciava uma surpresa:

Fico obrigado sobretudo aos leitores e às pessoas que comentam no jornalismo. O que mais apreço do jornalismo digital é o seu valor interativo e colaborativo com os leitores, que sempre foi, e sempre será fundamental em muitos modos diferentes para isso que eu faço. [Deixava voluntariamente o jornal inglês para iniciar uma nova etapa com] uma oportunidade que não podia deixar passar.

14. <http://www.nytimes.com/2013/10/28/opinion/a-conversation-in-lieu-of-a-column.html?pagewanted=6&src=recg>

15. <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/31/glenn-greenwald-leaving-guardian>

Pierre Omidyar, dono do site de subastas eBay e do sistema de pagamento Paypal, anunciara que iria lançar um novo meio chamado *First Look Media*[16], contando com o talento de Glenn Greenwald e de Laura Poitras. Os únicos jornalistas com que Snowden compartiu todos os seus documentos. Na equipa inicial também se incluía Jeremy Scahill, jornalista de *The Nation* e autor do livro sobre os obscuros negócios da contratista de segurança Blackwater. Estes jornalistas estão avalados pelas suas trajetórias como repórteres de investigação em temas duros. O meio contará no início com 250 milhões de dólares, que procederão do magnata estadunidense de origem iraniana.

Omidyar começou como técnico de computação nos finais da década de 1980. Juntou uma fortuna enorme, e destina grande parte dela à filantropia. O espanto foi maiúsculo justamente porque Paypal suspendeu os donativos para o WikiLeaks e blocou as suas contas em dezembro de 2010. Isto foi recordado por Sara Harrison, a representante do WikiLeaks que se ocupou de ajudar Snowden a refugiar-se em Moscovo. E instava para não levar a sério a tal iniciativa jornalística[17]. Enquanto se escrevem estas linhas, continua o debate sobre as intenções finais de Omidyar. Este abriu um portal de informação, chamado *The Intercept*. E anuncia o perfil multimédia que adoptará *The First Look*, com o lançamento de várias revistas especializadas. A primeira será dirigida por Matt Tibbit, o repórter citado antes como um dos analistas mais incisivos da fraude financeira. A sua revista combinará «reportagem, análise, humor e escândalos da crise financeira em curso e da máquina política que a permite». Entre os últimos redatores incorporados achamos ex-membros da organização criptopunk, a Electronic Frontier Foundation. Estes têm uma média de idade inferior aos quarenta anos, e foram contratados depois de se curtirem em publicações progressistas e digitais, com trabalhos que denunciavam a guerra antiterrorista e o ataque às liberdades civis.

A chegada dos milionários (filantropos?) digitais aos meios de comunicação pode ser entendida desde um interesse meramente empresarial. *The Washington Post* anunciava, em agosto passado, a sua venda a Jeff Bezos, proprietário do Amazon[18]. Segundo Forbes, está entre as vinte pessoas mais ricas do mundo[19].

16. <https://firstlook.org>

17. <http://www.theguardian.com/technology/2013/dec/06/wikileaks-sarah-harrison-omidyar-greenwald-ebay-paypal>

18. http://www.washingtonpost.com/national/washington-post-to-be-sold-to-jeff-bezos/2013/08/05/ca537c9e-fe0c-11e2-9711-3708310f6f4d_story.html

19. http://www.forbes.com/billionaires/#page:2_sort:0_direction:asc_search:_filter:All%20industries_filter:All%20countries_filter:All%20states

Bezos pagará 250 milhões de dólares, a mesma quantidade que punha Omidyar no projeto dirigido por Greenwald, com a diferença de que estes partem de zero e não arrastam uma empresa com perdas. Uma coisa é clara: o capital ganho na internet recorre aos jornalistas que têm adquirido a sua credibilidade desde as trincheiras do Quarto Poder em Rede. *The Washington Post* foi a contraparte norteamericana de *The Guardian* para publicar a filtração de Snowden.

Não obstante, Omidyar foi o primeiro a bloquear financeiramente o WikiLeaks, e Bezos retirou as filtrações da nuvem do Amazon. Agora o primeiro invoca o bem comum e a refundação do jornalismo como objetivos últimos da sua empresa. E o segundo assinala que o importante é conservar os «valores» do *Washington Post*[20]. A aplicação prática mais eficaz e eficiente, afirmam ambos, está por ser desenvolvida. Tenham mudado as suas posições ou não, ambos empresários seguem os caminhos abertos por Assange. Está por ver se aplicarão as suas condições draconianas[21] aos jornalistas.

Bezos afirmava: «Não [...] tenho um plano definitivo. Este é um terreno desconhecido, e precisará dum período de experimentação. Omidyar também assume que trabalhará com o método do ensaio/erro, e afirma que carece de fórmulas, embora tenha boas perguntas. Essa é a atitude adequada para explorar as constantes inovações digitais e tecnológicas. E a única possível de adoptar-se numa comunicação que se sabe compartida com muitos outros atores.

CODA

Nesta mesma madrugada recebi o seguinte correio da Vera Chaia, colega e amiga que trabalha na PUC de São Paulo.

De: SGeneral [mailto:sgeral@mst.org.br]

Enviada em: sábado, 1 de março de 2014 18:00

Para: «Undisclosed-Recipient:»@xxxn1303.locaweb.com.br

Assunto: Vejam como os governos ocidentais manipulam os dados da Internet, espionando e controlando, por Por Glenn Greenwald, no The Intercept | Tradução Antonio Martins e Vila Vudun

20. http://www.washingtonpost.com/national/jeff-bezos-on-post-purchase/2013/08/05/e5b293de-fe0d-11e2-9711-3708310f6f4d_story.html

21. http://programm.ard.de/TV/daserste/ausgeliefert--leiharbeiter-bei-amazon/eid_281069485704849?datum=&list=main&first=1

O primeiro remetente era o Movimento dos Sem Terra. Vera reenviou a mensagem a uma lista de destinatários anônimos que desconheço. Continua o link para uma página brasileira, *Outras palavras. Comunicação compartilhada e Pós-capitalismo*[22]. O meio define-se assim:

Lançado em 2009, o site Outras Palavras tornou-se uma referência importante na galáxia da chamada “comunicação compartilhada” ou da “mídia livre”, abordando uma temática pouco presente neste universo: o exame crítico da globalização, as novas culturas políticas da autonomia e os movimentos de ocupação das redes e das ruas. O reconhecimento veio logo, em 2010 o site e as plataformas de redes sociais criadas em torno dele receberam, do Ministério da Cultura o Prêmio Ponto de Mídias Livres.

A linha editorial do site busca avançar naquilo que gostamos de denominar “pós-capitalismo” por um lado frisando a obsolescência das lógicas associadas ao sistema ainda hoje hegemônico (mercantilização da vida, lucro como valor supremo, concentração de riquezas, redução da natureza a “recurso”) e por outro iluminando propostas e alternativas que vem surgindo em todos os planos da vida social.

Com audiência expressiva, cerca de 10 mil textos lidos por dia, o site Outras Palavras reúne um grupo de 200 colaboradores brasileiros e, entre eles, alguns internacionais.

Semanalmente, o boletim de atualização de Outras Palavras seleciona as principais matérias da semana alcançando cerca 20 mil assinantes [assine aqui],[23]

Empenhado em diversificar os formatos de um novo jornalismo compartilhado e colaborativo, desenvolvemos projetos especiais paralelos às publicações diárias, tais como coberturas colaborativas, webdocumentários, Séries especiais (de Política e Desenvolvimento) e a Escola Livre de Comunicação Compartilhada, que promoveu 40 oficinas de formação em midialivrismo, empoderando com ferramental e tecnologia dezenas de jovens para o exercício do jornalismo colaborativo.

A descrição da web brasileira encaixa nas propostas que fizemos. Assume o código livre, aberto e colaborativo sem reparo. Como ponto de partida e de chegada. Liga a sua tarefa ao movimentos na Rede e na rua. Defende uma visão alternativa sem ambages, embora plural. Está vinculada a um meio como *Le Monde Diplomatique*. Mas também circula em redes de grupos de correio que ligam o tecido social e a academia. À tarefa comunicativa acrescentam-se serviços para empresas e uma dimensão pedagógica. Combina, portanto, lógicas econômicas diferentes com o objetivo de desenvolver a informação como bem comum.

22. <http://outraspalavras.net/capa/como-os-governos-ocidentais-manipulam-a-internet/>

23. <https://spreadsheets.google.com/viewform?formkey=dFRva1Nzc0c4X1h1bnN2X0hhNmdKZ3c6MA>

A mensagem de Vera continha unicamente este link: <http://outraspalavras.net/capa/como-os-governos-ocidentais-manipulam-a-internet/>

Que traduzia este outro: <https://firstlook.org/theintercept/2014/02/24/jtrig-manipulation/>

Que por sua vez continha esta imagem:

**Cyber Offensive Session:
Pushing the Boundaries and
Action Against Hacktivism**

NAME REDACTED – **Serious Crime Effects, GCHQ**

NAME REDACTED – **JTRIG, GCHQ**

JTRIG

TOP SECRET//COMINT//REL AUS/CAN/NZ/UK/US

Os brasileiros remetiam para a página da revista dirigida por Greenwald. Denunciava aí que os serviços secretos tentam manipular e controlar o debate na internet. Mostrava documentos da NSA intitulados «A arte da manipulação: capacitar-se para Operações Online Encobertas». Enumeram as estratégias feitas para desacreditar alguns internautas: cevos sexuais, substituições das fotos dos seus perfis nas redes sociais, abrir blogues de supostas vítimas deles, correios eletrónicos enviados a colegas, vizinhos ou amigos... Outros objetivos eram as empresas e —não podia ser menos— os hacktivistas.

A tradução dessa dessa diapositiva é:

- **Sessão de Ofensiva Digital:** empurrar os limites e a ação contra o hacktivismismo.
- **Nome apagado:** efeitos de crimes graves, GCHQ (serviço britânico de inteligência).
- **Nome apagado:** JTRIG (Joint Threat Research Intelligence Group, Grupo de Investigação em Inteligência do GCHC).

Na sua reportagem, por se restassem dúvida a respeito de para quem trabalha, Greenwald denunciava a infiltração no Anonymous, precisamente pelo seu boicote ao Paypal (o negócio do seu chefe) quando bloqueou o WikiLeaks. Qualificava a estratégia do Anonymous como protesto digital, protegido pela Primeira Emenda da constituição dos Estados Unidos.

O Quarto Poder em Rede não é um projeto, mas uma realidade. Pelo menos para aqueles que investem dinheiro nele e para quem gasta recursos em combatê-lo.

Aqueles que insistem em continuarem na sua construção, dizem-nos:

A verdade abre-se passo e não pode ser detida. Os políticos desonestos terão de prestar contas. Está nas vossas mãos ficar do lado bom da história e acelerar o processo. O valor é contagioso.

Este é o final da carta que D. Ellsberg e outros cinco filtradores dirigiam aos companheiros de Snowden[24].

24. <http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=6506>

Desinibidores e fortalecedores da colmeia

* Assange, Snowden, Greenwald e Dotcom juntos contra a espionagem: «estamos a compartilhar o mesmo fiscal», afirmaram, num ato da campanha eleitoral neozelandesa, onde o último se apresentava com um partido-rede próprio. Empregavam um sistema de vídeo-conferência encriptado.

Vídeo completo: <http://www.youtube.com/watch?v=eKSDmwKcFQA>

* Conferência-entrevista TED de E. Snowden, feita com um monitor móvel, um simulacro de pernas e que interatua com o público. Uma frase: «Não nasci com a internet. Nasci na internet».

<http://www.youtube.com/watch?v=yVwAodrjZMY>

* O quarto cidadão [<https://citizenfourfilm.com/>] é o último documentário de Laura Poitras. Uma autora que relata o trânsito da Guerra contra o Terror à Guerra contra a Liberdade. Qualquer das suas obras é imprescindível: Flag Wars (2003), Oh Say Can You See... (2003), My Country, My Country (2006, candidata aos Oscar), The Oath (2010).



* Última entrevista com Snowden disponível no momento de fechar a edição digital deste livro:

<http://www.thenation.com/article/186129/snowden-exile-exclusive-interview#>

* Como fazer pesquisas em todos os arquivos do WikiLeaks [<https://search.wikileaks.org/>] e nas megafiltrações [<https://wikileaks.org/plusd/>]

* Entrevista com J. Assange, de Ramonet. Ou a troca de favores entre as corporações digitais e mediáticas dos EUA e o seu governo: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2014/11/29/ramonet-entrevista-a-assange-google-nos-espia-e-informa-a-eeuu/#.VHR4ed47B>

* Entrevista com J. Appelbaum, compromisso e militância hacker em estado puro: «A criptografia é uma questão de justiça social.»

http://www.eldiario.es/turing/criptografia/Jacob-Appelbaum-criptografia-cuestion-justicia_0_326868193.html

Tendente à tecnofobia, carece de entusiasmo e sente preguiça para gastar tempo em cada aparelho novo. Encontra sempre alguma coisa melhor e mais urgente para fazer. E, se não modera o uso da internet, esta provoca-lhe estresse e algum desânimo. Fica acelerado com tanta instantaneidade, desbordado com tanta abundância. Propenso ao pessimismo, e consciente deste defeito, tenta ser realista. Sabe que projetamos os nossos desejos e medos nas tecnologias. E que os seus efeitos não estão predeterminados, porque dependem do uso que lhes dermos. Em consequência, não acredita no poder da tecnologia, nem beatífico nem nocivo. Ainda pior, o que mais lhe importa não está mediado por ela. E suspeita que, ainda bem, é preferível. Trata-se do amor, da amizade e da morte... que não precisam aparelhos nem ecrãs. Embora reconheça que certas substâncias e maquininhas, bem dosificadas, fazem a existência menos penosa.

O autor empregou a Rede como instrumento de trabalho e correspondência pessoal, até que percebeu que as novas gerações de ativistas faziam uso dela como ferramenta para coordenarem-se e mobilizarem-se. Então a Rede transformou-se no seu objeto de estudo. Passaram duas décadas desde que a antiglobalização e o zapatismo usaram a internet, de maneira semelhante a como fez o movimento operário com a imprensa, os jornais, a fotografia, a rádio e o cinema. A televisão, desde o início, foi um monstro do capital. O autor envolveu-se em vários movimentos sociais, com os quais conviveu. Ainda se atreveu com o artivismo (uma mistura de arte pública, panfletária e guerrilha festiva da comunicação), participou em La Fiambrera Obrera, YoMango, SCCPP e outras experiências semelhantes. De qualquer maneira, só num país de

apoltronados e pistolões é que seria considerado um académico «comprometido».

Este livro reflete vivências e reflexões sobre a insubmissão, o 0,07%, «Nunca Mais» e «Não à Guerra». No remate daquele ciclo de mobilizações, o «Pásalo» dos SMS do 13-M de 2004 (face às mentiras sobre os atentados jihadistas em Madrid) foi uma reação popular pelo colapso da esfera pública. Os políticos e jornalistas que a geriam não desmentiram as teorias da conspiração. Deixaram que os responsáveis se fossem com orgulho —regra principal da Transição— e garantiram a imunidade para os mediócras, os corruptos e os incompetentes. Escrevemos um primeiro livro coletivo sobre tudo aquilo[3], e os primeiros em acolhê-lo no seu servidor foram The Yesmen... Pois, os primos gringos de La Fiambrera Obrera. Os mesmos que, segundo o WikiLeaks, estavam a ser espiados pela NSA.

A esfera pública espanhola entrou em colapso em 2004 e o 15-M mostrou o colapso do sistema político. Transformou o «Pásalo» dos SMS de 2004 no «Hazla» de maio de 2011. Que fazer? Mais democracia. Os indignados mostraram que o protesto era liderado, embora com bastantes atrancos e limitações, pela tecnopolítica das cibermultidões. As práticas, mobilizações e auto-convocatórias digitais da cidadania geravam contrapoder. A um tempo, o WikiLeaks tentava mudar o código do jornalismo. Filtrava documentos e desmentia a versão oficial da realidade que havia de ser contestada nas revoltas em rede nascidas com a Primavera Árabe.

Assombrado, quem escreve viu como se materializava a «matraca» teórica que ele contava sobre a opinião pública e a comunicação política desde que começou a dar aulas. Nada mais longe das suas intenções que apresentar-se como um profeta digital. Nunca antecipara o que ia suceder a partir de 2010, e nem sequer é um usuário avançado. Nas sextas-feiras fica fora de cobertura, num ato semanal de desobediência que, segundo deseja acreditar, expressa a sua soberania comunicativa. Compartilha, sob nome coletivo e falsa identidade (mesmo que sirva para pouco), algumas contas de redes sociais corporativas. O tempo passa-se, e frequenta menos estas redes.

O contacto do autor com os hackers foi sempre distante. Acompanhou-os, e deu-lhes voz nos seus escritos quando a cimeira antiglobalização de Génova. E de igual modo até ao recente 15-M. Foi testemunha do papel central desempenhado pelos militantes da cultura livre no Centro Social Auto-administrado de Lavapiés, La Tabacalera. Trabalhou como vizinho promotor e atou como académico para legitimar aquele projeto diante do ministério da Cultura... enquanto era foco de oposição à Lei Sinde. Mais tarde topou com os mesmos hacktivistas a trabalhar no Equador, colaborando com o primeiro estado que —como já foi visto— apostara por implantar uma economia

social baseada no conhecimento aberto. Às vezes os hackers chateavam-no com a sua prepotência, endogamia e obcecação. Porém, admirou sempre neles a eficácia, a integridade e a coerência.

O autor está-lhes agradecido por fornecerem um servidor [nodo50.org], um programa de correio e outro de navegação nos quais confia plenamente. Por fim conseguiu que um deles lhe instalasse o Ubuntu com menu galego, em troca de almoços e sobremesas. E está também agradecido por ser testemunha de intensas décadas de mobilização e estudo. A propósito, se não é muito pedir, gostaria de viver outras tantas.

Quem escreve não poderia fazê-lo sem a ajuda (da qual nem sequer são conscientes) de ciberativistas como Isaak Hacksimov, Gustavo, Samer, Vicente, Marta, Pablo, Charly, Birgitta, Francisco, Javier, Sergio, Gabriel... Sabe-se desagradecido por esquecer muitos nomes. O autor foi obsequiado com a leitura dos rascunhos feitos por pessoas totalmente alheias a estes assuntos, como Feliciano Páez-Camino, Dolores Galindo, Jorge Bolaños e Iosune Garayoa. Também celebra ter plagiado os companheiros do Máster em Comunicação, Cultura e Cidadania Digitais[1], do qual ele é o primeiro aluno. Alguns dos mais copiados são José Manuel Sánchez Duarte, Javier de la Cueva, Jesús González Barahona, Antonio Lafuente, Alberto Corsín, Gloria G. Durán, Jordi Claramonte, Ángel Gordo, Adolfo Estalella, Amparo Lafuente, Ígor Sábada, Andoni Alonso, David Domingo e Tíscar Lara. Na sé do MediaLab Prado, onde se reúnem, o autor aprendeu muito, o que é o melhor que pode acontecer a quem se considera professor. Nomeadamente, agradece a Marcos García e Sonia Díaz Thale, e aos seus pares em El Matadero, Zoe Mediero e Azucena Klett. Tampouco esquece outros convidados do seminário do Pensamiento a fuego lento, como Mayo Fuster ou Pablo Soto. O compartilhar das refeições é pura celebração do bem comum, como diria David Rodríguez, outro leitor de rascunhos prévios, igual que Virginia Uzal, Kay Levin ou Estela Mateo. A Virginia ajudou na tradução ao galego, revisada por Branca Novoneyra, e Carlos del Castillo atualizou as ligações das notas.

Este livro ia intitular-se Hackear o jornalismo e reiniciar a democracia. Já não. Ambas expressões transformaram-se em lemas ambíguos, desvalorizados pelo jornalismo e os jornalistas. É melhor dizer desde o início e limpamente que apenas um jornalismo de código livre (para ser copiado, modificado e usado) é que permitirá que a sociedade civil exerça de contrapoder. Escrevi este livro com estes princípios. É resultado de um diálogo de quatro anos, através de blogues e encontros pessoais. Começou com conferências e mesas redondas, artigos de imprensa ou académicos, e evoluiu colaborativamente, somando comentários e noções não pensadas no início. A fugidia trajetória das personagens e os assombrosos acontecimentos de que se fala fizeram

mudar várias vezes as teses aqui sustidas. Continuam abertas ao debate... e à surpresa.

As primeiras versões foram solicitadas por duas vanguardas, mais vigentes do que nunca, uma política e outra eclesial: os trotskistas e os jesuítas. A entidade e diferença destes interlocutores convenceram o autor de que este era um tema valioso. Então, introduzi-o entre os seus alunos, através do blogue ProPolis, com não pouco escândalo (também próprio) em relação com algumas entradas publicadas lá. O livro também oferece textos, nunca remunerados e de livre acesso, publicados durante quatro anos na imprensa digital: Público, Diagonal, FronteraD, Praça Pública, Luzes de Galiza... Não poucos jornalistas ajudaram na observação das coisas desde a sua trincheira: Gumersindo Lafuente, Alfonso Armada, Enric González, Guillem Martínez, Bernardo Gutiérrez, Carlos Enrique Bayo, Marià de Delàs, Olga Rodríguez, Juan Luis Sánchez, Tomás Muñoz, Vicky Bolaños, Esteban Hernández, Pau Llop, Manuel Rivas, Iago Martínez, Marcos Peña... Não deveriam ser imputados de nada do que foi exposto aqui. Os erros e extravios devem atribuir-se apenas a quem assina. Tentei limitar ao máximo as notas finais, mas não mostram o esforço realizado. O tema possui tantas raízes, e algumas delas parecem tão incríveis, que decidi manter as referências para certificá-las. Quando o leitor não ache alguma, pode consultar as entradas dos blogues onde se cozinhou este livro.

Por falar em autoria... e para acabar. coerentemente com o que se pode ler aqui, este texto não deveria ter licença de uso, e deveria ser de domínio público. As escusas para que não dessa desta maneira são cinco: como já dissemos, muito do material está aberto em ProPolis e nos meios digitais gratuitos. Segundo motivo: o livro faz parte de uma pedagogia que, desde há anos, exercemos em aberto. O mestrado citado é o primeiro título oficial de pós-graduação impartido em conferências de entrada livre na Rede. Terceira razão: a editora dirigida por Uxío Novoneyra Rey é uma incubadora de projetos do bem comum, que mistura as lógicas privada, pública e comunitária, como defende o presente texto. Texto que, com certeza, será «liberado», e não perseguiremos ninguém. Quarta razão: os ganhos serão destinados a uma bolsa, que chamaremos Chelsea Manning, para cursar o mestrado CCDD e continuar a explorar o modo de abrir código jornalístico e dar-lhe liberdade. Quinta e última razão: alguma das passagens mais atualizadas foram publicadas com licença Creative Commons num blogue do jornal Público, também chamado El 4º Poder en Rede. Ler, comentar ou escrever nele é uma possibilidade aberta para quem estiver interessado ou incomodado com o que aqui se narra. Em La Tabacalera de Lavapiés popularizamos um lema: «el que propone se la come» (quem propõe traga com isso). Pois.

Sim, é possível. Em rede.

BOLAS EXTRA: reações à primeira edição deste livro

Vídeos da apresentação em Madrid (J.C. Monedero, C. Rendueles e J, de la Cueva):

<https://www.youtube.com/channel/UCcVtmxtrjUaLo-t7PhTp4FA/videos>

Áudio:

https://archive.org/details/STE000_201406

Conteúdos livres na edição espanhola:

Introdución e estrutura: http://www.icariaeditorial.com/pdf_libros/el%20cuarto%20poder%20en%20red.pdf

Capítulo 1:

<http://fronterad.com/?q=cuarto-poder-en-red-por-periodismo-codigo-libre>

Ou bem

http://teatrodobarrio.com/traba/wp-content/uploads/2014/05/Vsampedro_El-Cuarto-Poder-en-Red.pdf

Resenhas:

Yolanda Quintana

http://www.eldiario.es/turing/resenas/hackers-periodismo-cuarto_poder-red-victor_sampedro_0_274723381.html

César Rendueles

http://cultura.elpais.com/cultura/2014/07/30/babelia/1406733826_201644.html

Entrevistas:

Miguel Jara

<http://www.migueljara.com/2014/08/23/victor-sampedro-conseguir-comunidades-que-generan-opinion-publica-en-defensa-del-bien-comun/>

Público

<http://www.publico.es/culturas/529835/el-periodista-ha-de-tener-conocimientos-de-hacker>

Yorokobu

<http://www.yorokobu.es/cuarto-poder/>

La Voz de Galicia

http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/television/2014/08/01/profesionales-necesarios-nunca/0003_201408G1P46995.htm?utm_source=buscavoz&utm_medium=buscavoz

Espía en el Congreso

<http://www.espiaenelcongreso.com/2014/09/04/entrevista-victor-sampedro/>

<http://www.espiaenelcongreso.com/2014/09/07/perros-falderos-del-poder/>

Periodismo Ciudadano

<http://www.periodismociudadano.com/2014/09/16/victor-sampedro-el-periodismo-de-denuncia-un-deber-social-distribuido-ejercido-por-cualquiera/>

Revista Rambla

<http://www.revistarambla.com/v1/cultura/libros/2621-el-periodismo-actual-no-cuela-cuando-ves-que-la-lucha-de-clases-la-estas-perdiendo>

Diario de Noticias de Navarra

<http://www.noticiasdenavarra.com/2014/11/17/ocio-y-cultura/cultura/hay-que-empezar-a-quitarles-el-microfono-a-quienes-nos-malgobiernan-e-insultan-a-diario>

Artigos académicos:

TELOS

* “De Indymedia a Wikileaks y de Chiapas al Cuarto Poder en Red”

<http://telos.fundaciontelefonica.com/url-direct/pdf-generator?tipoContenido=articuloTelos&idContenido=2014062614040001&idioma=es>

Revista de Estudios de Juventud

* “El Cuarto Poder en Red, periodismo bucanero y activismo de datos punk”.

<http://www.injuve.es/sites/default/files/2014/44/publicaciones/2%20E1%20cuarto%20poder%20en%20red.pdf>